



ESTADO DO PARANÁ



Folha 1

Órgão Cadastro:	UNESPAR/FPAR		Protocolo:
Em:	11/11/2020 17:28		17.076.663-6
Interessado 1:	ELIZABETH STREISKY DE FARIA		
Interessado 2:	-		
Assunto:	AREA DE ENSINO	Cidade:	PARANAGUA / PR
Palavras-chave:	PROPOSTA DE CURSO		
Nº/Ano	5/2020		
Detalhamento:	PROPOSTA DO CURSO DE IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL		
Código TTD:	-		

Para informações acesse: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/consultarProtocolo>



**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E DA EDUCAÇÃO
NDE DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
CAMPUS DE PARANAGUÁ**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA
CAMPUS DE PARANAGUÁ**

**PARANAGUÁ – PR
NOVEMBRO/ 2020**

SUMÁRIO

1 CURSO	4
1.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	4
1.2 TURNO DE FUNCIONAMENTO E VAGAS.....	4
1.3 SEGUNDA LICENCIATURA.....	4
2 APRESENTAÇÃO	5
2.1 FORMAÇÃO EM SEGUNDA LICENCIATURA.....	6
3 LEGISLAÇÃO DE SUPORTE AO PROJETO POLÍTICO DO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E SEGUNDA LICENCIATURA	7
4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DO CURSO	9
4.1 CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO.....	9
4.1.1 Dados da Mantenedora.....	9
4.1.2 Dados da Mantida.....	9
4.1.3 Breve histórico da Instituição.....	9
4.1.4 Missão.....	10
4.1.5 Princípios.....	11
4.1.6 Objetivos e Metas.....	11
4.1.7 Contexto da Região: cenário cultural, socioeconômico e demográfico da região.....	12
4.1.8 Contexto da Educação Especial e Inclusiva no Litoral do Paraná.....	14
5 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	19
5.1 JUSTIFICATIVA.....	19
5.2 CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS.....	21
5.2.1 Objetivos.....	27
5.2.1.1 Objetivo geral.....	27
5.2.1.2 Objetivos específicos.....	27
5.3 METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	28
5.4 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	29
5.5 PERFIL DO PROFISSIONAL – FORMAÇÃO GERAL	31
5.6 CAMPO DE ATUAÇÃO.....	32
5.7 INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	32

5.8 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO.....	33
6 ESTRUTURACURRICULAR – CURRÍCULO PLENO.....	35
7 DISTRIBUIÇÃO ANUAL/SEMESTRAL DAS DISCIPLINAS.....	42
8 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES.....	46
9 DESCRIÇÃO DA PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO... 	93
10 CORPO DOCENTE.....	94
11 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE.....	95
12 INFRAESTRUTURA DE APOIO DISPONÍVEL.....	97
12.1 RECURSOS HUMANOS PARA A ADMINISTRAÇÃO DO CURSO.....	97
12.2 RECURSOS FÍSICOS.....	97
12.3 RECURSOS MATERIAIS PARA A ADMINISTRAÇÃO DO CURSO.....	97
12.4 RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS.....	97
12.5 RECURSOS DE LABORATÓRIOS.....	97
13 CUSTOS DOCENTES/ANUAL.....	98
REFERÊNCIAS.....	99
ANEXOS.....	105
ANEXO A – REGIMENTO DA PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA E ESTÁ- GIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA.....	106
ANEXO B – REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	131
ANEXO C – REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES	133
ANEXO D – PLANILHA/COTAÇÃO DAS BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS E COMPLEMENTARES	141

1 CURSO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

CURSO	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA		
ANO DE IMPLANTAÇÃO	2021		
CAMPUS	PARANAGUÁ Rua Comendador Correa Junior, 117 – Centro 83203-560 – Paranaguá – PR		
CENTRO DE ÁREA	CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E EDUCAÇÃO		
CARGA HORÁRIA	H/A 4008 H/R 3340		
HABILITAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Licenciatura	<input type="checkbox"/> Bacharelado	<input type="checkbox"/> Tecnólogo
REGIME DE OFERTA	<input type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas anuais; <input type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas semestrais; <input checked="" type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas anuais e semestrais (misto)		
PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO	mínimo de 4 anos e máximo de 6 anos		

1.2 TURNO DE FUNCIONAMENTO E VAGAS

TOTAL DE VAGAS OFERTADAS ANUALMENTE	40 (quarenta)	
PERÍODO DE FUNCIONAMENTO/VAGAS POR PERÍODO	<input type="checkbox"/> Matutino <input checked="" type="checkbox"/> Vespertino <input type="checkbox"/> Noturno <input type="checkbox"/> Integral	Número de vagas: Número de vagas: 40 Número de vagas: Número de vagas:

1.3 SEGUNDA LICENCIATURA

CURSO	SEGUNDA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA	
ANO DE IMPLANTAÇÃO	2021	
CARGA HORÁRIA	H/A 1344 H/R 1120	
HABILITAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Licenciatura	<input type="checkbox"/> Bacharelado <input type="checkbox"/> Tecnólogo
REGIME DE OFERTA	<input checked="" type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas anuais e semestrais (misto)	
PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO	mínimo de 2 anos e máximo de 4 anos	
TOTAL DE VAGAS OFERTADAS ANUALMENTE	15 (quinze)	
PERÍODO DE FUNCIONAMENTO/ VAGA POR PERÍODO	<input checked="" type="checkbox"/> Vespertino	Número de vagas: 15

2 APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Graduação Licenciatura em Educação Especial Inclusiva na formação inicial e, ainda, conforme a Resolução nº 02/2019, também, será ofertada como condição de formação continuada ao egresso da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) *Campus* de Paranaguá, na possibilidade de segunda licenciatura. Expõe o referencial teórico que consubstancia a proposta do curso, bem como, os marcos normativos legais emanados dos Conselhos Nacional e Estadual de Educação. Pauta-se, ainda, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores e em documentos que subsidiam a modalidade da Educação Especial em âmbito nacional.

Com base nos documentos legais delineou-se os princípios norteadores, a concepção, os objetivos, o perfil do profissional que se pretende formar. Apresenta-se, ainda, as políticas institucionais estabelecidas no PDI PPI UNESPAR (2018-2022), os princípios didáticos pedagógicos e os de integração entre ensino, pesquisa e extensão, aspectos que envolvem o corpo docente e discente, além da matriz curricular do curso, bem como, indicativos acerca dos recursos humanos e materiais necessários à formação do profissional licenciado em Educação Especial Inclusiva.

A comissão de trabalho constituída para a elaboração deste PPC é composta por professores efetivos e colaboradores do curso de Pedagogia e membros da comunidade externa, envolvendo o Núcleo Regional de Educação (NRE) Paranaguá e Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral de Paranaguá (SEMEDI).

A construção deste PCC, fundamentou-se na legislação específica para delinear a organização didático pedagógica, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores do Conselho Nacional de Educação nº 02/2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de professores da educação básica, e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) em específico no Art. 16. **O qual estabelece que a licenciaturas voltadas especificamente para a docência nas modalidades de Educação Especial, Educação do Campo, Educação Indígena, Educação Quilombola, devem ser organizadas de acordo com as orientações desta Resolução e, por constituírem campos de atuação que exigem saberes específicos e práticas contextualizadas, devem estabelecer, para cada etapa da Educação Básica, o tratamento pedagógico adequado, orientado pelas diretrizes do Conselho Nacional de Educação (CNE).**

Trata-se de um projeto que visa atender as demandas da comunidade e, neste sentido, apresenta aspectos da realidade local, regional e brasileira, considerando as constantes transformações de acordo com suas prioridades e estratégias estabelecidas.

2.1 FORMAÇÃO EM SEGUNDA LICENCIATURA

A formação em segundo licenciatura está prevista na Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Trata-se de uma política com princípios calcados nos princípios de formação continuada em atendimentos às demandas do egresso que, no âmbito deste curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, visa consolidar o fortalecimento das políticas de inclusão consubstanciando processos formativos direcionados à qualificação profissional, voltadas ao atendimento de um sistema educacional inclusivo.

Está consoante ao disposto na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) no estabelecido no Art. 28 no qual se define como incumbência do poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar o sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como, o aprendizado ao longo de toda a vida; ratificando a necessidade de respectivamente de se garantir:

- X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;
- XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;
- XII - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação;
- XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;
- XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento.

Para tanto, com o fim de contribuir para a formação continuada de professores e incentivar os egressos das licenciaturas ofertadas no campus apresenta-se esse PPC com a possibilidade de

oferta como segunda licenciatura conforme estabelecido no Artigo 19 da Resolução 02/2019, no que se refere ao atendimento nos Art. 19. Para estudantes já licenciados, que realizem estudos para uma Segunda Licenciatura, a formação deve ser organizada de modo que corresponda à seguinte carga horária:

I - Grupo I: 560 (quinhentas e sessenta) horas para o conhecimento pedagógico dos conteúdos específicos da área do conhecimento ou componente curricular, se a segunda licenciatura corresponder à área diversa da formação original.

II - Grupo II: 360 (trezentas e sessenta) horas, se a segunda licenciatura corresponder à mesma área da formação original.

III - Grupo III: 200 (duzentas) horas para a prática pedagógica na área ou no componente curricular, que devem ser adicionais àquelas dos Grupos I e II.

Assim, com base no disposto e, em consonância com as políticas de inclusão, também assumida pela Unespar apresenta-se esse PPC como oferta em formação inicial e, em oferta como segunda licenciatura, conforme estabelecido na Resolução citada anteriormente, na proporção de 15 (quinze) vagas para ingresso anual pelo sistema Provar.

3 LEGISLAÇÃO DE SUPORTE AO PROJETO POLÍTICO DO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E SEGUNDA LICENCIATURA

As legislações que dão suporte ao presente PPC são:

- Decreto nº 6.094, de 2007, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromissos Todos pela Educação.
- Lei n.º 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- Parecer CNE/CEB nº 6/2007, aprovado em 1º de fevereiro de 2007 - Solicita parecer sobre definição do atendimento educacional especializado para os alunos com necessidades educacionais especiais, como parte diversificada do currículo.
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que aponta para a escola de qualidade para todos. Brasília, janeiro de 2008.

- Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, que define a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura de formação de professores da Educação Básica em nível superior
- Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009 - Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.
- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)
- Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

Legislação Estadual

- Deliberação CEE-PR Nº. 04/2006: Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Deliberação CEE-PR Nº. 02/2009: Normas para a organização e a realização de Estágio obrigatório e não obrigatório na Educação Superior, na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Especialização Técnica de Nível Médio, no Curso de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, no Ensino Médio, nas Séries Finais do Ensino Fundamental, inclusive nas modalidades Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.
- Deliberação CEE/PR Nº 04/2013: Normas estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº 9.795/1999, Lei Estadual nº 17.505/2013 e Resolução CNE/CP nº 02/2012.
- Deliberação CEE/PR Nº 02/2015: Dispõe sobre as Normas Estaduais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.
- Parecer CEE CES – PR nº 23/2011: Inclusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como disciplina nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura, bacharelado, tecnologia e sequenciais de formação específica, em cumprimento ao artigo 3.º, do Decreto Federal n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei Federal n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.
- Lei nº 18.419 de 07 de janeiro de 2015. Estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná.

Unespar

- Resolução nº 002/2018 – COU/UNESPAR. Estabelece a Política de Educação em Direitos Humanos da Universidade Estadual do Paraná – Unespar.
- Resolução nº 003/2018 – COU/UNESPAR Estabelece a Política Ambiental da Universidade Estadual do Paraná - Unespar.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DO CURSO

4.1 CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO

4.1.1 Dados da Mantenedora

Mantenedora	Universidade Estadual do Paraná – Unespar
CNPJ	75.182.808/0001-36
Endereço	Av. Rio Grande do Norte, 1525 – Centro
Cidade/Estado	87.701-020 – Paranavaí – PR
Fone	(44) 3423-8944
Reitor	Antônio Carlos Aleixo

4.1.2 Dados da Mantida

Mantida	Universidade Estadual do Paraná – Unespar <i>Campus</i> de Paranaguá
CNPJ	05.012.896/0001-42
Endereço	Rua Comendador Correa Junior, 117 – Centro
Cidade/Estado	83203-560 – Paranaguá – PR
Fone	(41) 3423-3644
Diretor	Moacir Dalla Palma

4.1.3 Breve Histórico da Instituição

A Universidade Estadual do Paraná (Unespar) é uma instituição de ensino superior pública e gratuita, criada pela Lei Estadual nº 13.283, de 25 de outubro de 2001 com alterações dadas pela Lei nº 13.385, de 21 de dezembro de 2001 e pela Lei Estadual nº 15.300, de 28 de setembro de 2006, além de alterações postas pela Lei Estadual nº 17.590, de 12 de junho de 2013. Foi credenciada pelo Decreto nº 9.538, de 05 de dezembro de 2013 e recredenciada pelo Decreto nº 2.374, de 14 de agosto

de 2019. A Unespar se configura como uma autarquia estadual de regime especial de direito público organizada em *multicampi* atendendo diversas regiões do Estado do Paraná.

É uma das sete universidades estaduais públicas com um total aproximado de doze mil estudantes e 955 professores, entre efetivos e temporários. Reúne sete faculdades estaduais pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino Superior: Escola de Música e Belas Artes do Paraná (Embap), Faculdade de Artes do Paraná (FAP), Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (Fecilcam), Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (Fecea), Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba (Fafipa), Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá (Fafipar), Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória (Fafiuuv) e Academia Militar do Guatupê (APMG).

A implantação da Unespar repercute em seis grandes regiões do Estado do Paraná. A região de Paranaíba, que abrange vinte e nove municípios com uma população de 263.088 habitantes. A região de Campo Mourão que abrange vinte e cinco municípios, conta com uma população de 323.304 habitantes. A região de Apucarana que congrega nove municípios e uma população de 285.476 habitantes. A região de União da Vitória abarca sete municípios e conta com uma população de 121.658 habitantes. A região Metropolitana de Curitiba abarca vinte e seis municípios e uma população de 3.168.980 habitantes e a região de Paranaguá que congrega sete municípios do litoral paranaense e conta com uma população de 256.933 habitantes.

A Unespar além de contar com estudantes de todos os municípios que abarcam as seis grandes regiões citadas, também recebe estudantes de outras regiões e de outros estados, se concretizando como uma universidade pública estadual de abrangência nacional.

A Unespar conta com setenta e um cursos de graduação e dezesseis Centros de Área, dez cursos de pós-graduação *stricto sensu* a nível de mestrado, sendo dois entre redes.

A Unespar *Campus* de Paranaguá conta com histórico de ensino superior nos Cursos de Bacharelado em Administração, Ciências Contábeis, Engenharia da Produção e Ciências Biológicas; e nos Cursos de Licenciatura em História, Letras, Matemática e Pedagogia. Durante os últimos anos de oferta vem se adequando às mudanças curriculares vigentes, sempre com a perspectiva de aperfeiçoamento dos profissionais formados que, com a implantação do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, contribuirá para a formação de professores nesta modalidade no Litoral Paranaense.

4.1.4 Missão

A Universidade Estadual do Paraná tem por missão gerar e difundir o conhecimento científico, artístico-cultural, tecnológico e a inovação, nas diferentes áreas do saber, para a promoção da

cidadania, da democracia, da diversidade cultural e do desenvolvimento humano e sustentável, em nível local e regional, estadual, nacional e internacional.

4.1.5 Princípios

De acordo com o previsto em seu Estatuto, os princípios que regem a organização e a ação da Universidade Estadual do Paraná são:

- Universalidade do conhecimento e sua sistematização;
- Autonomia universitária;
- Gestão democrática por meio de eleições e representatividade, modelo *multicampi* e descentralização administrativa e operacional;
- Equidade de acesso e permanência ao ensino superior público, gratuito e de qualidade;
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e cultura;
- Cooperação e integração entre os campi, setores, unidades, seções na execução das atividades meio e fim da universidade;
- Interação com o poder público e a sociedade civil para a formulação e controle social das políticas públicas nas diferentes esferas de governo (PDI, 2018-2022).

4.1.6 Objetivos e Metas

São objetivos institucionais da Unespar:

- a) Consolidar seu papel no desenvolvimento humano, social e integral e no desenvolvimento econômico em todos os níveis;
- b) Ampliar seus espaços de interlocução com a sociedade, particularmente nos campos da arte, cultura, saúde, cidadania e educação, dirigindo suas funções acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão para o atendimento a demandas sociais;
- c) Participar, em nível internacional, nacional, estadual e local, de fóruns de discussão e definição de políticas públicas no âmbito da inclusão social e da produção e difusão da ciência, da arte e da cultura, buscando sempre estruturar a participação discente;
- d) Estabelecer parcerias com órgãos governamentais, empresas e organizações da sociedade civil, para o desenvolvimento de programas de interesse mútuo e de impacto social;
- e) Reforçar sua integração com a rede de universidades estaduais, na coordenação de ações que visem o fortalecimento do sistema universitário público no Estado do Paraná;
- f) Assegurar alocação de recursos governamentais, por meio da articulação de suas representações nos diversos conselhos, comitês e organizações de fomento a projetos acadêmicos;
- g) Aperfeiçoar os recursos infraestruturas, materiais e financeiros, implementando estratégias para utilização plena da capacidade instalada;
- h) Fortalecer a atuação dos órgãos colegiados superiores na definição das macropolíticas institucionais;
- i) Promover revisão e atualização dos seus instrumentos normativos, de modo a favorecer o alcance de um novo patamar de qualidade no exercício de suas funções acadêmicas e na democracia interna da instituição;

- j) Estabelecer uma política de desenvolvimento de pessoas que considere a essencialidade dos agentes universitários e docentes para o cumprimento das atividades-fim da instituição;
- k) Implementar uma política de apoio ao corpo discente, baseada em equidade e justiça, incluindo ações nos âmbitos social, acadêmico e cultural;
- l) Implementar políticas acadêmicas de integração do ensino, da pesquisa e da extensão por meio de programas que envolvam, de forma indissociável, a produção e a socialização do conhecimento à formação dos acadêmicos;
- m) Promover a melhoria da qualidade do ensino, em todos os níveis;
- n) Diversificar as atividades de ensino, em níveis de graduação, de pós-graduação ou de extensão, ampliando as vagas nos cursos presenciais;
- o) Criar mecanismos que favoreçam o acesso à Universidade de grupos sociais tradicionalmente excluídos;
- p) Criar condições para estimular e fortalecer a pesquisa pelo incentivo ao desenvolvimento de programas inovadores, o intercâmbio com instituições nacionais e internacionais, a crescente qualificação de pesquisadores e grupos de pesquisa, bem como a divulgação do conhecimento produzido;
- q) Consolidar a extensão universitária como interface da Universidade com segmentos da sociedade e como espaço pedagógico de formação;
- r) Implementar uma política de democratização dos conhecimentos científicos, culturais e tecnológicos, por meio do fortalecimento de um sistema qualificado de bibliotecas e de acesso ampliado a redes e bancos de dados existentes e potencialmente disponíveis;
- s) Promover uma inserção qualificada da instituição no panorama acadêmico nacional e internacional, pela difusão da sua produção científica, técnica e artística;
- t) Fomentar a realização de atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer;
- u) Formar Profissionais habilitados ao exercício das carreiras públicas, profissões liberais, técnico-científicas, técnico-artísticas e de magistério, bem como de trabalhos de cultura geral;
- v) Promover e estimular processos, sistemas e tecnologias, que contribuam para o desenvolvimento social;
- w) Garantir o pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica (PDI, 2018-2022).

4.1.7 Contexto da região: cenário cultural, socioeconômico e demográfico da região

A área de abrangência da Unespar *Campus* de Paranaguá é composta pelos 07 (sete) municípios que compõem o Litoral do Paraná, sendo eles: Paranaguá, Antonina, Morretes, Guaraqueçaba, Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba.

A população, de acordo com o Censo de 2010, conta com 265.392 habitantes, com uma estimativa para 2015 de 286.602 habitantes. O IDH médio dos municípios é de 0,701, sendo o município de Guaraqueçaba o menor, com 0,587.

Quanto aos dados educacionais dos municípios litorâneos encontram-se dispostos na tabela a seguir.

Unidades da Federação Municípios Dependência	Matrícula inicial			
	Ensino Regular			EJA
	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Médio	EJA Presencial

Administrativa	Creche		Pré-escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental	Médio
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral		
PARANAGUÁ												
Estadual Urbana	0	0	0	0	0	0	8.822	81	4.858	36	1.864	1.489
Estadual Rural	0	0	5	0	6	0	107	0	20	0	0	0
Municipal Urbana	1.193	437	2.561	15	8.229	1.252	0	0	0	0	329	0
Municipal Rural	0	0	41	0	252	0	0	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	1.193	437	2.607	15	8.487	1.252	8.929	81	4.878	36	2.193	1.489
MORRETES												
Estadual Urbana	0	0	0	0	0	0	833	0	618	0	122	71
Estadual Rural	0	0	3	0	10	0	10	0	0	0	0	0
Municipal Urbana	178	0	257	0	677	0	0	0	0	0	6	0
Municipal Rural	0	0	168	0	521	0	256	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	178	0	428	0	1.208	0	1.099	0	618	0	128	71
MATINHOS												
Estadual Urbana	0	0	0	0	0	0	2.229	2	1.328	9	90	79
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Municipal Urbana	793	0	1.033	0	2.816	0	0	0	0	0	41	0
Municipal Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	793	0	1.033	0	2.816	0	2.229	2	1.328	9	131	79
GUARAQUECABA												
Estadual Urbana	0	0	0	0	0	0	191	62	94	28	38	23
Estadual Rural	0	0	1	0	10	0	316	0	142	0	0	0
Municipal Urbana	0	57	17	25	253	0	0	0	0	0	0	0
Municipal Rural	0	0	113	0	295	0	0	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	0	57	131	25	558	0	507	62	236	28	38	23
GUARATUBA												
Estadual Urbana	0	0	0	0	0	0	2.009	0	1.348	0	136	120
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	113	0	61	0	0	0
Municipal Urbana	349	732	1.022	0	2.809	0	0	0	0	0	43	0
Municipal Rural	0	0	64	0	276	0	0	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	349	732	1.086	0	3.085	0	2.122	0	1.409	0	179	120
ANTONINA												
Estadual Urbana	0	0	0	0	0	0	804	136	567	0	142	114
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	134	0	70	0	0	0
Municipal Urbana	53	0	343	0	1.176	0	0	0	0	0	30	0
Municipal Rural	0	0	45	0	195	0	0	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	53	0	388	0	1.371	0	938	136	637	0	172	114
PONTAL DO PARANA												
Estadual Urbana	0	0	0	0	0	0	1.613	0	1.029	0	175	125
Estadual Rural	0	0	1	0	11	0	5	0	0	0	0	0
Municipal Urbana	625	0	677	28	1.822	133	0	0	0	0	12	0
Municipal Rural	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	625	0	678	33	1.833	133	1.618	0	1.029	0	187	125

Fonte: INEP (2020)

Ainda sobre os dados educacionais cumpre ressaltar os dados sobre o Município de Paranaguá. Tal informação é importante para que seja explicitado os possíveis campos e demandas de atuação do professor licenciado em educação especial. Tais dados, referentes ao de 2019, são apresentados na tabela em sequência.

Etapas e Modalidades	Estudantes	Turmas	Capacidade de Matrículas
Ensino Fundamental 1/5 – Urbana	10.552	461	12.835
Ensino Fundamental 1/5 – Rural	276	66	269
Educação Infantil – Creches Municipais	1.671	129	1.778
Pré I – Creches municipais	1.120	69	1.339
Pré I nas Escolas do Campo/Colônias	12	6	22
Pré II nas Escolas do Campo/Ilhas	18	9	30
Pré II – Escolas Municipais	1.095	42	1.752
Pré II – Creches Municipais	419	27	463
Estudantes matriculados Ens. Fund. Especial	190	28	237
Estudantes matriculados EJA Ed. Esp.(seja)	435	16	-
Estudantes matriculados AEE	213	-	-
Estudantes matriculados em Classes Especiais	237	-	-
Estudantes matriculados na EJA	386	-	419
Total Geral de matriculados na Rede Municipal	16.624	853	19.144

Fonte: Dutra (2019, p. 40)

4.1.8 Contexto da Educação Especial Inclusiva no Litoral do Paraná

A educação especial na região do litoral do Paraná teve início segundo o movimento que acontecia em âmbito nacional na década de 1950, do século passado, com a criação das Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs). Em 1953, foram registradas na Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), sete escolas especiais, das quais cinco localizavam-se na capital e as demais na cidade de Londrina. Notadamente, a escola pública começou a se preocupar com a Educação Especial no ano de 1958, essa iniciativa se intensificou no ano de 1963, quando a Secretaria do Estado da Educação e Cultura instituiu o serviço de educação dos excepcionais.

Na região do litoral observaram-se as primeiras iniciativas no município de Paranaguá com a fundação da APAE que, como em todo o país, surge diante das dificuldades dos familiares de crianças com deficiência e famílias amigas ante a possibilidade de verem negadas a seus filhos, com necessidades especiais, uma perspectiva de socialização e uma vida mais integrada na sociedade. Conforme os dados históricos da APAE – Paranaguá, as professoras Nori Ache dos Santos e Zulma Salgado Moraes lutaram inicialmente, pela criação de uma escola para crianças especiais, entraram em contato com o Sr. Álvaro Barros que, na época, era presidente do Lions Clube de Paranaguá, solicitando que o mesmo fundasse a APAE de Paranaguá. Fato este que se concretizou em 29 de julho de 1968, sendo ele o primeiro presidente.

O ano de 1968 representou um marco na Educação Especial parnanguara, pois, por meio do Decreto nº 488, de 1º de julho foi criada a Escola Municipal da Criança Excepcional, por a qual inaugurada no dia 29 de julho do mesmo ano, entretanto, a referida escola só passou a funcionar, efetivamente, por meio do Decreto nº. 3.921, de 19 de setembro de 1977.

Embora o movimento pela educação especial tenha iniciado, em Paranaguá, pela APAE, iniciou, efetivamente, no ano de 1985, com a criação do atendimento à deficiência mental e do Centro de Estimulação Precoce. É neste contexto que surge a Escola de Educação Especial Maria Nelly Picanço, que foi fundada apenas em 18 de janeiro 1988; mantida pela APAE de Paranaguá e pertencendo ao maior movimento filantrópico do mundo e do Brasil, sob a responsabilidade da Federação Nacional das APAES.

Entre 1979 e 1987, foi criada o que hoje se conhece por “Profª. Eva Tereza Amarante Cavani”. Finalmente, em 11 de setembro de 1998, por determinação da Secretaria Estadual de Educação do Paraná, por meio da Resolução nº. 3.210, recebeu nova denominação: Escola Municipal de Educação Especial “Profª. Eva Tereza Amarante Cavani”.

Em 1981, iniciou em Paranaguá, o atendimento para surdos na Educação Especial, tendo como pioneira na atividade a Profª. Iara D’Albuquerque Maron, seguida pela Profª. Rosângela Valentim, na Escola Estadual Faria Sobrinho, na qual funcionou em sistema de classe especial, até dezembro de 1986 e no Colégio Estadual José Bonifácio, sob a responsabilidade de outros professores. Muitos alunos surgiram com a divulgação do programa de atendimento as pessoas surdas pelo Departamento de Ensino Especial e Núcleo Regional de Educação de Paranaguá.

No final de 1989, um grupo de pais, professores, amigos, pessoas da comunidade parnanguara e o Núcleo Regional de Educação resolveram criar uma associação para o atendimento ao surdo em Paranaguá. Com o apoio da SEED e participação de todos os envolvidos, sob o Decreto nº. 1.313, foi obtido o registro da Associação dos Colaboradores da Escola de Deficientes Auditivos (ACEDA), como Entidade Mantenedora, no cartório de registro de Títulos e Documentos da Comarca de Paranaguá, tendo como presidente a Srª. Maria Isameire Franzini e vice o Sr. Lourival da Luz Machado.

Em 5 de fevereiro de 1990, a ACEDA obteve o registro na SEED do Centro Especializado para Deficientes Auditivos de Paranaguá (CEDAP), conforme Resolução nº 377/90, da Prefeitura Municipal de Paranaguá. Durante a gestão do Sr. Prefeito José Vicente Elias, a ACEDA obteve a cessão em comodato do imóvel, então denominado de Centro Comunitário do Jardim Eldorado, sendo posteriormente, reformado e ampliado com verbas provenientes da SEED, FUNDEPAR, MEC e da comunidade em geral. Atualmente, a ACEDA tem a posse definitiva deste espaço físico, cedido pela Câmara Municipal.

Ainda em 1990, conseguiu-se, mediante a interferência de Dom Alfredo Novak, D. Bispo Diocesano de Paranaguá, a vinda das Irmãs da Pequena Missão para surdos – Congregação Religiosa de ordem italiana, com 140 anos de experiência nesta área de ensino, para atuarem na orientação pedagógica da escola e formação de surdos. No início de 1991 foi indicado o primeiro diretor do CEDAP, Professor Edison Sérgio Coelho que deu início as atividades pedagógicas da escola. Em agosto de 1991, chegaram para atuar na escola, as primeiras Irmãs da Pequena Missão, Irmã Ascensão

da Silva Clemente e como coordenadora pedagógica a Irmã Gila Di Renzoc. Devido a realidade dos educandos, foi implantado em 27 de abril de 1994, o Ensino Regular de 1ª a 4ª séries, por meio da Resolução nº 6.358/93 concedida pela Secretaria de Estado de Educação do Paraná. Em 2001, de acordo com a Deliberação nº. 03/98 do Conselho Estadual de Educação (CEE), o Centro Especializado para Deficientes Auditivos “Nydia Moreira Garcez” – Ensino Fundamental passou a se denominar Escola de Educação Especial para Surdos “Nydia Moreira Garcez” – Ensino Fundamental (SEMEDI – PARANAGUÁ).

Destaca-se aqui que a ampliação dos atendimentos ao público da Educação Especial foi sendo observado nos demais municípios da região com a criação de escolas vinculadas a APAE, sendo criada, 1989, em Antonina e Guaratuba, Matinhos em 1994 e no município de Pontal do Paraná, em 1999. Em Guaratuba foi constituída a Escola de Educação Especial Municipal a APADVG em 2008 e, no ano de 2011 é constituída a APAE de Morretes. Notadamente não há escolas especiais em Guaraqueçaba.

Importa considerar que naquele momento a então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá (FAFIPAR) de algum modo se envolvia no processo de formação de professores articulando para que chegasse à região os antigos cursos de estudos adicionais e cursos no formato de especialização em anos posteriores.

Notadamente, articulado ao movimento nacional a região do litoral, especificamente Paranaguá, passa à transição de um modelo exclusivamente segregado para um modelo mais integracionista, sendo o ano de 1982, marco do surgimento das classes especiais com o intuito de “resgatar” os alunos com dificuldades acentuadas na aprendizagem que estavam matriculados no Ensino Regular. Naquele contexto foi então criado o Centro de Triagem, Diagnóstico e Reabilitação de Paranaguá (CETRID), que visava a avaliação das crianças. Desse período até 1989, houve grande expansão dessas classes, embora já se ouvissem rumores sobre a inclusão escolar.

No início de 1997, foram incluídos os primeiros alunos de 5ª série, nas Escolas de Ensino Fundamental Regular, com atendimento no Programa de Apoio Educacional ofertado pelo CEDAP em contraturno. A partir de 2004 foi autorizado o funcionamento da primeira Sala de Recursos no Município de Paranaguá, na Escola Municipal Professor Manoel Viana, para atender alunos com problemas de aprendizagem e atraso acadêmico significativo, distúrbios de aprendizagem e/ou deficiência intelectual. Em 2006, novos programas foram implantados e efetivados para atender a diversidade das necessidades educacionais dos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino.

O processo de inclusão nas Escolas de Ensino Fundamental da Rede Regular vem se ampliando consideravelmente com a adesão e constituição do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a implantação das Salas de Recursos.

Em 2007 iniciaram as capacitações aos professores do Ensino Regular, pois neste período, já se encontravam incluídos quarenta e seis alunos com acompanhamento periódico do Departamento de Educação Especial da SEMEDI. Em 2008, a SEMEDI investiu na formação continuada dos

professores do Ensino Regular contratando a Empresa “Bom Jesus”, a qual capacitou em todas as áreas da deficiência os profissionais da Rede Municipal de Ensino. A SEMEDI continuou realizando Seminários, Oficinas e Encontros Descentralizados, por meio da sua equipe técnico-pedagógica da Divisão de Educação Especial.

Em 2010, considerando todo o processo de Inclusão e, ainda, no momento, frente à possibilidade do fechamento das Escolas Especiais, ofertou-se aos profissionais da Educação, o primeiro Curso de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). O intuito da capacitação era proporcionar aos profissionais o conhecimento das singularidades da Língua de Sinais, bem como, preparar os professores para atuar, enquanto agentes multiplicadores, nas Oficinas de Libras, tendo como foco dar noções da Língua gestual-codificada aos alunos ouvintes, considerando-a como a segunda Língua oficial do Brasil. Neste período, foram capacitados 247 profissionais da educação. De acordo, com a Resolução do CNE/CEB nº 4/2009 que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado, na Educação Básica, no município de Paranaguá foram abertas, em 2011, quinze Salas de Recursos Multifuncionais (AEE) em substituição a quatorze Classes Especiais a cinco Salas de Recursos, nessa mesma linha, seguiu-se a ampliação do processo de inclusão nos demais municípios da região.

Atualmente os dados da educação especial na região atendida pelo NRE de Paranaguá conta com uma demanda de 2.314 horas para suprimento de professores em escolas da Rede Estadual e 162 professores nas escolas especiais dos seis municípios atendidos. A região conta com um total 2.594 alunos compreendidos somente na Rede Estadual, se considerar os números de atendimentos nos municípios litorâneos, este o total se eleva. As áreas de atuação compreendem a deficiência visual cegueira e baixa visão, surdocegueira, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos do espectro autista (TEA), surdez, transtornos mentais, distúrbios de aprendizagem, altas habilidades/superdotação, deficiência múltipla, deficiência intelectual e deficiência auditiva. As Rede Estadual e Municipal conta com atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais I e II.

Esse contexto abre indicativos da demanda que se tem por profissionais e, conforme informações do próprio NRE, há demandas de aulas em aberto em escolas especiais e salas de recursos multifuncionais. Além disso, considera-se a relevância de difundir os conhecimentos nas áreas da educação especial, em específico, em algumas que vem apresentando demandas na região, tais como: guia-intérprete, deficiência visual (cego e baixa visão), auto descritor e ledor. Áreas estas que até, recentemente, eram atendidas somente pela Rede Estadual de Ensino e que agora passam ser atendidas também pela Rede Municipal de Ensino.

Logo, a proposição de um curso de licenciatura em educação especial inclusiva atende ao disposto nas leis brasileiras, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) (2015) quando reitera a urgência de se garantir formação aos professores para atuarem frente às necessidades

educacionais especiais, além de estabelecer a importância de implantação e fortalecimento de sistemas inclusivos em todos os níveis de ensino.

Este fato implica novas demandas para o curso em questão ao passo que além da formação inicial, pode se configurar, também como um mecanismo de fortalecimento de processos de formação continuada, com oferta de segunda licenciatura junto às redes de ensino e assim, atendendo ao disposto nos Artigos 27 a 30 da LBI.

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I – sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II – aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III – projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

IV – oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;

V – adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

VI – pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

VII – planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;

VIII – participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;

IX – adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;

X – adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;

XI – formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;

XII – oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação;

- XIII – acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;
- XIV – inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;
- XV – acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;
- XVI – acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;
- XVII – oferta de profissionais de apoio escolar;
- XVIII – articulação intersetorial na implementação de políticas públicas.

§ 2º Na disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras a que se refere o inciso XI do caput deste artigo, deve-se observar o seguinte:

- I – os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras;
- II – os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras.

Art. 30. Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas as seguintes medidas:

- I – atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços;
- II – disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação;
- III – disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;
- IV – disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;
- V – dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade;
- VI – adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa;
- VII – tradução completa do edital e de suas retificações em Libras (BRASIL, 2015).

A proposição deste curso, funda-se, portanto, nas necessidades ensejadas nos dispositivos legais e, de igual importância, nas demandas apresentadas no contexto social local, no que diz respeito ao fortalecimento dos sistemas inclusivos pela articulação da tríade ensino, pesquisa e extensão.

5 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

5.1 JUSTIFICATIVA

A perspectiva da educação especial, tem mudado ao longo do tempo e é influenciada pelo contexto econômico, político e pedagógico em que está situado, sendo assim, no contexto atual, não é possível restringir o estudo acerca da educação especial ao mero domínio técnico no trato de pessoas deste universo. É importante que se tenha claro que as políticas educacionais evoluíram, convidando a

sociedade não só a respeitar e tolerar, mas, sim na perspectiva de garantir às pessoas com deficiências o direito à educação.

A perspectiva assumida pela Unespar - Paranaguá, é de uma educação especial inclusiva, que busca não só olhar para este universo, mas, acreditar que todo indivíduo, independente de sua condição de deficiência ou necessidades educativas especiais, pode aprender e evoluir, considerando a sua trajetória de vida, limitações e possibilidades.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2018-2022), da Unespar, indica a concepção alicerçada pela crença que todos têm direito à educação, cabendo à instituição a busca da quebra de barreiras arquitetônicas e atitudinais. Diante do contexto atual, de garantia dos direitos humanos, entende-se que a criação de um curso de licenciatura na Unespar - Paranaguá, justifica-se por um aumento significativo da inclusão de pessoas com deficiência nas instituições de ensino e a crescente demanda de formação de professores que compreenda as nuances que permeiam a política educacional da inclusão escolar, tendo claro que não é apenas pela inserção de um indivíduo em classes comuns, que a inclusão e a aprendizagem acontecerá.

Assim, a Unespar - Paranaguá, pretende com a criação do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, contribuir com o debate e com a busca de formação de professores que garanta uma compreensão da sociedade em que estão inseridos e, ao concluírem o curso, tenham os instrumentos necessários para uma prática pedagógica que atenda aos anseios da comunidade escolar. Justifica-se também, pela caminhada em prol dos direitos humanos e pela crença de que todos podem aprender.

Justifica-se, ainda, por atender o disposto na “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2008), a qual visa: assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (atualmente TEA) e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso com participação e aprendizagem no ensino comum; oferta do atendimento educacional especializado; continuidade de estudos e acesso aos níveis mais elevados de ensino; promoção da acessibilidade universal; formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado; formação dos profissionais da educação e comunidade escolar.

Desta forma, coerente com os princípios da instituição, a proposição para a implantação do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva em formação inicial e formação continuada (segunda licenciatura), ainda, não existente no litoral paranaense, contribuirá para inspirar uma política de formação de professores, coerente com o momento atual.

5.2 CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS

Por muito tempo as políticas e práticas educacionais no Brasil foram excludentes e visavam

atender determinados grupos sociais. Assim, a educação enquanto direito, apesar de constar na Constituição Federal de 1988, é privilégio de poucos.

No que diz respeito à Educação Especial, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 4.024/61, em seu título X: “Da Educação de Excepcionais” traz em seus artigos 88 e 89 que a educação deveria enquadrá-los “no que for possível” ao sistema geral de educação a fim de integrá-los na comunidade. Além disso, ofertava incentivos ao sistema de ensino privado para que acolhessem estes sujeitos. Integração era um vocábulo bonito, mas, na ação educativa não tinha nenhum significado.

Foi somente, a partir da década de 1970, que um modelo educacional de integração, começou a ser desenhado devido a reivindicações de pais, profissionais da educação e pessoas com deficiência que clamavam pelo direito e oportunidade educativa semelhante aos demais sujeitos. “Possivelmente esse avanço foi decorrência da ampliação do acesso à escola para a população em geral, da produção do fracasso escolar e da conseqüente implantação das classes especiais nas escolas básicas públicas, na época predominantemente sob a responsabilidade dos sistemas estaduais” (MENDES, 2006, p. 397).

A respeito da integração neste período, Granemann (2005, p, 34), esclarece que

no que diz respeito à escola, são integrados somente os indivíduos que apresentam as condições e requisitos para adaptação em sala regular, classe especial ou instituições especializadas. A integração escolar é, portanto, um processo educativo-escolar, realizado no mesmo grupo de educandos, com e sem deficiências e/ou com necessidades educacionais especiais, durante parte ou totalidade do tempo de sua permanência na escola. Cabe lembrar que, no sistema integrativo, tais educandos estudam junto aos demais, mas não realizam as mesmas atividades e continuam sendo segregados, caso não acompanhem os demais.

Em 1973, o Ministério da Educação, criou o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), órgão que foi substituído em 1986 pela Secretaria de Educação Especial (SEESP), que tinha por intuito coordenar as ações da política educacional no país voltadas para as pessoas com necessidades especiais.

Na década de 1980 surgiram movimentos e fundou-se instituições em defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, mas o grande marco se deu com a promulgação da Constituição Federal (CF), em 1988. Conhecida como a “Constituição Cidadã”, ela traz em todos os capítulos que aludem sobre os direitos do cidadão e dos deveres do estado, artigos que contemplam as pessoas com deficiência. Quanto ao aspecto educacional, a Carta Magna destaca a igualdade de condições e garante a permanência na escola. Em seu art. 208, inciso III reza que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede

regular de ensino” (BRASIL, 1988).

A partir de 1990, as questões pertinentes à educação especial foram ampliadas no país e, em 1994, publicou-se a Política Nacional de Educação Especial que teve por intuito fundamentar e nortear o processo de educação das pessoas com deficiências, condutas típicas e altas habilidades.

Em 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), n. 9.394 e representou um avanço no que diz à Educação Especial, pois dedica a ela um capítulo (e, não mais, só artigos como nas duas anteriores) e, em seu artigo 58, reafirma o art. 208 da CF de que os educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação deve ser realizada, preferencialmente, na rede regular de ensino. O art. 59, da referida Lei prevê que

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação
I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996).

Percebe-se, assim, a necessidade de formar professor para atender a esta demanda, porém, a formação necessária deve contemplar diversas etapas e modalidades de educação, como compromisso de um projeto social amplo que assegure um processo inclusivo, conforme descrito no Art. 5º., item 2:

A formação dos profissionais do magistério (formadores e estudantes) como compromisso com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação (BRASIL, 2015).

Ressalta-se que não é suficiente incluir nos cursos de licenciatura, disciplinas que permitam o atendimento das pessoas com deficiência, pois sabe-se que a formação de professores acontece de forma fragmentada, por fatores macrossociais e de políticas educacionais. Nesta perspectiva, a formação para atuar com alunos com deficiência apresenta muitas dificuldades na prática.

A formação de professores precisa levar em consideração a prática concreta da escola, caso contrário, as práticas excludentes serão perpetuadas, culminando com o fracasso escolar. O desafio que se impõe é o de garantir educação de qualidade a todos, portanto, tratar de formação docente na

perspectiva da inclusão, implica em refletir sobre a dinâmica social e a relação direta com o processo de formação e prática do professor.

Considera-se que o debate da formação de professores com vistas à inclusão, deve levar em consideração as influências dos organismos internacionais na formulação e nos encaminhamentos de políticas referentes à educação inclusiva no Brasil (TORRES, 2010).

Há que se considerar, também, que o professor tem um papel decisivo, a partir do momento em que ele se propõe a aprofundar o conhecimento teórico e a refletir sobre as experiências profissionais, tendo em vista a reconstrução de ações e intervenções que potencializam a inclusão de sujeitos (SILVA, 2014).

Neste sentido, é possível afirmar que, a formação de professores no Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, almeja o desenvolvimento profissional docente no que diz respeito à autonomia, às intervenções e às práticas, procurando de algum modo, estabelecer caminhos para assegurar não só o acesso, como também a permanência e o sucesso na aprendizagem do aluno com deficiência inserido no ensino comum.

Neste contexto, assume-se a concepção de que na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial é parte integrante da proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento, (TEA) e altas habilidades/superdotação e outros, que nestes casos implicam em transtornos funcionais específicos e, neste sentido, compreende-se que, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos por meio de práticas de ensino colaborativo.

Trata de uma área de formação que preconiza a transversalidade da modalidade de ensino especial desde a educação infantil até a educação superior; além da articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. Ainda, segundo o que recomenda o documento Políticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva tem-se a necessidade de que as atividades do AEE devem ser realizadas mediante a atuação de professor com formação especializada que, o habilite, entre outras coisas, ao desenvolvimento dos processos mentais superiores, ao ensino da Língua Brasileira de Sinais e da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação aumentativa e alternativa, dos programas de enriquecimento curricular, adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, tecnologia assistiva e outros recursos e perspectivas do Desenho Universal para a Aprendizagem. Tal recomendação é consoante à defesa de um processo formativo que articule **pesquisa**, desenvolvida, t por meio da pesquisa da prática; o **ensino**, configurado pelos momentos de instrumentalização do acadêmico e a **extensão**, momento em que é oportunizado a vivência, com atuação protagonista, junto à comunidade.

Assim, a concepção assumida neste PPC pauta-se na articulação teoria e prática, pela

indissociação da pesquisa, ensino e extensão. E, em atendimento a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 que trata da BCN-Formação de professores, o curso terá como um dos fundamentos as experiências práticas de qualidade que constituem parte essencial do programa de preparação profissional efetivo, com o intuito de preparar os estudantes para desempenhar papéis profissionais práticos e demonstrar as habilidades que eles devem ter ao desempenhar estes papéis. Assim, é esperado que as experiências de práticas se alinhem com o conhecimento e habilidades necessários ao núcleo comum e áreas de especialização de modo a atender o disposto na referida Resolução, em específico nos artigos 3, 4 e 5 os quais estabelecem,

Art. 3º Com base nos mesmos princípios das competências gerais estabelecidas pela BNCC, é requerido do licenciando o desenvolvimento das correspondentes competências gerais docentes.

Parágrafo único. As competências gerais docentes, bem como as competências específicas e as habilidades correspondentes a elas, indicadas no Anexo que integra esta Resolução, compõem a BNC-Formação.

Art. 4º As competências específicas se referem a três dimensões fundamentais, as quais, de modo interdependente e sem hierarquia, se integram e se complementam na ação docente. São elas: I - conhecimento profissional; II - prática profissional; e III - engajamento profissional.

§ 1º As competências específicas da dimensão do conhecimento profissional são as seguintes: I - dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los; II - demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem; III - reconhecer os contextos de vida dos estudantes; e IV - conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.

§ 2º As competências específicas da dimensão da prática profissional compõem-se pelas seguintes ações: I - planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens; II - criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem; III - avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e IV - conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades.

§ 3º As competências específicas da dimensão do engajamento profissional podem ser assim discriminadas: I - comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional; II - comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender; III - participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; e IV - engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar.

Art. 5º A formação dos professores e demais profissionais da Educação, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, tem como fundamentos:

I - a sólida formação básica, com conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; II - a associação entre as teorias e as práticas pedagógicas; e III - o aproveitamento da formação e das experiências anteriores, desenvolvidas em instituições de ensino, em outras atividades docentes ou na área da Educação. Parágrafo único. A inclusão, na formação docente, dos conhecimentos produzidos pelas ciências para a

Educação, contribui para a compreensão dos processos de ensino aprendizagem, devendo-se adotar as estratégias e os recursos pedagógicos, neles alicerçados, que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao conhecimento (BRASIL, 2019).

Busca-se com isso uma concepção de educação especial na perspectiva inclusiva que visa romper com práticas e paradigmas que historicamente orientaram essa modalidade educacional. No contexto histórico a Educação Especial se apresenta, basicamente, em dois direcionamentos, marcada por distanciamentos (educação segregada) e aproximações (educação inclusiva) a depender do contexto político legal e, mesmo, o contexto social. No modelo segregado, a linha de referência para a atuação está no que se convencionou como “normal” ou estatisticamente mais frequente, baseada num modelo médico de deficiência, seu enfoque está nos aspectos clínicos, ou seja, no diagnóstico. O processo de inclusão ocorreria em função da capacidade de o aluno adaptar-se ao ensino regular.

Na direção oposta, a Educação Especial na perspectiva inclusiva, passa a constar na proposta pedagógica da escola, e transversal a todos os níveis etapas e modalidades da educação brasileira, destacando-se que na educação superior tal transversalidade no ensino implica a interação em todos os setores e serviços que a instituição oferta. Outro aspecto diferencial é que, nesta direção, essa modalidade educacional atua de modo complementar ou suplementar ao processo de escolarização em sala de aula. Advogando em favor de práticas coletivas e colaborativas, incondicional e irrestrita. Garante o direito de todos à educação, ou seja, à plena participação e aprendizagem, partindo do pressuposto de que a diferença é uma característica humana. O modelo que a fundamenta é o modelo social de deficiência, cujo foco está em promover acessibilidade pela remoção das barreiras sociais postas às Pessoas com Deficiência (PcD). Assim, a escola deve responder às necessidades e interesses de todos os alunos, com ou sem deficiência, partindo do pressuposto de que todas as pessoas aprendem diversificando estratégias pedagógicas para todos fundamentando-as na prática do ensino colaborativo e do Desenho Universal Aplicado à Aprendizagem (DUA).

A compreensão que, atualmente, se tem da Educação Especial encontra-se estreitamente vinculada às construções teóricas, relacionadas à questão do seu principal objeto de estudo e ao fenômeno da deficiência, que no presente enfrenta uma tensão significativa entre, no mínimo, duas posições teóricas divergentes: a concepção da deficiência enquanto patologia individual (modelo médico), ou enquanto uma patologia social (modelo social).

Cada uma destas vertentes comporta, por sua vez, duas outras ramificações, dando origem, a pelo menos, quatro diferentes formulações teóricas, das quais se destacam: a abordagem biomédica, a abordagem funcional, a abordagem ambiental e a abordagem dos direitos humanos (RIOUX; VALENTINE, 2006). De uma síntese dos autores pode-se depreender que as formulações teóricas explicitam o modelo calcado na patologia individual, ou ainda, modelo médico. Tem-se então, uma abordagem biomédica em que o foco está nas características biológicas e, nesse sentido, as atenções estão para:

- O tratamento: por meio da medicina e da biotecnologia;
- A prevenção: por meio da intervenção genética ou biológica e
- A responsabilidade social: eliminar ou curar.

Ainda, calcado no modelo médico há a abordagem funcional cujo foco está nas consequências, capacidades e habilidades funcionais. Nesta abordagem, a prática visa:

- O tratamento: por meio da reabilitação e serviços;
- A prevenção: por meio do diagnóstico precoce e tratamento e
- A responsabilidade social: tornar a vida da pessoa melhor e providenciar conforto.

Nas formulações teóricas com enfoque na patologia social constata-se a abordagem ambiental para a qual as consequências advêm de fatores ambientais e da organização dos serviços. As práticas, nessa abordagem, visam:

- Ao tratamento, ou ainda, promover maior controle dos indivíduos, dos serviços e suportes;
- A prevenção por meio da eliminação das barreiras econômicas, sociais e psicológicas;
- A responsabilidade social, pretendendo eliminar as barreiras do sistema.

Atualmente, não menos importante a abordagem dos direitos humanos. Nessa abordagem, as consequências limitadoras são do modo de organização social e das relações entre o indivíduo e a sociedade. As práticas, neste contexto, preconizam:

- O tratamento: por meio da reformulação das políticas públicas, econômicas e sociais;
- A prevenção: por meio do reconhecimento de que as condições de *Disability* são inerentes à sociedade e
- A responsabilidade social, com o objetivo de promover políticas e garantia aos direitos sociais.

Conforme apresentado as formulações e abordagens em educação especial são plurais e, do mesmo modo a gama de conhecimento desta área já que congrega conhecimentos de diversas disciplinas científicas, por isso é mister o fundamento na base de paradigmas múltiplos do pensamento científico social.

No entanto, para alcançar tal abrangência não se pode eximir de uma crítica ao conhecimento disponível em educação especial seus modelos e práticas concretizadas, a fim de examinar as perspectivas dos paradigmas das ciências biológicas, educacionais, sociais, políticas e culturais, cujo objetivo busque a formação de profissionais capazes de pensar e atuar de forma substancialmente diferente do que se faz hoje na profissão.

De ampla prevalência na Educação especial, a abordagem biomédica e funcionalista tem sido alvo de intensas críticas direcionando os olhares para uma abordagem mais promissora que é a dos direitos humanos.

Para a abordagem dos direitos humanos a deficiência passa a ser concebida como uma

consequência da organização social e das relações dos indivíduos com a sociedade em geral. Os aspectos políticos, legais e científicos, leva em consideração o ambiente particular, mas, sobretudo os fatores sistêmicos externos, que podem garantir, para alguns grupos de pessoas, a participação como iguais na sociedade.

O foco desta abordagem está em ampliar as possibilidades que todo o ser humano manifesta nas questões cognitivas, sensoriais e motoras, vistas como aspectos inerentes à condição humana e, toma como eventos esperados e não como motivos para limitar o potencial de pessoas com deficiência em contribuição à sociedade.

Pressupõe, portanto, que na medida em que os direitos avançam, as desigualdades diminuem; e que a diminuição das desvantagens econômicas e sociais é a forma de combater a discriminação contra pessoas com deficiências.

Isso exige a necessidade da oferta de bens, serviços e produtos sociais, pela promoção de suportes, apoio e dispositivos que permitam a integração econômica e social, a autodeterminação, e que garantam os direitos legais e sociais para as pessoas com deficiência. Trata-se de olhar as deficiências da própria sociedade no suporte humano diversificado e na emancipação de indivíduos em situação de desvantagem.

A educação é um dos direitos fundamentais que deve ser garantido a fim de reduzir desigualdades históricas, no caso de pessoas com deficiência e, por consequência, apresentarem necessidades educacionais especiais. Isso pressupõe como necessária a adoção de alguns mecanismos de diferenciação, associados aos mecanismos já institucionalizados pela cultura; a fim de se equiparar às condições de ensino para se chegar a uma igualdade de produtos, garantindo o acesso aos bens e serviços a todos (RIOUX; VALENTINE, 2006).

5.2.1 Objetivos

5.2.1.1 Objetivo geral

Este PPC tem como objetivo geral:

- formar professores para atuar na Educação Especial na perspectiva inclusiva, em nível inicial e formação continuada (segunda licenciatura).

5.2.1.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos deste PPC são:

- suscitar no acadêmico o reconhecimento do ser humano como um sujeito de direito, que pode conviver, aprender no espaço em que vive, bem como interferir na sociedade;
- oportunizar ao acadêmico a reflexão teórico-metodológica acerca das abordagens e

concepções que girem em torno da deficiência e da Educação Especial;

- propiciar ao acadêmico, a compreensão da ação educativa, no espaço do ensino comum;
- possibilitar ao futuro professor a compreensão da prática educativa que se dá nos espaços/tempos de atendimento especializado em Educação Especial Inclusiva;
- instigar ao acadêmico a reflexão sobre a Educação Especial como prática complementar e suplementar pautada no ensino colaborativo e no Desenho Universal para a Aprendizagem;
- oportunizar a formação de profissionais em Educação Especial Inclusiva, alicerçada nos valores humanos e éticos;
- formar professores para atuar no Atendimento Educacional Especializado (AEE), conforme previsto na legislação brasileira;
- possibilitar ao acadêmico a problematização, análise e reflexão sobre o processo de construção da identidade docente na prática pedagógica na Educação Especial Inclusiva;
- subsidiar ao acadêmico conhecimentos que o auxiliem na compreensão das diferentes concepções pedagógicas e suas implicações no processo de ensino e de aprendizagem dos alunos público alvo da Educação Especial;
- instrumentalizar o acadêmico conhecimentos específicos em Libras, Sistema Braille, sorobã, orientação e mobilidade, utilização de recursos ópticos e não ópticos e Tecnologia Assistiva (TA);
- possibilitar ao acadêmico pesquisar e refletir sobre a prática pedagógica em Educação Especial, por meio, de estágios supervisionados no AEE realizado nas Salas de Recursos Multifuncionais, de modo transversal na Educação Básica.

5.3 METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Os pressupostos teórico-metodológicos assumidos neste PPC é consoante com a prática pedagógica articulada à formação integral do acadêmico. Para tanto, o eixo metodológico parte da articulação entre teoria e prática, na medida em que se entende que uma não se dá sem a outra.

Nesse direcionamento, os pressupostos teóricos relacionam-se aos desafios e demandas colocadas pela atual realidade atendendo os seguintes princípios: **domínio teórico-metodológico** dos paradigmas que analisam e explicam o fenômeno educativo em geral, permitindo a compreensão de sua natureza histórica e dos pressupostos que têm fundamentado a prática educativa em diferentes contextos espaço-temporais; **formação profissional ampla**, capacitando este profissional a atuar nos sistemas educacionais e nas funções pedagógica-administrativas da escola e de outras instâncias educativas que requeiram conhecimentos pedagógicos.

Esses princípios direcionam a formação dos profissionais em educação para a compreensão e análise crítica da prática educativa, permitindo a este sujeito atuar em diferentes dimensões do trabalho, quais sejam: a docência, a investigação, o planejamento e a gestão democrática. A

necessidade de inserir o acadêmico no campo de atuação desde os primeiros anos do curso, direciona os esforços das práticas formativas à incorporação da tríade: ensino, pesquisa e extensão, na qual a pesquisa da prática pedagógica, bem como, as ações extensionistas se configuram como elementos necessários à formação do acadêmico.

A concepção metodológica, assumida neste PCC, pressupõe um processo de trabalho contínuo, coletivo e integrado na interlocução entre a comunidade acadêmica, além de promover a interdisciplinaridade ao passo que ao consolidar a tríade ensino, pesquisa e extensão se vislumbra práticas amplas em que as diversas área de saberes e conhecimentos acadêmicos se articulam em delineamentos diversos.

Assumir essa concepção requer dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, o alargamento das perspectivas teórico-metodológicas, permitindo a articulação entre pensamento e ação concreta, cuja finalidade suscite novas sínteses que apontem para diferentes possibilidades teórico-práticas, sem descartar o conhecimento já existente e, ao incorporá-lo, se busque a superação das condições dadas.

Os fundamentos que pautam a concepção metodológica assumida no âmbito deste PPC se traduzem na seguinte organização curricular:

- **Núcleo de Estudos Básicos** composto das seguintes unidades: Unidade dos Fundamentos de Educação e Educação Especial; Unidade de Fundamentos Didáticos em Educação Especial Inclusiva; Unidade de Pesquisa em Educação Especial Inclusiva e Unidade de Procedimentos Metodológicos e Suportes em Educação Especial Inclusiva.
- **Núcleo de Aprofundamento em Formação Docente e Gestão em Educação Especial Inclusiva:** Unidade de Gestão e Formação Docente.
- **Núcleo de Aprofundamento de Estudos Teórico-práticos:** Unidade da Pesquisa da Prática e de Estágio Curricular Supervisionado.
- **Núcleo de Estudos da Educação Especial Inclusiva e Diversidade:** Unidade de Educação Especial Inclusiva e Diversidade.
- **Núcleo de Estudos Integradores:** Unidade de Atividades Articuladoras.

5.4 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A avaliação deve ser compreendida de forma abrangente e, tem como responsáveis no processo de formação do estudante a instituição, centro de área, os docentes e os graduandos, assim, abrange elementos de reflexão, constitutivos do processo de ensino e aprendizagem e da gestão acadêmica como um todo.

O processo de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso (PCC) se dá por uma comissão do Núcleo Docente Estruturante (NDE), conforme a Resolução nº 002/2019, a qual institui o regulamento do Núcleo Docente Estruturante dos cursos de Graduação da Unespar, a qual está

consoante aos preceitos e princípios disposto na Resolução Conaes nº 01 e Parecer nº 04, de 17 de junho de 2010 e na Portaria nº 1383 de 31 de outubro de 2017, com indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação (MEC). O NDE terá a incumbência de conceber, consolidar, atualizar permanentemente e atuar nos processos de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), objetivando a construção da sua identidade e para articular as necessidades de aprendizagem dos estudantes às políticas de saúde, educacional e institucional. Para tanto, no âmbito deste PPC é indicado os componentes do NDE provisório que contribuiram para a elaboração da referida proposta.

Como formas de avaliação dos acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, apresenta-se o processo de avaliação qualitativa, necessária para estabelecer diferentes modalidades avaliativas no decorrer da formação acadêmica. Assim, a avaliação se dá no âmbito da aprendizagem e no âmbito da instituição, na sua perspectiva interna e externa.

Em específico, no que tange à avaliação do ensino-aprendizagem destaca-se os pontos cruciais para o acontecimento deste processo, como a preocupação que a Instituição e o Curso de Educação Especial Inclusiva da Unespar *Campus* de Paranaguá, apresenta com a construção do conhecimento científico e a formação profissional, otimizando a inserção e a permanência futura no mercado de trabalho. Desse modo, oportuniza ao acadêmico o constante aprendizado na profissão e como ser humano dentro de uma sociedade para um bem maior.

Por meio da presente proposta de curso, será estimulada a realização de atividades avaliativas de forma processual, para professor e estudante, objetivando analisar, investigar e proporcionar resultados qualitativos (respeitando a subjetividade de cada estudante) e quantitativos (notas) quanto ao ensino e aprendizagem, considerando aplicações dos conceitos e teorias trabalhados no decorrer das disciplinas.

Considera-se o processo avaliativo como parte do processo de construção do conhecimento. As observações, provas, atividades de campo, atividades em grupo, exposições orais e escritas, visitas técnicas, entre outras, constituem o rol de atividades que caracterizam a avaliação processual, dinâmica e realizada no cotidiano, permeando o ensino e a aprendizagem. Esses instrumentos de avaliação se relacionam com as dimensões da avaliação formativa, reflexiva, processual e emancipatória, as quais tem sido discutidas e trabalhadas no Brasil por autores como Luckesi (2003), Vasconcellos (2005) e Saul (1988).

Segundo expresso no Projeto Político Institucional da Unespar (2018-2022), a avaliação é um momento que expressa a síntese relativa ao trabalho desenvolvido pelos professores e estudantes para a apreensão de um novo conhecimento. Ela deve articular e expressar “[...] a relação entre o cotidiano e o científico, o teórico e o prático, marcando uma nova relação com o conteúdo em relação ao que havia no início do processo, evidenciando um grau mais elevado de compreensão da realidade” (UNESPAR – PPI, 2018, p. 85).

Assim, compreende-se que a avaliação é um elemento complexo, porém, de grande

relevância para o diagnóstico e melhoria da aprendizagem. Entende-se a necessidade de que esteja contemplada como prioritária e faça parte de discussões contínuas no momento de planejamento de ensino, estando integrada à organização da prática pedagógica e em consonância com as aspirações comunitárias, o projeto pedagógico, o currículo, as metodologias e os materiais didáticos utilizados.

A proposta de uma avaliação que supere a classificação e mensuração, em busca de garantias para a plena realização do ensino e aprendizagem aponta para

[...] uma concepção em que a avaliação não segue padrões e parâmetros rígidos, mas que é determinada por dimensões pedagógicas, históricas, sociais, econômicas e até mesmo políticas. Avaliar não é uma ação isolada, ao contrário é uma prática que está diretamente relacionada ao contexto em que se insere (SOUZA, 2003, p.131)

O processo de avaliação é totalmente conectado ao trabalho do professor, em suas atribuições como mediador do conhecimento sistematizado. Seus resultados possibilitam intervir e atuar diretamente para a aprendizagem do estudante, tendo em mente o caminho que ele percorreu no processo de aprendizagem. Nesse sentido, a avaliação deve orientar as práticas docentes e contribuir para repensar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos docentes, subsidiando a melhoria do curso.

O Estágio Supervisionado Obrigatório e as Atividades Complementares serão avaliados de acordo com regulamentos específicos, contidos neste Projeto. Serão respeitadas as especificidades e orientações que constam nas Diretrizes Curriculares Nacionais e documentos afins para cursos de graduação.

5.5 PERFIL DO PROFISSIONAL - FORMAÇÃO GERAL

O profissional formado no curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, deverá de acordo com o artigo 13 da Resolução CNE/CEB nº 04 de 2 de outubro de 2009, estar apto a:

- I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (BRASIL, 2009).

5.6 CAMPO DE ATUAÇÃO

O acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da Unespar – campus Paranaguá, deve estar em consonância com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva do Ministério da Educação, a qual menciona que o professor deve ter como base da sua formação inicial e continuada conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área.

Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado (AEE), aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos multifuncionais, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial (BRASIL, 2008, p. 18-19).

Desta forma, o profissional poderá atuar:

- na docência nos serviços de apoio pedagógico especializado nas escolas de ensino regular, ofertados a alunos que apresentem deficiências, transtornos do espectro autista, TGD, altas habilidades/superdotação; nos diferentes níveis da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio) e Ensino Superior, bem como na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Educação do Campo;
- docência em instituições que ofertam ensino especial junto aos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades/superdotação;
- gestão escolar;
- serviços de apoio pedagógico especializado, ofertados em classes hospitalares, nos serviços de ensino itinerante, bem como, nos serviços de ensino domiciliar;
- assessoria e orientação à instituições públicas e privadas, empresas e famílias; e
- Ensino colaborativo e coensino.

5.7 INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um assunto relevante no contexto do sistema universitário expresso no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, o qual afirma que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e

extensão” (BRASIL, 1988).

Neste contexto, o Curso de Educação Especial Inclusiva da Unespar - *Campus* de Paranaguá organiza-se de modo articulado às práticas de ensino, pesquisa e extensão na execução de projetos coletivos. Neste sentido, o incentivo à pesquisa científica, no âmbito da licenciatura em Educação Especial Inclusiva, constitui-se uma das práticas fundantes que possibilitará ao acadêmico o desenvolvimento de ações cognitivas de planejamento, da abstração, da racionalidade, da reflexão e da crítica.

Se desenvolverá por meio de pesquisa da prática pedagógica desenvolvida no AEE, na escola regular, na elaboração de TCC, na participação de projetos de Iniciação Científica (IC), entre outras práticas, nas quais estão presentes os fundamentos disseminados no ensino como subsídios inicial à prática de pesquisa. Ressaltando, que a política de pesquisa da Unespar prevê o fornecimento de bolsas de Iniciação Científica com fim de engajar docentes e discentes no âmbito da pesquisa acadêmica.

Quanto à articulação do ensino, pesquisa e extensão, destaca-se que a extensão, de acordo com o Plano Nacional de Educação (Lei 13.005 de 2014), é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. Assim, a prática de extensão deste PPC possibilita, por um lado, o acesso dos acadêmicos junto à comunidade e, por outro lado, a reelaboração e ressignificação das práticas vivenciadas no seio comunitário à luz dos subsídios teóricos, disseminados no ensino e na pesquisa.

Ressalta-se, contudo, que a extensão como componente curricular, pressupõe o engajamento protagonista do acadêmico diante das demandas da comunidade. Neste direcionamento, a creditação do processo formativo se dará pela participação do acadêmico, em projetos interdisciplinares extensionistas ao longo do curso. Cumpre, ressaltar, que no âmbito da licenciatura em Educação Especial Inclusiva, a extensão se dará da seguinte forma:

- pela participação do acadêmico em projetos desenvolvido pelo corpo docente em protagonismo com o corpo discente;
- pela participação do acadêmico em eventos, ações comunitárias, feira de profissões, dentre outras.

Todas estas ações visam contribuir para a formação do acadêmico, a difusão e democratização do conhecimento e a consolidação da tríade ensino, pesquisa e extensão.

5.8 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A Resolução nº 005/2015 rege o regulamento da comissão própria de avaliação (CPA) da Unespar, conforme o Art. 1º o processo de avaliação interna ou autoavaliação da Unespar será coordenado pela CPA, designada por portaria do reitor, de acordo com a legislação vigente e,

conforme, processo de constituição estabelecido no Regulamento.

A avaliação conduzida pela CPA deverá ser norteada pelos princípios da exequibilidade, da fidedignidade, da transparência e da ética (Art.5º), e tem como objetivo geral coordenar o processo interno de avaliação institucional, promovendo a sistematização das informações para fins de orientação do planejamento estratégico da Unespar, o suporte às unidades administrativas e pedagógicas e o atendimento às solicitações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O processo de avaliação institucional visa subsidiar a comunidade acadêmica para o planejamento e a tomada de decisões no processo de melhoria da qualidade, nas diversas dimensões da ação universitária, em consonância com as atuais demandas científicas e sociais; desenvolver uma cultura de avaliação, na instituição, orientada por um processo participativo, formativo, reflexivo e sistemático sobre a realidade institucional.

Além disto, impulsiona um processo partilhado de produção de conhecimento sobre a instituição, com fins de possibilitar revisões contínuas e constante organização, consolidação e reformulação das práticas acadêmicas, tendo como referência o PDI, o PPI e os Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Esta dinâmica busca atender às orientações e aos princípios do SINAES, do Conselho Estadual de Educação (CEE), da Comissão Estadual de Avaliação (CEA) e da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SETI), nos processos de avaliação da instituição, tanto interna quanto externa e nas avaliações dos cursos de graduação, entre outros.

Neste contexto, o processo de avaliação conduzido pela CPA da Unespar terá como metas:

- I- A sua contínua construção visando à consolidação de um significado comum de universidade, considerando os aspectos sociais, políticos, filosóficos e éticos da ação e da gestão educativa;
- II- A vivência de uma cultura de avaliação e reflexão constante e sistematizada sobre a realidade institucional;
- III- a crítica contínua da ação educativa na busca de maior clareza, profundidade e abrangência;
- IV- A sedimentação de um sistema de informação e divulgação de dados da avaliação, ágil e preciso, a respeito dos diferentes segmentos da Universidade, garantindo a democratização das ações;
- V- O estabelecimento de metodologias que sejam as de perspectiva quantitativo-qualitativa, que permitam gerar um acervo de informações significativas, para a construção de indicadores discursivos e estatísticos, relevantes para o diagnóstico e autoconhecimento, com vistas à melhoria da qualidade de ensino, pesquisa e extensão;
- VI- A criação de mecanismos a serem implementados no processo avaliativo, bem como suas formas de sistematização e análise dos resultados obtidos;
- VII- a divulgação de informações sobre o desempenho e a percepção da UNESPAR, intra *campus* e entre *campi*, oferecendo elementos que permitam o redimensionamento de políticas pedagógicas e de gestão acadêmico administrativa (UNESPAR, 2015).

Além da avaliação institucional interna, conduzida pela CPA, há a consonância com as diretrizes propostas pelo SINAES (2004). A partir das informações obtidas com o SINAES é possível orientar a eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, com isso, auxiliar nas decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições. Importa destacar que os resultados da avaliação externa também inferem no processo de avaliação interna e no próprio processo de ensino aprendizagem.

Nesse sentido, constituem-se em objetivos específicos da CPA/Unespar:

- I - Estabelecer metodologias que sejam as de perspectiva quantitativo-qualitativa, que permitam gerar um acervo de informações significativas, para a construção de indicadores discursivos e/ou estatísticos, relevantes para o diagnóstico e autoconhecimento, com vistas à melhoria da qualidade de ensino, pesquisa e extensão.
- II - Elaborar os mecanismos a serem implementados no processo avaliativo, bem como suas formas de sistematização e análise dos resultados obtidos.
- III - Fornecer ao corpo diretivo informações sobre o desempenho e a percepção da Unespar, por meio de seus Campi construindo elementos que permitam o redimensionamento de políticas pedagógicas e de gestão acadêmico-administrativa (UNESPAR, 2015).

No âmbito da Unespar, como já assinalado, o processo de avaliação está consolidado a partir da regulamentação da CPA a qual foi criada pela Resolução nº 005/2015, de 22 de setembro de 2015, com primeira composição oficializada com a Portaria 354/2016, quando os membros designados deram início aos trabalhos da comissão, realizando reuniões para discutir e estabelecer o fluxo de trabalho. A partir das definições de fluxos e processos iniciou-se a consolidação das comissões locais e, atualmente, o Campus Paranaguá conta com a composição dada pela Portaria nº 023/2019, a qual explicita os membros que a compõe, sendo eles dos diversos colegiados, bem como representantes da sociedade civil organizada.

6 ESTRUTURA CURRICULAR – CURRÍCULO PLENO

A organização deste PPC e, por sua vez do currículo a ser desenvolvido no curso, toma como ponto de partida a necessidade de acompanhar as diferentes demandas produzidas pelas reconfigurações políticas propostas nas últimas décadas e na reorganização do próprio campo da educação especial, que tiveram início na década de 1990 se intensificando no início dos anos 2000 e, direcionando para a formulação de uma proposta de educação especial na perspectiva inclusiva, com destaque ao documento Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

Este PPC responde às demandas de ordem legal em vigência em nível estadual, regional e nacional, que indicam a preocupação com a formação de professores de educação especial, por essa Instituição de Educação Superior (IES). Além das demandas específicas da área da Educação Especial, essa proposta está em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96 e com a Resolução CNE/CP nº 02, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNCF-Formação).

Nesse sentido, este documento busca a efetivação do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2018/2022) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) (2018/2022) da Universidade Estadual do Paraná na meta que visa o aprimoramento/ampliação dos processos formativos ofertados pela IES. Atentando para atender as demandas de ensino, pesquisa e extensão na promoção de oportunidades de aprendizagem para os acadêmicos. A implementação das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão estão vinculadas às novas demandas da área, haja vista, que buscam a inserção dos acadêmicos na realidade educacional, através da pesquisa e de ações de extensão, também explicitadas nas disciplinas que compõem a matriz curricular.

Os frutos dessas atividades são integrados ao cotidiano das salas de aulas no Curso, considerando que auxiliam na contextualização, na visão interdisciplinar e abrangente que o Curso se propõe. O projeto com essa configuração curricular visa a qualificação da formação de recursos humanos em Educação Especial para a Educação Básica, porém, não deixa de contemplar os demais espaços de abrangência do campo da Educação Especial.

Nesse contexto, a compreensão que se tem de formação teórico prática do licenciado em educação especial implica o redirecionamento da formação articulada ao ensino, pesquisa e extensão situando como *lôcus* formativo o contexto onde se dão as relações de aprendizagem e desenvolvimento dos sujeitos apoiados pela educação especial e, não mais, na condição da deficiência primária. Trata-se de um olhar para além da formação no espaço acadêmico já que prima por processos formativos que consolide habilidades, ao egresso, para atuar em diferentes espaços educacionais.

Deste modo, o currículo em questão viabiliza por meio dos eixos formativos: **Formação geral:** explicita os fundamentos gerais da educação e educação especial com o fim de possibilitar o aprofundamento teórico do acadêmico em abordagens relacionadas à Educação Especial Inclusiva e ao professor da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O eixo **Formação específica,** vislumbra conhecimentos teóricos práticos acerca de conteúdos e metodologias aplicados ao ensino, referentes à Educação Especial Inclusiva. Quanto ao eixo **Formação pedagógica,** aborda a formação política, crítica e didático-pedagógica com vistas ao domínio da forma e conteúdo da educação especial inclusiva. O eixo **Formação complementar,** tem a finalidade de propiciar ao acadêmico

conhecimentos referentes à diversidade cultural e da inclusão, do manejo e habilidades em relação a alguns conhecimentos da tecnologia educacional, noções de gestão educacional, leitura e produção textual, e o direcionamento do acadêmico para a prática das pesquisas em educação. É no eixo **Formação para ênfase e aprofundamento**, que serão abordadas temática referentes à gestão educacional, contemplando a participação no planejamento, execução e avaliação do ensino e de projetos pedagógicos, na esfera da instituição escolar e das políticas educacionais. Ainda, o currículo está configurado pelo eixo dos **Conteúdos de estudos integradores**, cuja finalidade consiste em colocar em pauta temas atuais no campo educacional, possibilitando a integração entre as diferentes disciplinas de cada núcleo.

Quanto às práticas, este currículo está organizado de modo a propiciar a articulação da pesquisa à prática escolar, por isso está denominado como **Pesquisa da Prática em Educação Especial Inclusiva**. A prática será desenvolvida de modo articulado ao estágio supervisionado, por isso está definida como: Práticas de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva I, II e III. O **Estágio Curricular Supervisionado**, envolve tanto a formação para o magistério da educação infantil, como dos anos iniciais do ensino fundamental e da gestão educacional da Educação Especial Inclusiva. Com a mesma importância dos eixos apresentados até o momento o eixo **Atividades Complementares** tem a finalidade de propiciar o enriquecimento didático, curricular, científico e cultural. Portanto, o Currículo está organizado de forma a consolidar a articulação entre os núcleos os quais estão definidos por: **núcleo de estudos básicos; núcleo de aprofundamento de estudos em gestão; núcleo de aprofundamento de estudos teórico-metodológicos; núcleo de estudos da educação e diversidade e núcleo de estudos integradores**.

Outro ponto a ser destacado sobre o currículo refere-se ao fato de ter na organização a disciplina de Tópicos Especiais para a formação docente, na qual será abordado temas transversais dentre eles: Educação, Diversidade e Relações étnico-raciais; Educação do Campo; EJA e educação em Direitos Humanos. Além disso, buscou-se contemplar atividades no modelo semipresencial no percentual de 20%, distribuídas em diversas disciplinas do currículo. Também está previsto o computo de 10% da carga horária de curso destinadas às práticas extensionistas, as quais serão desenvolvidas em projetos extensionistas interdisciplinares que buscam articular conteúdos de várias disciplinas do currículo aos contextos da comunidade. Estão estabelecidas na matriz curricular horas destinadas às atividades teóricas, práticas e semipresencial, além de horas destinadas aos projetos extensionistas.

Este Currículo responde ao disposto na Resolução 02/2019 no que se refere ao disposto nos Artigos 10 e 11 da referida Resolução no que estabelece mínimo 3200 (três mil e duzentas) horas considerando a necessidade de se desenvolver as competências específicas da formação para a atuação na modalidade da educação especial inclusiva com a seguinte distribuição da carga horária: I - Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas

e as práticas educacionais. II - Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos. III - Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas: a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora; e b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora. Há, também, no currículo disciplinas que possuem pré-requisitos e, disciplinas como o TCC, que só pode ser defendido quando da matrícula no quarto ano e sem dependência em anos/séries anteriores. É também, previsto neste PPC o cômputo de 200 horas destinadas às atividades complementares que, assim como estágio e TCC tem regulamentos próprios apresentados como anexos nestes PPC. Por fim, o delineamento curricular está, devidamente, apresentado nas tabelas em sequência.

DESDOBRAMENTO DAS ÁREAS EM DISCIPLINAS				
Núcleos	Código	Nome das Disciplinas	C/H (horas relógio)	C/H (horas aula)
1. de Formação GERAL (de acordo com a diretriz nacional)		Educação Especial, marcos fundamentais: da exclusão à inclusão	60	72
		Políticas Educacionais e funcionamento da Educação Especial	60	72
		História da Educação	60	72
		Filosofia da Educação	60	72
		Sociologia e Antropologia da Educação	60	72
		Psicologia da Educação	60	72
		Aprendizagem e Cognição	90	108
		Avaliação institucional e da aprendizagem	60	72
		Didática I e Desenho Universal para a Aprendizagem	90	108
		Didática II: PEI e Ensino Colaborativo	90	108
		Tópicos em Currículo em Educação Especial Inclusiva	60	72
		Processos Investigativos em Educação Especial Inclusiva	60	72
		Apoio educacional especializado – Educação Infantil	60	72
		Apoio educacional especializado: Ensino Fundamental I e II	60	72
		Apoio educacional especializado: Educação Superior	60	72
		Apoio educacional especializado – Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos	60	72
		Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência auditiva	60	72
	Procedimentos de Ensino em Educação Especial: deficiência intelectual	60	72	
	Procedimentos de ensino em	60	72	

		Educação Especial: deficiência física		
		Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência visual.	60	72
		Procedimentos de ensino em Educação Especial: altas habilidades/ superdotação	60	72
		Procedimentos de ensino em Educação Especial: Transtornos Globais do Desenvolvimento e Transtorno do Espectro Autista	60	72
		Procedimentos de ensino em Educação Especial: Transtornos Específicos	60	72
		Procedimentos de ensino em Educação Especial: Surdocegueira	60	72
		Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Especial Inclusiva	90	108
		Libras	60	72
Subtotal			1.680	2.016
2. de formação DIFERENCIADA (Forma o perfil específico de cada <i>campus</i>)		Leitura e Produção de Texto	60	72
		Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação aplicadas à Educação Especial Inclusiva	60	72
		Dificuldades de Aprendizagem	60	72
		Curricularização da Extensão Universitária	30	36
		Educação de Jovens e Adultos	30	36
		Alfabetização e Letramento	30	36
		Educação Ambiental	30	36
		Fundamentos da Educação do Campo	30	36
		Tecnologias Assistivas	30	36
		Ética e Educação Especial Inclusiva	30	36
		Educação em Direitos Humanos	30	36
		Jogos e Brincadeiras na Educação Especial Inclusiva	30	36
	Aspectos bio-psicossociais das deficiências	30	36	
	Arte e Educação Especial Inclusiva	30	36	

		Educação, Diversidade e Relações Étnico-Raciais	30	36
		Educação, Diversidade de Gênero e Educação Sexual	30	36
Subtotal			570	684
3. Disciplinas Optativas (opção individual, escolhida pelo aluno dentre as disciplinas ofertada pelo curso)		OPTATIVA I	30	36
		OPTATIVA II	30	36
Subtotal (neste campo, apesar do PPC elencar um rol de disciplinas optativas, o subtotal deve considerar apenas o exigido para cumprimento da carga horária do curso por cada estudante)			60	72
Pesquisa da Prática e Estágio		Pesquisa da Prática Pedagógica e Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva I	200	240
		Pesquisa da Prática Pedagógica e Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva II	200	240
		Pesquisa da Prática Pedagógica e Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva III	200	240
		Pesquisa da Prática Pedagógica e Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva IV	200	240
Subtotal			800	960
TCC			30	36
Subtotal			30	36
Atividades Acadêmicas Complementares			200	240
Subtotal			200	240
TOTAL			3.340	4.008

RELAÇÃO DE OPTATIVAS

Estimulação Essencial

Psicopedagogia

Inclusão: Acesso e permanência no ensino superior

Intervenção pedagógica para alunos com dificuldade de aprendizagem

Literatura infanto juvenil e Inclusão escolar

Imaginário, Cinema e formação

7 DISTRIBUIÇÃO ANUAL/SEMESTRAL DAS DISCIPLINAS

Código	Nome da Disciplina	Pré-requisito (Código)	Carga Horária (horas relógio)				Total	Oferta Sem.(S) ou Anual (A)
			Teórica	Prática	Extensão	Semipres.		
1º Ano								
	História da Educação		60	-	-	-	60	A
	Educação Especial, marcos fundamentais: da exclusão à inclusão		60	-	-	-	60	A
	Políticas Educacionais e funcionamento da Educação Especial		60	-	-	-	60	A
	Filosofia da Educação		60	-	-	-	60	A
	Sociologia e Antropologia da Educação		60	-	-	-	60	A
	Psicologia da Educação		60			-	60	A
	Aprendizagem e Cognição		60			30	90	A
	Processos Investigativos em Educação Especial Inclusiva		60			-	60	A
	Curricularização da Extensão Universitária				30		30	S
	Pesquisa da Prática Pedagógica e Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva I		60	140			200	A
Subtotal			540	140	30	30	740	
2º Ano								
	Didática I e Desenho Universal para a Aprendizagem		60	-	-	30	90	A
	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação aplicadas à Educação Especial Inclusiva		60	-	-	-	60	A

	Leitura e Produção do Texto		60	-	-	-	60	A
	Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência física		30	-	30	-	60	S
	Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência visual		30	-	30	-	60	S
	Apoio Educacional Especializado em Educação Infantil		30	-	30	-	60	S
	Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência auditiva		30	-	30	-	60	S
	Educação de Jovens e Adultos		30	-	-	-	30	S
	Apoio educacional especializado: Ensino Fundamental I e II		30	-	30	-	60	S
	Optativa I		30				30	S
	Educação, Diversidade de Gênero e Educação Sexual		30				30	S
	Libras		60			-	60	A
	Pesquisa da Prática Pedagógica e Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva II		60	140			200	A
Subtotal			540	140	150	30	860	
3º Ano								
	Didática II: PEI e Ensino colaborativo		60	-	-	30	90	A
	Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Especial Inclusiva		60	-	-	30	90	A
	Apoio educacional especializado: Ensino Superior		60	-	-	30	90	S
	Procedimentos de ensino em Educação Especial: transtornos específicos		30		30	-	60	S

	Dificuldades de Aprendizagem		30	-	-	30	60	A
	Procedimentos de ensino em Educação Especial: altas habilidades/ superdotação		30		30		60	S
	Procedimentos de ensino em Educação Especial: Surdocegueira		30				30	72
	Alfabetização e Letramento		30	-	-	-	30	S
	Procedimentos de ensino em Educação Especial: transtornos globais do desenvolvimento e Transtorno do Espectro Autista		30		30	-	60	S
	Procedimentos de Ensino em Educação Especial: deficiência intelectual		30	-	30	--	60	S
	Educação Ambiental		30	-	-	-	30	S
	Tópicos em Currículo em Educação Especial Inclusiva		30	-	-	30	60	S
	Apoio educacional especializado: Ensino Médio , Educação de Jovens e Adultos		30		30	-	60	S
	Fundamentos da Educação do Campo		30	-	-	-	30	S
	Pesquisa da Prática Pedagógica e Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva III		60	140	-	-	200	A
Subtotal			570	140	150	150	1010	
4º Ano								
	Optativa II		30	-	-	-	30	S
	Tecnologias Assistivas		30	-	-	-	30	S
	Ética e Educação Especial Inclusiva		30	-	-	-	30	S
	Educação em Direitos Humanos		30	-	-	-	30	S
	Jogos e brincadeiras na Educação Especial		30	-	-	-	30	S

	Inclusiva								
	Aspectos bio-psicossocial das deficiências		30	-	-	-	30	S	
	Arte e Educação Especial Inclusiva		30	-	-	-	30	S	
	Avaliação Institucional e da Aprendizagem		30	-	-	30	60	S	
	Educação, Diversidade e Relações étnico-raciais		30	-	-	-	30	S	
	Pesquisa da Prática Pedagógica e Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva IV		60	140	-	-	200	A	
	TCC		30		-	-	30	A	
Subtotal			360	140		30	530		
SUBTOTAL HORA RELÓGIO								3140	
ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES								200	
TOTAL DA CARGA HORÁRIA EM HORAS RELÓGIO							3340		

8 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

DISCIPLINA:	Alfabetização e Letramento			Semestral	
C/H TOTAL:	36				
C/H TEÓRICA:	36	C/H PRÁTICA:	0	C/H EXTENSÃO:	0
		C/H a DISTÂNCIA:		36	
EMENTA:					
<p>Abordagem histórica da alfabetização no contexto educacional brasileiro. Processos de alfabetização e alternativas metodológicas. A função social da leitura e escrita em uma sociedade letrada. Aquisição e desenvolvimento da leitura e escrita. O processo de alfabetização e letramento na aprendizagem da pessoa com deficiência. Alfabetização e letramento nas áreas da deficiência visual, da deficiência auditiva/surdez e da deficiência intelectual.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>CARVALHO, Marlene, Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática: Petrópolis: Vozes, 2010.</p> <p>SCOZ, B. Psicopedagogia e realidade escolar. 15.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.</p> <p>UZÊDA, Sheila de Quadros. Educação inclusiva: Salvador: UFBA, Faculdade de Educação; Superintendência de Educação a Distância, 2019.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>CURTO, Lluís Maruny; MORILLO, Maribel Ministral; TEIXIDÓ, Manuel Miralles. Escrever e ler como as crianças aprendem e como o professor pode ensiná-las a escrever e a ler. Porto Alegre: Artmed, 2000.</p> <p>LOPES, J R. ABREU M. C. M.; MATTOS, M. C. E. Caderno do educador: alfabetização e letramento 1, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010.</p> <p>FERREIRO, Emília. Reflexões sobre a alfabetização. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.</p> <p>SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2018.</p> <p>SOARES, Magda. Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016.</p>					

DISCIPLINA:	Apoio Educacional Especializado em Educação Infantil			Semestral	
C/H TOTAL:	72				
C/H TEÓRICA:	36	C/H PRÁTICA:	0	C/H EXTENSÃO:	C/H a DISTÂNCIA:
				36	

EMENTA:

Os direitos da criança com deficiência na Educação Infantil. A especificidade da educação infantil e a criança com deficiência. A transversalidade da educação especial em todos os níveis da educação básica. O apoio educacional especializado na educação infantil e o currículo. As salas de recursos multifuncionais e a intervenção precoce.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

KUHLMANN JUNIOR, MOISÉS. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007

MENDES, E.G.M. **Inclusão marco zero**. Começando pelas creches. Araraquara, SP: Junqueira&Marin Editores, 2010.

DRAGO, Rogério. **Inclusão na Educação Infantil**. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, R.E. **Removendo barreira para aprendizagem**: educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2000.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar**: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

NERES, C. C.; LANCILLOTTI, S. S. P (Orgs.) **Educação especial em foco**: questões contemporâneas. Campo Grande: Uniderp, 2006 (Educação em Perspectiva).

SERRANO, A. M. **Envolvimento parental em intervenção precoce**: das práticas centradas na criança às práticas centradas na família. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2002

XAVIER, M.L.M. **Políticas da inclusão e a educação básica**: implicações na organização curricular. Canoas: ULBRA, 2009.

DISCIPLINA:	Apoio Educacional Especializado: Ensino Fundamental I e II		Semestral
C/H TOTAL:	72		
C/H TEÓRICA:	36	C/H PRÁTICA:	0
		C/H EXTENSÃO:	36
		C/H a DISTÂNCIA:	0

EMENTA:

O atendimento educacional especializado como complementação e/ou suplementação na formação do aluno. O AEE e a formação para a autonomia. A articulação do AEE com a escola comum. A produção de materiais como suporte ao plano educacional individualizado do aluno com deficiência. O enriquecimento curricular no AEE para os alunos com AH/SD. A família e o AEE realizado nas escolas comuns.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FAVERO, E. A. G. **Direitos das pessoas com deficiência**: garantia de igualdade na diversidade. São Paulo: WVA, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa; SANTOS, Maria Terezinha Teixeira. **Atendimento Educacional Especializado**: Políticas Públicas e Gestão nos municípios. São Paulo: Editora Moderna, 2011.

MENDES, Geovana M. Lunardi, BUENO, José Geraldo Silveira, SANTOS, Roseli Albino. **Deficiência e escolarização**: novas perspectivas de análise. São Paulo: Junqueira Marin, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BATISTA, Cristina Abranches Mota; MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Educação Inclusiva**: Atendimento Educacional Especializado especializado para a deficiência mental. 2.ed. Brasília: MEEC, SEESP, 2006.

BORGES, Carolina Santos. **Atendimento educacional especializado na escola comum como ação pedagógica favorecedora da educação inclusiva**. Curitiba: Appris, 2020.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de (Org.). **Escola, Diferença e Inclusão**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

MENDES, E.G.; GARCIA, R. M. C. A organização curricular na articulação entre serviço especializado e classe comum: um modelo inclusivo? In: KASSAR, M. de C. M. (Org.). **Diálogos com a diversidade**: desafios da formação de educadores na contemporaneidade. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p. 211-231.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 14 ed. São Paulo: Cortez, 1986 (demais edições). (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; v.5).

DISCIPLINA:	Apoio Educacional Especializado: Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos	Semestral
C/H TOTAL:	72	
C/H TEÓRICA: 36	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 36
C/H a DISTÂNCIA: 0		

EMENTA:

A transversalidade da educação especial em todos os níveis e modalidades de ensino. O atendimento educacional especializado e o acesso ao conhecimento. Os espaços do AEE. As especificidades do ensino médio, EJA e o AEE. A flexibilidade do currículo e a articulação entre o AEE e o ensino comum. O AEE e o desenvolvimento acadêmico e social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARROYO, M. **Educação de Jovens e Adultos**: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: GIOVANETTI, Maria Amélia, GOMES, Nilma Lino e SOARES, Leôncio (Orgs). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial **Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BATISTA, Cristina Abranches Mota; MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Educação Inclusiva: Atendimento Educacional Especializado especializado para a deficiência mental**. 2.ed. Brasília: MEEC, SEESP, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2009.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim (Org.). **Marcos históricos, conceituais, legais e éticos da educação inclusiva**. Bauru: UNESP/FC/MEC, 2010. v. 2.

SOUZA, J. S.; SALES, S. R. (Orgs). **Educação de Jovens e Adultos: políticas e práticas educativas**. Rio de Janeiro: NAU Editora: EDUR, 2011.

DISCIPLINA:	Apoio Educacional Especializado: Ensino Superior		Semestral
C/H TOTAL:	72		
C/H TEÓRICA:	36	C/H PRÁTICA:	0
		C/H EXTENSÃO:	0
		C/H a DISTÂNCIA:	36
EMENTA:			
<p>A transversalidade da educação especial em todos os níveis e modalidades de ensino. O atendimento educacional especializado e o acesso ao conhecimento. Os espaços do AEE. As especificidades do ensino superior. História da inclusão no ensino superior. A legislação do ensino superior e o processo de inclusão. Aspectos pedagógicos do processo de inclusão de inclusão no ensino superior. Inclusão no ensino superior: algumas vivências.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>MAGALHÃES, R.C. Ensino superior no Brasil e inclusão de alunos com deficiência. In: VALDÉS, M. T. M. (Org.). Inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior no Brasil: caminhos e desafios. Fortaleza: EDUECE, 2006.</p> <p>MANZINI, E. J. Acessibilidade: um aporte na legislação para o aprofundamento do tema na área de educação. In: BAPTISTA, C. R. et al. Educação Especial: diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Mediação, 2008.</p> <p>PLETSCH, Márcia Denise (Org.). Acessibilidade e desenho universal aplicado à aprendizagem na educação superior. Nova Iguaçu: ObEE, 2020.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim (Org.). Marcos históricos, conceituais, legais e éticos da educação inclusiva. Bauru: UNESP/FC/MEC, 2010. v. 2.</p> <p>MANTOAN, M. T. E. Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como Fazer? São Paulo: Moderna, 2003.</p> <p>MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. Inclusão no ensino superior: docência e necessidades educacionais especiais. Natal: EDUFRN, 2013.</p> <p>MITTLER, P. Educação Inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.</p> <p>OLIVEN, A. C. Origem, características e desenvolvimento do sistema de ensino superior no Brasil. In: MOROSONI M.; LEITE, D. Universidade e integração no cone sul. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992, p. 89-94.</p>			

DISCIPLINA:	Aprendizagem e Cognição	Anual
C/H TOTAL:	108	
C/H TEÓRICA:	72	C/H PRÁTICA: 0
		C/H EXTENSÃO: 0
		C/H a DISTÂNCIA: 36

EMENTA:

Conceitos de aprendizagem e cognição e suas relações com a neurociências. Aprendizagem e cognição e sua dimensão constitutiva das práticas pedagógicas. Funções cognitivas/funções psicológicas superiores e os processos de aprendizagem. A plasticidade cerebral e aprendizagem. Emoção, afetividade e cognição. Habilidades acadêmicas e os aspectos neuropsicológicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CONSENZA, R.; GUERRA, L. **Neurociência e educação: como o cérebro aprende?** Porto Alegre: Artmed, 2011.

FUENTES, D. **Neuropsicologia: teoria e prática.** Porto Alegre: Artmed, 2008.

ROTTA, N.; RIESGO, R.; OHLWEILER, L. **Transtorno de aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar.** Porto Alegre: Artmed, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERREIRA, Maria Gabriela Ramos. **Neuropsicologia e aprendizagem.** Curitiba: InterSaberes, 2014.

GAZZANINGA, M.; HEATHERTON, T. **Ciência psicológica: mente, cérebro e comportamento.** Porto Alegre: Artmed, 2005.

ROTTA, Newra Tellechea; OHLWEILER, Lygia; RIESGO, Rudimar dos Santos. **Transtornos da aprendizagem abordagem neurobiológica e multidisciplinar.** 2. ed. Porto Alegre ArtMed 2016.

SALLES, J. F.; HAASE, V. G.; MALLOY-DINIZ, L. **Neuropsicologia do desenvolvimento: infância e adolescência.** Porto Alegre: Artmed, 2016.

VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTE'EV, A. N.; CIPOLLA NETO, J.. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** 10. ed. São Paulo: Ícone, 2006.

DISCIPLINA:	Arte e Educação Especial Inclusiva	Semestral
C/H TOTAL:	36	
C/H TEÓRICA:	36	C/H PRÁTICA: 0
		C/H EXTENSÃO: 0
		C/H a DISTÂNCIA: 0

EMENTA:

Ensino da Arte no Brasil: memória, história e políticas. Abordagens contemporâneas em arte para a docência na educação básica. Linguagens artísticas infâncias e diversidade. Criatividade, invenção e criação. Novas tecnologias de produções de artísticas: fotografia, vídeo, dança, teatro, música. Artemídia e a produção de experiências sensoriais. Cinema e a produção de subjetividades. Relações de saber-poder como validação/marginalização de formas de arte

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CANTON, Katia. **Temas da Arte Contemporânea**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

MARTINS, Mirian Celeste; PICOSQUE, Gisa. **Cultura das imagens: desafios para a arte e para a educação**. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2012.

DIAS, Belidson. **O i/mundo da cultura visual**. Brasília: Editora da Pós-Graduação em Arte da Universidade de Brasília, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CUNHA, Susana Rangel Vieira da. **As artes no universo infantil**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Catadores da cultura: transformando fragmentos em nova narrativa educacional**. Porto Alegre: Mediação, 2007.

KASTRUP, Virgínia. **A invenção de si e do mundo: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

KASTRUP, Virgínia. **Cegueira e invenção: cognição, arte, pesquisa e acessibilidade**. Curitiba: Editora CRV, 2018.

MARTINS, Mirian Celeste (Org.). **Pensar juntos mediação cultural: [entre]laçando experiências e conceitos**. São Paulo: Terracota, 2014.

DISCIPLINA:	Aspectos Bio-psicossociais da Deficiência	Semestral
C/H TOTAL:	36	
C/H TEÓRICA:	36	C/H PRÁTICA: 0
		C/H EXTENSÃO: 0
		C/H a DISTÂNCIA: 0
EMENTA:		
<p>Evolução histórica e os aspectos psicossociais da deficiência. Patologias e prevenção da deficiência. Discussões contemporâneas sobre o tema: preconceito, público alvo da inclusão, multidisciplinariedade, medicalização, mediação escolar e autonomia.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>DINIZ, D. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2012.</p> <p>MANTOAN, M.T.E. Inclusão escolar: o que é? Por que? Como fazer? Rio de Janeiro: Moderna, 2003.</p> <p>GLAT, R. A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão. Rio de Janeiro: Moderna, 2003.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>BATISTA, C.G.; ENUMO, S.R.F. Prevenção em Saúde: prevenção de deficiências. In: I.R.O.P. Nunes (Org.). Prevenção e intervenção em educação especial. Rio de Janeiro: ANPEPP/UERJ, 1996.</p> <p>BECKER, E. Deficiência: alternativas de intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.</p> <p>BEYER, H. Inclusão e avaliação na escola. Porto Alegre: Mediação, 2006.</p> <p>LEANDRO F. MALLOY-DINIZ, Paulo Mattos. Intervenção neuropsicológica infantil: da estimulação precoce-preventiva à reabilitação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2019.</p> <p>MITTLER, P. Educação Inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.</p>		

DISCIPLINA:	Curricularização da Extensão Universitária	Semestral
C/H TOTAL:	36	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:
36	0	0
C/H a DISTÂNCIA: 0		
EMENTA:		
<p>A extensão universitária no contexto do PNE (2014-2024). Aspectos legais que regulamenta a extensão universitária em âmbito nacional e institucional. A extensão universitária campo fundamental para formação humana. Relações e interações universidade e sociedade. O protagonismo acadêmico na extensão universitária. Extensão universitárias como espaço de trocas de saberes plurais. Interdisciplinaridade e extensão universitária. Extensão universitária como ação para a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. A natureza teórico-prático-reflexiva, dos conteúdos extensionistas, como perspectiva epistemológica e didático-pedagógica interdisciplinar e transdisciplinar. A relação dialógica com grupos comunitários e sociedade em geral.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>GONÇALVES, Nádya Gaiofatto; QUIMELLI, Gisele Alves de Sá (Comp.). Princípios da extensão universitária: contribuições para uma discussão necessária. Curitiba: CRV, 2020.</p> <p>MELLO, Cleyson de Moraes; ALMEIDA NETO, José Rogério; PETRILLO, Regina Pentagna. Curricularização da extensão universitária. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2020.</p> <p>TAVARES, Christiane Andradde Regis; FREITAS, Katia Siqueira de. Extensão universitária: o patinho feio da Academia? Jundiaí: Paco Editorial, 2016.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, ed. 243, seção 1, p. 49, 19 dez. 2018.</p> <p>GONÇALVES, Hortência de Abreu. Manual de projetos de extensão universitária. São Paulo: Avercamp, 2008.</p> <p>GURGEL, R. M. Extensão universitária: comunicação ou domesticação? São Paulo: Cortez Autores Associados, 1986.</p> <p>NOGUEIRA, M. D. Políticas de extensão universitária brasileira. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2005.</p> <p>SERVA, Fernanda Mesquita. Extensão universitária e sua curricularização. Porto Alegre: Lumen Juris, 2020.</p>		

DISCIPLINA:	Didática I e Desenho Universal para a Aprendizagem	Anual
C/H TOTAL:	108	
C/H TEÓRICA:	72	C/H PRÁTICA: 0
		C/H EXTENSÃO: 0
		C/H a DISTÂNCIA: 36

EMENTA:

Trabalho e educação na escola contemporânea. A trajetória histórica da didática e as tendências pedagógicas. Reflexão sobre o planejamento e organização do ensino para alunos com necessidades educacionais especiais. Didática e formação de professores para a educação inclusiva. DUA aspectos teóricos metodológicos para o ensino inclusivo. DUA e recursos tecnológicos. Formação de professores com base nos princípios do DUA. Processo de inclusão de alunos com NEE a partir das proposições do DUA. Implementação do DUA na organização da prática pedagógica e no ensino de conteúdos curriculares específicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ANDRÉ, M. (org.). **Pedagogia das Diferenças na sala de aula**. 9 ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.
- ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. (Orgs.). **Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. 7. ed. Joinville: UNIVILLE, 2007.
- PRAIS, Jacqueline Lidiane de Souza. **Das intenções à formação docente para a inclusão: contribuições do desenho universal para a aprendizagem**. Curitiba: Appris, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CUNHA, M. I. da. **O bom professor e sua prática**. 22 ed. Campinas: Papirus, 2010.
- FARIAS, I. M. S. (et al). **Didática e Docência: aprendendo a profissão**. Brasília: Líber Livro, 2009.
- FRANCO, M. A. S.; PIMENTA, S. G. **Didática: embates contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.

DISCIPLINA:	Didática II - PEI e Ensino Colaborativo	Anual
C/H TOTAL:	108	
C/H TEÓRICA:	72	C/H PRÁTICA: 0
		C/H EXTENSÃO: 0
		C/H a DISTÂNCIA: 36
EMENTA:		
<p>Didática e Planejamento (elementos do planejamento). Planejamento e a organização Curricular: atendimento da diversidade. Planejamento e Práticas Inclusivas: PEI. Avaliação: Concepções, As diferentes dimensões avaliativas: psicomotora, cognitiva, linguística, interacional/relacional/afetiva, escolar/pedagógica, familiar, estratégias avaliativas do contexto escolar. Produção de critérios avaliativos a partir dos diferentes campos do conhecimento (biológico, psicológico, sociológico, pedagógico) Critérios, instrumentos e Pareceres avaliativos. Delimitação conceitual: Consultoria colaborativa, Ensino Colaborativo, Bidocência, Trabalho Articulado e Aprendizagem Cooperativa. A articulação do trabalho entre o Professor de Educação Especial e o Professor da Classe Comum. O papel dos professores a partir do trabalho colaborativo</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>BEYER, H. O. Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2005.</p> <p>GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise (Orgs.). Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.</p> <p>MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Ariela Rios; ZERBATO, Ana Paula. Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: EdUFSCAR, 2014.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>FARIAS, I. M. S. de; SALES, J. de O. C. B.; BRAGA, M. M. S. de C.; FRANÇA, M. do S. L. Didática e Docência: aprendendo a profissão. Brasília: Liber Livro, 2011.</p> <p>HOFFMANN, J. M. L. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 26. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.</p> <p>LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar. São Carlos: EdUFSCar, 2014.</p> <p>MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.(Orgs.). Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva. Araraquara: Junqueira & Marins, 2010.</p>		

DISCIPLINA:	Dificuldades de Aprendizagem	Semestral
C/H TOTAL:	72	
C/H TEÓRICA:	36	C/H PRÁTICA: 0
		C/H EXTENSÃO: 0
		C/H a DISTÂNCIA: 36
EMENTA:		
<p>Aprendizagem de desenvolvimento. Transtornos de comportamento. Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH). Transtornos da comunicação. Transtornos da leitura. Transtorno da matemática. Transtornos da expressão escrita (conforme DSM-5). Avaliação e intervenção. Consciência fonológica. Leitura lexical e leitura fonológica. As dificuldades na aprendizagem da leitura. Dislexia. Avaliação e intervenção. Como se aprende a escrever. Aprender sons ou escrever palavras. Ortografia: ensinar e aprender. Disortografia. Disgrafia. Discalculia. Avaliação e intervenção.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>DSM-5. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5.ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2015.</p> <p>NARDI, Antonio Egidio. Transtorno de déficit de atenção – hiperatividade: teoria e clínica. Porto Alegre ArtMed, 2015.</p> <p>STACKHOUSE, J.; SNOWEING, Margaret. Dislexia, fala e linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>KEARNEY, Christopher A. Transtornos de Comportamento na Infância. São Paulo: Cengage Learning, 2012.</p> <p>LOUZÃ NETO, Mário Rodrigues. TDAH ao longo da vida: transtorno de déficit de atenção; hiperatividade. Porto Alegre: ArtMed 2011.</p> <p>MORAIS, Artur Gomes de. Consciência fonológica na educação infantil e no ciclo de alfabetização. São Paulo Autêntica 2019.</p> <p>OLIVIER, Lou de. Transtornos de comportamento e distúrbios de aprendizagem. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2013.</p> <p>SILVA, Ana Beatriz Barbosa. Mentes inquietas: TDAH : desatenção, hiperatividade e impulsividade. [Rio de Janeiro]: Fontanar, 2009.</p>		

DISCIPLINA:	Educação Ambiental	Semestral					
C/H TOTAL:	36						
C/H TEÓRICA:	36	C/H PRÁTICA:	0	C/H EXTENSÃO:	0	C/H a DISTÂNCIA:	0
EMENTA:							
<p>As atividades humanas e a preservação ambiental. A legislação ambiental nas esferas municipais, estaduais e federal. histórico da educação ambiental no Brasil e no mundo. Meio ambiente: Relação homem e meio ambiente, desenvolvimento e meio ambiente. Tópicos atualizados sobre a problemática ambiental: efeito estufa e buraco na camada de ozônio, a poluição das águas e a “Guerra das águas”, geração e consumo de energia</p>							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:							
<p>LUZZI, Daniel. Educação e meio ambiente. São Paulo: Manoli, 2012.</p> <p>ROHDE, G. M. Epistemologia ambiental: uma abordagem filosófico-científica sobre a efetivação humana alopoiética. Porto Alegre: EDIPUCS, 1996.</p> <p>REIGOTA, Marcos. O que é educação ambiental. 2. ed. Brasiliense: São Paulo, 2009. (Coleção: Os primeiros passos).</p>							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:							
<p>PELIZZOLI, Marcelo. Homo ecologicus: ética, educação ambiental e práticas vitais. Caxias do Sul, RS: Educs, 2011.</p> <p>PELICIONI, M. C. F.; PHILIPPI JÚNIOR, A. Educação ambiental e sustentabilidade. São Paulo: Manole, 2005.</p> <p>PINOTTI, Rafael. Educação ambiental para o século XXI: no Brasil e no mundo. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2016.</p> <p>RODRIGUES, Maria Helena Quaiati; CARVALHO, Milena Rodrigues. Práticas de educação ambiental: metodologia de projetos. Curitiba: Appris, 2016.</p> <p>SATO, Michèle, CARVALHO, Isabel. Educação Ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: ArtMed, 2011.</p>							

DISCIPLINA:	Educação de Jovens e Adultos	Semestral					
C/H TOTAL:	36						
C/H TEÓRICA:	36	C/H PRÁTICA:	0	C/H EXTENSÃO:	0	C/H a DISTÂNCIA:	0
EMENTA:							
<p>História da EJA no Brasil, os avanços e os retrocessos. Concepções e práticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (EJA) ao longo da história. A construção do conceito contemporâneo para a EJA. Políticas Públicas de EJA e marcos legais conquistados a partir dos anos 90. Desafios e perspectivas atuais para essa modalidade de Educação. Práticas Pedagógicas em EJA: a sala de aula como espaço da diversidade. Análise de propostas curriculares e projetos pedagógicos.</p>							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:							
<p>BARRETO, Vera. Paulo Freire para educadores. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.</p> <p>COSTA, Renato Pontes; RIBEIRO, Ana de Almeida. O Saber da gente... sobre uma educação para o povo. Rio de Janeiro: Caetés, 2013.</p> <p>RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras; Campinas: Mercado de Letras, 2001.</p>							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:							
<p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 56. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.</p> <p>LAFFIN, Maria Herminia Lage Fernandes. Educação de jovens e adultos, diversidade e o mundo do trabalho. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2012.</p> <p>SIQUEIRA, Antonio Rodolfo de. Educação de jovens e adultos. Porto Alegre SER – SAGAH, 2017.</p> <p>SOARES, Leôncio. Educação de Jovens e Adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.</p> <p>SOARES, L., GIOVANETTI, M.A., GOMES, N.L. (Orgs.). Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.</p>							

DISCIPLINA:	Educação, Diversidade e Relações Étnico-Raciais	Semestral
C/H TOTAL:	36	
C/H TEÓRICA:	36	C/H PRÁTICA: 0
		C/H EXTENSÃO: 0
		C/H a DISTÂNCIA: 0
<p>EMENTA:</p> <p>Conceito de diversidade e sua incidência no mundo atual e no contexto escolar. Racismo, Preconceito, Discriminação e Desigualdade. Análise dos modos de vida de diferentes grupos sociais e suas culturas em diferentes espaços. Conceito de cultura e diversidade. Machismo, Feminismo e o tratamento de gênero na Escola. Diversidade Sexual. Relações étnico-raciais. História e memória das diferentes culturas. Políticas Públicas e as questões étnico-raciais. Formação de professores e diversidade.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>AZEVEDO, Fernando de. A cultura brasileira. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: Editora Unb, 1996.</p> <p>BOURDIEU, Pierre. A distinção, crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, 2008.</p> <p>LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Petrópolis: Vozes, 1997.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valer Roberto (orgs.). Afirmando Diferenças: montando quebra-cabeça da diversidade na escola. 3. ed.. Campinas: Papirus, 2011.</p> <p>ANDRADE, Marcelo. Tolerar é pouco? Pluralismo mínimos éticos e práticas pedagógicas. Petrópolis: D&P, 2009.</p> <p>ARROYO, Miguel G.; ABRAMOWICZ, Anete (org.). A reconfiguração da escola: entre a negação e a afirmação de direitos. Campinas, SP: Papirus, 2009.</p> <p>FUNARI, Pedro Paulo; PINON, Ana. A temática indígena na escola: subsídios para os professores. São Paulo: Contexto, 2011.</p> <p>PINSKY, Jaime (Org.). 12 faces do preconceito. São Paulo: Contexto, 2010.</p>		

DISCIPLINA:	Educação, Diversidade de Gênero e Educação Sexual	Semestral
C/H TOTAL:	36	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0 C/H a DISTÂNCIA: 0

EMENTA:

A sexualidade como construção histórica, social, cultural, política e discursiva. Abordagens contemporâneas para Educação Sexual. Estudos de gênero e educação: história, conceitos e movimentos políticos. Escolarização brasileira e a educação para sexualidade e para equidade de gênero. Interfaces entre gênero, orientação sexual. Preconceito, discriminação, diferença, alteridade, identidades culturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Formação de educadores sexuais**: adiar não é mais possível. Campinas: Mercado de Letras; EDUEL, 2006.

FUNARI, P. P. A.; FEITOSA, L. C.; SILVA, G. J. (Orgs.). **Amor, desejo e poder na antiguidade**: relações de gênero e representações do feminino. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

MAIA, A. C. B. **Sexualidade e deficiências**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARRARA, Sérgio. **Educação, diferença, diversidade e desigualdade**. Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

FURLANI, Jimena (Org.). **Educação sexual na escola**: equidade de gênero, livre orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Florianópolis: UDESC, 2008.

LOURO, G. L. (Org.) **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

RIBEIRO, P. R. M. (Org.). **Sexualidade e educação**: aproximações necessárias. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

SILVA, T.T. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

DISCIPLINA:	Educação em Direitos Humanos	Semestral
C/H TOTAL:	36	
C/H TEÓRICA:	36	C/H PRÁTICA: 0
		C/H EXTENSÃO: 0
		C/H a DISTÂNCIA: 0
<p>EMENTA:</p> <p>Educação, direitos humanos e formação docente. História dos direitos humanos e as implicações no campo educacional. Marcos legais em direitos humanos. Projeto Político Pedagógico e a educação em direitos humanos. Preconceito, discriminação e prática educativa; políticas curriculares e educação em direitos humanos.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (Org.). Educação em direitos humanos: temas, questões e posturas. Rio de Janeiro: DPXAli, 2008.</p> <p>CANDAU, Vera Maria; ANDRADE, Marcelo; SACAVINO, Susana et al. Educação em direitos humanos e formação de professores/as. São Paulo: Corte, 2013.</p> <p>CARVALHO, J. S. Educação, cidadania e direitos humanos. Petrópolis: Voes, 2004.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (Org.). Educar em direitos humanos: construir democracia. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.</p> <p>PAIVA, Angela Randolpho (Org.). Direitos humanos em seus desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.</p> <p>RAYO, José Tuvilla. Educação em direitos humanos rumo a uma perspectiva global. 2. Porto Alegre ArtMed 2013</p> <p>SCHILLING, Flávia (Org.). Direitos humanos e educação: outras palavras, outras práticas. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2007.</p>		

DISCIPLINA:	Educação Especial, marcos fundamentais: da exclusão à inclusão	Anual
C/H TOTAL:	72	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0
	C/H a DISTÂNCIA: 0	
<p>EMENTA:</p> <p>Educação especial: fundamentos filosófico, legal e político educacional. Estudo da Educação Especial no contexto do sistema educacional brasileiro. Marcos Regulatórios: Documentos internacionais e nacionais. Concepções, modelos e processos do campo da Educação Especial. A institucionalização dos sujeitos com deficiência ao longo da história InclusãoXIntegração. As diferentes condições dos sujeitos com necessidades educacionais especiais (áreas do PAEE). Diversidade, identidade e potencialidades nas práticas inclusivas com alunos público alvo da educação especial; Práticas pedagógicas no contexto do espaço especializado. Práticas pedagógicas no contexto da escola regular. A avaliação e as adaptações/diferenciações curriculares.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>LOBO, L. F. Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.</p> <p>MARQUEZAN, R. O deficiente no discurso da legislação. Campinas: Papyrus, 2009.</p> <p>MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2017.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>CANGUILHEM, Georges. O normal e o patológico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.</p> <p>PESSOTTI, I. Deficiência mental: da superstição à ciência. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.</p> <p>PICCOLO, Gustavo Martins. Por um pensar sociológico sobre a deficiência. Curitiba: Appris, 2015.</p> <p>SKLIAR, Carlos. Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.</p> <p>VALLE, J. W.; CONNOR, D. J. Ressignificando a deficiência: da abordagem social às práticas inclusivas nas escolas. Porto Alegre: AMGH, 2014.</p>		

DISCIPLINA:	Estimulação Essencial (Optativa II)	Semestral
C/H TOTAL:	36	
C/H TEÓRICA:	36	C/H PRÁTICA: 0
		C/H EXTENSÃO: 0
		C/H a DISTÂNCIA: 0
EMENTA:		
<p>Desenvolvimento intrauterino e intercorrências capazes de se constituírem em risco para problemas do desenvolvimento neuropsicomotor (DNPM). Desenvolvimento intrauterino do embrião e feto. Situações que demandam diagnósticos e encaminhamento neonatal corretos à estimulação essencial. Estimulação essencial e desenvolvimento infantil estimulação essencial. Principais abordagens do desenvolvimento infantil. Características biopsicossociais do desenvolvimento de crianças de 0 a 4 anos. Recém-nascidos de alto risco para problemas no DNPM e a família: os pais como agentes da estimulação essencial. Atividades pedagógicas que promovam o desenvolvimento global da criança de 0 a 4 anos.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>BONAMIGO, Euza Maria de Rezende. Como ajudar a criança no seu desenvolvimento: sugestões de atividades para a faixa de 0 a 5 anos. 8.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.</p> <p>COLL, César, et al. Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. 4.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.</p> <p>HAEUSSLER, Isabel M. Manual de estimulação do pré-escolar: um guia para pais e educadores. São Paulo: Editora Planeta, 2005.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>BUSCAGLIA, L.F. Os deficientes e seus pais: um desafio ao aconselhamento. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1983.</p> <p>LÉVY, Janine. O despertar do bebê: prática de educação psicomotora. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1996.</p> <p>MOREIRA, M. E. L. BRAGA, N. A.; MORSCH, S. Quando a vida começa diferente: o bebê e sua família na UTI Neonatal. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.</p> <p>RODRIGUES, M.F. et al. A estimulação da criança especial em casa: entenda o que acontece no sistema nervoso da criança deficiente e como você pode atuar sobre ele. São Paulo: Atheneu, 2000.</p> <p>SHORE, R. Repensando o cérebro: novas visões sobre o desenvolvimento inicial do cérebro. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.</p>		

DISCIPLINA:	Ética e Educação Especial Inclusiva	Semestral
C/H TOTAL:	36	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:
36	0	0
C/H a DISTÂNCIA: 0		
EMENTA:		
<p>Princípios éticos que regem a Educação Especial na atualidade. Estudo da ética enquanto objeto, campo e definição. Busca da compreensão das origens e transformações histórico-sociais da moral. Análise da ética nas relações sociais, educacionais e profissionais, da bioética e pesquisa em seres humanos. Reflexão sobre a conduta responsável na pesquisa científica.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>DINIZ, Débora. O que é bioética. São Paulo: Brasiliense, 2002.</p> <p>GRINSPUN, Mirian Paura Sabrosa Zippin. Autonomia e ética na escola: o novo mapa da educação. São Paulo: Cortez, 2014.</p> <p>RACHID, Alysson. Dominando ética. São Paulo Saraiva 2019.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>BOFF, Leonardo. A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana. 52. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.</p> <p>BOFF, Leonardo. Do iceberg à arca de Noé: o nascimento de uma ética planetária. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2010.</p> <p>LOPES FILHO, Artur Rodrigo Itaquí. Ética e cidadania. 2.ed. Porto Alegre: SER - SAGAH 2018</p> <p>MEIRA, Ana Claudia Hebling (Org). Ética: ensaios interdisciplinares sobre teoria e práticas profissionais. São João da Boa Vista: UNIFEQB, 2006.</p> <p>MELGAÇO, Rosely Gazire. A ética na atenção ao bebê: psicanálise, saúde, educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006</p>		

DISCIPLINA:	Filosofia da Educação	Anual	
C/H TOTAL:	72		
C/H TEÓRICA:	72	C/H PRÁTICA:	0
		C/H EXTENSÃO:	0
		C/H a DISTÂNCIA:	0
EMENTA:			
<p>Conceitos de Filosofia e Filosofia da Educação. A concepção filosófica da educação na Idade Média, Moderna e Contemporânea. As correntes filosóficas da modernidade (Iluminismo, Materialismo e Positivismo). As correntes filosóficas contemporâneas (Fenomenologia, Hermenêutica, Existencialismo, Pragmatismo, Teoria Crítica). Implicações e influências dessas correntes filosóficas na educação.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2007.</p> <p>Os PENSADORES. São Paulo: Abril, 197-. (Coleção Abril Cultural)</p> <p>QUINTANEIRO, Tânia <i>et al.</i> Um toque de clássicos. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>ARANHA, Maria Lúcia. A filosofia da educação. São Paulo: Moderna, 2006.</p> <p>ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1987.</p> <p>LIPMAN, Mathew. O pensar na educação. Petrópolis: Vozes, 1995.</p> <p>JAEGER, Werner. Emílio, ou da educação. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000.</p> <p>VALLE, Lílian do. Escola imaginária. Rio de Janeiro: DP&A, 1996.</p>			

DISCIPLINA:	Fundamentos da Educação do Campo	Semestral
C/H TOTAL:	36	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0 C/H a DISTÂNCIA: 0
<p>EMENTA:</p> <p>Educação do e no Campo na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: concepções, conceitos, princípios e especificidades. Educação Popular. Movimentos Sociais. Educação do Campo e as Políticas Públicas. Educação do Campo e formação do professor. A educação do campo e o respeito às características do campo. Relações de pesquisa das práticas e extensão da educação do campo no campo.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>ARROYO, M. G.; CALDART, Roseli; MOLINA, Monica Castangna. Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 56.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.</p> <p>SILVA, Ana Paula Soares da; PASUCH, Jaqueline; SILVA, Juliana Bezzon. Educação infantil do campo. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>FREIRE, Paulo. Extensão e comunicação?. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.</p> <p>MUNARIN, Antonia; BELTRAME, Sonia Aparecida Branco; CONDE, Soraya Franzoni et al. (Orgs.). Educação do campo: políticas públicas, territorialidade e práticas pedagógicas. Florianópolis: Insular, 2011.</p> <p>ROCHA, Maria Isabel Antunes. Educação do campo: desafios para formação de professores. São Paulo: Autêntica, 2009.</p> <p>RUMMERT, Sonia Maria. Educação e identidade dos trabalhadores. São Paulo: Xamã, 2000.</p> <p>SOUZA, Maria Antonia de. Educação do campo: proposta e práticas do MST. Petrópolis: Vozes, 2012.</p>		

DISCIPLINA:	Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Especial Inclusiva	Anual
C/H TOTAL:	108	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:
72	0	0
C/H a DISTÂNCIA: 36		
<p>EMENTA:</p> <p>A escola e sua constituição histórica, sujeitos e Organização. Gestão escolar e sua interface com a política educacional: repercussões para a Organização escolar e o trabalho pedagógico. Elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva inclusiva. Gestão democrática e participação. As instâncias colegiadas e os mecanismos de gestão como instrumentos na construção da escola inclusiva. A gestão inclusiva e a Sala de Recursos Multifuncionais. O clima e a cultura da escola como fatores determinantes da gestão escolar na perspectiva inclusiva.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>FERREIRA, N. S.C. Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>LIBÂNEO, J.C. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>PLETSCH, M. D. Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. Rio de Janeiro: NAU/ EDUR, 2010.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>OLIVEIRA, D. A.; ROSAR, M. de F. Política e gestão da educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.</p> <p>RODRIGUES, David. Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.</p> <p>SANTOS, M.P; PAULINO, M. M. (Orgs.) Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas. São Paulo: Cortez, 2006.</p> <p>SKLIAR, C. (Org.). Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 2006.</p> <p>STAINBACK, Susan Bray; STAINBACK, William C. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999..</p>		

DISCIPLINA:	História da Educação	Anual
C/H TOTAL:	72	
C/H TEÓRICA:	72	C/H PRÁTICA: 0
		C/H EXTENSÃO: 0
		C/H a DISTÂNCIA: 0
<p>EMENTA:</p> <p>Concepção e objetivos da História e da História da Educação, suas interpelações e importância para a compreensão da realidade educacional. A educação nos diversos contextos sociais: Primitivo Antiquidade Clássica, Período Medieval, Moderna e Contemporânea, enfatizando abordagens das temáticas relacionadas às ideias educativas e/ou pedagógicas e a organização das instituições de ensino. A História da Educação no Brasil e seus contextos teóricos e práticos: o Brasil colonial; o Brasil imperial; o Brasil republicano: as fases da história da educação brasileira contemporânea e seus contextos globais.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>ARANHA, Maria Lucia de Arruda. História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil. São Paulo: Moderna. 2006.</p> <p>BITTAR, Marisa. História da Educação. Da Antiguidade a época Contemporânea. São Carlos: EduFscar. 2009. (Coleção UAB-EduFSCar. 2009).</p> <p>SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2008.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação. São Paulo: Brasiliense, 2013.</p> <p>CAMBI, Franco. História da Pedagogia. São Paulo: Unesp, 1990.</p> <p>FRANCISCO FILHO, Geraldo. A educação brasileira no contexto histórico. Campinas: Alínea 2001.</p> <p>ROMANELLI, Otaíza O. História da educação no Brasil (1930-1973). Petrópolis: Vozes, 1997.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do século XX. Campinas: Autores Associados, 2014.</p>		

DISCIPLINA:	Jogos e Brincadeiras na Educação Especial Inclusiva	Semestral
C/H TOTAL:	36	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:
36	0	0
C/H a DISTÂNCIA: 0		
<p>EMENTA:</p> <p>A brincadeira como atividade principal da criança. Jogos e brinquedos para o desenvolvimento de crianças com necessidades especiais. O significado do jogo e das brincadeiras no processo de inclusão de crianças com necessidades especiais na educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Jogo como um recurso mediador da aprendizagem de crianças e do processo de inclusão dos alunos em nossas escolas. Jogos de mesa. Jogos corporais. Jogos matemáticos.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>HUIZINGA, Johan. Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.</p> <p>KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>OLIVEIRA, Vera Barros. (Org.). O brincar e a criança do nascimento aos seis anos. Petrópolis: Vozes, 2000.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BENJAMIN, Walter. Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação. 2.ed. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2014.</p> <p>BROUGÈRE, Gilles. Jogo e educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.</p> <p>FRIEDMAN, Adriana. Brincar, crescer e aprender: o resgate do jogo infantil. São Paulo: Editora Moderna, 1996.</p> <p>FRIEDMAN, Adriana. O desenvolvimento da criança através do brincar. São Paulo: Moderna, 2012.</p> <p>MACEDO, Lino de; PETTY, Ana Lúcia Sícoli; PASSOS, Norimar Christe. Aprender com jogos e situações-problema. Porto Alegre: Artmed, 2000.</p>		

DISCIPLINA:	Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	Anual
C/H TOTAL:	72	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:
72	0	0
C/H a DISTÂNCIA: 0		
<p>EMENTA:</p> <p>Produção de textos dissertativos, argumentativos e críticos. Coesão, Coerência e Unidade Textual. Diretrizes para Leitura, Análise e Interpretação de textos. Análise textual, temática e interpretativa. Problematização. Síntese pessoal, como resumir e elaborar resenhas.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>MACHADO, Rachel; LOUSADA, Eliane; ABRAU-TARDELLI, Lilian Santos. Planejar gêneros acadêmicos. Rio de Janeiro: Parábola, 2007.</p> <p>SILVA, Ezequiel Theodoro. Criticidade e leitura: ensaios. São Paulo: Mercado das Letras, 2003.</p> <p>FEITOSA, Vera Cristina. Redação de textos científicos. Campinas: Papyrus, 1995.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>CASTRO, Marccos. Caminhos para a leitura. São Paulo: Record, 2002.</p> <p>KAUFMAN, Ana Maria. Escola, leitura e produção de textos. Porto Alegre: ArtMed, 1995.</p> <p>MANGUEL, Alberto. Uma história da leitura. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.</p> <p>MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas. São Paulo: Atlas, 2006.</p> <p>MICHELETTI, Guaraciaba. Leitura e construção do real. São Paulo: Cortez, 2003.</p>		

DISCIPLINA:	Libras	Anual
C/H TOTAL:	72	
C/H TEÓRICA:	72	C/H PRÁTICA: 0
		C/H EXTENSÃO: 0
		C/H a DISTÂNCIA: 0
EMENTA:		
<p>Audição e Surdez (Deficiência ou Cultura). História da Educação dos Surdos. Cultura e Identidade. Aspectos Linguísticos da Libras; Variações Históricas e Sociais. Bilinguismo – Novo enfoque na Educação dos Surdos. Desenvolvimento Linguístico. Português como segunda Língua. Políticas Públicas e Legislação na Educação dos Surdos. Intérprete de Libras. Parâmetros Principais e secundários da Libras. Classificadores em Libras. Libras em contexto.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>BOTELHO, Paula. Linguagem e Letramento na Educação dos Surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica. 2005.</p> <p>BRANDÃO, Flávia. Dicionário de libras: língua brasileira de sinais. São Paulo: Global, 2011.</p> <p>PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson, 2011.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>FERNANDES, Eulália. Surdez e bilinguismo. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.</p> <p>GESSER, Audrei. Libras?: Que língua é essa? : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir. Língua de sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima. Bilinguismo dos surdos: questões linguísticas e educacionais. Goiânia: Cãnone, 2007.</p> <p>SKLIAR, Carlos (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação 2001.</p>		

DISCIPLINA:	Políticas Educacionais e funcionamento da Educação Especial			Anual	
C/H TOTAL:	72				
C/H TEÓRICA:	72	C/H PRÁTICA:	0	C/H EXTENSÃO:	0
C/H a DISTÂNCIA: 0					
<p>EMENTA:</p> <p>Formação do Sistema Educacional brasileiro. Constituições e leis educacionais no contexto social, político e cultural. A Educação Especial na legislação brasileira: política educacional e dispositivos legais. Estrutura e funcionamento e educação inclusiva desde o Brasil República. Papel dos movimentos sociais na luta pela educação especial no país.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga.. Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2012.</p> <p>GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. (Org.). Políticas e práticas de educação inclusiva. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.</p> <p>MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2017.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, 2008.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Carlos; TOSCHI, Mirza S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10 ed. São Paulo. Cortez. 2012.</p> <p>SILVA, S.; VIZIM, M. (Org.) Políticas públicas: educação, tecnologias e pessoas com deficiência. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.</p> <p>ROMANELLI, Otaíza Oliveira. História da educação no Brasil. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.</p> <p>SANTOS, Clóvis Roberto dos. Política e Educação no Brasil. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 1998.</p>					

DISCIPLINA:	Pesquisa da Prática Pedagógica e Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva I	Anual
C/H TOTAL:	200	
C/H TEÓRICA:	72	C/H PRÁTICA: 128
C/H EXTENSÃO:	0	C/H a DISTÂNCIA: 0

EMENTA:

Fundamentos legais do estágio supervisionado. Investigação da realidade educacional na educação infantil e o desenvolvimento dos alunos público alvo da educação especial. Estabelecimento de relações entre práticas educativas inclusivas e políticas relativas ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) na educação infantil. Relação entre teoria e prática por meio da inserção no contexto educacional e análise de situações pedagógicas vivenciadas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia e prática docente**. São Paulo: Cortez, 2012.

SMITH, D. **Introdução à educação especial - Ensinar nos tempos de inclusão**. Porto Alegre: Artmed, 2008 (demais edições).

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAIADO, K.R.M.; JESUS, D.M.; BAPTISTA, C.R. (Orgs.) **Professores e Educação Especial: formação em foco**. Porto Alegre: Mediação/CDV/FACITEC, 2011. v. 1.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. 8 ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

FAVERO, E. A. G. **Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade**. 3.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2012.

MAZZOTTA, M. J. da S. **Trabalho docente e formação de professores de educação especial**. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1993.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002

DISCIPLINA:	Pesquisa da Prática Pedagógica e Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva II			Anual			
C/H TOTAL:	200						
C/H TEÓRICA:	72	C/H PRÁTICA:	128	C/H EXTENSÃO:	0	C/H a DISTÂNCIA:	0
EMENTA:							
<p>Identificação, análise e discussão de situações da prática educativa vivenciadas nos espaços de escola de ensino comum, dos anos iniciais do ensino fundamental. Construção e execução de proposta de ensino colaborativo em espaços em que tenham estudantes público alvo da Educação especial incluídos.</p>							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:							
<p>BAPTISTA, C. R.; JESUS, D. M. de. Avanços em políticas de inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países. Porto Alegre: Mediação, 2009.</p> <p>FAZENDA, Ivani Catarina Arantes; PICONEZ, Stela C. Bertholo. A prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas: Papirus, 1991</p> <p>PIMENTA, G. Selma Saberes pedagógicos e atividades docentes. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.</p>							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:							
<p>CAIADO, K.R.M.; JESUS, D.M.; BAPTISTA, C.R. (org.) Professores e Educação Especial: formação em foco. Porto Alegre: Mediação/CDV/FACITEC, 2011. v.1.</p> <p>CANDAU, V. M. Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.</p> <p>MANZINI, E. J (Org.). Inclusão e acessibilidade. Marília: ABPEE, 2006.</p> <p>PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>PERRENOUD, Philippe. Práticas pedagógicas, profissão docente e formação. Lisboa: Dom Quixote, 1993.</p> <p>VEIGA, I. P. A.; D'ÁVILA, C. M. (Org.). Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas. 2. ed. Campinas: Papirus, 2010.</p>							

DISCIPLINA:	Pesquisa da Prática Pedagógica e Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva III	Anual
C/H TOTAL:	200	
C/H TEÓRICA:	72	C/H PRÁTICA: 128
		C/H EXTENSÃO: 0
		C/H a DISTÂNCIA: 0
EMENTA:		
<p>Conhecimento e análise das práticas pedagógicas inclusivas nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio das instituições do ensino comum regular e instituições especializadas. Ensino colaborativo, trabalho de colaboração e consultoria colaborativa ao professor de ensino regular (sala comum e sala de recurso multifuncional) Elaboração e execução de projeto de intervenção pedagógica de apoio no contexto escolar.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>MANZINI, E. J. Inclusão e acessibilidade (Org). Marília-SP: ABPEE, 2006.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. (Org). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez Editora, 1999.</p> <p>VEIGA, I. P. A.; D'ÁVILA, C. M. (OrgS.). Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas. 2 ed. Campinas: Papirus, 2010.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>BEYER, H.O. Inclusão e a avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2010.</p> <p>COSTAS, F. A. T. (Org.). Educação, Educação Especial e Inclusão: fundamentos, contextos e práticas. Curitiba: Appris, 2002.</p> <p>FREITAS, S. N. F. Tendências contemporâneas de inclusão. Santa Maria: Editora UFSM, 2008.</p> <p>MENDES, E,G,; CIA F. (Orgs.). Inclusão Escolar e o Atendimento Educacional. São Carlos, Marquezini & Manzini, ABPEE, 2014.</p> <p>PALHARES, M. S.; MARINS, S. Escola inclusiva. São Carlos: Edufscar, 2002.</p>		

DISCIPLINA:	Pesquisa da Prática Pedagógica e Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva IV	Anual
C/H TOTAL:	200	
C/H TEÓRICA:	72	C/H PRÁTICA: 128
		C/H EXTENSÃO: 0
		C/H a DISTÂNCIA: 0
EMENTA:		
<p>Análise das práticas pedagógicas inclusivas na Educação de Jovens e Adultos e Ensino Superior. Articulação entre os professores do ensino comum e o apoio educacional especializado. Elaboração e execução de projeto de intervenção pedagógica de apoio no contexto educacional comum.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>MARTINS, J. S. A exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido, ANASTASIOU, Léa, das Graças Camargo. Docência superior. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>PLETSCH, Márcia Denise. Repensando a inclusão escolar. Diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. Rio de Janeiro: Nau: Edu, 2010.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>BERNARDIM, Márcio L. Educação do trabalhador: da escolaridade tardia à educação necessária. Guarapuava: Unicentro, 2007</p> <p>CUNHA, Maria Isabel da. (Org.). Formatos avaliativos e concepção de docência. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção Educação Contemporânea).</p> <p>MARTINS, José de S. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.</p> <p>GADOTTI, Moacir. ROMÃO, José E. (Orgs). Educação de Jovens e Adultos: teoria prática e proposta. Editora Cortez: Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2006, (Guia da escola cidadã, v. 5).</p> <p>SOARES, Leônicio (Org.). Aprendendo com a diferença: estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003.</p>		

DISCIPLINA:	Procedimentos de ensino em Educação Especial: Altas Habilidades/Superdotação			Semestral	
C/H TOTAL:	72				
C/H TEÓRICA:	36	C/H PRÁTICA:	0	C/H EXTENSÃO:	36
				C/H a DISTÂNCIA:	0

EMENTA:

Concepções e características. História do Atendimento Educacional às altas habilidades/superdotação no Brasil e no mundo. Políticas públicas contemporâneas para as altas habilidades/superdotação. Concepção de identificação educacional. Procedimentos utilizados no Processo de Identificação Educacional. Práticas Pedagógicas para estudantes com altas habilidades/superdotação, contextos de atendimento e práticas pedagógicas com os estudantes com altas habilidades/ superdotação. Métodos, técnicas e recursos pedagógicos que podem auxiliar no processo de aprendizagem frente à altas habilidades/superdotação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALONSO, Juan Antonio; RENZULLI, Joseph S. **Manual internacional de superdotados**: manual para professores y padres. Madrid: Giuntieos Psychometrics, 2003.

REZULLI, Joseph S. et al. **Escalas Renzulli**: escalas para la valoración de las características de comportamiento de estudiantes superdotados. 2.ed. Salamanca: Amarú, 2001.

BURNS, D. E. **Altas Habilidades/Superdotação**. Manual para guiar o aluno desde a definição de um problema até o produto final. Curitiba: Juruá, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALENCAR, E.M.L.S.; FLEITH, D.S. **Superdotados**: determinantes, educação e ajustamento. São Paulo: EPU, 2000.

FLEITH, D. S. (Org.). **A construção de práticas educacionais para alunos com Altas habilidades/Superdotação**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2007.

GONZÁLEZ, E. **Necessidades educacionais específicas**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FREITAS, S. N.; PÉREZ, S. G. P. B. **Altas Habilidades/Superdotação**: atendimento especializado. Marília: ABPE, 2012.

VIRGOLIM, A. R.; KONKIEWTZ C. E. (Org.) **Altas Habilidades/Superdotação, inteligência e criatividade**: uma visão multidisciplinar. Campinas, SP: Papyrus, 2014.

DISCIPLINA:	Procedimentos de ensino em Educação Especial: Deficiência Auditiva			Semestral	
C/H TOTAL:	72				
C/H TEÓRICA:	36	C/H PRÁTICA:	0	C/H EXTENSÃO:	36
		C/H a DISTÂNCIA:			

EMENTA:

Estudo do histórico da conceituação da deficiência auditiva e surdez. Análise das diferentes abordagens de intervenção educacional junto à surdez, e princípios da educação Aquisição da Língua (GEM). Teorias da aquisição da linguagem. Aquisição da fala e da escrita: uma síntese. Aquisição da Língua de Sinais como primeira e aquisição da segunda língua. Fases da aquisição e desenvolvimento da Língua de Sinais. O fator linguístico na aprendizagem e desenvolvimento cognitivo do surdo. Cultura Surda. Contextos bilíngues como meios favoráveis que contribuí para a aquisição e desenvolvimento do surdo. Métodos, técnicas e recursos pedagógicos que podem auxiliar no processo de aprendizagem frente à deficiência auditiva.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GOLDFELD, Marica. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. São Paulo – SP: 1997.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2015

VYGOTSKY L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GOES, M. C. R de. (Org.). **Surdez: processos educativos e subjetividade**. São Paulo: Lovise, 2000.

LACERDA, C.B.F.; LODI, A.C B (Orgs.). **Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LOPES, M. C. **Surdez & educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MOURA, M.C, VERGAMINI, S.A.A, LEITE, S.R. **Educação para surdos: práticas e perspectivas**. São Paulo: Santos, 2009.

SKLIAR, C. (Org). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2001.

DISCIPLINA:	Procedimentos de ensino em Educação Especial: Deficiência Física		Semestral
C/H TOTAL:	72		
C/H TEÓRICA:	36	C/H PRÁTICA:	0
		C/H EXTENSÃO:	36
		C/H a DISTÂNCIA:	0

EMENTA:

Deficiência física. Disfunção neuromotora - paralisia cerebral. Mielomeningocele. Doenças neuromusculares. Lesão medular. Lesões encefálicas adquiridas. Acessibilidade física e acessibilidade ao currículo escolar. Tecnologia assistiva na escola – comunicação alternativa. A pessoa com deficiência física e o trabalho. Métodos, técnicas e recursos pedagógicos que podem auxiliar no processo de aprendizagem frente à deficiência física.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação Infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: deficiência física.** Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Manual de acessibilidade espacial para escolas: o direito à escola acessível.** Brasília, 2009

MORAES, Luiz Fernando de. **Deficiência física: da experiência ao saber científico.** Porto Alegre: Imprensa Livre, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOBATH, K. **A deficiência motora em pacientes com paralisia cerebral.** São Paulo: Manole, 1979.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos pedagógicos adaptados.** Brasília, 2002.

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais.** 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FERNANDES, A.C., RAMOS, A.C.R., CASALIS, M.E.P., HEBERT, S.K. **Medicina e reabilitação: princípios e práticas.** Artes Médicas, 2007.

MARTINS. M.C; JAUREGUI, M.V.G; LOPES, M.L.S. **Incapacidade motora: orientações para adaptar a escola.** Porto Alegre: Art Med, 2004.

DISCIPLINA:	Procedimentos de ensino em Educação Especial: Deficiência Intelectual			Semestral	
C/H TOTAL:	72				
C/H TEÓRICA:	36	C/H PRÁTICA:	0	C/H EXTENSÃO:	36
				C/H a DISTÂNCIA:	0

EMENTA:

Deficiência Intelectual: conceitos, definições e possibilidades de avaliação da pessoa com deficiência intelectual. História e atendimento educacional da pessoa com deficiência intelectual. Relações, concepções e práticas sociais e políticas produzidas em relação à pessoa com deficiência intelectual. Avaliação funcional individual. Práticas pedagógicas voltadas às aprendizagens escolares. Recursos tecnológicos e de acesso ao currículo. Deficiência intelectual, formas de identificação, diagnóstico diferencial entre deficiência intelectual e doença mental; causas e síndromes mais comuns que apresentam D.I. e incidência. Métodos, técnicas e recursos pedagógicos que podem auxiliar no processo de aprendizagem frente à deficiência intelectual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: T.A. Queiróz, 1984.

SMITH, D. D. **Introdução à Educação Especial: ensinar em tempos de inclusão**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GLAT, Rosana; PLETSCH, Márcia Denise. **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

JANNUZZI, G. **A educação do deficiente mental no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

MANTOAN, M. T. E. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais**. São Paulo: Scipione, 2005.

PLETSCH, Márcia Denise; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; HOSTINS, Regina Célia Linhares. **A escolarização de alunos com deficiência intelectual: políticas, práticas e processos cognitivos**. São Carlos: Marquezine e Manzini, 2015.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

DISCIPLINA:	Procedimentos de ensino em Educação Especial: Deficiência Visual	Semestral
C/H TOTAL:	72	
C/H TEÓRICA: 36	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 36
C/H a DISTÂNCIA: 0		

EMENTA:

Deficiência Visual: Aspectos históricos e definição da deficiência visual. Identificação, causas e prevenção cegueira e baixa visão. Principais patologias visuais, vícios de refração e implicações na aprendizagem escolar. Avaliação do atendimento educacional da pessoa com deficiência visual e baixa visual. Recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência visual (alunos cegos e com baixa visão). Critérios para identificar a condição visual (características). Resgate histórico, social e político sobre a pessoa com deficiência visual. Avaliação, Planejamento e Práticas pedagógicas de atendimento para alunos com cegueira e baixa visão. Métodos, técnicas e recursos para alunos cegos e com baixa visão. Estudo e prática: Estimulação essencial ao desenvolvimento. Sistema Braille, Leitores de Tela, Métodos e Técnicas de Soroban, Audiodescrição. Atividade de vida autônoma, Orientação e mobilidade, recursos de acessibilidade para alunos com baixa visão e produção de material didático adaptado para alunos cegos e com baixa visão. Métodos, técnicas e recursos pedagógicos que podem auxiliar no processo de aprendizagem frente à deficiência visual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Soroban**: manual de técnicas operatórias para pessoas com deficiência visual. Brasília, 2009.

CAIADO, K. R. M. **Aluno deficiente visual na escola**: lembranças e depoimentos. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

MASINI, E. F. S. (Org). **A pessoa com deficiência visual**: um livro para educadores. São Paulo: Vetor, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMIRALIAN, M.L.T.M. **Deficiência Visual**: perspectivas na contemporaneidade. São Paulo: Vetor, 2009.

AMORIM, C. M. A.; ALVES, M. G. **A criança cega vai à escola**: preparando para alfabetização. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2008.

DOMINGUES, C. dos A. et al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**: baixa visão e cegueira. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

FREITAS, M. I. C. de; VENTORINI; S. E. **Cartografia tátil**: orientação e mobilidade às pessoas com deficiência visual. Jundiaí: Paco Editorial, 2011

MARTÍN, M. B.; BUENO, S. T. **Deficiência visual**: aspectos psiconeuroevolutivos e educativos. São Paulo: Santos, 2003.

DISCIPLINA:	Procedimentos de ensino em Educação Especial: Surdocegueira	Semestral
C/H TOTAL:	72	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:
36	0	0
C/H a DISTÂNCIA: 36		
<p>EMENTA: Desenvolvimento e aprendizagem de pessoas com surdocegueira: especificidades, modelos de aprendizagem; princípios pedagógicos das práticas educativas. Avaliação do desenvolvimento e da aprendizagem de pessoas com surdocegueira: definições e conceitos; concepções; critérios de avaliação e avaliação funcional individual. Estudo de caso e atendimento pedagógico. Atendimento educacional de pessoas com surdocegueira: planejamento educacional de programas e projetos de atendimento especializado; práticas pedagógicas de atendimento; métodos, técnicas e recursos de mediação da aprendizagem. Estudos de aprofundamento: libras tátil; equipamentos, adaptação de materiais, orientação e mobilidade. Métodos, técnicas e recursos pedagógicos que podem auxiliar no processo de aprendizagem frente aos transtornos específicos.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>CAMBRUZZI, Rita de Cássia Silveira Cambruzzi; COSTA, Maria da Piedade Resende da. Surdocegueira: níveis e formas de comunicação. São Paulo: EdUFSCAR, 2016.</p> <p>CADER-NASCIMENTO, Fatima A. A. A.; COSTA, Maria da Piedade R. da. Descobrimo a Surdocegueira: educação e comunicação. EdUFSCar. São Carlos. 2007.</p> <p>GARCIA, Alex. Surdocegueira: empírica e científica. São Luiz Gonzaga, RS: Alex Garcia, 2008. v. 1.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BRAZELTON, T.B., GREENSPAN, S.I. As necessidades essenciais das crianças. O que toda criança precisa para crescer, aprender e se desenvolver. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p> <p>CADER-Nascimento, Fatima A. A. A. MAIA, Shirley Rodrigues. Educação Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização : surdocegueira/múltipla deficiência sensorial. 4. ed. Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 79 p</p> <p>MAIA, S. R.; ARAÓZ, S. M. M.; IKONOMIDIS, V. M. Surdocegueira e deficiência múltipla sensorial: sugestões de recursos acessíveis e estratégias de ensino. São Paulo: Grupo Brasil de Apoio ao Surdocego e ao Múltiplo Deficiente Sensorial, 2010.</p> <p>LIMA, E. S. Diversidade e aprendizagem. São Paulo: Editora Sobradinho, 2005.</p> <p>MONTAGU, A. Touching -Tocar - o significado humano da pele. São Paulo: Summus, 1988. (Novas buscas em psicoterapia, v. 34)</p>		

DISCIPLINA:	Procedimentos de ensino em Educação Especial: Transtornos Específicos	Semestral
C/H TOTAL:	72	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:
36	0	36
		C/H a DISTÂNCIA: 0

EMENTA:

Contextualização dos transtornos funcionais específicos e sua repercussão na aprendizagem. Transtornos funcionais específicos: conceitos, características e etiologias. Os transtornos funcionais específicos de aprendizagem: do diagnóstico à intervenção. Aspectos legais. Tipos: dislexia, discalculia e disortografia. Transtornos específicos da aprendizagem no contexto escolar. TDAH, planejamento e encaminhamento metodológico. Materiais didático-pedagógicos que auxiliam alunos TDAH. Estabelecer relação entre teoria e prática por meio de inserção no contexto educacional. Métodos, técnicas e recursos pedagógicos que podem auxiliar no processo de aprendizagem frente aos transtornos específicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FLETCHER, J. M.; LYONS, G. R.; FUCHS, L. S.; BARNES, M. A. **Transtornos de aprendizagem: da identificação à intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MOOJEN, S. M. P. **A escrita ortográfica na escola e na clínica: teoria, avaliação e tratamento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

ROTTA, N. T.; OHLWEILER, L.; RIESGO, R. **Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar**. Porto Alegre: Artmed, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A.; RIBEIRO, M. C. F. (Orgs). **Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos**. Campinas: Mercado de letras, 2013.

FURTADO, Valéria Queiroz. **Dificuldades na Aprendizagem da Escrita**. Petrópolis: Vozes, 2009.

JOSÉ, Elisabete da Assunção; COELHO, Maria Teresa. **Problemas de aprendizagem**. 13.ed. São Paulo: Ática, 2011.

MOUSINHO, R; ALVES; L. M.; CAPELLINI, S. A. **Dislexia: novos temas, novas perspectivas**. Vol.3. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

SANTOS, M.T.M. dos; NAVAS, A.L.G.P. **Distúrbios de leitura e escrita: teoria e prática**. São Paulo: Manoele, 2004.

DISCIPLINA:	Procedimentos de ensino em Educação Especial: Transtornos Globais do Desenvolvimento e Transtorno do Espectro Autista			Semestral	
C/H TOTAL:	72				
C/H TEÓRICA:	36	C/H PRÁTICA:	0	C/H EXTENSÃO:	C/H a DISTÂNCIA: 0
			36		
EMENTA:					
<p>História da educação dos sujeitos com TEA. O TEA na contemporaneidade. As diferentes concepções teóricas sobre o autismo. Processos de escolarização e práticas pedagógicas. Avaliação educacional do aluno com autismo. Desenvolvimento e aprendizagem de alunos com transtornos globais do desenvolvimento especificidades do desenvolvimento. Princípios pedagógico-metodológicos das práticas educativas. Avaliação do desenvolvimento e da aprendizagem de alunos com transtornos globais do desenvolvimento critérios de avaliação e avaliação funcional individual. Atendimento educacional de pessoas com transtornos globais do desenvolvimento planejamento educacional de programas e projetos de atendimento especializado. práticas pedagógicas de atendimento. Métodos, técnicas e recursos pedagógicos que podem auxiliar no processo de aprendizagem frente aos transtornos globais do desenvolvimento e Transtorno do Espectro Autista.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
<p>ORRÚ, S. E. Aprendizes com autismo: aprendizagem por eixos de interesse em espaços não excludentes. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2016</p> <p>JERUSALINSKY, A. (Org.). Dossiê autismo. São Paulo: Instituto Langagem, 2015.</p> <p>KUPFER, M. C. M.; PATTO, M. H. S.; VOLTOLINI, R. Práticas inclusivas em escolas transformadoras: acolhendo o aluno sujeito. São Paulo: Escuta, 2017.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
<p>BIALER, M. Literatura de autistas: uma leitura psicanalítica. Curitiba: Editora CRV, 2015.</p> <p>CAMARGOS Jr, W. Transtornos invasivos do desenvolvimento: Terceiro milênio. Brasília: Ministério da Justiça, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, AMES, ABRA, 2005.</p> <p>BAPTISTA, C.R.; Bosa, C. Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artes Médicas, 2009.</p> <p>SANTOS, E. C. dos. Linguagem escrita e a criança com autismo. Curitiba: Appris Editora, 2016.</p> <p>SCHWARTZMAN, José S.; ARAUJO, Ceres A. (Org.) Transtornos do Espectro do Autismo. São Paulo, Memnon, 2011.</p>					

DISCIPLINA:	Processos Investigativos em Educação Especial Inclusiva			Anual	
C/H TOTAL:	72				
C/H TEÓRICA:	72	C/H PRÁTICA:	0	C/H EXTENSÃO:	0
				C/H a DISTÂNCIA:	0
EMENTA:					
<p>Conhecimento, ciência e pesquisa: conceituação básica. Dimensões da pesquisa em educação: tipos, abordagens, procedimentos e instrumentos de pesquisa. Projeto de pesquisa. Produção de textos acadêmicos. Ética e pesquisa com seres humanos. Interpretação e utilização das normas da ABNT.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
<p>APPOLINÁRIO, Fabio. Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>GIL, Antonio. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2017.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
<p>DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009.</p> <p>LAVILLE, C; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia em pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.</p> <p>LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. 2.ed. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 2014.</p> <p>NUNES SOBRINHO, F. P (org.). Inclusão Educacional: pesquisa e interfaces. Rio de Janeiro: Livre expressão, 2003.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim; FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Orgs.). Conhecimento, pesquisa e educação. Campinas: Papirus, 2001.</p>					

DISCIPLINA:	Psicologia da Educação	Anual
C/H TOTAL:	72	
C/H TEÓRICA:	72	C/H PRÁTICA: 0
	C/H EXTENSÃO: 0	C/H a DISTÂNCIA: 0
EMENTA:		
<p>A Psicologia e a Psicologia da Educação. A psicologia e suas vertentes. Os principais teóricos da personalidade (Freud, Jung, Adler, Reich, Maslow, Perls, Rogers, Skinner). Aspectos do desenvolvimento biológico, cognitivo, emocional e social nas perspectivas das teorias psicológicas de desenvolvimento e aprendizagem. A teoria de Jean Piaget e o desenvolvimento cognitivo. O desenvolvimento para a Psicanálise. Vigotski e a visão de desenvolvimento na perspectiva histórico cultural.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BEE, Helen. A criança em desenvolvimento . Porto Alegre. Artmed, 2003.		
FADIMAN, James; FRAGER, Robert. Teorias da personalidade . São Paulo: Harbra, 2002.		
QUADROS, Emérico Arnaldo. Psicologia e desenvolvimento humano . Petrópolis: Vozes, 2017.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
DAVIDOFF, Linda L. Introdução à psicologia . 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2006.		
KUSNETZOFF, Juan Carlos. Introdução à psicopatologia psicanalítica . Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2001.		
PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia . 14. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.		
VYGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem . São Paulo. Martins Fontes, 2015.		
_____. A formação social da mente . São Paulo. Martins Fontes, 2010.		

DISCIPLINA:	Sociologia e Antropologia da Educação	Anual
C/H TOTAL:	72	
C/H TEÓRICA:	72	C/H PRÁTICA: 0
		C/H EXTENSÃO: 0
		C/H a DISTÂNCIA: 0
EMENTA:		
<p>A trajetória da Sociologia da Educação: dos seus inícios à contemporaneidade. Escola e sociedade capitalista. Determinações sociais do rendimento escolar. Educação e mudanças sociais. Culturas, Sociedades, Grupos Sociais, Processos de Socialização, Estrutura Social. Controle Social, Educação e Mudança, Educação e Poder, Educação Formal e Não Formal, abarcando as principais discussões enfocadas pelas teorias sociológicas e antropológicas, ao longo da história destas disciplinas. As escolas Sociológicas e Antropológicas e as concepções de educação/sociedade. Etnocentrismo, Relativismo Cultural, Tensões e Perspectivas na Formação de Professores. Multiculturalismo e diferença cultural. Inclusão e Exclusão. Dimensão espacial, instituição, relações de poder e produção do conhecimento na contemporaneidade.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia . 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes: 2011.		
QUINTANEIRO, Tânia <i>et al.</i> Um toque de clássicos . Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.		
RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da Educação . Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
ABRANTES, Pedro (Org.). Tendências e controvérsias em Sociologia da Educação . Lisboa: Mundos Sociais, 2010.		
BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. Os herdeiros : os estudantes e a cultura. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.		
BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução : elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.		
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação como cultura . Campinas: Mercado das Letras, 2002.		
MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia . São Paulo: Cosac-Naify, 2003.		

DISCIPLINA:	Psicopedagogia (Optativa I)	Semestral
C/H TOTAL:	36	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:
36	0	0
C/H a DISTÂNCIA: 0		
EMENTA:		
<p>Conceitos básicos sobre Psicopedagogia: objeto de estudo, bases epistemológicas e teóricos que a fundamentam. Histórico da Psicopedagogia. Psicopedagogia no Brasil. Formação e atuação profissional do psicopedagogo: atuação clínica e institucional. As relações da psicopedagogia. Psicopedagogia, problemas de aprendizagem e as relações familiares.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>BEAUCLAIR, João. Para entender psicopedagogia: perspectivas atuais, desafios futuros. Rio de Janeiro: WAK, 2006.</p> <p>BOSSA, Nadia A. A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p> <p>WEISS, Maria Lucia W. Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>FONTES, Marisa Aguetoni. Psicopedagogia e sociedade: história, concepções e ontribuições. São Paulo: Vetor, 2006.</p> <p>PORTO, Olívia. Bases da psicopedagogia: diagnóstico e intervenção nos problemas de aprendizagem. Rio de Janeiro: WAK, 2007.</p> <p>SISTO, Fermino F. et al. Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar. Petrópolis: Vozes, 1996.</p> <p>SCOZ, Beatriz J. L. et al.. Psicopedagogia: o caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional. Porto Alegre: Artes Médica, 1990.</p> <p>VISCA, Jorge. O diagnóstico operatório na prática psicopedagógica. São José dos Campos: Pulso, 2008</p>		

DISCIPLINA:	Tecnologias Assistivas			Semestral	
C/H TOTAL:	36				
C/H TEÓRICA:	36	C/H PRÁTICA:	0	C/H EXTENSÃO:	0
		C/H a DISTÂNCIA:		0	
EMENTA:					
<p>Tecnologias assistivas. Conceito, objetivos e características. Análise da área de Tecnologias Assistivas (TAs) e seu uso com crianças e jovens com necessidades educacionais especiais em idade escolar. Estudo dos modelos teóricos que fundamentam o uso apropriado dos sistemas de TAs, da eficácia dos recursos, diretrizes para seleção, implementação, uso e monitoração dos recursos de TAs. Recursos e técnicas de AD.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
<p>HUMMEL E. I. Tecnologia Assistiva: a inclusão na prática. Curitiba: Appris, 2015.</p> <p>KLEINA, Cláudio. Tecnologia assistiva em educação especial e educação inclusiva. Curitiba: Intersaberes, 2012.</p> <p>MALAGGI, Vitor; TEIXEIRA, Adriano Canabarro. Comunicação, tecnologias interativas e educação: (re) pensar o ensinar-aprender na cultura digital. Curitiba: Appris, 2019.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
<p>MANZINI E.J. Inclusão e Acessibilidade. Marília: ABPEE, 2006.</p> <p>MENDES, E. G.; ALMEIDA, Maria Amélia; HAYASHI, Maria Cristina P I. (Orgs.). Temas em Educação Especial: conhecimentos para fundamentar a prática. Araraquara: Junqueira&Marins, 2008.</p> <p>NUNES, L.R.O.P. et al. (Org.). Comunicar é preciso: em busca das melhores práticas na educação do aluno com deficiência. Marília: ABPEE, 2011.</p> <p>RAIÇA, Darcy (Org.). Tecnologias para a educação inclusiva. São Paulo: Avercamp, 2008.</p> <p>SMITH, D.D. Introdução à educação especial: ensinar em tempos de inclusão. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p>					

DISCIPLINA:	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação aplicadas à Educação Especial Inclusiva	Anual
C/H TOTAL:	72	
C/H TEÓRICA:	72	C/H PRÁTICA: 0
		C/H EXTENSÃO: 0
		C/H a DISTÂNCIA: 0
EMENTA:		
Tecnologias no contexto da Educação Especial: conceitos. Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA): indicações e tipos. Recursos tecnológicos e a produção cooperativa na educação especial: objetos de aprendizagem/ <i>softwares</i> educativos/aplicativos educacionais. Acessibilidade: tipologia, recursos, materiais digitais educacionais; Mídias sociais; Web; Protocolos Padrão WCAG2.0		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
GIROTO, Regina Mosca; POKER, Rosimar Bortolini; OMOTE, Sadão. (Orgs.). As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas . Marília: Oficina Universitária, 2012.		
RAIÇA, Darcy (Org.). Tecnologias para a educação inclusiva . São Paulo: Avercamp, 2008.		
SANTAROSA, L. M. C. (Org.). Tecnologias digitais acessíveis . Porto Alegre: JSM Comunicação, 2010.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
COSCARELLI, C. V. Tecnologias para aprender . São Paulo: Parábola Editorial, 2016.		
HUMMEL E. I. Tecnologia Assistiva: a inclusão na prática . Curitiba: Appris, 2015.		
NICÁCIO, Jalves Mendonça. Técnicas de acessibilidade: criando uma web para todos . Maceió: EDUFAL, 2010.		
POKER, Rosimar Bortolini; TAVELL, Marcelo; PETITTO, Navega Sônia (Orgs.). Acessibilidade na escola inclusiva: tecnologias, recursos e o Atendimento Educacional Especializado . Marília: Oficina Universitária, 2012.		
UNESCO. Abrindo novos caminhos para o empoderamento: TIC no acesso à informação e ao conhecimento para as pessoas com deficiência . Comitê Gestor da Internet no Brasil. São Paulo: UNESCO, 2014.		

DISCIPLINA:	Tópicos em Currículo em Educação Especial Inclusiva	Semestral
C/H TOTAL:	72	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:
36	0	0
C/H a DISTÂNCIA: 36		
<p>EMENTA: Currículo: fundamentos e concepções. Teorias curriculares: tradicionais, críticas e pós-crítica. O currículo como instrumento pedagógico de construção e reconstrução dos saberes. Concepção de currículo na Educação Especial. Organização curricular na perspectiva da Educação Especial Inclusiva: O currículo e a legislação educacional.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>GIMENO SACRISTÁN, J. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3 ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.</p> <p>MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa (org). Currículo: questões atuais. Campinas, SP: Papirus, 1997.</p> <p>SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 6. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>APPLE, Michel W. Ideologia e currículo. Porto Alegre: ArtMed, 2006.</p> <p>GOODSON, Ivor F. Currículo: teoria e história. Petropólis: Vozes, 2008.</p> <p>LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth (orgs). Currículo: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (Org.). Currículo: políticas e práticas. 12. ed. Campinas: Papirus, 2010.</p> <p>MOREIRA, Antônio Flávio B. Ênfases e omissões no currículo. Campinas: Papirus, 2001.</p>		

9 DESCRIÇÃO DA PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO

Inicialmente, cumpre destacar que conforme metas explícitas no PDI/PPI (2018-2022) a universidade busca aprimorar seu âmbito de ação no tocante ao ensino, a pesquisa e a extensão, visando deste aprimoramento, a propositura de ações nas quais a própria universidade invista em ações acadêmicas formativas junto à comunidade. Assume-se, portanto, que não há possibilidade de distinção entre o conhecimento e a ação, uma vez que existe ‘intenção de uso’ ao se produzir conhecimento (SANTOS, 2008). Essa é a dimensão ética da produção de conhecimento: um compromisso não com a dimensão utilitarista do conhecimento, mas com seu uso social, político, cultural – cotidiano. O conhecimento apartado do cotidiano, da sociedade, perde sua “intenção de uso”, afinal, as atividades humanas devem produzir subjetividades auto enriquecedoras na sua relação com o mundo (GUATTARI; ROLNIK, 2008).

A indissociabilidade entre o conhecimento e ação é o que articula o ensino, a pesquisa e a extensão, uma vez que se provoca uma mudança paradigmática: em vez de produzir conhecimentos sobre o cotidiano, produz-se no cotidiano. Se a pesquisa se desenvolve no cotidiano, o acadêmico torna-se partícipe das ações que se desenrolam em espaços de convivência mais ou menos públicos. corroborando com Spink (2007, p. 34), “fazemos parte do fluxo de ações; somos parte dessa comunidade e compartilhamos de normas e expectativas que nos permitem pressupor uma compreensão compartilhada dessas interações”. Neste sentido, o fundamento base deste curso ratifica a necessidade de se articular ensino, pesquisa e extensão.

No âmbito da articulação ensino e pesquisa, essa será concretizada ao passo que os acadêmicos em formação sejam desafiados a investigarem as práticas desenvolvidas no âmbito de educação regular e especial, tal investigação terá como norte a proposição de seminários e produções acadêmicas em que a compreensão do acadêmico seja explicitada, aprimorada, ou mesmo, refutada para a propositura de novos direcionamentos.

Quanto à articulação entre ensino e extensão, esta será impulsionada pelo desenvolvimento de projetos extensionistas junto ao *locus* da investigação, pois, é neste contexto em que o acadêmico será desafiado a colocar-se como protagonista na propositura de ações com vistas às demandas da comunidade da educação básica, ou mesmo, da comunidade em geral, haja vista, que o âmbito de atuação deste profissional não se restringe ao meio escolar formal.

10 CORPO DOCENTE

PROFESSORES EFETIVOS			
Nome do Docente	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Regime de Trabalho
DENISE MARIA VAZ ROMANO FRANÇA	Pedagogia (1981) Fonoaudiologia (1984)	Graduação Pedagogia – PUC/Paraná Graduação Fonoaudiologia – PUC/Paraná Mestrado em Educação – PUC Paraná – 1998 Doutorado em distúrbios da comunicação – UTP (2013) Pós-doutorado – UTP (2019)	TIDE
Elizabeth Regina Streisky de Farias	Graduação Pedagogia–UEPG (1995)	Mestrado em Educação – UEPG (2005) Doutorado em Educação – UEPG (2017)	TIDE
Jorge Uilson Clark	História (PUCCAMP, 1991) Pedagogia (Faculdade de Ciências e Letras “Plínio Augusto do Amaral”, 1992)	Mestre em Educação (UNICAMP, 1998). Doutor em Educação (UNICAMP, 2005)	TIDE
LEOCILÉA APARECIDA VIEIRA	Graduação em Biblioteconomia – UFPR (1995). Graduação em Pedagogia – Universidade Castelo Branco (2010).	Mestrado em Educação – PUC/Paraná (2000). Doutorado em Educação: Currículo – PUC/São Paulo (2011).	TIDE
Roseneide Batista Cirino	Graduação em Pedagogia – Faculdade de Pinhais (2009).	Mestrado em Educação – UFPR (2007). Doutorado em Educação – UEPG (2015)	TIDE

RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS

Para este Colegiado de Curso serão necessários 15 (quinze) docentes, bem como, um agente universitário para exercer as funções administrativas relacionadas ao curso. Os docentes terão formação de doutores na área de educação, quando efetivos e, mestres, quando ingressos por contrato temporário (PSS) e o agente universitário deverá ter graduação.

Tal titulação segue o preceito do Plano de Carreira Docente e, a definição de políticas de formação continuada dos docentes e agentes universitários da Unespar, são regidos pelas Leis Estaduais nº 11.717, de 07 de maio de 1997, nº 14.825, de 12 de setembro de 2005 e nº 15.050, de 12 de abril de 2006.

Em síntese, o corpo docente para o curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva do colegiado, será composto por 15 (quinze) professores, sendo 5 (cinco) efetivos e 10 (dez) contratados, inicialmente, por contrato temporário, por meio do Processo Seletivo Simplificado (PSS), até a realização de concurso público, com titulação de pós-graduação *stricto sensu* - doutorado, conforme deliberação do Conselho Universitário da Instituição.

Destaca-se, ainda, que para a contratação de novos docentes será priorizado o regime de trabalho de 40 horas com ou sem Tide.

11 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O quadro, a seguir, apresenta a relação de docentes que compõem o NDE PROVISÓRIO - do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, sendo constituído por professores com titulação *stricto sensu* e pedagogos que atuam na instituição.

QUADRO – RELAÇÃO NDE PROVISÓRIO

Docente	Graduação	Titulação	Regime de Trabalho
Roseneide Batista Cirino	Graduação em Pedagogia – Faculdade de Pinhais (2009).	Mestrado em Educação – UFPR (2007). Doutorado em Educação – UEPG (2015)	TIDE
Elizabeth Regina Streisky de Farias	Graduação Pedagogia– UEPG (1995)	Mestrado em Educação – UEPG (2005) Doutorado em Educação – UEPG (2017)	TIDE
Jorge Uilson Clark	História (PUCCAMP, 1991) Pedagogia (Faculdade de	Mestre em Educação (UNICAMP, 1998). Doutor em Educação (UNICAMP, 2005)	TIDE

	Ciências e Letras “Plínio Augusto do Amaral”, 1992)		
LEOCILÉA APARECIDA VIEIRA	Graduação em Biblioteconomia – UFPR (1995). Graduação em Pedagogia – Universidade Castelo Branco (2010).	Mestrado em Educação – PUC/Paraná (2000). Doutorado em Educação: Currículo – PUC/São Paulo (2011).	TIDE
Denise Maria Vaz Romano França	Pedagoga e Fonoaudióloga	Pós-Doutora em Distúrbios da Comunicação	TIDE

O NDE pró tempore será coordenado pela professora Dra Roseneide Maria Batista Cirino, a qual possui formação na área de educação especial inclusiva tendo realizado as pesquisas no Mestrado e Doutorado na área, além de Coordenar o Mestrado Profissional e Educação Inclusiva – Profei, programa em Rede Nacional.

Atuação do NDE

Atendendo aos dispositivos legais, o Núcleo Docente Estruturante (NDE), do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Campus Paranaguá, constitui-se por docentes com formação na área da educação, com titulação em nível de pós-graduação *stricto sensu* e regime de trabalho TIDE, o que obedece à Resolução CONAES no. 01/2010.

Esta configuração tem o objetivo de garantir a dedicação plena ao acompanhamento do curso e consolidação do PPC, bem como, a avaliação periódica dele.

Objetivo geral

Avaliar o PPC, visando à melhoria da qualidade das atividades de ensino, pesquisa/iniciação científica e extensão, realizando um diagnóstico constante do curso, identificando problemas e apontando mudanças necessárias, a partir das inovações exigidas pelo mercado de trabalho.

Objetivos específicos

- Acompanhar e atuar no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do PPC;
- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas às áreas de conhecimento do curso; e
- Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo PPC.

12 INFRAESTRUTUA DE APOIO DISPONÍVEL

12.1 RECURSOS HUMANOS PARA ADMINISTRAÇÃO DO CURSO

O Colegiado conta inicialmente com professores do Colegiado de Pedagogia que poderão contribuir para o início das atividades nesta licenciatura. Sendo, cinco (cinco) doutores efetivos e um técnico administrativo que dividirá as atribuições com as ações de Pedagogia.

12.2 RECURSOS FÍSICOS

No que diz respeito às salas de aula, as disponíveis no campus atende as demandas do curso, para tanto, será necessário organizar no espaço uma sala configurada como brinquedoteca para apoio ao processo ensino e aprendizagem a ser desenvolvido no curso.

12.3 RECURSOS MATERIAIS PARA A ADMINISTRAÇÃO DO CURSO

Necessitam-se de computadores para administração do curso, arquivos, impressoras, material de expediente.

12.4 RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS

A bibliografia básica e complementar será adquirida conforme a Política de Aquisição de material bibliográfico em implantação pelo Sistema de Bibliotecas.

12.5 RECURSOS DE LABORATÓRIOS

Constituição de uma sala para a brinquedoteca.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 17/2001 do CNE** (Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica) e a Resolução nº 02/01 que se constitui em normativa para a Educação Especial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf>. Acesso em: 08 maio 2020.

_____. **Parecer CNE/CP nº 28/2001**. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e carga horária dos cursos de formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/028.pdf>>. Acesso em 04 de julho de 2017.

_____. **Parecer CNE/CP nº 11/2004**. Consulta tendo em vista o artigo 58 da Lei 9.394/96- LDB e a Resolução CNE/CEB 2/2001, que instituiu Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB11.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 6/2007, aprovado em 1º de fevereiro de 2007**. Solicita parecer sobre definição do atendimento educacional especializado para os alunos com necessidades educacionais especiais, como parte diversificada do currículo. Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb006_07.pdf. Acesso em: 06 ago. 2020.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 13/2009, aprovado em 3 de junho de 2009**. Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb013_09_homolog.pdf. Acesso em: 14 set. 2020.

_____. SECADI. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducuespecial.pdf>. Acesso em: 05 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Portaria MEC nº 976, de 05 de maio de 2006**. Dispõe sobre os critérios de acessibilidade aos eventos do Ministério da Educação, conforme decreto 5296 de 2004. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port976.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2020.

_____. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2020.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 fev. 2020.

_____. **Decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 08 maio 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005**: Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18

da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 08 jul. 2020.

_____. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.** Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20do,visando%20a%20mobiliza%C3%A7%C3%A3o%20social%20pela. Acesso em: 15 set. 2020.

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm. Acesso em 20 abr. 2020.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

_____. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm. Acesso em: 09 ago. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 5 jun. 2020.

_____. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <http://den.prograd.ufsc.br/files/2016/07/2.7DiretrizesLicenciatura_2015_ResolucaoCNECP2_2015.pdf> Acesso em: 08 jul. 2020.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 2/2001**, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 06 set. 2020.

_____. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 18 de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf. Acesso em: 05 set. 2020.

_____. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 4**, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 06 set. 2020.

_____. **Resolução CNE/CP nº 4**, de 13 de julho de 2010. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.

_____. **Resolução CNE/CP nº 2**, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <http://www.prograd.ufu.br/legislacoes/resolucao-cnecp-no-02-de-01-de-julho-de-2015-diretrizes-curriculares-nacionais-para>. Acesso: 10 jun. 2020.

_____. **Resolução CNE/CP Nº 2**, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 15 maio 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.146, de 5 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 10 set. 2020.

DUTRA, Vandecy Silva. **Projeto Político Pedagógico: práticas, vivências pedagógicas e relações ambientais na Rede Municipal de Ensino de Paranaguá – PR**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Ambientais) - Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, Matinhos, 2019.

GRANEMANN, Jucélia Linhares. **Educação inclusiva: análise de trajetórias e práticas pedagógicas**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2005.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 7. ed. rev. Petrópolis: Vozes, 2005.

INEP. **Sinopses estatísticas da Educação Básica**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 20 out. 2020.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática**. Salvador BA: Malabares, 2003.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre a inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 11, p. 387-405, 2006.

PARANÁ. Assembleia Legislativa. **Lei nº 18.419 de 07 de janeiro de 2015**. Estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=279996>. Acesso em: 13 maio 2020.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação n.º 04/06, aprovada em 2 de agosto de 2006** - Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Curitiba, 2006. Disponível em: http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2006/deliberacao_04_06.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

_____. **Deliberação CEE-PR N.º 02/2009**. Normas para a organização e a realização de Estágio obrigatório e não obrigatório na Educação Superior, na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Especialização Técnica de Nível Médio, no Curso de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, no Ensino Médio, nas Séries Finais do Ensino Fundamental, inclusive nas modalidades Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial. Curitiba, 2009. Disponível em: http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2009/deliberacao_02_09.pdf. Acesso em: 15 maio 2020.

_____. **Deliberação CEE/PR N.º 04/2013**. Normas estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com fundamento na Lei Federal n.º 9.795/1999, Lei Estadual n.º 17.505/2013 e Resolução CNE/CP n.º 02/2012. Curitiba, 2013. Disponível em: http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2013/deliberacao_04_13.pdf. Acesso em: 21 jun. 2020.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação CEE/PR N.º 02/2015**. Dispõe sobre as Normas Estaduais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Curitiba, 2015. Disponível em: http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2015/Del_02_15.pdf. Acesso em: 16 maio 2020.

_____. **Parecer CEE CES – PR n.º 23/2011**. Inclusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como disciplina nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura, bacharelado, tecnologia e sequenciais de formação específica, em cumprimento ao artigo 3.º, do Decreto Federal n.º 5626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei Federal n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/docentes/documentos/pp/parecer_cee_ces_23_11.pdf. Acesso em: 20 maio 2020.

_____. **Resolução n.º 3.600/11 SEED/GS de 19 de setembro de 2011**. Altera a denominação das Escolas de Educação Especial para Escolas de Educação Básica na modalidade de Educação Especial, a partir do início do ano letivo de 2011. Curitiba, 2011. Disponível em: http://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-12/coletanea2011.pdf. Acesso em: 25 abr. 2020.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. Superintendência de Educação (SUED). **Instrução normativa 01/2006**. Cria critérios para solicitação de professor de apoio educacional especializados aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Curitiba, 2006. Disponível em: https://educacao.mppr.mp.br/arquivos/File/informativos/2016/instr_norma_n_001_2016_sued_seed_p_r.pdf. Acesso em: 15 abr. 2020.

RIOUX, M. H.; VALENTINE, F. Does theory matter?: exploring the nexus between disability, human rights, and public policy. In: POTHIER, D., DEVLIN, R. **Critical Disability Theory: essays in Philosophy, Politics, Policy, and Law**. Vancouver: UCB Press, 2006. p.47-69 (The University of British Columbia).

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, B. S. (Org.) **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004.

SAUL, Ana Maria A. **Avaliação emancipatória**: desafio à teoria e a prática de avaliação e reformulação de currículo. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988.

SILVA, L. G. dos S. (Orgs.). **Educação e inclusão social de pessoas com necessidades especiais**: desafios e perspectivas. Editora UFPB, João Pessoa, 2007. p. 229-242.

SPINK, M. J. P. Pesquisando no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n.1, p.7-14, jan/abr 2007.

TORRES, M. A. Diversidade sexual e educação. **Presença Pedagógica - Revista Nures**, v. 16, 2010.

UNESPAR. **Resolução nº 005/2015** – Reitoria/Unespar. Aprova, “ad referendum” do COU, o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação - CPA, da Universidade Estadual do Paraná - Unespar, e das Comissões Próprias de Avaliação Setoriais dos seus campi. Paranavaí, 2015. Disponível em: <http://unespar.edu.br/noticias/reitoria-regulamenta-comissao-propria-de-avaliacao/resolucao-no-005-2015-reitoria-regulamento-cpa.pdf/view>. Acesso em: 15 maio 2020.

UNESPAR. **Resolução nº 002/2018** – COU/UNESPAR Estabelece a Política de Educação em Direitos Humanos da Universidade Estadual do Paraná – Unespar. Disponível em: http://www.unespar.edu.br/a_reitoria/atos-oficiais/cou-1/resolucoes/2018/resolucao-002-2018-cou.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

UNESPAR. **Resolução nº 003/2018** – COU/UNESPAR Estabelece a Política Ambiental da Universidade Estadual do Paraná - Unespar. Disponível em: http://www.unespar.edu.br/a_reitoria/atos-oficiais/cou-1/resolucoes/2018/resolucao-003-2018-cou. Acesso em: 10 set. 2020.

VASCONCELLOS, C. S. **Avaliação e concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar**. 15. ed. São Paulo: Libertad, 2005.



ANEXOS

- Regulamento do Estágio Supervisionado
- Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso
- Regulamento de Atividades Complementares

ANEXO A – REGULAMENTO DA PESQUISA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

A Pesquisa da Prática Pedagógica e Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da Unespar – campus Paranaguá, é um componente curricular obrigatório, sendo disciplina articuladora (teórico-prática), pois estabelece ligação entre o vivenciado no futuro campo profissional do acadêmico e as disciplinas teóricas do curso.

Desta forma, o estágio se configura em um espaço para a reflexão e interpretação do que foi observado e não para a reprodução de práticas descoladas de uma teoria que a fundamenta. Neste contexto, o futuro licenciado em Educação Especial Inclusiva, tem a possibilidade de problematizar a prática, refletir sobre ela com vistas à superação dos desafios. Na Universidade Estadual do Paraná – Campus Paranaguá, a disciplina Estágio Supervisionado acontece de forma articulada com a disciplina Pesquisa da Prática Pedagógica, estabelecendo um perfil formador em que a teoria não se consolida sem a prática e a prática não se sustenta sem a teoria.

Nesta perspectiva, a disciplina Pesquisa da Prática Pedagógica e Estágio Supervisionado, ocorre desde o primeiro ano do curso, com atividades de observação, investigação e intervenção, ocorrendo nos espaços do ensino comum regular da Educação Básica e Ensino Superior, bem como no Atendimento Educacional Especializado (AEE), realizado nas salas de recursos multifuncionais e/ou nas instituições especializadas.

Frente ao exposto, os estágios curriculares no referido curso se desenvolvem mediante levantamento de oportunidades, as quais requerem desenvolvimento de um projeto para que as expectativas do acadêmico e da instituição não sejam frustrantes.

A realização do estágio obrigatório do curso de Licenciatura em Educação Especial tem como base o Regimento a seguir.

REGIMENTO DE PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. O Estágio Supervisionado se constitui como componente curricular obrigatório para os acadêmicos do curso de licenciatura em Educação Especial Inclusiva da Unespar – campus Paranaguá e está em consonância com a legislação pertinente.

§ 1º. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação licenciatura em Pedagogia, especificamente no art. 8º, inciso IV, alíneas a-f

§ 2º. Resolução CNE/CP nº 2 de 1º de julho de 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Art. 2º. O estágio é o espaço/tempo no currículo de formação destinado às atividades que devem ser realizadas pelos discentes nos futuros campos de atuação profissional.

Parágrafo único. O Estágio Supervisionado é uma atividade teórico-prática exercida em situações reais de trabalho, inclui atividades destinadas ao planejamento, orientação e avaliação

Art. 3º. O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza para tanto devem ser observados os seguintes requisitos:

- I. matrícula e frequência regular do acadêmico no curso;
- II. apresentação a instituição de ensino da de apresentação devidamente assinada pelo docente responsável pelo estágio (Anexo A1)
- III. celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino (Anexo A2);
- IV. preenchimento da ficha de identificação (Anexo A3);
- V. preenchimento da ficha de frequência dos dias estagiados (Controle de Frequência de Estágio – Anexo A4);
- VI. preenchimento do termo de agendamento de docência (Anexo A5);
- VII. compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da Unespar – Campus Paranaguá.

Parágrafo único - Não será permitido a ida do acadêmico para a escola em que realizará o estágio sem que todos os documentos estejam devidamente assinados (docente da disciplina de estágio, pedagogo e/ou diretor da instituição de campo do estágio e aluno).

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 4º. Com a finalidade de atender o perfil do egresso do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva o estágio curricular da Unespar – campus Paranaguá, tem por objetivos:

- I. Conhecer e analisar as práticas pedagógicas inclusivas em diferentes etapas e modalidades da Educação Básica e Ensino Superior.
- II. Desenvolver propostas de intervenção pedagógica de apoio no contexto educacional.
- III. Serão aceitos estágios na área: das deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em instituições de ensino comum regular, salas de recursos multifuncionais.
- IV. Pretende-se assegurar aos licenciados experiência de exercício profissional, em ambientes escolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos na Educação Básica (Educação Infantil e Ensino Fundamental e Ensino Médio - Educação de Jovens e Adultos) e Ensino Superior.

Parágrafo único. Sendo assim, o campo de atuação do(a) estagiário(a), poderá ser na docência dos serviços de apoio educacional especializado: etapas de ensino da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental inicial e final, Ensino Médio e Ensino Superior que tenham alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados, conforme quadro:

NÍVEIS DA EDUCAÇÃO (Ensino Regular)	ETAPAS	ANOS
Educação Básica	Educação Infantil Ensino Fundamental (Anos iniciais)	1o. e 2o.
	Ensino Fundamental (Anos finais) e Ensino Médio	3o.
MODALIDADE DE ENSINO	ETAPAS	ANOS
Educação de Jovens e Adultos	Ensino Fundamental (inicial e final) Ensino Médio	4o. ano
Ensino Superior		4o. ano
Ensino Especial	Transversal	
Atendimento Educacional Especializado	Salas de Recursos Multifuncionais e Instituições Especializadas.	

- a) O Estágio Supervisionado Obrigatório contemplará a prática profissional na docência dos serviços de apoio especializado, possibilitando: a construção de diagnóstico da instituição escolar e de seu contexto; gradativa inserção e participação em projetos e ações desenvolvidas pela escola e/ou instituição especializada, tanto no âmbito dos processos de ensino quanto nas dimensões relativas à gestão educacional; aprofundamento teórico na compreensão e análise da(s) realidade(s) vivenciada(s).

CAPÍTULO III

DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Art.5º. O momento do Estágio Supervisionado se constitui em espaço de aprofundamento de estudos sobre a prática de ensino em Educação Especial, por meio da leitura crítica da realidade da instituição (*locus*), de seu entorno e de suas práticas educativas mediante a realização de atividades orientadas:

- I. Observação participante: constitui um dos procedimentos para que o aluno adquira determinados conhecimentos interagindo com as situações vivenciadas, nas diferentes modalidades de ensino na sala de aula comum regular, atendimento educacional especializado (AEE) realizado nas salas de recursos multifuncionais, e nas instituições especializadas.
- II. Ensino colaborativo, trabalho de colaboração e consultoria colaborativa: trabalho em colaboração com o professor do ensino regular (sala comum e sala de recurso multifuncional) e/ou instituição especial, na elaboração de planejamento, implementação e avaliação do ensino.
- III. Relatório de observações, participações e demais atividades desenvolvidas: trata-se de um instrumento eficaz na construção de conhecimentos, que compreende o registro sistemático de observações, participações e experiências vivenciadas no campo de estágio, constituindo-se como documento comprobatório das atividades realizadas no campo de estágio.

CAPÍTULO IV

DA COORDENAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Art. 6º. Constituem responsabilidades da coordenação de estágio supervisionado obrigatório na Unespar – Campus Paranaguá.

- I. Viabilizar as parcerias com as instituições para o desenvolvimento das atividades de campo.
- II. Receber e conferir os documentos exigidos pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar), pela escola e/ou instituição concedente nas datas estabelecidas.

CAPÍTULO V

DA DOCENTE SUPERVISOR DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CURSO

Art. 7º. Constituem responsabilidades do docente supervisor do estágio no Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da Universidade Estadual do Paraná – Campus Paranaguá.

- I. Participar das reuniões de orientação do estágio na escola e/ou instituição concedente.
- II. Elaborar e revisar periodicamente o Regimento de Estágio do curso, a partir de discussões e deliberações do Colegiado do Curso.
- III. Orientar os alunos quanto à documentação e normas referentes ao estágio.
- IV. Orientar e acompanhar, sistematicamente, os licenciandos em Educação Especial Inclusiva.
- V. Desenvolver estudos de aprofundamento, a partir da realidade e das experiências

- vivenciadas.
- VI. Definir as atividades a serem desenvolvidas nos campos de estágio, no que se refere aos procedimentos de observação participante, registro planejamento e desenvolvimento de atividades e/ou projetos de trabalho por meio do ensino colaborativo a serem realizados na instituição de ensino.
 - VII. Orientar formas de análise das informações coletadas, estabelecendo um diálogo entre as fontes teóricas do conhecimento e a realidade observada, favorecendo a articulação e a reflexão entre as dimensões teóricas e práticas.
 - VIII. Promover momentos de discussão coletiva e análise de práticas vivenciadas na realização do Estágio.
 - IX. Orientar a elaboração do relatório final de Estágio.
 - X. Controlar a frequência dos alunos nas atividades de campo.
 - XI. Realizar visitas periódicas à instituição onde o estágio for realizado.

Parágrafo único. O professor orientador da disciplina Prática de Ensino e Estágio Supervisionado deverá ter Mestrado e/ou Doutorado em Educação Especial ou Educação.

CAPÍTULO VI

DAS OBRIGAÇÕES DO ESTAGIÁRIO

Art. 8º. Cabe ao acadêmico estagiário:

- I. Apresentar os documentos exigidos pelo colegiado de curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da Universidade Estadual do Paraná – campus Paranaguá.
- II. Seguir as determinações do Termo de Compromisso de Estágio.
- III. Cumprir integralmente o horário estabelecido pela Instituição, observando assiduidade e pontualidade.
- IV. Manter sigilo sobre o conteúdo de documentos e de informações confidenciais referentes ao local/Instituição do Estágio.
- V. Acatar orientações e decisões do docente supervisor de estágio.
- VI. Realizar observação participante e registro das atividades devolvidas pelo professor.
- VII. Efetuar registro diário da frequência no estágio.
- VIII. Elaborar e entregar relatório e outros documentos nas datas estabelecidas.
- IX. Assumir o estágio com responsabilidade, zelando pelo bom nome da Instituição do Estágio e do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva.

CAPÍTULO VII

DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 9º. O Estágio Supervisionado tem como atividade individual final a elaboração de um Relatório. O aluno deve entregar um relatório anual das atividades desenvolvidas para análise e avaliação dos professores supervisores. Constituem itens de exigências mínimas para entrega do relatório:

- I. Contextualização da escola: bairro, história da escola, relação com a comunidade.
- II. Caracterização da escola enquanto comunidade educativa, com dados sobre: Projeto Político Pedagógico, equipe de gestão, professores, alunos, recursos materiais e

- pedagógicos, regimento escolar.
- III. Descrição e análise das práticas pedagógicas observadas no contexto escolar.
- IV. Descrição e análise das intervenções propostas.
- V. Reflexão sobre as práticas pedagógicas observadas e intervenção à luz da fundamentação teórica.
- VI. Avaliação da própria atuação como estagiário, das experiências vivenciadas e da contribuição do estágio para sua formação profissional.
- VII. O relatório final de estágio deverá ser elaborado em formato acadêmico, contemplando, minimamente, a relação entre as atividades desenvolvidas e o conhecimento na área de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

CAPÍTULO VIII

DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Art. 10º. A avaliação será realizada no decorrer do período, com análises periódicas sistemáticas do docente orientador, por meio de fichas próprias.

Art. 11º. A avaliação final levará em conta a avaliação realizada pelo professor supervisor de estágio, pelo responsável da instituição, na qual o acadêmico realizou o estágio e avaliação dos relatórios periódicos apresentados ao docente orientador de estágio.

Parágrafo único: Ao final de cada segmento (Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Gestão) o acadêmico deverá participar do seminário e entregar um relatório (pasta em meio digital e impressa) que se constitui como uma produção de reflexão proposta para a ampliação e aprofundamento da aprendizagem, contendo inclusive sua auto avaliação.

Art. 12º. Para ser aprovado no estágio supervisionado, o aluno deverá:

- I. obter média igual ou superior a 7,0 (sete) em cada um dos estágios previstos.
- II. entregar a “Ficha de Registro de Atividades” de cada um dos estágios, com a comprovação de ter cumprido a carga horária exigida, devidamente assinada e com o carimbo da instituição.
- III. apresentar pasta de estágio conforme normas estabelecidas pela Unespar – campus Paranaguá.
 - a) caso o aluno não atinja a média exigida em algum dos estágios ou não tenha cumprido o número de horas exigidas nas aulas teóricas e nas práticas (campo de estágio), ele deverá refazê-lo no próximo ano letivo até alcançar a média definida;
 - b) O acadêmico que não for aprovado no Estágio de Educação Infantil não poderá realizar Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
 - c) O acadêmico que não for aprovado nos Estágios de Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental não poderá realizar o Estágio em Gestão Escolar.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



Art. 13º. O acadêmico que não entregar os documentos comprobatórios de estágio ou que não se apresentar para a realização total das atividades previstas nas datas agendadas será automaticamente reprovado, podendo requerer nova matrícula, somente no ano letivo seguinte, de acordo com o calendário acadêmico.

Parágrafo único. Não há exames finais para as disciplinas de estágio.

Art. 14º. Este regulamento entra em vigor na data da aprovação do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva.

Paranaguá, 07 de novembro de 2020.

ANEXO A1 - CARTA DE APRESENTAÇÃO

Paranaguá, ____ de _____ de _____.

Exmo. Sr(a)

Prof.(a)

Nome da Instituição

Prezado(a) Senhor(a)

Apresentamos a V.S^a. o(a) aluno(a)....., portador do RG nº....., regularmente matriculado(a) no Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da Unespar - campus Paranaguá, para o qual solicitamos o acolhimento, caso esteja de acordo com a efetivação de atividades inerentes ao Estágio Supervisionado e com o disposto no Termo de Acordo.

Se faz necessário, a fim de se atingir os objetivos formacionais, que seja denominado um profissional, membro da equipe gestora do próprio estabelecimento para responder como Responsável Local, devendo, além de acompanhar o desempenho do(a) estagiário, assinar sua Ficha de Frequência, confirmando o cumprimento do horário e a atividade desenvolvida no dia.

Desde já agradecemos a presteza no atendimento aos(às) nossos(as) alunos(as), colocando-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Docente Orientadora do Estágio

ANEXO A3 - FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO(A) ESTAGIÁRIO(A)

1 - DADOS CADASTRAIS

Nome			
Filiação			
Data de Nascimento	Naturalidade	Nacionalidade	
CPF	RG	Órgão Expedidor	
Endereço Completo			
Cidade	Estado	CEP	Telefone/Celular

2 – LOCAL DE TRABALHO

Empresa			
Função		Tempo de Serviço	
Endereço Completo			
Cidade	Estado	CEP	Telefone
Ramo de Atividade			

3 – LOCAL DE ESTÁGIO

Instituição			
Endereço Completo			
Profissional responsável na Instituição – nome e função			
Cidade	Estado	CEP	Telefone
Nome Supervisor de Estágio			

Paranaguá, ___ de _____ de _____.

Nome/Assinatura Estagiário(a): _____



ANEXO A5 - TERMO DE AGENDAMENTO DA DOCÊNCIA

A INSTITUIÇÃO ABAIXO IDENTIFICADA:

Nome da instituição: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____

CEP: _____

Telefone: () _____

Nome do Diretor(a): _____

Nome da Pedagoga: _____

Permite que a(o) acadêmica(o)

realize a atividade de docência (4 horas), na data, turma e horário abaixo especificados:

Disciplina e conteúdo a ser ministrado:

Paranaguá, ____ de ____ de ____.

Professora da Turma:

 Nome e assinatura

Representante da Instituição _____

Assinatura e carimbo da instituição

ANEXO A6 - ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO MAPEAMENTO ESCOLAR

1 IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

O primeiro passo de um mapeamento é identificar a instituição que se constitui no objeto de investigação. Desta forma,

- Qual é o nome da Escola?
- Onde fica localizada? Aqui se deve Indicar o endereço completo: Rua ou Avenida, número, bairro, CEP, Cidade e Estado.
- Quem compõe a equipe pedagógica-administrativa?
- Qual o horário de atendimento?
- Qual(is) a(s) modalidades de ensino ofertada pela instituição?

2 A ESCOLA: CONTEXTUALIZAÇÃO

Neste item deve ser relatado quando e quais as razões que inspiraram a fundação da escola. Assim, é necessário contextualizar o ambiente observado, por exemplo:

- Qual a filosofia da escola?
- Que ação social é desenvolvida pela escola?
- Os alunos recebem material escolar?

É necessário conhecer a estrutura organizacional da escola investigada, considerando os setores técnico-administrativo e o pedagógico.

- Como está organizada a administração da escola?
- O diretor tem auxiliares ou assistentes?
- Foi adotada na escola a gestão Colegiada? Como funciona?

O setor técnico-administrativo responde pelas atividades-meio e asseguram o atendimento dos objetivos e funções da escola. São eles: a secretaria escolar, serviços auxiliares (zeladoria, vigilância e atendimento ao público) e multimeios (biblioteca, laboratórios, videoteca, entre outros).

- Como é composta a secretaria da escola?
- Os serviços de limpeza da escola são realizados por funcionários contratados pela própria instituição ou por firmas especializadas?
- A escola conta com um serviço de vigilância?
- Na escola tem biblioteca? Laboratórios? Quem é o responsável por estes setores?

O setor pedagógico compreende as atividades do Pedagogo.

- Como se estabelece a divisão de responsabilidade entre o diretor da escola e o pedagogo no controle e avaliação do trabalho dos professores?

Observe, também, como é organizado o Regimento da Escola:

- Em relação à elaboração do regimento da escola, quais as responsabilidades:
 - do diretor;
 - do Conselho de Escola;
 - dos professores;
 - dos demais elementos da escola.
- De que maneira é divulgado o regimento, para conhecimento dos interessados?
- Qual o conteúdo do regimento, quanto a:
 - organização do trabalho escolar;
 - currículos e programas;
 - avaliação do rendimento escolar;
 - deveres de professores e alunos;
 - direitos de professores e alunos;
 - sanções disciplinares.

Outro item a ser observado é a infraestrutura que corresponde às instalações físicas, ou seja, o tamanho do terreno, a metragem da área construída, a quantidade de salas de aula, secretaria, salas para pessoal técnico-administrativo e pedagógico, banheiros, áreas de lazer e outros espaços que constem na instituição. Por exemplo:

. Quadras poliesportivas:

- Existem quadras esportivas na escola?
- Quem é responsável pela manutenção?
- Como, quando e por quem pode ser utilizada?

A respeito das instalações, cabe observar, ainda:

- Quem assume a responsabilidade pela construção, reforma e manutenção das instalações escolares?
- Qual é a responsabilidade dos diferentes elementos da comunidade escolar quando na escola se realizam outras atividades diferentes das escolares (eleições, festas, atividades organizadas pelos adultos)? Qual a participação desses elementos na limpeza e no cuidado das instalações?
- Qual a organização prevista nos casos em que a escola tem, além do edifício principal, instalações anexas?

- Quem está autorizado a emprestar as instalações escolares? Como se procede em caso de esse empréstimo ser realizado?

Observe, também, quais materiais didáticos e equipamentos são utilizados pela escola e como eles são administrados.

- Existe uma lista, indicando para cada classe (em função, por exemplo, do número de alunos), o material didático disponível, além do material básico escolar: dicionários, enciclopédias; mapas e quadros murais, mapas-múndi; material para o ensino de Ciências, para trabalhos manuais, para Educação Física ou Educação Artística; quadro negro, flanelógrafo; armários, estantes; recursos audiovisuais (projetores, gravadores, televisores, computadores).
- Como se tem informação sobre esse material? Quais são os procedimentos para sua aquisição?
- Como se assegura a conservação e a manutenção do material? Há obrigação de existir um livro de inventário? Como se organiza o empréstimo de material coletivo para uso desta ou daquela classe?
- Tem um setor responsável para preparar o professor para uso do material e equipamento para o ensino (novas técnicas, microinformática, entre outros)?
- Quais tipos de disposições estão previstas para a compra de material escolar? Quem paga as despesas? Como é recolhido o dinheiro na escola, se for este o caso?
- Quem determina o número e a natureza do material escolar que cada aluno deve utilizar? Quem faz a escolha dos livros didáticos?
- Existe uma biblioteca escolar? Como é mantida e ampliada?
- Como são adquiridos os livros para a biblioteca da escola?

3 MECANISMOS DE AÇÃO COLETIVA NO INTERIOR DA ESCOLA

Dentre os mecanismos de ação coletiva no interior da escola, constam a Associação de Pais e Mestres; o Conselho de Escola e o Conselho de Classe.

A respeito da Associação de Pais e Mestre sugere-se o seguinte roteiro de perguntas:

- A escola tem Associação de Pais e Mestres?
- Como são os estatutos da Associação? Como é eleita a diretoria da Associação? (Presidente, Secretário, ...)?
- Qual o papel da Associação de Pais e Mestres?
- Existe relação entre APM e o Conselho de Escola?
- Existem convênios com outras entidades?

Na escola observada:

- Existe na Escola o Conselho Escolar?
- Como está organizado?
- Quais suas atribuições? Existe alguma influência dos funcionários não docentes?
- Como funciona o Conselho?

O Conselho de Classe é o órgão coordenador e avaliador da ação educacional da Escola.

Como é composto o Conselho de Classe?

4 OS ALUNOS

Em um mapeamento deve-se observar o número de alunos por ano e turno, verificar o índice de evasão, bem como se processa a retenção e promoção dos alunos (avaliação). Assim:

- Quantos alunos estão matriculados na escola?
- Como estão distribuídos os alunos pelas turmas? Quem os organiza?
- Como se organiza a recepção dos alunos (período de matrículas, semana de planejamento, primeiro dia de aula)?
- Como se controla a atividade dos alunos fora das horas de aula?
- Existe um serviço de transporte escolar?
- Como se acolhe na escola pública um aluno que vem da escola particular?
- A escola recebe alunos com deficiência? Que tipo de deficiência (visual, mental, auditiva, motora, múltiplas deficiências; TDAH....)?
- Estão previstos processos especiais para orientação e inscrição de alunos com deficiência em turmas normais? Que regulamentação municipal existe sobre a inclusão destes alunos?

Sobre o planejamento do ano letivo e organização do ano escolar é importante observar:

- Como se estabelece a previsão do número de vagas para o novo ano letivo?
- É realizado anualmente algum levantamento estatístico para abertura de vagas para o ano escolar seguinte?
- Existe um número mínimo de alunos para a criação de uma nova turma?

É preciso conhecer sobre a avaliação escolar. Neste sentido:

- Qual o tipo de avaliação adotado pela escola?
- Quais são os critérios de avaliação do rendimento escolar? Qual é a nota para aprovação? Quem participa da avaliação do aluno?
- Caso o aluno não consiga atingir as metas propostas existe recuperação?

- Como é feita a recuperação de estudos na escola?
- Como está regulamentada a recuperação de estudos?
- Existe recuperação paralela? Quais são os critérios e procedimentos usados?
- Existe recuperação final? Quais são os critérios e procedimentos usados?

5 ROTINA DA ESCOLA

Na verificação de que forma se dá a aproximação entre pais e escola, sugere-se o seguinte roteiro:

- Há reuniões periódicas com os pais? Com que frequência as mesmas acontecem?
- Que meios de comunicação são utilizados na comunicação entre os pais e a escola?:
 - caderneta escolar;
 - cadernos escolares visados pelos pais;
 - convocação individual para vinda à escola;
- O que é feito quando se constata que as comunicações não estão chegando aos pais?
- Os pais são convocados para a organização de festividades?

Além dos pais, é necessário conhecer a relação que a escola mantém com a comunidade. Assim:

- Como se estabelece a ligação da escola com a comunidade?
- A escola oferta palestra a outros membros da comunidade que não tenham seus filhos matriculados na escola?
- Como a comunidade participa da vida da escola:
 - manutenção das instalações;
 - mobiliário escolar;
 - material escolar, material didático;
 - biblioteca;
 - Os pais e outros adultos podem realizar atividades de apoio fora da escola (participar de uma excursão de caráter educativo, por exemplo)?

A escola, tal como os demais segmentos da sociedade, está sendo invadida pela onda de violência. Neste sentido, é importante verificar que medidas de segurança a escola para dar proteção aos seus alunos:

- A escola conta com o apoio da Patrulha Escolar?
- Quais as medidas adotadas em caso de violência escolar?

Na questão da segurança:

- Quais as instruções dadas em caso de alarme? Onde devem ser afixadas?
- Realizam-se exercícios para casos de incêndio?

As instalações da escola, em muitas das vezes, é o único espaço que a comunidade conta para realização de atividades extracurriculares. Assim,

- Que autorização é necessária e quais são as modalidades de ocupação das instalações escolares que estão previstas para as atividades extraclases, tais como: estudos, clubes, cursos particulares, ensaios?
- Como se encontra organizada a vigilância e quais as responsabilidades das diferentes pessoas?
- Que autorização é necessária e quais as modalidades de ocupação das instalações escolares durante as férias escolares?
- Como são firmados os termos de compromisso?

6 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA (PPP)

Sobre o Projeto Político-Pedagógico da Escola se devem observar os seguintes aspectos:

Qual a concepção pedagógica adotada na instituição?
Quem participou da elaboração do PPP?

Outros assuntos merecem ser avaliados, tais como: currículo escolar, , organização (calendário) escolar, dentre outros.

Com relação ao Currículo Escolar:

- Quais as normas para organização curricular da escola? Quem decide sobre currículo? Como se procede para modificar o currículo, quando isto é necessário?
- Que documentação existe para orientação dos professores sobre currículos e programas?

A organização do ano escolar estão contempladas no PPP?, ou seja, há normas específicas para:

- data de abertura e encerramento das aulas, períodos de férias escolares;
- números de vagas, de turmas, de graus de ensino;
- estrutura pedagógica da escola;
- distribuição das turmas e dos horários;
- apresentação antecipada dos professores, antes dos alunos;

- atividades extraclasse;
- datas comemorativas;

7 PESSOAL: CORPO DOCENTE E DEMAIS FUNCIONÁRIOS

Com relação ao corpo docente:

- Na escola há incentivo para formação continuada?
- Na escola são ofertados cursos?
- Quem designa o professor que deve receber formação em serviço? O candidato é voluntário ou é designado pela equipe gestora? Em função de que critérios?
- Quando um professor sai para formação em serviço é substituído?
- Quando volta, transmite aos seus colegas o que aprendeu?

Verifique:

- Com que frequência são realizadas as reuniões?
- Quais são os assuntos tratados?
- Como são feitos os registros dos resultados das reuniões?
- Quais são as atribuições da reunião de professores?
- Qual a participação do diretor e da equipe pedagógica nas reuniões?
- A reunião de professores tem valor consultivo ou poder de decisões?

Uma instituição não é composta só por professores e alunos, pois, “todas as pessoas que trabalham na escola participam de tarefas educativas” (LIBÂNEO, 2001, p. 20). Assim, é importante averiguar como se dá a relação com os demais componentes da comunidade. Desta forma, deve-se pesquisar se:

- Todos funcionários técnico-administrativo e pessoal de apoio conhecem os seus direitos e os deveres funcionais?
- Todos os funcionários são da própria instituição ou há algum setor em que os serviços são terceirizados?
- É fornecido cursos de aperfeiçoamento para o desempenho das funções?

8 PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA ESCOLA

Segundo Libâneo (2001, p. 39), “a escola não pode mais ser considerada isoladamente de outros contextos, outras culturas, outras mediações”. É importante que a escola desenvolva projeto extramuros, tais como: combate ao analfabetismo; educação para a saúde; atividades culturais, entre outros.

A escola oferta atividade extraclasse?

- Competição esportiva;
- Atividades culturais e de lazer;
- Visitas e excursões educativas;
- Estudo dirigido;
- Aulas de recuperação.

Todos os questionamentos aqui mencionados são exemplos de como se realizar um mapeamento. Não significa que a ordem das perguntas devam ser seguidas rigorosamente e todas devam ser efetivamente realizadas. É importante ressaltar, que em qualquer diagnóstico é necessário considerar a realidade em que a instituição está inserida.

ANEXO A7 - ORIENTAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO DE ESTÁGIO

O Relatório é um documento elaborado com a finalidade de apresentar e descrever informações relativas a fatos vivenciados, ouvidos ou observados ou historiar a execução de serviços e experiências.

O Relatório de Estágio visa fornecer informações relativas às experiências que o estagiário adquiriu durante um período determinado. A preocupação do relator deve ser o de deixar registrado todo caminho percorrido durante o estágio especificando detalhadamente os elementos importantes no desenvolvimento do mesmo.

O relatório deve responder as seguintes perguntas: Por quê? Para quê? Para quem? Onde? Como? Com quê? Quanto? Quando? Quem? Com quanto?

Na construção de um relatório devem ser observados os seguintes aspectos:

a) Uso adequado da linguagem e da gramática:

Os termos vocabulares devem refletir precisão e objetividade, lembrando-se que a informação, argumentação e conclusões científicas reportam-se à realidade objetiva e nunca à criatividade subjetiva do expositor.

Na prática de um relato científico, as expressões utilizadas são extensionais e denotativas, devendo-se evitar indicativos subjetivos tais como: “acho”, “penso que”, “julgo que” e adjetivações que obscureçam a objetividade dos dados referentes aos fatos ou à realidade estudada.

b) Assimilação e uso correto do vocabulário técnico-científico e estilo:

Embora tenha lugar comum a utilização dos termos técnicos específicos de uma área de conhecimento, o relator deve manter um equilíbrio em seu escrito, de tal maneira que o excesso técnico não dificulte em demasia a sua decodificação por parte dos leitores. A construção adequada das frases contribuirá para a manutenção de um estilo adequado de redação. Para tanto a frase deve expressar uma só ideia e os períodos não devem ser por demais longos.

ESTRUTURA DO RELATÓRIO

A estrutura do relatório compreende três partes: pré-textuais (folha de rosto e o sumário); textuais (introdução, desenvolvimento e conclusão) e pós-textuais (referências, apêndices e anexos).

Elementos Pré-Textuais

São chamados pré-textuais os elementos que contêm informações e ajudam na identificação e na utilização do trabalho.

Folha de rosto

É a parte indispensável no relatório. Deverá reproduzir todas as informações essenciais que identificam o trabalho (NBR 14724:2002), ou seja: autor (aluno); Título; Nota indicando a natureza acadêmica do trabalho, além da unidade de ensino e instituição em que é apresentado; Local (cidade) e Ano (em algarismos arábicos).

Exemplo:

<p style="text-align: center;">ALUNO</p> <p style="text-align: center;">RELATÓRIO</p> <p style="text-align: center;">Relatório de Pesquisa e Prática Pedagógica e Estágio Supervisionado em xxxxxx apresentado no Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, da Unespar – campus Paranaguá.</p> <p style="text-align: center;">CIDADE</p> <p style="text-align: center;">ANO</p>
--

Sumário

Elemento obrigatório. É a indicação do conteúdo do documento, refletindo as principais divisões e seções na mesma ordem e grafia em que se apresentam no texto (NBR 6027:1990).

Exemplo:

1 SEÇÃO PRIMÁRIA

1.1 SEÇÃO SECUNDÁRIA

1.1.1 Seção terciária

1.1.1.1 *Seção quaternária*

1.1.1.1.1 Seção quinária

ELEMENTOS TEXTUAIS

Introdução

A Introdução é a primeira parte do texto e define brevemente os objetivos do trabalho, as razões de sua elaboração e o modo geral de tratar o assunto. O estagiário deverá estar atento ao fato de que uma introdução bem redigida canaliza atenção, coordena o assunto e evita digressões, podendo ser considerada um elo entre o conteúdo e o leitor, desafiando-o e estimulando-o a ler. Deve ser breve, mas suficientemente descritiva, apresentando os requisitos mínimos para a compreensão do texto (VIEIRA, 2005).

Desenvolvimento (corpo do relatório)

Obs.: Não se deve utilizar a palavra desenvolvimento, para cada item ou capítulo devem ser atribuídos títulos de acordo com o assunto estudado.

No Desenvolvimento devem ser apresentados os seguintes itens:

- a) descrição geral do local de estágio (mapeamento da instituição);
- b) descrição das atividades desenvolvidas (informar total de horas de cada atividade, detalhar cada etapa do estágio);
- c) descrição dos processos técnicos ou de outras particularidades técnicas observadas;
- d) Fundamentação Teórica: ao apresentar ideias já discutidas por teóricos, quer na íntegra ou parafraseadas, é necessário citar a fonte apresentando: autor, data e número da página de onde foi retirada a ideia do autor. Dessa forma, para que se possa elaborar esse item é necessário recorrer à literatura pertinente o embasamento necessário para a embasar o relatório. É aqui que se utilizam as

citações para servem para confirmar ou contradizer aquilo que se expõe. É isso que dá cientificidade a um texto acadêmico.

Lembrete:

A respeito das citações, observe:

- transcrição literal até três linhas (citação curta) deve ser inserida no próprio texto, entre aspas.
- as citações longas com transcrição mais de três linhas devem vir recuadas da margem a 4 cm, digitadas em espaço simples, letra menor, sem abertura de parágrafos e sem aspas. Sempre que o autor for mencionado no corpo do texto deve ser digitado em caixa baixa (letra minúscula), claro que obedecendo as regras da língua portuguesa de que nome próprio se inicia com letra maiúscula e ao final da mesma deve vir entre parênteses e digitado em caixa alta (letra maiúscula, seguido do ano e página). Após o ano deve-se colocar vírgula (,) e depois p. e o número da página. Por exemplo, Santos (1992, p. 30). Se o autor aparecer ao final da citação deve vir entre parênteses, digitado em caixa alta, exemplo (SANTOS, 1992, p. 30).
- A abreviatura de página é p.
- Quando a transcrição literal (citação) ultrapassa mais de uma página, os números das mesmas devem ser separados por hífen.

DICAS IMPORTANTES!!!!

- não se deve iniciar e nem terminar um texto com citação, exceto quando se tratar de epígrafe;
- entre uma citação e outra se deve de fazer um comentário.
- a literatura deve apenas para dar cientificidade (embasamento) ao texto.
- mencionar os autores consultados, pois citar algo e não referenciar a fonte é plágio e plágio é crime.

Todos os autores citados na fundamentação teórica ou em qualquer uma das partes do relatório devem constar da listagem final das Referências e vice-versa.

Conclusão ou Considerações Finais

A última parte do relatório contempla a conclusão do Estágio. Neste item o estagiário deve explicar suas opiniões sobre os diversos aspectos verificados na comparação da teoria com a prática e, obrigatoriamente, apresentar uma reflexão crítica quanto ao valor do estágio para a sua formação profissional. É importante que se faça propostas e recomendações

ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS

Referências

Nas Referências (não se coloca a palavra bibliográficas) e devem ser listadas somente os autores citados no texto e, vice-versa, todos os autores mencionados no texto devem constar nas referências. Não se deve esquecer que as mesmas devem aparecer em ordem alfabética, ser digitadas em espaço simples (entre um autor e outro – espaço duplo) e, conforme as normas da ABNT.

Apêndices

Aqui se deve transcrever o roteiro da entrevista, quando for o caso, o plano de aula e o roteiro de observação das aulas.

Anexos

Este espaço é reservado para anexar as fichas de registro de atividades, avaliação do estagiário, auto avaliação.

FORMATAÇÃO DO RELATÓRIO

PAPEL E DIGITAÇÃO

O papel utilizado em um trabalho científico deve ser formato

- A4 (21 x 29,7 cm).
- A letra (fonte) recomendada é a Arial deve ser tamanho 12.
- O texto deve ser alinhado à direita. Evite a hifenização (separação das palavras ao final das linhas).

MARGENS

- Margem esquerda: 3cm
- Margem direita: 2 cm
- Margem superior: 3cm
- Margem inferior: 2 cm

ESPACEJAMENTO

- O espaçamento entre as linhas deve ser 1,5.
- O parágrafo deve iniciar a 1,25 cm da margem esquerda e não se deve deixar espaço entrelinhas diferenciado entre eles.

PAGINAÇÃO



- Todas as folhas do trabalho, a partir da folha de rosto devem ser contadas sequencialmente, mas não numeradas.
- A numeração é colocada a partir da primeira folha da parte textual (introdução), em algarismos arábicos, no canto superior direito da folha, a 2cm da borda superior.

ANEXO B - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da Unespar - Campus Paranaguá tornam públicas as normas relativas à elaboração, orientação, defesa e informações do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

1. Quanto aos critérios

- a) Os alunos deverão escolher o tema da pesquisa a ser desenvolvida e o professor que orientará o trabalho levando em consideração as Linhas de Pesquisa, as áreas de atuação dos docentes do curso, bem como, as vagas disponíveis em cada linha de pesquisa.
- b) Cada professor do Colegiado poderá ter, no máximo, 10 (dez) orientações de TCC sendo cinco alunos do 3º (terceiro) ano e cinco do 4º (quarto) ano.
- c) A confirmação da escolha do orientador e do tema da pesquisa será feita por meio do preenchimento em duas vias da FICHA DE ACEITE (Anexo B) que, obrigatoriamente, deverá ser assinada, tanto pelo professor orientador, quanto pelo(s) orientando(s). Uma via da FICHA DE ACEITE deverá ser entregue ao Coordenador do Colegiado e a outra via fica com o(s) orientando(s).

2. Quanto à orientação e elaboração dos TCC's para os alunos do 3º (terceiro) ano

- a) Participar de, no mínimo, 6 (seis) reuniões de orientação com o professor orientador; as reuniões entre professor orientador e orientandos serão documentadas mediante o preenchimento, em duas vias, da FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE ORIENTAÇÃO. Ao final do ano letivo os orientandos deverão entregar o projeto de pesquisa ao orientador.

3. Dos critérios de elaboração e orientação dos TCCs para os alunos do 4º (quarto) ano

- a) Deverão ocorrer, no mínimo, 10 (dez) reuniões de orientação com o professor orientador; as reuniões entre professor orientador e orientandos serão documentadas mediante o preenchimento, em duas vias, da FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE ORIENTAÇÃO.
- b) Ao final dos trabalhos, uma via da FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE ORIENTAÇÃO deverá ser entregue ao Coordenador de TCC's em data definida (Edital de datas e prazos) e a outra via ficará com o orientando.
- c) Como parte do processo de avaliação dos TCC's, os acadêmicos deverão submeter seu trabalho a qualificação por um professor indicado pelo orientador, seguindo a afinidade temática do professor com o tema do trabalho, em data prevista em edital, devendo ser encaminhada ao Coordenador do Colegiado e/ou Coordenador de TCC, o parecer do qualificador, em ficha própria a ser publicado em edital.



4. Das defesas

- a) Os TCC's serão entregues em 3 (três) vias impressas, para o Coordenador do Colegiado e/ou TCC e uma versão digital em formato Word para cada membro da banca, enviado por e-mail. O aluno que não entregar no prazo previsto perderá o direito de defender.
- b) As bancas serão compostas pelo orientador, o docente que qualificou o trabalho e um docente definido pela coordenação de curso.
- c) As sessões de defesa serão públicas e após a defesa, sendo aprovado, os acadêmicos terão um prazo de 10 dias para a entrega da versão final do TCC em pen drive, com arquivo no formato PDF.

Paranaguá, 07 de novembro de 2020.

ANEXO C - REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 1º Entende-se como Atividade Complementar (AC) as atividades ligadas à formação acadêmica do aluno e que sejam complementares aos conteúdos ministrados nas disciplinas constantes do currículo do curso de Graduação em que se encontram matriculados.

Art. 2º As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos, competências do aluno, inclusive fora da universidade.

§ 1º As Atividades Complementares são aquelas com conhecimento da Instituição, porém individualmente organizadas para o enriquecimento da formação acadêmica do aluno.

Art. 3º Consideram-se como Atividades Complementares os seguintes tipos de atividades:

- I. de ensino que se diferenciam da concepção tradicional de disciplina pela liberdade de escolha, de temáticas na definição de programas ou projetos de experimentação e procedimentos metodológicos;
- II. de extensão que constituam uma oportunidade da comunidade interagir com a Universidade, construindo parcerias que possibilitam a troca de saberes popular e acadêmico com aplicação de metodologias participativas;
- III. de pesquisa que promovam a formação da cidadania profissional dos acadêmicos, o intercâmbio, a reelaboração e a produção de conhecimento compartilhado sobre a realidade e alternativas de transformação;
- IV. de administração universitária, uma vez que o ambiente universitário é um espaço para a aprendizagem do aluno;
- V. Atividades mistas de Ensino, Pesquisa, Extensão e/ou Administração universitária que promovam a indissociabilidade e articulação teoria e prática.

Atividades Complementares de Ensino

- Indicador de limite de carga horária**

ATIVIDADES DE ENSINO	LIMITE DE CARGA HORÁRIA
ENS 01 Disciplinas não previstas no currículo pleno que tenham relação com o curso, na modalidade presencial ou à distância	ENS 01 Até 128 horas
ENS 02 Atividades desenvolvidas no PET (Programa de Educação Tutorial).	ENS 02 Até 100 horas
ENS 03 Estágio não obrigatório(extracurriculares)	ENS 03 Até 100 horas
ENS 04 Participação como bolsista ou voluntário em programa de monitoria com relatório de avaliação e/ou declaração da Direção de Ensino.	ENS 04 Até 70 horas
ENS 05 Participação como voluntário em Projeto de Ensino com declaração expedida pela Direção de Ensino e/ou Coordenador do Projeto.	ENS 05 Até 70 horas
ENS 06 Participação em Projeto de Ensino envolvendo Pesquisa de Campo.	ENS 06 Até 100 horas
ENS 07 Excesso de créditos em disciplinas Optativas, computar como Eletiva.	ENS 07 Até 128 horas
ENS 08 Curso de Línguas estrangeiras	ENS 08 Até 80 horas
ENS 09 Disciplinas não prevista no currículo pleno que tenham relação com o curso, realizadas no exterior.	ENS 09 Até 100 horas
ENS 10 Participação em eventos de monitoria e outros que tenham relação com o ensino de graduação, e que não sejam oriundas de atividades de disciplinas curriculares. Com comprovante de participação expedido pela organização do evento.	ENS 10 Até 100 horas
ENS 11 Atividades Pedagógicas	ENS 11 Até 120 horas
ENS 12 Outras atividades de ensino relevantes devidamente comprovadas e aprovadas pelo Colegiado do Curso.	ENS 12 Até 100 horas

Atividades Complementares de Extensão

• Indicador de limite – Curso

ATIVIDADES DE EXTENSÃO	LIMITE DE CARGA HORÁRIA
EXT 01 Participação em Curso de extensão presencial ou a distância, que tenham relação com o curso, na modalidade presencial ou à distância.	EXT 01 Até 100 horas
EXT 02 Participação em eventos culturais, técnicos, científicos, artísticos, esportivos e recreativos, que não sejam oriundas de atividades de disciplinas curriculares. Com comprovante de participação expedido pela organização do evento.	EXT 02 Até 100 horas
EXT 03 Participação em cursos, minicursos ou palestras, com certificado de frequência expedido pela organização do evento.	EXT 03 Até 100 horas
EXT 04 Apresentação de trabalhos em congressos, jornadas, simpósios, fóruns, seminários, cursos, palestra, encontros, festivais e similares, com relatório de participação e certificado de aproveitamento e/ou frequência.	EXT 04 Até 100 horas
EXT 05 Publicação de artigo em jornal, revista especializada e/ou científica da área com corpo editorial	EXT 05 Até 100 horas
EXT 06 Produção de eventos culturais, científicos, artísticos, esportivos, recreativos entre outros de carácter compatível com o curso de graduação, que não oriundas de atividades de disciplinas curriculares.	EXT 06 Até 100 horas
EXT 07 Apresentação (pôster, oral ou oficina) em evento de extensão	EXT 07 Até 40 horas
EXT 08 Participação como bolsista ou voluntário em Projeto de extensão como declaração de participação expedida pela Direção do Extensão e/ou Coordenador do Projeto.	EXT 08 Até 20 horas
EXT 09 Participação em vista técnica, organizada por professor e/ou pelo colegiado de origem e quando vinculada a atividade de disciplina curriculares, com declaração de participação expedida pela chefia/coordenação de cursos	EXT 09 Até 20 horas
EXT 10 Participação como palestrante em atividades institucionais, com certificado expedido pela coordenação do evento	EXT 10 Até 40 horas
EXT 11 Participação como ministrante em minicurso com até 08 horas de duração em atividades institucionais, com certificado expedido pela coordenação do evento.	EXT 11 Até 40 horas
EXT 12 Participação como ministrante em minicurso com duração superior a 8 horas em atividades institucionais, com certificado expedido pela coordenação do evento.	EXT 12 Até 70 horas
EXT 13 Projeto de Extensão	EXT 13 Até 100 horas
EXT 14 Outras atividades de extensão relevantes devidamente comprovadas e aprovadas pelo colegiado de curso.	EXT 14 Até 100 horas

Atividades Complementares de Pesquisa

• **Indicador de limite de carga horária**

ATIVIDADES DE PESQUISA	LIMITE DE CARGA HORÁRIA
PES 01 Artigo publicado em Periódico indexado.	PES 01 Até 100 horas
PES 2 Livro.	PES 02 Até 120 horas
PES 03 Capítulo de Livro.	PES 03 Até 100 horas
PES 04 Trabalho Publicado em Anais de Evento Técnico Científico: resumido ou completo (expandido).	PES 04 Até 100 horas
PES 05 Texto em Jornal ou Revista (magazines).	PES 05 Até 50 horas
PES 06 Participação como bolsista 20 horas do Programa de Iniciação Científica PIBIC e outras bolsas que tenham relação com a pesquisa.	PES 06 Até 100 horas
PES 07 Participação em eventos culturais, científicos, artísticos, desportivos, recreativos, entre outros, de caráter compatível com o curso de graduação, que não sejam oriundas de atividades de disciplinas curriculares.	PES 07 Até 100 horas
PES 08 Participação como palestrante, conferencista, integrante de mesa-redonda, ministrante de minicurso em evento científico, com certificado expedido pela coordenação do evento.	PES 08 Até 70 horas
PES 09 Apresentação oral ou pôster em evento de pesquisa.	PES 09 Até 40 horas
PES 10 Prêmios concedidos por instituições acadêmicas, científicas, desportivas ou artísticas.	PES 10 Até 40 horas
PES 11 Participação na criação de Software Computacional, publicado.	PES 11 Até 70 horas
PES 12 Participação na criação de Software Multimídia publicado.	PES 12 Até 70 horas
PES 13 Participação na criação de Produto Tecnológico (aparelho, equipamento, fármacos e similares, instrumentos e outros) em forma de projeto.	PES 13 Até 70 horas
PES 14 Participação na criação de Produto Tecnológico (aparelho, equipamento, fármacos e similares, instrumentos e outros) na forma de Protótipo.	PES 14 Até 100 horas
PES 15 Participação na criação de Produto Tecnológico (aparelho, equipamento, fármacos e similares, instrumentos e outros) na forma de Estudo Piloto.	PES 15 Até 120 horas
PES 16 Participação em Relatórios, processos e pareceres ligados à área de pesquisa em: Analítica; Instrumental; Pedagógica, Processual; Terapêutica; Técnicos.	PES 16 Até 100 horas
PES 17 Participação em restauração de obras (de arquitetura, desenho, fotografia, escultura, gravura, pintura, acervos bibliográficos, trajes ou figurinos e arquivísticos históricos) e similares.	PES 17 Até 120 horas



PES 18 Participação na elaboração de Mapa, Carta ou similar.	PES 18 Até 120 horas
PES 19 Projeto de Pesquisa	PES 19 Até 100 horas
PES 20 Outras atividades de pesquisa relevantes devidamente comprovadas e aprovadas pelo colegiado de curso.	PES 20 Até 100 horas

Atividades Complementares de Administração Universitária

- **Indicador de limite de carga horária**

ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA	LIMITE DE CARGA HORÁRIA
ADM 01 Participação estudantil nos Colegiados de Curso.	ADM 01 Até 20 horas
ADM 02 Participação estudantil no Conselho de Centro.	ADM 02 Até 30 horas
ADM 03 Participação estudantil nos Conselhos Superiores da UNESPAR.	ADM 03 Até 60 horas
ADM 04 Participação estudantil, como titular, em Comissões Permanentes da UNESPAR.	ADM 04 Até 50 horas
ADM 05 Participação em cargo diretivo: - no Diretório Acadêmico, apresentando cópia do Estatuto e da ata de posse/eleição e validada pela atual gestão; - no Centro Acadêmico, apresentando cópia do Estatuto e da ata de posse/eleição e validada pela atual gestão; - no Centro Atlético, apresentando cópia do Estatuto e da ata de posse/eleição e validada pela atual gestão.	ADM 05 Até 30 horas
ADM 06 Participação em Empresa Júnior ou Escritório Modelo da UNESPAR, com declaração do professor tutor da empresa: a) Em cargo diretivo. b) Em cargo de assessor. c) Participante.	ADM 06 a) em cargo diretivo , cada semestre equivale 30 horas, (totalizando no máximo 90horas). b) em cargo de assessor cada semestre equivale a 20 horas, (totalizando no máximo 60 horas). c) como participante , cada semestre equivale a 10 horas, (totalizando no máximo 30 horas).

Atividades Complementares mistas de Ensino, Pesquisa, Extensão e/ou Administração Universitária.
• Indicador de limite de carga horária

ACM 01 Atividades realizadas em laboratórios, estúdios, linhas de montagem, mesas de edição, editoras, Clínicas, Hospitais, Associações, ONGs, Centros esportivos. Devidamente comprovado e EXCLUINDO da totalidade da somatória da carga horária, nos casos previstos de disciplinas obrigatórias, e demais casos constantes no Projeto Pedagógico do curso.	ACM 01 Até 120 horas
ACM 02 Participação como bolsista em Programa de Apoio Discente com declaração da Direção de Centro, quando no Campus e quando a atividade for desenvolvida na Reitoria, a declaração será fornecida pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. As atividades para serem validadas devem estar com consonância com os objetivos do curso e perfil profissional a ser formado.	ACM 02 Até 100 horas
ACM 03 Participação em atividades comunitárias, com apresentação de declaração do responsável da entidade beneficiada.	ACM 03 Até 100 horas
ACM 04 Participação em órgão de representação de classe (Estadual e Federal), com apresentação do respectivo órgão.	ACM 04 Até 90 horas
ACM 05 Participação em audiência pública dos Conselhos Municipal, Estadual e Federal, com apresentação de declaração do respectivo Conselho.	ACM 05 até 60 horas
ACM 06 Projetos ou relatórios desenvolvidos no âmbito profissional reconhecido pela chefia imediata.	ACM 07 Até 90 horas
ACM 07 Participação do aluno em projetos desenvolvidos pelo Diretório Acadêmico, Centro Acadêmico, Centro Estudantil e Empresa Júnior.	ACM 08 Até 60 horas
ACM 08 Atividades desenvolvidas como bolsista no PIBID(Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência).	ACM 09 Até 100 horas
ACM 09 Participação como mesário em processo eleitoral organizado pelo Tribunal Regional Eleitoral ou pela UNESPAR.	ACM 10 Cada participação em processo eleitoral (incluindo 2º turno, se houver), equivale a 15 horas. (no máximo totalizar 60 horas
ACM 10 Atividades profissionais, devidamente comprovadas.	ACM 10 Até 100 horas
ACM 11 Produção artística	ACM 11 Até 100 horas
ACM 12 Monitoria Acadêmica	ACM 12 Até 100 horas
ACM 13 Produção Artística	ACM 13 Até 100 horas
ACM 14 Curso de informática	ACM 14 Até 80 horas
ACM 15 Atividades artísticas	ACM 15 Até 80 horas
ACM 16 Outras atividades relevantes devidamente comprovadas e aprovadas pelo	ACM 16 Até 100 horas



colegiado de curso.

ANEXO D – PLANILHA COTAÇÃO DAS BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS E COMPLEMENTARES

PLANILHA/COTAÇÃO DAS BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS E COMPLEMENTARES

TÍTULO	Nº DE EXEMPLARES	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia . São Paulo: Martins Fontes, 2007.	5	111,53	557,65
ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valer Roberto (orgs.). Afirmando Diferenças: montando quebra-cabeça da diversidade na escola . 3. ed.. Campinas: Papirus, 2011.	1	47,90	47,90
ALENCAR, E.M.L.S.; FLEITH, D.S. Superdotados: determinantes, educação e ajustamento . São Paulo: EPU, 2000.	1	63,15	63,15
ALONSO, Juan Antonio; RENZULLI, Joseph S. Manual internacional de superdotados: manual para professores y padres . Madrid: Giuntieos Psychometrics, 2003.	5	139,00	695,00
AMIRALIAN, M.L.T.M. Deficiência Visual: perspectivas na contemporaneidade . São Paulo: Vetor, 2009.	1	77,78	77,78
ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. (Orgs.). Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula . 7. ed. Joinville: UNIVILLE, 2007.	5	65,00	325,00
ANDRADE, Marcelo. Tolerar é pouco? Pluralismo mínimos éticos e práticas pedagógicas . Petrópolis: D&P, 2009.	1	20,30	20,30
ANDRÉ, M. (org.). Pedagogia das Diferenças na sala de aula . 9 ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.	5	33,90	169,50
APPLE, Michel W. Ideologia e currículo . Porto Alegre: ArtMed, 2006.	1	72,37	72,37
APPOLINÁRIO, Fabio. Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico . 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011	5	117,45	587,25
ARANHA, Maria Lúcia. A filosofia da educação . São Paulo: Moderna, 2006	1	80,30	80,30
ARENDT, Hannah. A condição humana . Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1987.	1	86,90	86,90
ARROYO, M. G.; CALDART, Roseli; MOLINA, Monica Castagna. Por uma educação do campo . Petrópolis: Vozes, 2004.	5	37,99	189,95
ARROYO, Miguel G.; ABRAMOWICZ, Anete (org.). A reconfiguração da escola: entre a negação e a afirmação de direitos . Campinas, SP: Papirus, 2009.	1	52,90	52,90
AZEVEDO, Fernando de. A cultura brasileira . 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: Editora Unb, 1996.	5	90,04	450,20
BAPTISTA, C. R.; JESUS, D. M. de. Avanços em políticas de inclusão: o contexto da	5	89,90	449,50

educação especial no Brasil e em outros países. Porto Alegre: Mediação, 2009.			
BAPTISTA, C.R.; Bosa, C. Autismo e educação : reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artes Médicas, 2009.	1	230,00	230,00
BARRETO, Vera. Paulo Freire para educadores . São Paulo: Arte & Ciência, 1998.	5	27,06	135,30
BATISTA, C.G.; ENUMO, S.R.F. Prevenção em Saúde: prevenção de deficiências. In: I.R.O.P. Nunes (Org.). Prevenção e intervenção em educação especial . Rio de Janeiro: ANPEPP/UERJ, 1996.	1	36,00	36,00
BEAUCLAIR, João. Para entender psicopedagogia : perspectivas atuais, desafios futuros. Rio de Janeiro: WAK, 2006.	5	27,88	139,40
BEE, Helen. A criança em desenvolvimento . Porto Alegre. Artmed, 2003.	1	149,89	149,89
BENJAMIN, Walter. Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação . 2.ed. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2014	1	35,90	35,90
BEYER, H. O. Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais . Porto Alegre: Mediação, 2005.	5	46,60	233,00
BIALER, M. Literatura de autistas : uma leitura psicanalítica. Curitiba: Editora CRV, 2015	1	54,90	54,90
BOBATH, K. A deficiência motora em pacientes com paralisia cerebral . São Paulo: Manole, 1979.	1	87,53	87,53
BOFF, Leonardo. Do iceberg à arca de Noé : o nascimento de uma ética planetária. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2010.	1	26,60	26,60
BOFF, Leonardo. A águia e a galinha : uma metáfora da condição humana. 52. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.	1	14,90	14,90
BONAMIGO, Euza Maria de Rezende. Como ajudar a criança no seu desenvolvimento : sugestões de atividades para a faixa de 0 a 5 anos. 8.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.	5	39,90	199,50
BOSSA, Nadia A. A Psicopedagogia no Brasil : contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artmed, 2007.	5	55,80	279,00
BOTELHO, Paula. Linguagem e Letramento na Educação dos Surdos : ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica. 2005.	5	51,92	259,60
BOURDIEU, Pierre. A distinção, crítica social do julgamento . São Paulo: EDUSP, 2008.	5	72,72	363,60
BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução : elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.	1	44,67	44,67
BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. Os herdeiros : os estudantes e a cultura.	1	59,00	59,00

Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.			
BRANDÃO, Flávia. Dicionário de libras : língua brasileira de sinais. São Paulo: Global, 2011.	1	170,00	170,00
BRAZELTON, T.B., GREENSPAN, S.I. As necessidades essenciais das crianças. O que toda criança precisa para crescer, aprender e se desenvolver . Porto Alegre: Artmed, 2002	1	97,97	97,97
BROUGÈRE, Gilles. Jogo e educação . Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.	1	289,90	289,90
BURNS, D. E. Altas Habilidades/Superdotação . Manual para guiar o aluno desde a definição de um problema até o produto final. Curitiba: Juruá, 2014.	5	49,90	249,50
BUSCAGLIA, L.F. Os deficientes e seus pais : um desafio ao aconselhamento. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1983.	1	59,90	59,00
CAIADO, K. R. M. Aluno deficiente visual na escola : lembranças e depoimentos. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006	5	47,97	239,85
CAIADO, K.R.M.; JESUS, D.M.; BAPTISTA, C.R. (org.) Professores e Educação Especial : formação em foco. Porto Alegre: Mediação/CDV/FACITEC, 2011. v.1.	1	50,00	50,00
CAMARGOS Jr, W. Transtornos invasivos do desenvolvimento: Terceiro milênio. Brasília: Ministério da Justiça, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, AMES, ABRA, 2005.	1	120,88	120,88
CAMBRUZZI, Rita de Cássia Silveira; COSTA, Maria da Piedade Resende da. Surdocegueira: níveis e formas de comunicação. São Paulo: EdUFSCAR, 2016	5	20,30	101,50
CANAU, V. M. Ensinar e aprender : sujeitos, saberes e pesquisa. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.	1	40,00	40,00
CANAU, Vera Maria; ANDRADE, Marcelo; SACAVINO, Susana et al. Educação em direitos humanos e formação de professores/as . São Paulo: Corte, 2013.	5	84,11	420,55
CANAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (Org.). Educação em direitos humanos : temas, questões e propostas. Rio de Janeiro: DPXAli, 2008.	5	25,00	125,00
CANAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (Org.). Educar em direitos humanos : construir democracia. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.	1	35,00	35,00
CANGUILHEM, Georges. O normal e o patológico . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.	1	95,99	95,99
CANTON, Katia. Temas da Arte Contemporânea . São Paulo: Martins Fontes, 2010.	5	78,00	390,00
CARVALHO, J. S. Educação, cidadania e direitos humanos . Petrópolis: Voes, 2004.	5	42,00	210,00
CARVALHO, R. E. Removendo barreiras para a aprendizagem : educação inclusiva. 8 ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.	1	43,20	43,20

CASTRO, Marcos. Caminhos para a leitura . São Paulo: Record, 2002.	1	25,00	25,00
COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS, J. Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais . 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.	5	117,53	587,65
COLL, César, et al. Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar . 4.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.	5	89,99	449,95
COLLARES, C. A. L; MOYSÉS, M. A. A; RIBEIRO, M. C. F. (Orgs). Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos . Campinas: Mercado de letras, 2013.	1	85,00	85,00
CONSENZA, R.; GUERRA, L. Neurociência e educação: como o cérebro aprende? Porto Alegre: Artmed, 2011.	5	50,00	250,00
COSTA, Renato Pontes; RIBEIRO, Ana de Almeida. O Saber da gente... sobre uma educação para o povo . Rio de Janeiro: Caetés, 2013	5	38,00	190,00
COSTAS, F. A. T. (Org.). Educação, Educação Especial e Inclusão: fundamentos, contextos e práticas . Curitiba: Appris, 2002.	5	51,41	257,05
CUNHA, M. I. da. O bom professor e sua prática . 22 ed. Campinas: Papyrus, 2010	1	33,53	33,53
CUNHA, Maria Isabel da. (Org.). Formatos avaliativos e concepção de docência . Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção Educação Contemporânea).	1	39,90	39,90
CUNHA, Susana Rangel Vieira da. As artes no universo infantil . Porto Alegre: Mediação, 2012.	1	61,20	61,20
DAVIDOFF, Linda L. Introdução à psicologia. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2006	1	166,40	166,40
DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo . 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009	1	29,26	29,26
DIAS, Belidson. O i/mundo da cultura visual . Brasília: Editora da Pós-Graduação em Arte da Universidade de Brasília, 2011.	5	62,00	310,00
DINIZ, D. O que é deficiência . São Paulo: Brasiliense, 2012	5	35,50	117,50
DINIZ, Débora. O que é bioética . São Paulo: Brasiliense, 2002.	5	31,20	156,00
DSM-5. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais . 5.ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2015.	5	162,99	814,99
DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia . 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes: 2011.	5	23,07	115,35
FADIMAN, James; FRAGER, Robert. Teorias da personalidade . São Paulo: Harbra, 2002.	5	153,00	765,00
FARIAS, I. M. S. de; SALES, J. de O. C. B.; BRAGA, M. M. S. de C.; FRANÇA, M. do S. L. M. Didática e Docência: aprendendo a profissão . Brasília: Liber Livro, 2011.	1	59,00	59,00
FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga.. Direitos das pessoas com deficiência: garantia de	5	69,90	349,50

igualdade na diversidade. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2012.			
FAZENDA, Ivani Catarina Arantes; PICONEZ, Stela C. Bertholo. A prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas: Papyrus, 1991	5	34,34	171,70
FEITOSA, Vera Cristina. Redação de textos científicos. Campinas: Papyrus, 1995.	5	26,60	133,00
FERNANDES, A.C., RAMOS, A.C.R., CASALIS, M.E.P., HEBERT, S.K. Medicina e reabilitação: princípios e práticas. Artes Médicas, 2007.	1	159,00	159,00
FERNANDES, Eulália. Surdez e bilinguismo. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.	1	48,00	48,00
FERREIRA, Maria Gabriela Ramos. Neuropsicologia e aprendizagem. Curitiba: InterSaberes, 2014.	1	85,40	85,40
FERREIRA, N. S.C. Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2000.	5	98,90	495,50
FIGUEIRÓ, M. N. D. Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível. Campinas: Mercado de Letras; EDUEL, 2006.	5	100,00	500,00
FLETCHER, J. M.; LYONS, G. R.; FUCHS, L. S.; BARNES, M. A. Transtornos de aprendizagem: da identificação à intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2009.	5	258,00	1.290,00
FONTES, R. Ensino Colaborativo: uma proposta de educação inclusiva. Araraquara, SP: Junqueira e Marin, 2009.	5	34,90	174,50
FRANCO, M. A. S.; PIMENTA, S. G. Didática: embates contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2010.	1	32,30	32,30
FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia e prática docente. São Paulo: Cortez, 2012.	5	37,90	189,50
FREIRE, Paulo. Extensão e comunicação?. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.	1	39,92	39,92
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 56. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.	5	23,19	115,95
FREITAS, S. N. F. Tendências contemporâneas de inclusão. Santa Maria: Editora UFSM, 2008.	1	31,41	31,41
FREITAS, S. N.; PÉREZ, S. G. P. B. Altas Habilidades/Superdotação: atendimento especializado. Marília: ABPE, 2012.	1	57,00	57,00
FRIEDMAN, Adriana. Brincar, crescer e aprender: o resgate do jogo infantil. São Paulo: Editora Moderna, 1996.	1	270,00	270,00
FRIEDMAN, Adriana. O desenvolvimento da criança através do brincar. São Paulo: Moderna, 2012.	1	63,65	63,65
FUENTES, D. Neuropsicologia: teoria e prática. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.	5	112,00	560,00
FUNARI, P. P. A.; FEITOSA, L. C.; SILVA, G. J. (Orgs.). Amor, desejo e poder na antigüidade: relações de gênero e representações do feminino. Campinas: Editora	5	54,65	273,25

UNICAMP, 2003.			
FUNARI, Pedro Paulo; PINON, Ana. A temática indígena na escola: subsídios para os professores. São Paulo: Contexto, 2011.	1	25,40	25,40
FURLANI, Jimena (Org.). Educação sexual na escola: equidade de gênero, livre orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Florianópolis: UDESC, 2008.	1	69,80	69,80
FURTADO, Valéria Queiroz. Dificuldades na Aprendizagem da Escrita. Petrópolis: Vozes, 2009	1	37,90	37,90
GADOTTI, Moacir. ROMÃO, José E. (Orgs.). Educação de Jovens e Adultos: teoria prática e proposta. Editora Cortez: Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2006, (Guia da escola cidadã, v. 5).	1	31,90	31,90
GASPARIN, J. L. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.	1	49,00	49,00
GAZZANINGA, M.; HEATHERTON, T. Ciência psicológica: mente, cérebro e comportamento. Porto Alegre: Artmed, 2005.	1	188,00	188,00
GESSER, Audrei. Libras?: Que língua é essa? : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.	1	45,10	45,10
GIL, Antonio. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.	5	78,99	394,95
GIMENO SACRISTÁN, J. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3 ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.	5	81,75	408,75
GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise (Orgs.). Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.	5	32,00	160,00
GLAT, R. A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão. Rio de Janeiro: Moderna, 2003.	5	30,00	150,00
GOES, M. C. R de. (Org.). Surdez: processos educativos e subjetividade. São Paulo: Lovise, 2000.	5	57,70	288,50
GOES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. (Org.). Políticas e práticas de educação inclusiva. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.	5	34,83	174,15
GOLDFELD, Marica. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. São Paulo – SP: 1997.	5	42,00	210,00
GONÇALVES, Hortência de Abreu. Manual de projetos de extensão universitária. São Paulo: Avercamp, 2008.	1	45,00	45,00
GONÇALVES, Nádya Gaiofatto; QUIMELLI, Gisele Alves de Sá (Comp.). Princípios da extensão universitária: contribuições para uma discussão necessária. Curitiba: CRV, 2020.	5	30,95	154,75

GONZÁLEZ, E. Necessidades educacionais específicas . Porto Alegre: Artmed, 2007.	1	110,00	110,00
GOODSON, Ivor F. Currículo: teoria e história . Petrópolis: Vozes, 2008.	1	35,83	35,83
GRINSPUN, Mírian Paura Sabrosa Zippin. Autonomia e ética na escola: o novo mapa da educação . São Paulo: Cortez, 2014. R\$28,90	5	28,90	144,50
GURGEL, R. M. Extensão universitária: comunicação ou domesticação? São Paulo: Cortez Autores Associados, 1986.	1	35,00	35,00
HAEUSSLER, Isabel M. Manual de estimulação do pré-escolar: um guia para pais e educadores . São Paulo: Editora Planeta, 2005.	5	28,77	143,85
HERNÁNDEZ, Fernando. Catadores da cultura: transformando fragmentos em nova narrativa educacional . Porto Alegre: Mediação, 2007.	1	60,00	60,00
HOFFMANN, J. M. L. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade . 26. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.	1	28,60	28,60
HUIZINGA, Johan. Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura . 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.	5	46,69	233,45
JANNUZZI, G. A educação do deficiente mental no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI . Campinas, SP: Autores Associados, 2004	1	46,74	46,74
JERUSALINSKY, A. (Org.). Dossiê autismo . São Paulo: Instituto Langagem, 2015.	5	95,00	475,00
JOSÉ, Elisabete da Assunção; COELHO, Maria Teresa. Problemas de aprendizagem . 13.ed. São Paulo: Ática, 2011.	1	35,90	35,90
KASTRUP, Virgínia. Cegueira e invenção: cognição, arte, pesquisa e acessibilidade . Curitiba: Editora CRV, 2018.	1	52,00	52,00
KASTRUP, Virgínia. A invenção de si e do mundo: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição . Belo Horizonte: Autêntica, 2007.	1	57,00	57,00
KAUFMAN, Ana Maria. Escola, leitura e produção de textos . Porto Alegre: ArtMed, 1995.	1	39,99	39,99
KEARNEY, Christopher A. Transtornos de Comportamento na Infância . São Paulo: Cengage Learning, 2012.	1	48,99	48,99
KISHIMOTO, Tizuko M. (Org.) Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação . 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.	5	42,84	214,20
KUPFER, M. C. M.; PATTO, M. H. S.; VOLTOLINI, R. Práticas inclusivas em escolas transformadoras: acolhendo o aluno sujeito . São Paulo: Escuta, 2017.	5	96,15	480,75
KUSNETZOFF, Juan Carlos. Introdução à psicopatologia psicanalítica . Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2001.	5	159,00	795,00
LACERDA, C.B.F.; LODI, A.C B (Orgs.). Uma escola duas línguas: letramento em	1	47,70	47,70

língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2009.			
LAFFIN, Maria Herminia Lage Fernandes. Educação de jovens e adultos, diversidade e o mundo do trabalho. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2012	1	52,90	52,90
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Altas, 2017	5	70,89	354,45
LAVILLE, C; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia em pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.	1	77,99	77,99
LEANDRO F.; MALLOY-DINIZ, Paulo Mattos. Intervenção neuropsicológica infantil: da estimulação precoce-preventiva à reabilitação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2019.	1	107,00	107,00
LÉVY, Janine. O despertar do bebê: prática de educação psicomotora. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1996.	1	64,90	64,90
LIBÂNEO, J.C. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2005.	5	60,90	304,50
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Carlos; TOSCHI, Mirza S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10 ed. São Paulo. Cortez. 2012.	5	96,61	483,05
LIMA, E. S. Diversidade e aprendizagem. São Paulo: Editora Sobradinho, 2005.	1	57,97	57,97
LIPMAN, Mathew. O pensar na educação. Petrópolis: Vozes, 1995.	1	160,00	160,00
LOBO, L. F. Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.	5	55,68	278,40
LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth (orgs). Currículo: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2002.	1	43,17	43,17
LOPES, M. C. Surdez & educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007	1	44,90	44,90
LOURO, G. L. (Org.) O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.	1	33,11	33,11
LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Petrópolis: Vozes, 1997.	5	36,90	184,50
LOUZÃ NETO, Mário Rodrigues. TDH ao longo da vida: transtorno de déficit de atenção; hiperatividade. Porto Alegre: ArtMed 2011.	1	98,70	98,70
LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.	1	60,06	60,06
LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. 2.ed. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 2014.	1	65,99	65,99
LUZZI, Daniel. Educação e meio ambiente. São Paulo: Manoli, 2012.	5	48,20	241,00
MACEDO, Lino de; PETTY, Ana Lúcia Sícoli; PASSOS, Norimar Christe. Aprender	1	128,00	128,00

com jogos e situações-problema. Porto Alegre: Artmed, 2000.			
MACHADO, Rachel; LOUSADA, Eliane; ABRAU-TARDELLI, Lilian Santos. Planejar gêneros acadêmicos. Rio de Janeiro: Parábola, 2007.	1	23,20	23,20
MAIA, A. C. B. Sexualidade e deficiências. São Paulo: Editora Unesp, 2006.	5	47,52	237,60
MANGUEL, Alberto. Uma história da leitura. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.	1	299,90	299,90
MANTOAN, M. T. E. Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais. São Paulo: Scipione, 2005.	1	37,90	37,90
MANTOAN, M.T.E. Inclusão escolar: o que é? Por que? Como fazer? Rio de Janeiro: Moderna, 2003.	5	31,00	155,00
MANZINI, E. J (Org.). Inclusão e acessibilidade. Marília: ABPEE, 2006.	1	159,14	159,14
MARQUEZAN, R. O deficiente no discurso da legislação. Campinas: Papirus, 2009.	5	35,92	179,60
MARTINS, J. S. A exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.	5	84,90	424,50
MARTINS, Mirian Celeste (Org.). Pensar juntos mediação cultural: [entre]laçando experiências e conceitos. São Paulo: Terracota, 2014.	1	50,00	50,00
MARTINS, Mirian Celeste; PICOSQUE, Gisa. Cultura das imagens: desafios para a arte e para a educação. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2012.	5	63,00	315,00
MARTINS. M.C; JAUREGUI, M.V.G; LOPES, M.L.S. Incapacidade motora: orientações para adaptar a escola. Porto Alegre: Art Med, 2004.	1	23,99	23,99
MASINI, E. F. S. (Org). A pessoa com deficiência visual: um livro para educadores. São Paulo: Vetor, 2007	5	57,97	289,85
MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac-Naify, 2003.	1	59,12	59,12
MAZZOTTA, M. J. da S. Trabalho docente e formação de professores de educação especial. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1993.	5	50,84	254,25
MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2017.	5	48,60	243,00
MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas. São Paulo: Atlas, 2006.	1	82,16	82,16
MEIRA. Ana Claudia Hebling (Org). Ética: ensaios interdisciplinares sobre teoria e práticas profissionais. São João da Boa Vista: UNIFEQB, 2006.	1	189,90	189,90
MELGAÇO, Rosely Gazire. A ética na atenção ao bebê: psicanálise, saúde, educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006	1	42,12	42,12
MELLO, Cleyson de Moraes; ALMEIDA NETO, José Rogério; PETRILLO, Regina Pentagna. Curricularização da extensão universitária. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2020.	5	45,00	225,00

MENDES, E.G.; CIA F. (Orgs.). Inclusão Escolar e o Atendimento Educacional . São Carlos, Marquezzini & Manzini, ABPEE, 2014.	1	26,64	26,64
MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.(Orgs.). Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva . Araraquara: Junqueira & Marins, 2010.	1	89,00	89,00
MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar . São Carlos: EdUFSCar, 2014.	1	23,35	23,35
MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Ariela Rios; ZERBATO, Ana Paula. Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial . São Carlos: EdUFSCAR, 2014.	5	23,35	116,75
MICHELETTI, Guaraciaba. Leitura e construção do real . São Paulo: Cortez, 2003.	1	45,60	45,60
MITTLER, P. Educação Inclusiva: contextos sociais . Porto Alegre: Artmed, 2003.	1	80,00	80,00
MONTAGU, A. Touching -Tocar - o significado humano da pele . São Paulo: Summus, 1988. (Novas buscas em psicoterapia, v. 34)	1	77,97	77,97
MOOJEN, S. M. P. A escrita ortográfica na escola e na clínica: teoria, avaliação e tratamento . São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011	5	89,00	445,00
MORAES, Luiz Fernando de. Deficiência física: da experiência ao saber científico . Imprensa Livre: Porto Alegre, 2014.	5	18,90	94,50
MORAIS, Artur Gomes de. Consciência fonológica na educação infantil e no ciclo de alfabetização . São Paulo Autêntica 2019	1	45,99	45,99
MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa (org). Currículo: questões atuais . Campinas, SP: Papyrus, 1997.	1	35,00	35,00
MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (Org.). Currículo: políticas e práticas . 12. ed. Campinas: Papyrus, 2010.	1	36,33	36,33
MOREIRA, M. E. L. BRAGA, N. A.; MORSCH, S. Quando a vida começa diferente: o bebê e sua família na UTI Neonatal . Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.	1	169,00	169,00
MOURA, M.C, VERGAMINI, S.A.A, LEITE, S.R. Educação para surdos: práticas e perspectivas . São Paulo: Santos, 2009.	1	29,90	29,29
MOUSINHO, R; ALVES; L. M.; CAPELLINI, S. A. Dislexia: novos temas, novas perspectivas . Vol.3. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.	1	74,00	74,00
MUNARIN, Antonia; BELTRAME, Sonia Aparecida Branco; CONDE, Soraya Franzoni et al. (Orgs.). Educação do campo: políticas públicas, territorialidade e práticas pedagógicas . Florianópolis: Insular, 2011	1	69,92	69,92
NARDI, Antonio Egídio. Transtorno de déficit de atenção – hiperatividade: teoria e	5	87,00	435,00

clínica. Porto Alegre ArtMed, 2015.			
NOGUEIRA, M. D. Políticas de extensão universitária brasileira . Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2005.	1	23,00	23,00
NUNES SOBRINHO, F. P (org.). Inclusão Educacional: pesquisa e interfaces . Rio de Janeiro: Livre expressão, 2003.	1	35,99	35,99
OLIVEIRA, D. A.; ROSAR, M. de F. Política e gestão da educação . Belo Horizonte: Autêntica, 2007.	1	115,00	115,00
OLIVEIRA, Vera Barros. (Org.). O brincar e a criança do nascimento aos seis anos . Petrópolis: Vozes, 2000.	5	45,00	225,00
OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Educação infantil: fundamentos e métodos . São Paulo: Cortez, 2002	1	47,00	47,00
OLIVIER, Lou de. Transtornos de comportamento e distúrbios de aprendizagem . 2. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2013.	1	46,00	46,00
ORRÚ, S. E. Aprendizes com autismo: aprendizagem por eixos de interesse em espaços não excludentes . Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2016	5	37,90	189,50
PAIVA, Angela Randolpho (Org.). Direitos humanos em seus desafios contemporâneos . Rio de Janeiro: Pallas, 2012.	1	34,85	34,85
PALHARES, M. S.; MARINS, S. Escola inclusiva . São Carlos: Edufscar, 2002.	1	76,64	76,64
PELICIONI, M. C. F.; PHILIPPI JÚNIOR, A. Educação ambiental e sustentabilidade . São Paulo: Manole, 2005.	1	153,90	153,90
PELIZZOLI, Marcelo. Homo ecologicus: ética, educação ambiental e práticas vitais . Caxias do Sul, RS: Educs, 2011.	1	139,00	139,00
PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. Libras: conhecimento além dos sinais . São Paulo: Pearson, 2011.	5	72,00	360,00
PERRENOUD, Philippe. Práticas pedagógicas, profissão docente e formação . Lisboa: Dom Quixote, 1993.	1	110,00	110,00
PESSOTTI, I. Deficiência mental: da superstição à ciência . São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.	1	139,00	139,00
PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia . 14. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.	1	56,79	56,79
PICCOLO, Gustavo Martins. Por um pensar sociológico sobre a deficiência . Curitiba: Appris, 2015.	1	37,60	37,60
PIMENTA, G. Selma Saberes pedagógicos e atividades docentes . 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.	5	68,50	342,50

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. Estágio e Docência . São Paulo: Cortez, 2010.	5	52,36	261,80
PIMENTA, Selma Garrido, ANASTASIOU, Léa, das Graças Camargo. Docência superior . São Paulo: Cortez, 2011.	5	43,90	219,50
PIMENTA, Selma Garrido. (Org). Saberes pedagógicos e atividade docente . São Paulo: Cortez Editora, 1999.	5	81,30	406,50
PINOTTI, Rafael. Educação ambiental para o século XXI: no Brasil e no mundo . 2. ed. São Paulo: Blucher, 2016.	5	64,80	324,00
PINSKY, Jaime (Org.). 12 faces do preconceito . São Paulo: Contexto, 2010.	1	22,90	22,90
PLETSCH, M. D. Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual . Rio de Janeiro: NAU/ EDUR, 2010.	5	31,50	157,50
PLETSCH, Márcia Denise; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; HOSTINS, Regina Célia Linhares. A escolarização de alunos com deficiência intelectual: políticas, práticas e processos cognitivos . São Carlos: Marquezine e Manzini, 2015	1	57,90	57,90
PRAIS, Jacqueline Lidiane de Souza. Das intenções à formação docente para a inclusão: contribuições do desenho universal para a aprendizagem . Curitiba: Appris, 2017.	5	45,60	228,00
QUADROS, Emérico Arnaldo. Psicologia e desenvolvimento humano . Petrópolis: Vozes, 2017.	1	30,00	30,00
QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir. Língua de sinais Brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004.	1	67,15	67,15
QUINTANEIRO, Tânia <i>et al.</i> Um toque de clássicos . Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.	5	41,31	206,55
RACHID, Alysson. Dominando ética . São Paulo Saraiva 2019.	5	39,99	199,95
RAIÇA, Darcy (Org.). Tecnologias para a educação inclusiva . São Paulo: Avercamp, 2008.	1	44,37	44,37
RAYO, José Tuvilla. Educação em direitos humanos rumo a uma perspectiva global . 2. Porto Alegre ArtMed 2013	1	58,20	58,20
REIGOTA, Marcos. O que é educação ambiental . 2. ed. Brasiliense: São Paulo, 2009. (Coleção: Os primeiros passos).	5	39,00	195,00
RENZULLI, Joseph S. et al. Escalas Renzulli: escalas para la valoración de las características de comportamiento de estudiantes superdotados . 2.ed. Salamanca: Amarú, 2001.	5	289,00	1.445,00
RIBEIRO, P. R. M. (Org.). Sexualidade e educação: aproximações necessárias . São Paulo: Arte & Ciência, 2004.	1	45,00	45,00

RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). Educação de Jovens e Adultos : novos leitores, novas leituras; Campinas: Mercado de Letras, 2001.	5	53,92	269,50
ROCHA, Maria Isabel Antunes. Educação do campo : desafios para formação de professores. São Paulo: Autêntica, 2009.	1	54,90	54,90
RODRIGUES, David. Inclusão e Educação : doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.	5	67,40	337,00
RODRIGUES, M.F. et al. A estimulação da criança especial em casa : entenda o que acontece no sistema nervoso da criança deficiente e como você pode atuar sobre ele. São Paulo: Atheneu, 2000.	1	159,00	159,00
RODRIGUES, Maria Helena Quaiati; CARVALHO, Milena Rodrigues. Práticas de educação ambiental : metodologia de projetos. Curitiba: Appris, 2016.	1	32,20	32,20
ROHDE, G. M. Epistemologia ambiental : uma abordagem filosófico-científica sobre a efetivação humana alopoiética. Porto Alegre: EDIPUCS, 1996.	5	18,19	54,57
ROMANELLI, Otaíza Oliveira. História da educação no Brasil . 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.	1	40,83	40,83
ROTTA, N.; RIESGO, R.; OHLWEILER, L. 2. ed. Transtorno de aprendizagem : abordagem neurobiológica e multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2016.	5	120,00	600,00
RUMMERT, Sonia Maria. Educação e identidade dos trabalhadores . São Paulo: Xamã, 2000.	1	26,00	26,00
SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima. Bilinguismo dos surdos : questões linguísticas e educacionais. Goiânia: Cânone, 2007.	1	39,00	39,00
SALLES, J. F.; HAASE, V. G.; MALLOY-DINIZ, L. Neuropsicologia do desenvolvimento : infância e adolescência. Porto Alegre: Artmed, 2016.	1	112,00	112,00
SANTOS, Clóvis Roberto dos. Política e Educação no Brasil . 2.ed. Campinas: Autores Associados, 1998.	1	30,83	30,83
SANTOS, M.P; PAULINO, M. M. (Orgs.) Inclusão em Educação : culturas, políticas e práticas. São Paulo: Cortez, 2006.	1	41,23	41,23
SANTOS, M.T.M. dos; NAVAS, A.L.G.P. Distúrbios de leitura e escrita : teoria e prática. São Paulo: Manoele, 2004	1	81,40	81,40
SATO, Michèle, CARVALHO, Isabel. Educação Ambiental : pesquisa e desafios. Porto Alegre: ArtMed, 2011.	1	61,99	61,99
SCHILLING, Flávia (Org.). Direitos humanos e educação : outras palavras, outras práticas. São Paulo: Cortez, 2005.	1	45,52	45,52
SCHWARTZMAN, José S.; ARAUJO, Ceres A. (Org.) Transtornos do Espectro do	1	235,45	235,45

Autismo. São Paulo, Memnon, 2011.			
SCOZ, Beatriz J. L. et al.. Psicopedagogia: o caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional. Porto Alegre: Artes Médica, 1990.	1	40,00	40,00
SERVA, Fernanda Mesquita. Extensão universitária e sua curricularização. Porto Alegre: Lumen Juris, 2020.	1	56,00	56,00
SEVERINO, Antônio Joaquim; FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Orgs.). Conhecimento, pesquisa e educação. Campinas: Papirus, 2001.	1	39,99	39,99
SHORE, R. Repensando o cérebro: novas visões sobre o desenvolvimento inicial do cérebro. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.	1	59,00	59,00
SILVA, Ana Beatriz Barbosa. Mentes inquietas: TDAH: desatenção, hiperatividade e impulsividade. [Rio de Janeiro]: Fontanar, 2009.	1	39,99	39,99
SILVA, Ana Paula Soares da; PASUCH, Jaqueline; SILVA, Juliana Bezzon. Educação infantil do campo. São Paulo: Cortez, 2010.	5	40,90	204,50
SILVA, Ezequiel Theodoro. Criticidade e leitura: ensaios. São Paulo: Mercado das Letras, 2003.	1	27,90	27,90
SILVA, S.; VIZIM, M. (Org.) Políticas públicas: educação, tecnologias e pessoas com deficiência. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.	1	36,08	36,08
SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 6. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. – PRECO: 38,43	5	38,43	192,15
SILVA, T.T. (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.	1	24,90	24,90
SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2007.	1	48,00	48,00
SISTO, Fermino F. et al. Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar. Petrópolis: Vozes, 1996.	1	70,10	70,10
SKLIAR, C. (Org.) A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2001.	1	39,90	39,90
SKLIAR, C. (Org.). Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 2006.	1	37,90	37,90
SKLIAR, Carlos. Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.	1	43,20	43,20
SMITH, D. Introdução à educação especial: ensinar nos tempos de inclusão. Porto Alegre: Artmed, 2008.	5	283,20	1.415,00
SOARES, L., GIOVANETTI, M.A., GOMES, N.L. (Org.). Diálogos na educação de	1	54,90	54,90

jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.			
SOARES, Leôncio (Org.). Aprendendo com a diferença: estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003.	1	42,90	42,90
SOARES, Leôncio. Educação de Jovens e Adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.	1	25,19	25,19
SOUZA, Maria Antonia de. Educação do campo: proposta e práticas do MST. Petrópolis: Vozes, 2012.	1	127,00	127,00
STAINBACK, Susan Bray; STAINBACK, William C. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.	1	111,90	111,90
TAVARES, Christiane Andradde Regis; FREITAS, Katia Siqueira de. Extensão universitária: o patinho feio da Academia? Jundiaí: Paco Editorial, 2016.	5	24,90	124,50
VALLE, J. W.; CONNOR, D. J. Ressignificando a deficiência: da abordagem social às práticas inclusivas nas escolas. Porto Alegre: AMGH, 2014.	1	269,90	269,90
VALLE, Lílian do. Escola imaginária. Rio de Janeiro: DP&A, 1996.	5	20,50	102,50
VEIGA, I. P. A.; D'ÁVILA, C. M. (Org.). Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2010.	5	116,00	580,00
VISCA, Jorge. O diagnóstico operatório na prática psicopedagógica. São José dos Campos: Pulso, 2008.	1	45,00	45,00
VYGOTSKY L. S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2015.	5	179,00	895,00
VYGOTSKY, L. S. A Formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2010	5	240,00	1.200,00
VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONT'EV, A. N., CIPOLLA NETO, J.. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 14. ed. São Paulo: Ícone, 2016.	1	64,00	64,00
WEISS, Maria Lucia W. Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.	5	32,40	162,00
TOTAL	683	18.136,70	45.848,88



INVESTIMENTO TOTAL

Item	Descrição	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	TOTAL
1	Recursos Humanos					
1.1	Docente	05 Doc. 41.863,00	05 Doc. 84.726,00	05 Doc. 125.589,00	125.589,00	377.767,00
2	Bibliografia					
2.1	Bibliografia	11.462,22	11.462,22	11.462,22	11.462,22	45.848,88
TOTAL		53.325,22	96.188,22	137.051,22	137.051,22	423.615,88



ePROTOCOLO



Documento: **PPCEDUCACAOESPECIALINCLUSIVA.pdf**.

Assinado por: **Ivone Ceccato** em 17/11/2020 15:26.

Inserido ao protocolo **17.076.663-6** por: **Ivone Ceccato** em: 17/11/2020 15:26.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
dbd803c7daf4ab49220c926b2f43690a.

ATA Nº. 08/2020

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E DA EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – CAMPUS DE PARANAGUÁ

Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e vinte, às nove horas, reuniram-se remotamente, pela plataforma virtual Teams, os membros do Conselho do Centro de Ciências Humanas, Biológicas e da Educação (CCHBE), da Universidade Estadual do Paraná – *Campus* de Paranaguá, sob a presidência da Diretora, professora Ivone Ceccato. Estiveram presentes os seguintes docentes: Daniela Zimmermann Machado, Elizabeth Regina Streisky Farias, Fábio Tadeu Vighy Hanna, Fernando Yudi Sakaguti, Cristian Pagoto, Leociléa Aparecida Vieira, Fabrícia de Souza Predes, Solange Maria Gomes dos Santos, Rafael Metri e Roseneide Cirino. Justificaram ausência os professores Florindo Wistuba Júnior, José Roberto Caetano da Rocha, e a representante discente, Andrieli dos Santos da Costa. A Diretora iniciou a reunião seguindo os itens da pauta. **1. Aprovação da Ata da Reunião anterior.** A Ata foi aprovada por todos os presentes. **2. Comunicações e Informes:** A professora Ivone iniciou as comunicações lembrando o término do calendário de 2020 e os procedimentos necessários para o desfecho, como preenchimento do livro de chamada, cumprimento de datas de exame. A Professora Roseneide esclareceu as dúvidas sobre os encaminhamentos de final de ano letivo. Encerrados os questionamentos, a Profa. Ivone apresentou, para ciência de todos os conselheiros, a proposta de vestibular que será publicada pelo reitor, o que resultou em novos questionamentos sobre como ingressam os alunos que terminam o Ensino Médio no final deste ano e não fazem ou farão ENEM ou fizeram vestibular nos dois últimos anos. Em seguida, foram discutidos os encaminhamentos para a montagem dos horários de aulas para o ano letivo de 2021, assim como a necessidade de montagem dos PADs e Planos de Ensino. **ORDEM DO DIA:** 3. Deliberação/aprovação de **alteração/atualização dos pré-requisitos de algumas das disciplinas dos cursos de Letras Português e Letras Inglês** do Colegiado de Letras. Protocolo: 16.987.586-3. Após apresentação feita pela Profa. Daniela sobre as razões da atualização dos pré-requisitos dos cursos, a alteração foi aprovada por todos os conselheiros. 4. Deliberação/aprovação da **Ascensão de Nível do Prof. Dr. Joacir Navarro Borges**, do Colegiado de História, de Adjunto B para Adjunto C. Protocolo: 17.030.748-8. A ascensão de nível foi aprovada por unanimidade. 5. Deliberação/aprovação do **Grupo de Pesquisa intitulado: “Biologia Reprodutiva, EcoFisiologia, Etnoecologia e Conservação de invertebrados marinhos e estuarinos com ênfase moluscos bivalves e equinodermos”**, da Profa. Dra. Yara A. G. Tavares do Colegiado de Ciências Biológicas/Colegiado PG PALI. Protocolo: 17.000.255-5. Exposto o propósito do Grupo de pesquisa pelo Prof. Rafael Metri, ele foi aprovado por unanimidade. 6. Deliberação/aprovação do **Projeto de Ensino intitulado: “Inovação no ensino de língua inglesa na educação básica: ações formativas em serviço e em pré-serviço, com vistas à melhoria do aprendizado”**, da professora Dra. Alessandra da Silva Quadros Zamboni do Colegiado de Letras. Protocolo: 17.014.209-8. O projeto de Ensino foi aprovado por todos os conselheiros. 7. Deliberação/aprovação do **PPC de Educação Especial**, proposto pelo Colegiado de Pedagogia. Protocolo: 17.076.663-6. Depois de apresentadas as motivações para elaboração da proposta de implantação do curso pelas prof^{as}. Elizabeth e Prof^a. Roseneide, enfatizada a demanda de um

Inserido ao Documento 106339 por Ivone Ceccato em: 14/11/2020 10:11. Assinado por: Daniela Zimmermann Machado em: 14/11/2020 10:28. Assinado por: Fernando Yudi Sakaguti em: 14/11/2020 10:43. Assinado por: Solange Maria Gomes dos Santos em: 14/11/2020 11:47. Assinado por: Cristian Pagoto em: 14/11/2020 12:41. Assinado por: Leocilea Aparecida Vieira em: 14/11/2020 12:48. Assinado por: Fabio Tadeu Vighy Hanna em: 14/11/2020 13:47. Assinado por: Ivone Ceccato em: 14/11/2020 13:51. Assinado por: Fabrícia de Souza Predes em: 14/11/2020 15:04. Assinado por: Rafael Metri em: 14/11/2020 19:58. Assinado por: Roseneide Maria Batista Cirino em: 15/11/2020 18:53. Para mais informações acesse: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> e informe o código: d3d62b91f9eb6840cc1f37350d4d18fa

Assinado por: **Ivone Ceccato** em 17/11/2020 15:51. Inserido ao protocolo **17.076.663-6** por: **Ivone Ceccato** em: 17/11/2020 15:50. Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código: **249191740a3175c1965617c5d517b9ec**.

43 curso com a proposta de trabalho voltada à inclusão social no litoral do Estado, o PPC foi
44 aprovado por unanimidade. 8. Deliberação/aprovação do **PPC de Licenciatura em Química**
45 proposto pelo Colegiado de Ciências Biológicas. Protocolo: 17.076.817-5. Além da apresentação
46 das motivações para elaboração da proposta de implantação do curso, sendo a mais importante
47 delas a enorme falta de profissionais na área, o Prof. Rafael Metri e a Profa. Roseneide
48 lembraram o histórico da elaboração da proposta, pelo prof. José Roberto, iniciado há alguns anos.
49 O PPC foi aprovado por todos os conselheiros. Nada mais havendo para deliberação, a Diretora
50 do CCHBE agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às dezesseis horas. A Ata,
51 depois de lida e aprovada, será assinada pela Diretora do CCHBE, Prof^ª. Ivone Ceccato, e por
52 todos os presentes.



ePROTOCOLO



Documento: **Ata08ReuniaoCCHBEde13denovembrode20201ASSINADA.pdf**.

Assinado por: **Ivone Ceccato** em 17/11/2020 15:51.

Inserido ao protocolo **17.076.663-6** por: **Ivone Ceccato** em: 17/11/2020 15:50.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
249191740a3175c1965617c5d517b9ec.

UNESPAR - CAMPUS PARANAGUA
CENTRO CIÊNCIAS HUMANAS BIOLÓGICAS E DA EDUCAÇÃO

Protocolo: 17.076.663-6
Assunto: Proposta do curso de implantação do curso de Educação Especial
Interessado: ELIZABETH STREISKY DE FARIA
Data: 17/11/2020 15:50

DESPACHO

DESPACHO - CCHBE

Ao Presidente da Comissão de Implantação de Novos Cursos da Unespar - campus de Paranaguá, Prof. Dr. Sebastião Cavalcanti Neto,

Encaminho, em anexo, o PPC de Educação Especial Inclusiva para os encaminhamentos necessários.

Informo que a proposta de implantação do novo curso foi aprovada pelo Conselho do Centro de Ciências Humanas, Biológicas e da Educação, em reunião realizada em 13 de novembro de 2020, conforme Ata em anexo.

Paranaguá, PR, 17 de novembro de 2020.

Profa. Dra. Ivone Ceccato
Diretorado CCHBE - Campus de Paranaguá
Portaria 1234/2019



ePROTOCOLO



Documento: **DESPACHO_1.pdf**.

Assinado por: **Ivone Ceccato** em 17/11/2020 15:51.

Inserido ao protocolo **17.076.663-6** por: **Ivone Ceccato** em: 17/11/2020 15:50.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
b366636a377fe11bb39be3a4c1bb8d36.

**UNESPAR - CAMPUS PARANAGUA
CENTRO CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

Protocolo: 17.076.663-6
Assunto: Proposta de implantação do curso de Educação Especial Inclusiva
Interessado: ELIZABETH STREISKY DE FARIA
Data: 20/11/2020 14:30

DESPACHO

Solicitamos encaminhamento ao Conselho de Campus.

UNESPAR - CAMPUS PARANAGUA
DIRETORIA GERAL

Protocolo: 17.076.663-6
Assunto: Proposta de implantação do curso de Educação Especial Inclusiva
Interessado: ELIZABETH STREISKY DE FARIA
Data: 07/12/2020 07:58

DESPACHO

Prezada,
O Curso de "Educação Especial Inclusiva" foi aprovado pelo Conselho de Campus, em reunião realizada em 25 de novembro de 2020, conforme ata, em anexo.
Dê-se prosseguimento no processo, encaminhando à PROGRAD para inserção na pauta do CEPE.
Paranaguá, 07 de dezembro de 2020.

Prof. Dr. Moacir Dalla Palma
Diretor Geral do Campus de Paranaguá



ePROCOLO



Documento: **DESPACHO_3.pdf**.

Assinado por: **Moacir Dalla Palma** em 07/12/2020 07:59.

Inserido ao protocolo **17.076.663-6** por: **Moacir Dalla Palma** em: 07/12/2020 07:58.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
c89d88aefe4e98c264084a439f7b7e67.

1 **ATA Nº 003/2020 DA REUNIÃO DO CONSELHO DE CAMPUS DA**
2 **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – CAMPUS DE PARANAGUÁ**

3 Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de dois mil e vinte, às treze horas e quarenta
4 minutos, reuniram-se de forma online, via *Google Meet*, os membros do Conselho de
5 *Campus*, da Universidade Estadual do Paraná – *Campus* de Paranaguá, sob a presidência
6 do Diretor, professor Moacir Dalla Palma, que deu início colocando em votação a pauta
7 da reunião, que foi aprovada por todos os membros do Conselho. **1. Aprovação da Ata**
8 **da reunião anterior:** na sequência, o Diretor também colocou em votação a aprovação
9 da ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade. **2. Comunicações e**
10 **informes:** **a.** Dando continuidade à reunião, o Diretor informou aos conselheiros, que
11 diversas licitações estão em andamento, dentre elas, duas grandes licitações relacionadas
12 aos R\$500.000,00 disponibilizados pelo Fundo Paraná. Boa parte dessa verba, cerca de
13 R\$414.000,00, será destinada à reforma e manutenção do *Campus*, como a troca das
14 janelas e de parte do telhado, bem como a adaptação elétrica para a instalação de ar-
15 condicionados. Outra grande licitação em andamento, esta via Pregão Eletrônico, será
16 realizada para a compra de poltronas para o Auditório “Luis Carlos dos Santos”. As obras
17 e compras das duas licitações deverão iniciar no começo de 2021. O Diretor destacou que
18 existe urgência na realização das licitações, visto que o prazo para o empenho é o dia 11
19 de dezembro. **b.** O Diretor também informou que o Fundo Paraná disponibilizou
20 R\$1.000.000,00 para a UNESPAR, destes, R\$125.000,00 para o *Campus* de Paranaguá,
21 que seriam destinados para manutenção e reforma do *Campus*. Porém, por uma falha de
22 comunicação por parte da Pró-reitoria de Administração e Finanças, que a princípio
23 informou que a solicitação do projeto deveria ser encaminhada via e-mail, esclareceu,
24 após cerca de duas semanas, que a solicitação deveria ser realizada via e-protocolo, e que
25 não haveria tempo hábil para a solicitação de projeto para manutenção e reforma. Sendo
26 assim, o Vice-diretor, Professor Luís Fernando Roveda, que havia assumido a Direção de
27 *Campus* durante as férias do Professor Moacir Dalla Palma, foi orientado, pelo Pró-reitor
28 de Administração e Finanças, de que esse recurso poderia ser utilizado para a compra de
29 equipamentos para o *Campus*, pois a própria PRAF estava em processo licitatório para a
30 compra de computadores, projetores e afins. Portanto, o *Campus* receberá, através dessa
31 licitação, computadores, projetores para os auditórios e antenas de *wi-fi*. **c.** O Diretor de
32 *Campus* comunicou que a Universidade recebeu do orçamento do Governo do Estado,
33 cerca de R\$900.000,00 para a manutenção e reparo dos *Campi*, sendo R\$90.000,00
34 destinados ao *Campus* de Paranaguá. Para a utilização desse recurso, a Direção solicitou
35 à Paraná PRED, a vinda de um fiscal de edificações até o *Campus*, a fim de realizar um
36 levantamento dos serviços necessários para reparos e manutenção do prédio. Esta visita
37 será realizada no dia 1º de dezembro. Como a Paraná PRED precisa realizar a visita ao
38 *Campus*, elaborar os documentos com os dados do levantamento, e encaminhar à Direção

39 de *Campus*, para enfim encaminhar à PRAF até o dia 11 de dezembro, é possível que esse
40 recurso acabe não sendo utilizado. Porém, o Diretor ressaltou que todos os esforços serão
41 feitos a fim de cumprir os prazos para a sua utilização. **d.** O Diretor de *Campus* também
42 informou que a única empresa a se candidatar para a locação de Marina para a guarda do
43 barco da instituição, encontra-se com irregularidades na documentação, e caso a empresa
44 não resolva essas pendências, o *Campus* deverá realizar outro processo licitatório para a
45 guarda desta embarcação. Enquanto isso, A Direção de *Campus* agendou uma reunião
46 junto ao Comando do Corpo de Bombeiros de Paranaguá, a fim de realizar um acordo de
47 guarda e utilização do barco da instituição. **e.** O Diretor comunicou que o estacionamento
48 da frota de veículos do *Campus* encontra-se em terreno alugado, e o proprietário solicitou
49 o referido terreno ao locador. Portanto, o contrato com o *Campus* foi rescindido, e
50 enquanto novo processo licitatório para estacionamento dos automóveis do *Campus* não
51 for realizado, o Coordenador Administrativo do *Campus*, agente universitário Paulo
52 Oliveira, em contato com o Delegado Geral da Polícia Civil de Paranaguá, efetuou um
53 acordo para que a frota de veículos do *Campus* permaneça no pátio da Delegacia da
54 Polícia Civil de Paranaguá. **f.** A professora Liliane Freitag questionou se as salas do curso
55 de História receberiam ar-condicionados, e o Vice-diretor de *Campus*, professor Luis
56 Fernando Roveda, informou que ainda não há previsão de compra de ar-condicionados
57 para todas as salas de aula, incluindo as salas do curso de História. O Diretor de *Campus*
58 explicou que os três ar-condicionados disponíveis, serão instalados nas salas do Bloco B,
59 por se tratarem das salas mais quentes da instituição, e enfatizou que um dos objetivos da
60 Direção, é de instalar ar-condicionado em todas as salas do *Campus*, até o fim da gestão.
61 **g.** O professor Fábio Hanna questionou a respeito da liberação de recursos para a compra
62 de equipamentos do laboratório do Colegiado de História, e o Vice-diretor de *Campus*
63 disse ter recebido notícia informal de que a PROGRAD está realizando levantamento para
64 a compra de equipamentos para o referido laboratório. O professor Fábio Hanna também
65 perguntou como a Direção poderia auxiliar em relação a essa demanda, e o Diretor de
66 *Campus* esclareceu que o procedimento nesse caso, visto que o Colegiado já efetuou
67 levantamento dos equipamentos a serem adquiridos, é enviar a solicitação à Direção de
68 Centro de Área de Ciências Humanas, Biológicas e da Educação, e esta encaminhar o
69 processo à Direção Geral de *Campus*, para que a demanda seja inserida no planejamento
70 de equipamentos a serem adquiridos. Não havendo mais comunicações, o Conselho
71 passou a deliberar a ordem do dia. **3. Deliberação/aprovação da proposta de criação e**
72 **do Projeto Pedagógico do curso de Bacharelado e Licenciatura em Psicologia.**
73 **Protocolo:17.088.647-0:** o professor Sebastião Cavalcanti Neto apresentou a proposta de
74 criação do curso de Bacharelado e Licenciatura em Psicologia, informando que a ideia
75 surgiu há cerca de dois anos, em conversas com os docentes da área de Psicologia do
76 *Campus*. O professor Sebastião salientou que após a criação da proposta do curso de

77 Enfermagem, o curso de Psicologia foi pensado considerando a falta de oferta e
78 possibilidade de demanda do curso no litoral, bem como o interesse da sociedade na
79 formação desses profissionais. A partir disso, a Direção de Campus nomeou um grupo de
80 trabalho, com a finalidade de elaborar propostas de novos cursos e que o projeto do curso
81 de Psicologia foi composto pelos professores Emérico Arnaldo de Quadros e Denise
82 Maria Vaz Romano, docentes efetivos da UNESPAR, professores Eduardo Alberto da
83 Silva e Magda de Oliveira Branco, docentes colaborados, professora Roseneide Maria
84 Batista Cirino, como Chefe da Divisão de Graduação, e professora Ivone Ceccato, como
85 Diretora de Centro de Área de Ciências Humanas, Biológicas e da Educação. O professor
86 Sebastião Cavalcanti Neto ressaltou que realizou algumas interferências durante a
87 elaboração do projeto, de modo que este contemplasse os interesses e aspectos políticos
88 para a aprovação do curso, por parte do Governo do Estado. O professor Sebastião
89 Cavalcanti Neto salientou que a aprovação pelas instâncias superiores da Universidade,
90 bem como a implantação do curso de Enfermagem, reforçará a aprovação do curso pelo
91 Governo do Estado, visto que serão cursos complementares. O professor Sebastião
92 esclareceu que o curso será ofertado em período integral, sendo bacharelado e
93 licenciatura, a fim de formar psicólogos aptos a ministrar aulas nas escolas, e também
94 agradeceu e parabenizou os docentes que participaram da elaboração do projeto. A
95 Diretora do Centro de Área de Ciências Humanas, Biológicas e da Educação, professora
96 Ivone Ceccato, agradeceu a dedicação e esforços dos professores responsáveis pela
97 elaboração do projeto, e salientou que o curso de Psicologia terá demanda e interesse por
98 parte da sociedade. O professor Emérico Arnaldo de Quadros informou que o projeto foi
99 realizado com colaboração de consultores da UEL e UEM, e o professor Eduardo Alberto
100 da Silva ressaltou que o projeto foi elaborado de forma a tornar o curso contemporâneo,
101 moderno e conciso. O Diretor Geral de *Campus* colocou a pauta em votação, e a proposta
102 foi aprovada por unanimidade. **4. Deliberação/aprovação da proposta de criação e do**
103 **Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Química. Protocolo: 17.076.815-5:**
104 O professor José Roberto Caetano da Rocha informou que desde o ano de 2012,
105 juntamente com docentes do *Campus* de União da Vitória, professores Gerônimo
106 Wisniewski e Sandra Regina de Moraes, iniciou a elaboração do Projeto Pedagógico do
107 Curso de Licenciatura em Química, porém, por impedimentos por parte do Governo do
108 Estado à época, não deu prosseguimento no PPC do curso. O professor relatou que este
109 ano retomou a elaboração do projeto, e levando em consideração a falta de docentes
110 formados na área de Química, de acordo com levantamento realizado pelos professores
111 Ellen Joana Nunes Cunha e Vicente de Paulo de Sousa, bem como pelo Núcleo Regional
112 de Educação, foi constatado que atualmente, muitos dos professores que ministram a
113 disciplina nas escolas, não tem formação na área. Desta forma, a carência de profissionais
114 na área de licenciatura em Química reforçou a necessidade da elaboração do projeto

115 pedagógico do curso. O professor José Roberto enfatizou que o curso deverá ser ofertado
116 em apenas um período, seja matutino ou vespertino, a fim de que os discentes possam
117 realizar outras atividades que um curso de período integral acaba impossibilitando. A
118 professora Ivone Ceccato reforçou que é evidente a falta de profissionais da área em nossa
119 região, e parabenizou a equipe responsável pela elaboração do projeto. A professora
120 Roseneide Maria Batista Cirino relatou que durante a elaboração do projeto do curso,
121 consultou por diversas vezes o Núcleo Regional de Educação, que sempre apoiou a
122 criação de novos cursos, como os que constam nesta reunião, com conteúdos modernos e
123 atuais, para atender a comunidade. O Diretor Geral de *Campus* colocou a pauta em
124 votação e a proposta foi aprovada por unanimidade. **5. Deliberação/aprovação da**
125 **proposta de criação do Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Educação**
126 **Especial Inclusiva. Protocolo: 17.076.663-6:** A professora Elizabeth Regina Streisky de
127 Farias relatou que para a elaboração deste projeto, foram utilizados, como referência, os
128 cursos de Educação Especial Inclusiva da Universidade Federal de São Carlos e
129 Universidade Federal de Santa Maria, por se tratar de duas instituições com as
130 publicações de maior relevância na área. A criação do curso surgiu da grande demanda
131 das escolas da região, bem como da lei da inclusão, que acaba exigindo uma formação
132 ampliada por parte dos pedagogos e demais profissionais da educação. A professora
133 também ressaltou que as disciplinas do curso serão voltadas à Educação Especial
134 Inclusiva, e o projeto foi elaborado com a finalidade de ser uma segunda licenciatura,
135 como complemento dos cursos de licenciatura já existentes no *Campus*. A professora
136 Roseneide Maria Batista Cirino destacou que o curso de Educação Especial Inclusiva,
137 atualmente, é ofertado predominantemente em instituições privadas, e apenas as duas
138 instituições públicas citadas oferecem a graduação de forma gratuita. O Diretor Geral de
139 *Campus* parabenizou as equipes responsáveis pela elaboração dos três projetos
140 pedagógicos dos cursos, e colocou a pauta em votação, sendo aprovada por unanimidade
141 **6. Homologação da aprovação Ad Referendum do Plano Anual de Atividades para o**
142 **ano letivo de 2021:** O Diretor informou que o Plano Anual de Atividades já foi
143 previamente encaminhado para a PROPLAN, e aprovado pelo Conselho Administrativo
144 da Universidade, visto que os Colegiados e as Divisões encaminharam seus Planos
145 Anuais de Atividades para a Direção de *Campus*. O Diretor Geral de *Campus* colocou a
146 pauta em votação e o Plano Anual de Atividades foi homologado por unanimidade. O
147 Vice-diretor de *Campus* informou que o professor Rafael Metri solicitou que se
148 comunicasse que o Mestrado em Ambientes Litorâneos e Insulares (PALI) foi
149 oficializado pela Universidade, com início previsto para o começo do ano letivo de 2021.
150 Nada mais havendo para deliberação, o Diretor Geral de *Campus* agradeceu a presença
151 de todos e encerrou a reunião às quinze horas e cinquenta minutos. A Ata, depois de lida
152 e aprovada, será assinada por mim, Marilyn Daianny de Pádua Barros, Secretária do



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ Campus de Paranaguá

Credenciada pelo Decreto nº 9538, de 05/12/2013 - D.O.E. 05/12/2013

Recredenciada pelo Decreto nº 2374, de 14/08/2019- D.O.E. 14/08/2019

Rua Comendador Correa Junior, nº 117 - Centro- CEP: 83203-560 - Fone: (41) 3423-3644

PARANAGUÁ - PARANÁ

<http://paranagua.unespar.edu.br>



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

-
- 153 Conselho de *Campus*, pelo Diretor de *Campus*, Prof. Moacir Dalla Palma, e por todos os
154 presentes.



ePROTOCOLO



Documento: **AtaN032020ConselhodeCampus25112020.pdf**.

Assinado por: **Moacir Dalla Palma** em 07/12/2020 07:59.

Inserido ao protocolo **17.076.663-6** por: **Moacir Dalla Palma** em: 07/12/2020 07:59.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
35a13650b2f3c12218c8f6fb872dc3de.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA
PRÓ-REITOR DE ENSINO E GRADUAÇÃO**

Protocolo: 17.076.663-6
Assunto: Proposta de implantação do curso de Educação Especial Inclusiva
Interessado: ELIZABETH STREISKY DE FARIA
Data: 14/01/2021 16:05

DESPACHO

Prezado Prof. Marcos Dorigão
Apresento o protocolado para a sua ciência e, providências.
Atenciosamente
Profa. Marlete Schaffrath

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA
DIRETORIA DE ENSINO**

Protocolo: 17.076.663-6
Assunto: Proposta de implantação do curso de Educação Especial Inclusiva
Interessado: ELIZABETH STREISKY DE FARIA
Data: 31/05/2021 10:19

DESPACHO

Devolvido à pedido.

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

CAMPUS DE PARANAGUÁ

PARANAGUÁ – PR

MAIO/ 2021

SUMÁRIO

1 CURSO	4
1.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	4
1.2 TURNO DE FUNCIONAMENTO E VAGAS	4
2 APRESENTAÇÃO	5
3 LEGISLAÇÃO DE SUPORTE AO PROJETO POLÍTICO DO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA	6
4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DO CURSO	8
4.1 CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO.....	8
4.1.1 Dados da Mantenedora	8
4.1.2 Dados da Mantida	8
4.1.3 Breve histórico da Instituição	8
4.1.4 Missão.....	9
4.1.5 Princípios	9
4.1.6 Objetivos e Metas	10
4.1.7 Contexto da Região: cenário cultural, socioeconômico e demográfico da região.....	11
4.1.8 Contexto da Educação Especial e Inclusiva no Litoral do Paraná	13
5 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	19
5.1 JUSTIFICATIVA	19
5.2 CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS	20
5.2.1 Objetivos.....	27
5.2.1.1 Objetivo geral	27
5.2.1.2 Objetivos específicos	27
5.3 METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	28
5.4 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	29
5.5 PERFIL DO PROFISSIONAL – FORMAÇÃO GERAL	31
5.6 CAMPO DE ATUAÇÃO	31
5.7 INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	32

5.8 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO	33
6 ESTRUTURA CURRICULAR – CURRÍCULO PLENO	35
7 DISTRIBUIÇÃO ANUAL/SEMESTRAL DAS DISCIPLINAS	41
8 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	45
9 DESCRIÇÃO DA PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO ... 92	
9.1 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO	92
10 CORPO DOCENTE	94
11 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	95
12 INFRAESTRUTURA DE APOIO DISPONÍVEL	97
12.1 RECURSOS HUMANOS PARA A ADMINISTRAÇÃO DO CURSO	97
12.2 RECURSOS FÍSICOS.....	97
12.3 RECURSOS MATERIAIS PARA A ADMINISTRAÇÃO DO CURSO.....	97
12.4 RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS	97
12.5 RECURSOS DE LABORATÓRIOS	97
13 CUSTOS DOCENTES/ANUAL	98
REFERÊNCIAS	99
ANEXOS	104
ANEXO A – REGULAMENTO DA PESQUISA DA PRÁTICA EM ESPECIAL IN- CLUSIVA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE LICEN- CIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA.....	104
ANEXO B – REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	130
ANEXO C – REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES	137
ANEXO D – REGULAMENTO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR – CAM- PUS DE PARANAGUÁ	146
ANEXO E – PLANILHA/COTAÇÃO DAS BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS E COMPLEMENTARES	149

1 CURSO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

CURSO	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA		
ANO DE IMPLANTAÇÃO	2021		
CAMPUS	PARANAGUÁ Rua Comendador Correa Junior, 117 – Centro 83203-560 – Paranaguá – PR		
CENTRO DE ÁREA	CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E EDUCAÇÃO		
CARGA HORÁRIA	H/A 4044 H/R 3370		
HABILITAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Licenciatura	<input type="checkbox"/> Bacharelado	<input type="checkbox"/> Tecnólogo
REGIME DE OFERTA	<input type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas anuais; <input type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas semestrais; <input checked="" type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas anuais e semestrais (misto)		
PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO	mínimo de 4 anos e máximo de 6 anos		

1.2 TURNO DE FUNCIONAMENTO E VAGAS

TOTAL DE VAGAS OFERTADAS ANUALMENTE	40 (quarenta)	
PERÍODO DE FUNCIONAMENTO/VAGAS POR PERÍODO	<input type="checkbox"/> Matutino <input checked="" type="checkbox"/> Vespertino <input type="checkbox"/> Noturno <input type="checkbox"/> Integral	Número de vagas: Número de vagas: 40 Número de vagas: Número de vagas:

2 APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Graduação Licenciatura em Educação Especial Inclusiva na formação inicial. Expõe o referencial teórico que consubstancia a proposta do curso, bem como, os marcos normativos legais emanados dos Conselhos Nacional e Estadual de Educação. Pauta-se, ainda, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores e em documentos que subsidiam a modalidade da Educação Especial em âmbito nacional.

Com base nos documentos legais delineou-se os princípios norteadores, a concepção, os objetivos, o perfil do profissional que se pretende formar. Apresenta-se, ainda, as políticas institucionais estabelecidas no PDI PPI UNESPAR (2018-2022), os princípios didáticos pedagógicos e os de integração entre ensino, pesquisa e extensão, aspectos que envolvem o corpo docente e discente, além da matriz curricular do curso, bem como, indicativos acerca dos recursos humanos e materiais necessários à formação do profissional licenciado em Educação Especial Inclusiva.

A comissão de trabalho constituída para a elaboração deste PPC é composta por professores efetivos e colaboradores do curso de Pedagogia e membros da comunidade externa, envolvendo o Núcleo Regional de Educação (NRE) Paranaguá e Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral de Paranaguá (SEMEDI).

A construção deste PCC, fundamentou-se na legislação específica para delinear a organização didático pedagógica, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores do Conselho Nacional de Educação nº 02/2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de professores da educação básica, e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) em específico no Art. 16. O qual estabelece que as licenciaturas voltadas especificamente para a docência nas modalidades de Educação Especial, Educação do Campo, Educação Indígena, Educação Quilombola, devem ser organizadas de acordo com as orientações desta Resolução e, por constituírem campos de atuação que exigem saberes específicos e práticas contextualizadas, devem estabelecer, para cada etapa da Educação Básica, o tratamento pedagógico adequado, orientado pelas diretrizes do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Trata-se de um projeto que visa atender as demandas da comunidade e, neste sentido, apresenta aspectos da realidade local, regional e brasileira, considerando as constantes transformações de acordo com as suas prioridades e estratégias estabelecidas.

3 LEGISLAÇÃO DE SUPORTE AO PROJETO POLÍTICO DO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

As legislações que dão suporte ao presente PPC são:

- Decreto nº 6.094, de 2007, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromissos Todos pela Educação.
- Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- Parecer CNE/CEB nº 6/2007, aprovado em 1º de fevereiro de 2007 - Solicita parecer sobre definição do atendimento educacional especializado para os alunos com necessidades educacionais especiais, como parte diversificada do currículo.
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que aponta para a escola de qualidade para todos. Brasília, janeiro de 2008.
- Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, que define a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura de formação de professores da Educação Básica em nível superior
- Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009 - Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.
- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)
- Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

Legislação Estadual

- Deliberação CEE-PR Nº. 04/2006: Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Deliberação CEE-PR Nº. 02/2009: Normas para a organização e a realização de Estágio obrigatório e não obrigatório na Educação Superior, na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Especialização Técnica de Nível Médio, no Curso de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, no Ensino Médio, nas Séries Finais do Ensino Fundamental, inclusive nas modalidades Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.
- Deliberação CEE/PR Nº 04/2013: Normas estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº 9.795/1999, Lei Estadual nº 17.505/2013 e Resolução CNE/CP nº 02/2012.
- Deliberação CEE/PR Nº 02/2015: Dispõe sobre as Normas Estaduais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.
- Parecer CEE CES – PR nº 23/2011: Inclusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como disciplina nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura, bacharelado, tecnologia e sequenciais de formação específica, em cumprimento ao artigo 3.º, do Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.
- Lei nº 18.419 de 07 de janeiro de 2015. Estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná.

Unespar

- Resolução nº 002/2018 – COU/UNESPAR. Estabelece a Política de Educação em Direitos Humanos da Universidade Estadual do Paraná – Unespar.
- Resolução nº 003/2018 – COU/UNESPAR Estabelece a Política Ambiental da Universidade Estadual do Paraná - Unespar.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DO CURSO

4.1 CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO

4.1.1 Dados da Mantenedora

Mantenedora	Universidade Estadual do Paraná – Unespar
CNPJ	75.182.808/0001-36
Endereço	Av. Rio Grande do Norte, 1525 – Centro
Cidade/Estado	87.701-020 – Paranavaí – PR
Fone	(44) 3423-8944
Reitora	Salete Paulina Machado Sirino

4.1.2 Dados da Mantida

Mantida	Universidade Estadual do Paraná – Unespar <i>Campus de Paranaguá</i>
CNPJ	05.012.896/0001-42
Endereço	Rua Comendador Correa Junior, 117 – Centro
Cidade/Estado	83203-560 – Paranaguá – PR
Fone	(41) 3423-3644
Diretor	Moacir Dalla Palma

4.1.3 Breve Histórico da Instituição

A Universidade Estadual do Paraná (Unespar) é uma instituição de ensino superior pública e gratuita, criada pela Lei Estadual nº 13.283, de 25 de outubro de 2001 com alterações dadas pela Lei nº 13.385, de 21 de dezembro de 2001 e pela Lei Estadual nº 15.300, de 28 de setembro de 2006, além de alterações postas pela Lei Estadual nº 17.590, de 12 de junho de 2013. Foi credenciada pelo Decreto nº 9.538, de 05 de dezembro de 2013 e reconhecida pelo Decreto nº 2.374, de 14 de agosto de 2019. A Unespar se configura como uma autarquia estadual de regime especial de direito público organizada em *multicampi* atendendo diversas regiões do Estado do Paraná.

É uma das sete universidades estaduais públicas com um total aproximado de doze mil estudantes e 955 professores, entre efetivos e temporários. Reúne sete faculdades estaduais pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino Superior: Escola de Música e Belas Artes do Paraná (Embap), Faculdade de Artes do Paraná (FAP), Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (Fecilcam), Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (Fecea), Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí (Fafipa), Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá (Fafipar), Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória (Fafiuvi) e Academia Militar do Guatupê (APMG).

A implantação da Unespar repercute em seis grandes regiões do Estado do Paraná. A região de Paranaíba, que abrange vinte e nove municípios com uma população de 263.088 habitantes. A região de Campo Mourão que abrange vinte e cinco municípios, conta com uma população de 323.304 habitantes. A região de Apucarana que congrega nove municípios e uma população de 285.476 habitantes. A região de União da Vitória abarca sete municípios e conta com uma população de 121.658 habitantes. A região Metropolitana de Curitiba abarca vinte e seis municípios e uma população de 3.168.980 habitantes e a região de Paranaguá que congrega sete municípios do litoral paranaense e conta com uma população de 256.933 habitantes.

A Unespar além de contar com estudantes de todos os municípios que abarcam as seis grandes regiões citadas, também recebe estudantes de outras regiões e de outros estados, se concretizando como uma universidade pública estadual de abrangência nacional.

A Unespar conta com setenta e um cursos de graduação e dezesseis Centros de Área, dez cursos de pós-graduação *stricto sensu* a nível de mestrado, sendo dois entre redes.

A Unespar *Campus* de Paranaguá conta com histórico de ensino superior nos Cursos de Bacharelado em Administração, Ciências Contábeis, Engenharia da Produção e Ciências Biológicas; e nos Cursos de Licenciatura em História, Letras, Matemática e Pedagogia. Durante os últimos anos de oferta vem se adequando às mudanças curriculares vigentes, sempre com a perspectiva de aperfeiçoamento dos profissionais formados que, com a implantação do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, contribuirá para a formação de professores nesta modalidade no Litoral Paranaense.

4.1.4 Missão

A Universidade Estadual do Paraná tem por missão gerar e difundir o conhecimento científico, artístico-cultural, tecnológico e a inovação, nas diferentes áreas do saber, para a promoção da cidadania, da democracia, da diversidade cultural e do desenvolvimento humano e sustentável, em nível local e regional, estadual, nacional e internacional.

4.1.5 Princípios

De acordo com o previsto em seu Estatuto, os princípios que regem a organização e a ação da Universidade Estadual do Paraná são:

- Universalidade do conhecimento e sua sistematização;
- Autonomia universitária;
- Gestão democrática por meio de eleições e representatividade, modelo *multicampi* e descentralização administrativa e operacional;
- Equidade de acesso e permanência ao ensino superior público, gratuito e de qualidade;

- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e cultura;
- Cooperação e integração entre os campi, setores, unidades, seções na execução das atividades meio e fim da universidade;
- Interação com o poder público e a sociedade civil para a formulação e controle social das políticas públicas nas diferentes esferas de governo (PDI, 2018-2022).

4.1.6 Objetivos e Metas

São objetivos institucionais da Unespar:

- a) Consolidar seu papel no desenvolvimento humano, social e integral e no desenvolvimento econômico em todos os níveis;
- b) Ampliar seus espaços de interlocução com a sociedade, particularmente nos campos da arte, cultura, saúde, cidadania e educação, dirigindo suas funções acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão para o atendimento a demandas sociais;
- c) Participar, em nível internacional, nacional, estadual e local, de fóruns de discussão e definição de políticas públicas no âmbito da inclusão social e da produção e difusão da ciência, da arte e da cultura, buscando sempre estruturar a participação discente;
- d) Estabelecer parcerias com órgãos governamentais, empresas e organizações da sociedade civil, para o desenvolvimento de programas de interesse mútuo e de impacto social;
- e) Reforçar sua integração com a rede de universidades estaduais, na coordenação de ações que visem o fortalecimento do sistema universitário público no Estado do Paraná;
- f) Assegurar alocação de recursos governamentais, por meio da articulação de suas representações nos diversos conselhos, comitês e organizações de fomento a projetos acadêmicos;
- g) Aperfeiçoar os recursos infraestruturas, materiais e financeiros, implementando estratégias para utilização plena da capacidade instalada;
- h) Fortalecer a atuação dos órgãos colegiados superiores na definição das macropolíticas institucionais;
- i) Promover revisão e atualização dos seus instrumentos normativos, de modo a favorecer o alcance de um novo patamar de qualidade no exercício de suas funções acadêmicas e na democracia interna da instituição;
- j) Estabelecer uma política de desenvolvimento de pessoas que considere a essencialidade dos agentes universitários e docentes para o cumprimento das atividades-fim da instituição;
- k) Implementar uma política de apoio ao corpo discente, baseada em equidade e justiça, incluindo ações nos âmbitos social, acadêmico e cultural;
- l) Implementar políticas acadêmicas de integração do ensino, da pesquisa e da extensão por meio de programas que envolvam, de forma indissociável, a produção e a socialização do conhecimento à formação dos acadêmicos;
- m) Promover a melhoria da qualidade do ensino, em todos os níveis;
- n) Diversificar as atividades de ensino, em níveis de graduação, de pós-graduação ou de extensão, ampliando as vagas nos cursos presenciais;
- o) Criar mecanismos que favoreçam o acesso à Universidade de grupos sociais tradicionalmente excluídos;
- p) Criar condições para estimular e fortalecer a pesquisa pelo incentivo ao desenvolvimento de programas inovadores, o intercâmbio com instituições nacionais e internacionais, a crescente qualificação de pesquisadores e grupos de pesquisa, bem como a divulgação do conhecimento produzido;
- q) Consolidar a extensão universitária como interface da Universidade com segmentos da sociedade e como espaço pedagógico de formação;
- r) Implementar uma política de democratização dos conhecimentos científicos, culturais e tecnológicos, por meio do fortalecimento de um sistema qualificado

- de bibliotecas e de acesso ampliado a redes e bancos de dados existentes e potencialmente disponíveis;
- s) Promover uma inserção qualificada da instituição no panorama acadêmico nacional e internacional, pela difusão da sua produção científica, técnica e artística;
 - t) Fomentar a realização de atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer;
 - u) Formar Profissionais habilitados ao exercício das carreiras públicas, profissões liberais, técnico-científicas, técnico-artísticas e de magistério, bem como de trabalhos de cultura geral;
 - v) Promover e estimular processos, sistemas e tecnologias, que contribuam para o desenvolvimento social;
 - w) Garantir o pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica (PDI, 2018-2022).

4.1.7 Contexto da região: cenário cultural, socioeconômico e demográfico da região

A área de abrangência da Unespar *Campus* de Paranaguá é composta pelos 07 (sete) municípios que compõem o Litoral do Paraná, sendo eles: Paranaguá, Antonina, Morretes, Guaraqueçaba, Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba.

A população, de acordo com o Censo de 2010, conta com 265.392 habitantes, com uma estimativa para 2015 de 286.602 habitantes. O IDH médio dos municípios é de 0,701, sendo o município de Guaraqueçaba o menor, com 0,587.

Quanto aos dados educacionais dos municípios litorâneos encontram-se dispostos na tabela a seguir.

Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matrícula inicial												
	Ensino Regular										EJA		
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA Presencial		
	Creche		Pré-escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental	Médio	
Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral				
PARANAGUÁ													
Estadual Urbana	0	0	0	0	0	0	8.822	81	4.858	36		1.864	1.489
Estadual Rural	0	0	5	0	6	0	107	0	20	0		0	0
Municipal Urbana	1.193	437	2.561	15	8.229	1.252	0	0	0	0		329	0
Municipal Rural	0	0	41	0	252	0	0	0	0	0		0	0
Estadual e Municipal	1.193	437	2.607	15	8.487	1.252	8.929	81	4.878	36		2.193	1.489
MORRETES													
Estadual Urbana	0	0	0	0	0	0	833	0	618	0		122	71
Estadual Rural	0	0	3	0	10	0	10	0	0	0		0	0
Municipal Urbana	178	0	257	0	677	0	0	0	0	0		6	0
Municipal Rural	0	0	168	0	521	0	256	0	0	0		0	0
Estadual e Municipal	178	0	428	0	1.208	0	1.099	0	618	0		128	71
MATINHOS													
Estadual Urbana	0	0	0	0	0	0	2.229	2	1.328	9		90	79
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	0
Municipal Urbana	793	0	1.033	0	2.816	0	0	0	0	0		41	0
Municipal Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	0
Estadual e Municipal	793	0	1.033	0	2.816	0	2.229	2	1.328	9		131	79
GUARAQUECABA													
Estadual Urbana	0	0	0	0	0	0	191	62	94	28		38	23
Estadual Rural	0	0	1	0	10	0	316	0	142	0		0	0
Municipal Urbana	0	57	17	25	253	0	0	0	0	0		0	0
Municipal Rural	0	0	113	0	295	0	0	0	0	0		0	0
Estadual e Municipal	0	57	131	25	558	0	507	62	236	28		38	23
GUARATUBA													
Estadual Urbana	0	0	0	0	0	0	2.009	0	1.348	0		136	120
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	113	0	61	0		0	0
Municipal Urbana	349	732	1.022	0	2.809	0	0	0	0	0		43	0
Municipal Rural	0	0	64	0	276	0	0	0	0	0		0	0
Estadual e Municipal	349	732	1.086	0	3.085	0	2.122	0	1.409	0		179	120
ANTONINA													
Estadual Urbana	0	0	0	0	0	0	804	136	567	0		142	114
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	134	0	70	0		0	0
Municipal Urbana	53	0	343	0	1.176	0	0	0	0	0		30	0
Municipal Rural	0	0	45	0	195	0	0	0	0	0		0	0
Estadual e Municipal	53	0	388	0	1.371	0	938	136	637	0		172	114
PONTAL DO PARANA													
Estadual Urbana	0	0	0	0	0	0	1.613	0	1.029	0		175	125
Estadual Rural	0	0	1	0	11	0	5	0	0	0		0	0
Municipal Urbana	625	0	677	28	1.822	133	0	0	0	0		12	0
Municipal Rural	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0		0	0
Estadual e Municipal	625	0	678	33	1.833	133	1.618	0	1.029	0		187	125

Fonte: INEP (2020)

Ainda sobre os dados educacionais cumpre ressaltar os dados sobre o Município de Paranaguá. Tal informação é importante para que seja explicitado os possíveis campos e demandas de atuação do professor licenciado em educação especial. Tais dados, referentes ao de 2019, são apresentados na tabela em sequência.

Etapas e Modalidades	Estudantes	Turmas	Capacidade de Matrículas
Ensino Fundamental 1/5 – Urbana	10.552	461	12.835
Ensino Fundamental 1/5 – Rural	276	66	269
Educação Infantil – Creches Municipais	1.671	129	1.778
Pré I – Creches municipais	1.120	69	1.339
Pré I nas Escolas do Campo/Colônias	12	6	22
Pré II nas Escolas do Campo/Ilhas	18	9	30
Pré II – Escolas Municipais	1.095	42	1.752
Pré II – Creches Municipais	419	27	463
Estudantes matriculados Ens. Fund. Especial	190	28	237
Estudantes matriculados EJA Ed. Esp.(seja)	435	16	-
Estudantes matriculados AEE	213	-	-
Estudantes matriculados em Classes Especiais	237	-	-
Estudantes matriculados na EJA	386	-	419
Total Geral de matriculados na Rede Municipal	16.624	853	19.144

Fonte: Dutra (2019, p. 40)

4.1.8 Contexto da Educação Especial Inclusiva no Litoral do Paraná

A educação especial na região do litoral do Paraná teve início segundo o movimento que acontecia em âmbito nacional na década de 1950, do século passado, com a criação das Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs). Em 1953, foram registradas na Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), sete escolas especiais, das quais cinco localizavam-se na capital e as demais na cidade de Londrina. Notadamente, a escola pública começou a se preocupar com a Educação Especial no ano de 1958, essa iniciativa se intensificou no ano de 1963, quando a Secretaria do Estado da Educação e Cultura instituiu o serviço de educação dos excepcionais.

Na região do litoral observaram-se as primeiras iniciativas no município de Paranaguá com a fundação da APAE que, como em todo o país, surge diante das dificuldades dos familiares de crianças com deficiência e famílias amigas ante a possibilidade de verem negadas a seus filhos, com necessidades especiais, uma perspectiva de socialização e uma vida mais integrada na sociedade. Conforme os dados históricos da APAE – Paranaguá, as professoras Nori Ache dos Santos e Zulma Salgado Moraes lutaram inicialmente, pela criação de uma escola para crianças especiais, entraram em contato com o Sr. Álvaro Barros que, na época, era presidente do Lions Clube de Paranaguá, solicitando que o mesmo fundasse a APAE de Paranaguá. Fato este que se concretizou em 29 de julho de 1968, sendo ele o primeiro presidente.

O ano de 1968 representou um marco na Educação Especial parnanguara, pois, por meio do Decreto nº 488, de 1º de julho foi criada a Escola Municipal da Criança Excepcional, por a qual inaugurada no dia 29 de julho do mesmo ano, entretanto, a referida escola só passou a funcionar, efetivamente, por meio do Decreto nº. 3.921, de 19 de setembro de 1977.

Embora o movimento pela educação especial tenha iniciado, em Paranaguá, pela APAE, iniciou, efetivamente, no ano de 1985, com a criação do atendimento à deficiência mental e do Centro de Estimulação Precoce. É neste contexto que surge a Escola de Educação Especial Maria Nelly Picanço, que foi fundada apenas em 18 de janeiro 1988; mantida pela APAE de Paranaguá e pertencendo ao maior movimento filantrópico do mundo e do Brasil, sob a responsabilidade da Federação Nacional das APAES.

Entre 1979 e 1987, foi criada o que hoje se conhece por “Profª. Eva Tereza Amarante Cavani”. Finalmente, em 11 de setembro de 1998, por determinação da Secretaria Estadual de Educação do Paraná, por meio da Resolução nº. 3.210, recebeu nova denominação: Escola Municipal de Educação Especial “Profª. Eva Tereza Amarante Cavani”.

Em 1981, iniciou em Paranaguá, o atendimento para surdos na Educação Especial, tendo como pioneira na atividade a Profª. Iara D’Albuquerque Maron, seguida pela Profª. Rosângela Valentim, na Escola Estadual Faria Sobrinho, na qual funcionou em sistema de classe especial, até dezembro de 1986 e no Colégio Estadual José Bonifácio, sob a responsabilidade de outros professores. Muitos alunos surgiram com a divulgação do programa de atendimento as pessoas surdas pelo Departamento de Ensino Especial e Núcleo Regional de Educação de Paranaguá.

No final de 1989, um grupo de pais, professores, amigos, pessoas da comunidade paranaguara e o Núcleo Regional de Educação resolveram criar uma associação para o atendimento ao surdo em Paranaguá. Com o apoio da SEED e participação de todos os envolvidos, sob o Decreto nº. 1.313, foi obtido o registro da Associação dos Colaboradores da Escola de Deficientes Auditivos (ACEDA), como Entidade Mantenedora, no cartório de registro de Títulos e Documentos da Comarca de Paranaguá, tendo como presidente a Srª. Maria Isameire Franzini e vice o Sr. Lourival da Luz Machado.

Em 5 de fevereiro de 1990, a ACEDA obteve o registro na SEED do Centro Especializado para Deficientes Auditivos de Paranaguá (CEDAP), conforme Resolução nº 377/90, da Prefeitura Municipal de Paranaguá. Durante a gestão do Sr. Prefeito José Vicente Elias, a ACEDA obteve a cessão em comodato do imóvel, então denominado de Centro Comunitário do Jardim Eldorado, sendo posteriormente, reformado e ampliado com verbas provenientes da SEED, FUNDEPAR, MEC e da comunidade em geral. Atualmente, a ACEDA tem a posse definitiva deste espaço físico, cedido pela Câmara Municipal.

Ainda em 1990, conseguiu-se, mediante a interferência de Dom Alfredo Novak, D. Bispo Diocesano de Paranaguá, a vinda das Irmãs da Pequena Missão para surdos – Congregação Religiosa de ordem italiana, com 140 anos de experiência nesta área de ensino, para atuarem na orientação pedagógica da escola e formação de surdos. No início de 1991 foi indicado o primeiro diretor do CEDAP, Professor Edison Sérgio Coelho que deu início as atividades pedagógicas da escola. Em agosto de 1991, chegaram para atuar na escola, as primeiras Irmãs da Pequena Missão, Irmã Ascenção

da Silva Clemente e como coordenadora pedagógica a Irmã Gila Di Renzoc. Devido a realidade dos educandos, foi implantado em 27 de abril de 1994, o Ensino Regular de 1ª a 4ª séries, por meio da Resolução nº 6.358/93 concedida pela Secretaria de Estado de Educação do Paraná. Em 2001, de acordo com a Deliberação nº. 03/98 do Conselho Estadual de Educação (CEE), o Centro Especializado para Deficientes Auditivos “Nydia Moreira Garcez” – Ensino Fundamental passou a se denominar Escola de Educação Especial para Surdos “Nydia Moreira Garcez” – Ensino Fundamental (SEMEDI – PARANAGUÁ).

Destaca-se aqui que a ampliação dos atendimentos ao público da Educação Especial foi sendo observado nos demais municípios da região com a criação de escolas vinculadas a APAE, sendo criada, 1989, em Antonina e Guaratuba, Matinhos em 1994 e no município de Pontal do Paraná, em 1999. Em Guaratuba foi constituída a Escola de Educação Especial Municipal a APADVG em 2008 e, no ano de 2011 é constituída a APAE de Morretes. Notadamente não há escolas especiais em Guaraqueçaba.

Importa considerar que naquele momento a então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá (FAFIPAR) de algum modo se envolvia no processo de formação de professores articulando para que chegasse à região os antigos cursos de estudos adicionais e cursos no formato de especialização em anos posteriores.

Notadamente, articulado ao movimento nacional a região do litoral, especificamente Paranaguá, passa à transição de um modelo exclusivamente segregado para um modelo mais integracionista, sendo o ano de 1982, marco do surgimento das classes especiais com o intuito de “resgatar” os alunos com dificuldades acentuadas na aprendizagem que estavam matriculados no Ensino Regular. Naquele contexto foi então criado o Centro de Triagem, Diagnóstico e Reabilitação de Paranaguá (CETRID), que visava a avaliação das crianças. Desse período até 1989, houve grande expansão dessas classes, embora já se ouvissem rumores sobre a inclusão escolar.

No início de 1997, foram incluídos os primeiros alunos de 5ª série, nas Escolas de Ensino Fundamental Regular, com atendimento no Programa de Apoio Educacional ofertado pelo CEDAP em contraturno. A partir de 2004 foi autorizado o funcionamento da primeira Sala de Recursos no Município de Paranaguá, na Escola Municipal Professor Manoel Viana, para atender alunos com problemas de aprendizagem e atraso acadêmico significativo, distúrbios de aprendizagem e/ou deficiência intelectual. Em 2006, novos programas foram implantados e efetivados para atender a diversidade das necessidades educacionais dos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino.

O processo de inclusão nas Escolas de Ensino Fundamental da Rede Regular vem se ampliando consideravelmente com a adesão e constituição do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a implantação das Salas de Recursos.

Em 2007 iniciaram as capacitações aos professores do Ensino Regular, pois neste período, já se encontravam incluídos quarenta e seis alunos com acompanhamento periódico do Departamento de

Educação Especial da SEMEDI. Em 2008, a SEMEDI investiu na formação continuada dos professores do Ensino Regular contratando a Empresa “Bom Jesus”, a qual capacitou em todas as áreas da deficiência os profissionais da Rede Municipal de Ensino. A SEMEDI continuou realizando Seminários, Oficinas e Encontros Descentralizados, por meio da sua equipe técnico-pedagógica da Divisão de Educação Especial.

Em 2010, considerando todo o processo de Inclusão e, ainda, no momento, frente à possibilidade do fechamento das Escolas Especiais, ofertou-se aos profissionais da Educação, o primeiro Curso de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). O intuito da capacitação era proporcionar aos profissionais o conhecimento das singularidades da Língua de Sinais, bem como, preparar os professores para atuar, enquanto agentes multiplicadores, nas Oficinas de Libras, tendo como foco dar noções da Língua gestual-codificada aos alunos ouvintes, considerando-a como a segunda Língua oficial do Brasil. Neste período, foram capacitados 247 profissionais da educação. De acordo, com a Resolução do CNE/CEB n° 4/2009 que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado, na Educação Básica, no município de Paranaguá foram abertas, em 2011, quinze Salas de Recursos Multifuncionais (AEE) em substituição a quatorze Classes Especiais a cinco Salas de Recursos, nessa mesma linha, seguiu-se a ampliação do processo de inclusão nos demais municípios da região.

Atualmente os dados da educação especial na região atendida pelo NRE de Paranaguá conta com uma demanda de 2.314 horas para suprimento de professores em escolas da Rede Estadual e 162 professores nas escolas especiais dos seis municípios atendidos. A região conta com um total 2.594 alunos compreendidos somente na Rede Estadual, se considerar os números de atendimentos nos municípios litorâneos, este o total se eleva. As áreas de atuação compreendem a deficiência visual cegueira e baixa visão, surdocegueira, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos do espectro autista (TEA), surdez, transtornos mentais, distúrbios de aprendizagem, altas habilidades/superdotação, deficiência múltipla, deficiência intelectual e deficiência auditiva. As Rede Estadual e Municipal conta com atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais I e II.

Esse contexto abre indicativos da demanda que se tem por profissionais e, conforme informações do próprio NRE, há demandas de aulas em aberto em escolas especiais e salas de recursos multifuncionais. Além disso, considera-se a relevância de difundir os conhecimentos nas áreas da educação especial, em específico, em algumas que vem apresentando demandas na região, tais como: guia-intérprete, deficiência visual (cego e baixa visão), auto descritor e ledor. Áreas estas que até, recentemente, eram atendidas somente pela Rede Estadual de Ensino e que agora passam ser atendidas também pela Rede Municipal de Ensino.

Logo, a proposição de um curso de licenciatura em educação especial inclusiva atende ao disposto nas leis brasileiras, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI)

(2015) quando reitera a urgência de se garantir formação aos professores para atuarem frente às necessidades educacionais especiais, além de estabelecer a importância de implantação e fortalecimento de sistemas inclusivos em todos os níveis de ensino.

Este fato implica novas demandas para o curso em questão ao passo que além da formação inicial, pode se configurar, também como um mecanismo de fortalecimento de processos de formação continuada, atendendo ao disposto nos Artigos 27 a 30 da LBI.

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I – sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II – aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III – projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

IV – oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;

V – adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

VI – pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

VII – planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;

VIII – participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;

IX – adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;

X – adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;

XI – formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;

XII – oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação;

- XIII – acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;
- XIV – inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;
- XV – acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;
- XVI – acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;
- XVII – oferta de profissionais de apoio escolar;
- XVIII – articulação intersetorial na implementação de políticas públicas.

§ 2º Na disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras a que se refere o inciso XI do caput deste artigo, deve-se observar o seguinte:

- I – os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras;
- II – os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras.

Art. 30. Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas as seguintes medidas:

- I – atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços;
- II – disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação;
- III – disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;
- IV – disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;
- V – dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade;
- VI – adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa;
- VII – tradução completa do edital e de suas retificações em Libras (BRASIL, 2015).

A proposição deste curso, funda-se, portanto, nas necessidades ensejadas nos dispositivos legais e, de igual importância, nas demandas apresentadas no contexto social local, no que diz respeito ao fortalecimento dos sistemas inclusivos pela articulação da tríade ensino, pesquisa e extensão.

5 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

5.1 JUSTIFICATIVA

A perspectiva da educação especial, tem mudado ao longo do tempo e é influenciada pelo contexto econômico, político e pedagógico em que está situado. Sendo assim, no contexto atual, não é possível restringir o estudo acerca da educação especial ao mero domínio técnico no trato de pessoas deste universo. É importante que se tenha claro que as políticas educacionais evoluíram, convidando a sociedade não só a respeitar e tolerar, mas, sim na perspectiva de garantir às pessoas com deficiências o direito à educação.

A perspectiva assumida pela Unespar - Paranaguá, é de uma educação especial inclusiva, que busca não só olhar para este universo, mas, acreditar que todo indivíduo, independente de sua condição de deficiência ou necessidades educativas especiais, pode aprender e evoluir, considerando a sua trajetória de vida, limitações e possibilidades.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2018-2022), da Unespar, indica a concepção alicerçada pela crença que todos têm direito à educação, cabendo à instituição a busca da quebra de barreiras arquitetônicas e atitudinais. Diante do contexto atual, de garantia dos direitos humanos, entende-se que a criação de um curso de licenciatura na Unespar - Paranaguá, justifica-se por um aumento significativo da inclusão de pessoas com deficiência nas instituições de ensino e a crescente demanda de formação de professores que compreenda as nuances que permeiam a política educacional da inclusão escolar, tendo claro que não é apenas pela inserção de um indivíduo em classes comuns, que a inclusão e a aprendizagem acontecerá.

Assim, a Unespar - Paranaguá, pretende com a criação do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, contribuir com o debate e com a busca de formação de professores que garanta uma compreensão da sociedade em que estão inseridos e, ao concluírem o curso, tenham os instrumentos necessários para uma prática pedagógica que atenda aos anseios da comunidade escolar. Justifica-se também, pela caminhada em prol dos direitos humanos e pela crença de que todos podem aprender.

Justifica-se, ainda, por atender o disposto na “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2008), a qual visa: assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (atualmente TEA) e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso com participação e aprendizagem no ensino comum; oferta do atendimento educacional especializado; continuidade de estudos e acesso aos níveis mais elevados de ensino; promoção da acessibilidade universal; formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado; formação dos profissionais da educação e comunidade escolar.

Desta forma, coerente com os princípios da instituição, a proposição para a implantação do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva em formação inicial, ainda, não existente no

litoral paranaense, contribuirá para inspirar uma política de formação de professores, coerente com o momento atual.

5.2 CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS

Por muito tempo as políticas e práticas educacionais no Brasil foram excludentes e visavam atender determinados grupos sociais. Assim, a educação enquanto direito, apesar de constar na Constituição Federal de 1988, é privilégio de poucos.

No que diz respeito à Educação Especial, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 4.024/61, em seu título X: “Da Educação de Excepcionais” traz em seus artigos 88 e 89 que a educação deveria enquadrá-los “no que for possível” ao sistema geral de educação a fim de integrá-los na comunidade. Além disso, ofertava incentivos ao sistema de ensino privado para que acolhessem estes sujeitos. Integração era um vocábulo bonito, mas, na ação educativa não tinha nenhum significado.

Foi somente, a partir da década de 1970, que um modelo educacional de integração, começou a ser desenhado devido a reivindicações de pais, profissionais da educação e pessoas com deficiência que clamavam pelo direito e oportunidade educativa semelhante aos demais sujeitos. “Possivelmente esse avanço foi decorrência da ampliação do acesso à escola para a população em geral, da produção do fracasso escolar e da conseqüente implantação das classes especiais nas escolas básicas públicas, na época predominantemente sob a responsabilidade dos sistemas estaduais” (MENDES, 2006, p. 397).

A respeito da integração neste período, Granemann (2005, p, 34), esclarece que

no que diz respeito à escola, são integrados somente os indivíduos que apresentam as condições e requisitos para adaptação em sala regular, classe especial ou instituições especializadas. A integração escolar é, portanto, um processo educativo-escolar, realizado no mesmo grupo de educandos, com e sem deficiências e/ou com necessidades educacionais especiais, durante parte ou totalidade do tempo de sua permanência na escola. Cabe lembrar que, no sistema integrativo, tais educandos estudam junto aos demais, mas não realizam as mesmas atividades e continuam sendo segregados, caso não acompanhem os demais.

Em 1973, o Ministério da Educação, criou o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), órgão que foi substituído em 1986 pela Secretaria de Educação Especial (SEESP), que tinha por intuito coordenar as ações da política educacional no país voltadas para as pessoas com necessidades especiais.

Na década de 1980 surgiram movimentos e fundou-se instituições em defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, mas o grande marco se deu com a promulgação da Constituição Federal (CF), em 1988. Conhecida como a “Constituição Cidadã”, ela traz em todos os capítulos que aludem sobre os direitos do cidadão e dos deveres do estado, artigos que contemplam as pessoas com deficiência. Quanto ao aspecto educacional, a Carta Magna destaca a igualdade de condições e garante a permanência na escola. Em seu art. 208, inciso III reza que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

A partir de 1990, as questões pertinentes à educação especial foram ampliadas no país e, em 1994, publicou-se a Política Nacional de Educação Especial que teve por intuito fundamentar e nortear o processo de educação das pessoas com deficiências, condutas típicas e altas habilidades.

Em 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), n. 9.394 e representou um avanço no que diz à Educação Especial, pois dedica a ela um capítulo (e, não mais, só artigos como nas duas anteriores) e, em seu artigo 58, reafirma o art. 208 da CF de que os educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação deve ser realizada, preferencialmente, na rede regular de ensino. O art. 59, da referida Lei prevê que

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996).

Percebe-se, assim, a necessidade de formar professor para atender a esta demanda, porém, a formação necessária deve contemplar diversas etapas e modalidades de educação, como compromisso de um projeto social amplo que assegure um processo inclusivo, conforme descrito no Art. 5º., item 2:

A formação dos profissionais do magistério (formadores e estudantes) como compromisso com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação (BRASIL, 2015).

Ressalta-se que não é suficiente incluir nos cursos de licenciatura, disciplinas que permitam o atendimento das pessoas com deficiência, pois sabe-se que a formação de professores acontece de forma fragmentada, por fatores macrossociais e de políticas educacionais. Nesta perspectiva, a formação para atuar com alunos com deficiência apresenta muitas dificuldades na prática.

A formação de professores precisa levar em consideração a prática concreta da escola, caso contrário, as práticas excludentes serão perpetuadas, culminando com o fracasso escolar. O desafio que se impõe é o de garantir educação de qualidade a todos, portanto, tratar de formação docente na perspectiva da inclusão, implica em refletir sobre a dinâmica social e a relação direta com o processo de formação e prática do professor.

Considera-se que o debate da formação de professores com vistas à inclusão, deve levar em consideração as influências dos organismos internacionais na formulação e nos encaminhamentos de políticas referentes à educação inclusiva no Brasil (TORRES, 2010).

Há que se considerar, também, que o professor tem um papel decisivo, a partir do momento em que ele se propõe a aprofundar o conhecimento teórico e a refletir sobre as experiências profissionais, tendo em vista a reconstrução de ações e intervenções que potencializam a inclusão de sujeitos (SILVA, 2014).

Neste sentido, é possível afirmar que, a formação de professores no Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, almeja o desenvolvimento profissional docente no que diz respeito à autonomia, às intervenções e às práticas, procurando de algum modo, estabelecer caminhos para assegurar não só o acesso, como também a permanência e o sucesso na aprendizagem do aluno com deficiência inserido no ensino comum.

Neste contexto, assume-se a concepção de que na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial é parte integrante da proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento, (TEA) e altas habilidades/superdotação e outros, que nestes casos implicam em transtornos funcionais específicos e, neste sentido, compreende-se que, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos por meio de práticas de ensino colaborativo.

Trata de uma área de formação que preconiza a transversalidade da modalidade de ensino especial desde a educação infantil até a educação superior; além da articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. Ainda, segundo o que recomenda o documento Políticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva tem-se a necessidade de que as atividades do AEE devem ser realizadas mediante a atuação de professor com formação especializada que, o habilite, entre outras coisas, ao desenvolvimento dos processos mentais superiores, ao ensino da Língua Brasileira de Sinais e da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação aumentativa e

alternativa, dos programas de enriquecimento curricular, adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, tecnologia assistiva e outros recursos e perspectivas do Desenho Universal para a Aprendizagem. Tal recomendação é consoante à defesa de um processo formativo que articule **pesquisa**, desenvolvida, t por meio da pesquisa da prática; o **ensino**, configurado pelos momentos de instrumentalização do acadêmico e a **extensão**, momento em que é oportunizado a vivência, com atuação protagonista, junto à comunidade.

Assim, a concepção assumida neste PPC pauta-se na articulação teoria e prática, pela indissociação da pesquisa, ensino e extensão. E, em atendimento a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 que trata da BCN-Formação de professores, o curso terá como um dos fundamentos as experiências práticas de qualidade que constituem parte essencial do programa de preparação profissional efetivo, com o intuito de preparar os estudantes para desempenhar papéis profissionais práticos e demonstrar as habilidades que eles devem ter ao desempenhar estes papéis. Assim, é esperado que as experiências de práticas se alinhem com o conhecimento e habilidades necessários ao núcleo comum e áreas de especialização de modo a atender o disposto na referida Resolução, em específico nos artigos 3, 4 e 5 os quais estabelecem,

Art. 3º Com base nos mesmos princípios das competências gerais estabelecidas pela BNCC, é requerido do licenciando o desenvolvimento das correspondentes competências gerais docentes.

Parágrafo único. As competências gerais docentes, bem como as competências específicas e as habilidades correspondentes a elas, indicadas no Anexo que integra esta Resolução, compõem a BNC-Formação.

Art. 4º As competências específicas se referem a três dimensões fundamentais, as quais, de modo interdependente e sem hierarquia, se integram e se complementam na ação docente. São elas: I - conhecimento profissional; II - prática profissional; e III - engajamento profissional.

§ 1º As competências específicas da dimensão do conhecimento profissional são as seguintes: I - dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los; II - demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem; III - reconhecer os contextos de vida dos estudantes; e IV - conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.

§ 2º As competências específicas da dimensão da prática profissional compõem-se pelas seguintes ações: I - planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens; II - criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem; III - avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e IV - conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades.

§ 3º As competências específicas da dimensão do engajamento profissional podem ser assim discriminadas: I - comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional; II - comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender; III - participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; e IV - engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar.

Art. 5º A formação dos professores e demais profissionais da Educação, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, tem como fundamentos:

I - a sólida formação básica, com conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; II - a associação entre as teorias e as práticas pedagógicas; e III - o aproveitamento da formação e das experiências anteriores, desenvolvidas em instituições de ensino, em outras atividades docentes ou na área da Educação. Parágrafo único. A inclusão, na formação docente, dos conhecimentos produzidos pelas ciências para a Educação, contribui para a compreensão dos processos de ensino aprendizagem, devendo-se adotar as estratégias e os recursos pedagógicos, neles alicerçados, que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao conhecimento (BRASIL, 2019).

Busca-se com isso uma concepção de educação especial na perspectiva inclusiva que visa romper com práticas e paradigmas que historicamente orientaram essa modalidade educacional. No contexto histórico a Educação Especial se apresenta, basicamente, em dois direcionamentos, marcada por distanciamentos (educação segregada) e aproximações (educação inclusiva) a depender do contexto político legal e, mesmo, o contexto social. No modelo segregado, a linha de referência para a atuação está no que se convencionou como “normal” ou estatisticamente mais frequente, baseada num modelo médico de deficiência, seu enfoque está nos aspectos clínicos, ou seja, no diagnóstico. O processo de inclusão ocorreria em função da capacidade de o aluno adaptar-se ao ensino regular.

Na direção oposta, a Educação Especial na perspectiva inclusiva, passa a constar na proposta pedagógica da escola, e transversal a todos os níveis etapas e modalidades da educação brasileira, destacando-se que na educação superior tal transversalidade no ensino implica a interação em todos os setores e serviços que a instituição oferta. Outro aspecto diferencial é que, nesta direção, essa modalidade educacional atua de modo complementar ou suplementar ao processo de escolarização em sala de aula. Advogando em favor de práticas coletivas e colaborativas, incondicional e irrestrita. Garante o direito de todos à educação, ou seja, à plena participação e aprendizagem, partindo do pressuposto de que a diferença é uma característica humana. O modelo que a fundamenta é o modelo social de deficiência, cujo foco está em promover acessibilidade pela remoção das barreiras sociais postas às Pessoas com Deficiência (PcD). Assim, a escola deve responder às necessidades e interesses de todos os alunos, com ou sem deficiência, partindo do pressuposto de que todas as pessoas aprendem diversificando estratégias pedagógicas para todos fundamentando-as na prática do ensino colaborativo e do Desenho Universal Aplicado à Aprendizagem (DUA).

A compreensão que, atualmente, se tem da Educação Especial encontra-se estreitamente vinculada às construções teóricas, relacionadas à questão do seu principal objeto de estudo e ao fenômeno da deficiência, que no presente enfrenta uma tensão significativa entre, no mínimo, duas posições teóricas divergentes: a concepção da deficiência enquanto patologia individual (modelo

médico), ou enquanto uma patologia social (modelo social).

Cada uma destas vertentes comporta, por sua vez, duas outras ramificações, dando origem, a pelo menos, quatro diferentes formulações teóricas, das quais se destacam: a abordagem biomédica, a abordagem funcional, a abordagem ambiental e a abordagem dos direitos humanos (RIOUX; VALENTINE, 2006). De uma síntese dos autores pode-se depreender que as formulações teóricas explicitam o modelo calcado na patologia individual, ou ainda, modelo médico. Tem-se então, uma abordagem biomédica em que o foco está nas características biológicas e, nesse sentido, as atenções estão para:

- O tratamento: por meio da medicina e da biotecnologia;
- A prevenção: por meio da intervenção genética ou biológica e
- A responsabilidade social: eliminar ou curar.

Ainda, calcado no modelo médico há a abordagem funcional cujo foco está nas consequências, capacidades e habilidades funcionais. Nesta abordagem, a prática visa:

- O tratamento: por meio da reabilitação e serviços;
- A prevenção: por meio do diagnóstico precoce e tratamento e
- A responsabilidade social: tornar a vida da pessoa melhor e providenciar conforto.

Nas formulações teóricas com enfoque na patologia social constata-se a abordagem ambiental para a qual as consequências advêm de fatores ambientais e da organização dos serviços. As práticas, nessa abordagem, visam:

- Ao tratamento, ou ainda, promover maior controle dos indivíduos, dos serviços e suportes;
- A prevenção por meio da eliminação das barreiras econômicas, sociais e psicológicas;
- A responsabilidade social, pretendendo eliminar as barreiras do sistema.

Atualmente, não menos importante a abordagem dos direitos humanos. Nessa abordagem, as consequências limitadoras são do modo de organização social e das relações entre o indivíduo e a sociedade. As práticas, neste contexto, preconizam:

- O tratamento: por meio da reformulação das políticas públicas, econômicas e sociais;
- A prevenção: por meio do reconhecimento de que as condições de *Disability* são inerentes à sociedade e
- A responsabilidade social, com o objetivo de promover políticas e garantia aos direitos sociais.

Conforme apresentado as formulações e abordagens em educação especial são plurais e, do mesmo modo, a gama de conhecimento desta área já que congrega conhecimentos de diversas disciplinas científicas, por isso é mister o fundamento na base de paradigmas múltiplos do pensamento científico social.

No entanto, para alcançar tal abrangência não se pode eximir de uma crítica ao conhecimento disponível em educação especial seus modelos e práticas concretizadas, a fim de examinar as perspectivas dos paradigmas das ciências biológicas, educacionais, sociais, políticas e culturais, cujo objetivo busque a formação de profissionais capazes de pensar e atuar de forma substancialmente diferente do que se faz hoje na profissão.

De ampla prevalência na Educação Especial, a abordagem biomédica e funcionalista tem sido alvo de intensas críticas direcionando os olhares para uma abordagem mais promissora que é a dos direitos humanos.

Para a abordagem dos direitos humanos a deficiência passa a ser concebida como uma consequência da organização social e das relações dos indivíduos com a sociedade em geral. Os aspectos políticos, legais e científicos, leva em consideração o ambiente particular, mas, sobretudo os fatores sistêmicos externos, que podem garantir, para alguns grupos de pessoas, a participação como iguais na sociedade.

O foco desta abordagem está em ampliar as possibilidades que todo o ser humano manifesta nas questões cognitivas, sensoriais e motoras, vistas como aspectos inerentes à condição humana e, toma como eventos esperados e não como motivos para limitar o potencial de pessoas com deficiência em contribuição à sociedade.

Pressupõe, portanto, que na medida em que os direitos avançam, as desigualdades diminuem; e que a diminuição das desvantagens econômicas e sociais é a forma de combater a discriminação contra pessoas com deficiências.

Isso exige a necessidade da oferta de bens, serviços e produtos sociais, pela promoção de suportes, apoio e dispositivos que permitam a integração econômica e social, a autodeterminação, e que garantam os direitos legais e sociais para as pessoas com deficiência. Trata-se de olhar as deficiências da própria sociedade no suporte humano diversificado e na emancipação de indivíduos em situação de desvantagem.

A educação é um dos direitos fundamentais que deve ser garantido a fim de reduzir desigualdades históricas, no caso de pessoas com deficiência e, por consequência, apresentarem necessidades educacionais especiais. Isso pressupõe como necessária a adoção de alguns mecanismos de diferenciação, associados aos mecanismos já institucionalizados pela cultura; a fim de se equiparar às condições de ensino para se chegar a uma igualdade de produtos, garantindo o acesso aos bens e serviços a todos (RIOUX; VALENTINE, 2006).

5.2.1 Objetivos

5.2.1.1 Objetivo Geral

Este PPC tem como objetivo geral:

- formar professores para atuar na Educação Especial na perspectiva inclusiva, em nível inicial e formação continuada.

5.2.1.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos deste PPC são:

- suscitar no acadêmico o reconhecimento do ser humano como um sujeito de direito, que pode conviver, aprender no espaço em que vive, bem como interferir na sociedade;
- oportunizar ao acadêmico a reflexão teórico-metodológica acerca das abordagens e concepções que girem em torno da deficiência e da Educação Especial;
- propiciar ao acadêmico, a compreensão da ação educativa, no espaço do ensino comum;
- possibilitar ao futuro professor a compreensão da prática educativa que se dá nos espaços/tempos de atendimento especializado em Educação Especial Inclusiva;
- instigar ao acadêmico a reflexão sobre a Educação Especial como prática complementar e suplementar pautada no ensino colaborativo e no Desenho Universal para a Aprendizagem;
- oportunizar a formação de profissionais em Educação Especial Inclusiva, alicerçada nos valores humanos e éticos;
- formar professores para atuar no Atendimento Educacional Especializado (AEE), conforme previsto na legislação brasileira;
- possibilitar ao acadêmico a problematização, análise e reflexão sobre o processo de construção da identidade docente na prática pedagógica na Educação Especial Inclusiva;
- subsidiar ao acadêmico conhecimentos que o auxiliem na compreensão das diferentes concepções pedagógicas e suas implicações no processo de ensino e de aprendizagem dos alunos público alvo da Educação Especial;
- instrumentalizar o acadêmico conhecimentos específicos em Libras, Sistema Braille, sorobã, orientação e mobilidade, utilização de recursos ópticos e não ópticos e Tecnologia Assistiva (TA);
- possibilitar ao acadêmico pesquisar e refletir sobre a prática pedagógica em Educação Especial, por meio, de estágios supervisionados no AEE realizado nas Salas de Recursos Multifuncionais, de modo transversal na Educação Básica.

5.3 METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Os pressupostos teórico-metodológicos assumidos neste PPC é consoante com a prática pedagógica articulada à formação integral do acadêmico. Para tanto, o eixo metodológico parte da articulação entre teoria e prática, na medida em que se entende que uma não se dá sem a outra.

Nesse direcionamento, os pressupostos teóricos relacionam-se aos desafios e demandas colocadas pela atual realidade atendendo os seguintes princípios: **domínio teórico-metodológico** dos paradigmas que analisam e explicam o fenômeno educativo em geral, permitindo a compreensão de sua natureza histórica e dos pressupostos que têm fundamentado a prática educativa em diferentes contextos espaço-temporais; **formação profissional ampla**, capacitando este profissional a atuar nos sistemas educacionais e nas funções pedagógica-administrativas da escola e de outras instâncias educativas que requeiram conhecimentos pedagógicos.

Esses princípios direcionam a formação dos profissionais em educação para a compreensão e análise crítica da prática educativa, permitindo a este sujeito atuar em diferentes dimensões do trabalho, quais sejam: a docência, a investigação, o planejamento e a gestão democrática. A necessidade de inserir o acadêmico no campo de atuação desde os primeiros anos do curso, direciona os esforços das práticas formativas à incorporação da tríade: ensino, pesquisa e extensão, na qual a pesquisa da prática pedagógica, bem como, as ações extensionistas se configuram como elementos necessários à formação do acadêmico.

A concepção metodológica, assumida neste PCC, pressupõe um processo de trabalho contínuo, coletivo e integrado na interlocução entre a comunidade acadêmica, além de promover a interdisciplinaridade ao passo que ao consolidar a tríade ensino, pesquisa e extensão se vislumbra práticas amplas em que as diversas área de saberes e conhecimentos acadêmicos se articulam em delineamentos diversos.

Assumir essa concepção requer dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, o alargamento das perspectivas teórico-metodológicas, permitindo a articulação entre pensamento e ação concreta, cuja finalidade suscite novas sínteses que apontem para diferentes possibilidades teórico-práticas, sem descartar o conhecimento já existente e, ao incorporá-lo, se busque a superação das condições dadas.

Os fundamentos que pautam a concepção metodológica assumida no âmbito deste PPC se traduzem na seguinte organização curricular:

- **Núcleo de Estudos Básicos** composto das seguintes unidades: Unidade dos Fundamentos de Educação e Educação Especial; Unidade de Fundamentos Didáticos em Educação Especial Inclusiva; Unidade de Pesquisa em Educação Especial Inclusiva e Unidade de Procedimentos Metodológicos e Suportes em Educação Especial Inclusiva.
- **Núcleo de Aprofundamento em Formação Docente e Gestão em Educação Especial Inclusiva:** Unidade de Gestão e Formação Docente.

- **Núcleo de Aprofundamento de Estudos Teórico-práticos:** Unidade da Pesquisa da Prática em Educação Especial Inclusiva de Estágio Curricular Supervisionado.
- **Núcleo de Estudos da Educação Especial Inclusiva e Diversidade:** Unidade de Educação Especial Inclusiva e Diversidade.
- **Núcleo de Estudos Integradores:** Unidade de Atividades Articuladoras.

5.4 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A avaliação deve ser compreendida de forma abrangente e, tem como responsáveis no processo de formação do estudante a instituição, centro de área, os docentes e os graduandos, assim, abrange elementos de reflexão, constitutivos do processo de ensino e aprendizagem e da gestão acadêmica como um todo.

O processo de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso (PCC) se dá por uma comissão do Núcleo Docente Estruturante (NDE), conforme a Resolução nº 002/2019, a qual institui o regulamento do Núcleo Docente Estruturante dos cursos de Graduação da Unespar, a qual está consoante aos preceitos e princípios disposto na Resolução Conaes nº 01 e Parecer nº 04, de 17 de junho de 2010 e na Portaria nº 1383 de 31 de outubro de 2017, com indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação (MEC). O NDE terá a incumbência de conceber, consolidar, atualizar permanentemente e atuar nos processos de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), objetivando a construção da sua identidade e para articular as necessidades de aprendizagem dos estudantes às políticas de saúde, educacional e institucional. Para tanto, no âmbito deste PPC é indicado os componentes do NDE provisório que contribuiram para a elaboração da referida proposta.

Como formas de avaliação dos acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, apresenta-se o processo de avaliação qualitativa, necessária para estabelecer diferentes modalidades avaliativas no decorrer da formação acadêmica. Assim, a avaliação se dá no âmbito da aprendizagem e no âmbito da instituição, na sua perspectiva interna e externa.

Em específico, no que tange à avaliação do ensino-aprendizagem destaca-se os pontos cruciais para o acontecimento deste processo, como a preocupação que a Instituição e o Curso de Educação Especial Inclusiva da Unespar *Campus* de Paranaguá, apresenta com a construção do conhecimento científico e a formação profissional, otimizando a inserção e a permanência futura no mercado de trabalho. Desse modo, oportuniza ao acadêmico o constante aprendizado na profissão e como ser humano dentro de uma sociedade para um bem maior.

Por meio da presente proposta de curso, será estimulada a realização de atividades avaliativas de forma processual, para professor e estudante, objetivando analisar, investigar e proporcionar resultados qualitativos (respeitando a subjetividade de cada estudante) e quantitativos (notas) quanto ao ensino e aprendizagem, considerando aplicações dos conceitos e teorias trabalhados no decorrer das disciplinas.

Considera-se o processo avaliativo como parte do processo de construção do conhecimento. As observações, provas, atividades de campo, atividades em grupo, exposições orais e escritas, visitas técnicas, entre outras, constituem o rol de atividades que caracterizam a avaliação processual, dinâmica e realizada no cotidiano, permeando o ensino e a aprendizagem. Esses instrumentos de avaliação se relacionam com as dimensões da avaliação formativa, reflexiva, processual e emancipatória, as quais tem sido discutidas e trabalhadas no Brasil por autores como Luckesi (2003), Vasconcellos (2005) e Saul (1988).

Segundo expresso no Projeto Político Institucional da Unespar (2018-2022), a avaliação é um momento que expressa a síntese relativa ao trabalho desenvolvido pelos professores e estudantes para a apreensão de um novo conhecimento. Ela deve articular e expressar “[...] a relação entre o cotidiano e o científico, o teórico e o prático, marcando uma nova relação com o conteúdo em relação ao que havia no início do processo, evidenciando um grau mais elevado de compreensão da realidade” (UNESPAR – PPI, 2018, p. 85).

Assim, compreende-se que a avaliação é um elemento complexo, porém, de grande relevância para o diagnóstico e melhoria da aprendizagem. Entende-se a necessidade de que esteja contemplada como prioritária e faça parte de discussões contínuas no momento de planejamento de ensino, estando integrada à organização da prática pedagógica e em consonância com as aspirações comunitárias, o projeto pedagógico, o currículo, as metodologias e os materiais didáticos utilizados.

A proposta de uma avaliação que supere a classificação e mensuração, em busca de garantias para a plena realização do ensino e aprendizagem aponta para

[...] uma concepção em que a avaliação não segue padrões e parâmetros rígidos, mas que é determinada por dimensões pedagógicas, históricas, sociais, econômicas e até mesmo políticas. Avaliar não é uma ação isolada, ao contrário é uma prática que está diretamente relacionada ao contexto em que se insere (SOUZA, 2003, p.131)

O processo de avaliação é totalmente conectado ao trabalho do professor, em suas atribuições como mediador do conhecimento sistematizado. Seus resultados possibilitam intervir e atuar diretamente para a aprendizagem do estudante, tendo em mente o caminho que ele percorreu no processo de aprendizagem. Nesse sentido, a avaliação deve orientar as práticas docentes e contribuir para repensar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos docentes, subsidiando a melhoria do curso.

O Estágio Supervisionado Obrigatório e as Atividades Complementares serão avaliados de acordo com regulamentos específicos, contidos neste Projeto. Serão respeitadas as especificidades e orientações que constam nas Diretrizes Curriculares Nacionais e documentos afins para cursos de graduação.

5.5 PERFIL DO PROFISSIONAL - FORMAÇÃO GERAL

O profissional formado no curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, deverá de acordo com o artigo 13 da Resolução CNE/CEB nº 04 de 2 de outubro de 2009, estar apto a:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (BRASIL, 2009).

5.6 CAMPO DE ATUAÇÃO

O acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da Unespar – *campus* de Paranaguá, deve estar em consonância com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva do Ministério da Educação, a qual menciona que o professor deve ter como base da sua formação inicial e continuada conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área.

Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado (AEE), aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos multifuncionais, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial (BRASIL, 2008, p. 18-19).

Desta forma, o profissional poderá atuar:

- na docência nos serviços de apoio pedagógico especializado nas escolas de ensino regular, ofertados a alunos que apresentem deficiências, transtornos do espectro autista, TGD, altas habilidades/superdotação; nos diferentes níveis da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio) e Ensino Superior, bem como na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Educação do

Campo;

- docência em instituições que ofertam ensino especial junto aos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades/superdotação;
- gestão escolar;
- serviços de apoio pedagógico especializado, ofertados em classes hospitalares, nos serviços de ensino itinerante, bem como, nos serviços de ensino domiciliar;
- assessoria e orientação à instituições públicas e privadas, empresas e famílias; e
- Ensino colaborativo e coensino.

5.7 INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um assunto relevante no contexto do sistema universitário expresso no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, o qual afirma que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

Neste contexto, o Curso de Educação Especial Inclusiva da Unespar - *Campus* de Paranaguá organiza-se de modo articulado às práticas de ensino, pesquisa e extensão na execução de projetos coletivos. Neste sentido, o incentivo à pesquisa científica, no âmbito da licenciatura em Educação Especial Inclusiva, constitui-se uma das práticas fundantes que possibilitará ao acadêmico o desenvolvimento de ações cognitivas de planejamento, da abstração, da racionalidade, da reflexão e da crítica.

Se desenvolverá por meio de pesquisa da prática pedagógica desenvolvida no AEE, na escola regular, na elaboração de TCC, na participação de projetos de Iniciação Científica (IC), entre outras práticas, nas quais estão presentes os fundamentos disseminados no ensino como subsídios inicial à prática de pesquisa. Ressaltando, que a política de pesquisa da Unespar prevê o fornecimento de bolsas de Iniciação Científica com fim de engajar docentes e discentes no âmbito da pesquisa acadêmica.

Quanto à articulação do ensino, pesquisa e extensão, destaca-se que a extensão, de acordo com o Plano Nacional de Educação (Lei 13.005 de 2014), é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. Assim, a prática de extensão deste PPC possibilita, por um lado, o acesso dos acadêmicos junto à comunidade e, por outro lado, a reelaboração e ressignificação das práticas vivenciadas no seio comunitário à luz dos subsídios teóricos, disseminados no ensino e na pesquisa.

Ressalta-se, contudo, que a extensão como componente curricular, pressupõe o engajamento

protagonista do acadêmico diante das demandas da comunidade. Neste direcionamento, a creditação do processo formativo se dará pela participação do acadêmico, em projetos interdisciplinares extensionistas ao longo do curso. Cumpre, ressaltar, que no âmbito da licenciatura em Educação Especial Inclusiva, a extensão se dará da seguinte forma:

- pela participação do acadêmico em projetos desenvolvido pelo corpo docente em protagonismo com o corpo discente;
- pela participação do acadêmico em eventos, ações comunitárias, feira de profissões, dentre outras.

Todas estas ações visam contribuir para a formação do acadêmico, a difusão e democratização do conhecimento e a consolidação da tríade ensino, pesquisa e extensão.

5.8 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A Resolução nº 005/2015 rege o regulamento da comissão própria de avaliação (CPA) da Unespar, conforme o Art. 1º o processo de avaliação interna ou autoavaliação da Unespar será coordenado pela CPA, designada por portaria do reitor, de acordo com a legislação vigente e, conforme, processo de constituição estabelecido no Regulamento.

A avaliação conduzida pela CPA deverá ser norteada pelos princípios da exequibilidade, da fidedignidade, da transparência e da ética (Art.5º), e tem como objetivo geral coordenar o processo interno de avaliação institucional, promovendo a sistematização das informações para fins de orientação do planejamento estratégico da Unespar, o suporte às unidades administrativas e pedagógicas e o atendimento às solicitações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O processo de avaliação institucional visa subsidiar a comunidade acadêmica para o planejamento e a tomada de decisões no processo de melhoria da qualidade, nas diversas dimensões da ação universitária, em consonância com as atuais demandas científicas e sociais; desenvolver uma cultura de avaliação, na instituição, orientada por um processo participativo, formativo, reflexivo e sistemático sobre a realidade institucional.

Além disto, impulsiona um processo partilhado de produção de conhecimento sobre a instituição, com fins de possibilitar revisões contínuas e constante organização, consolidação e reformulação das práticas acadêmicas, tendo como referência o PDI, o PPI e os Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Esta dinâmica busca atender às orientações e aos princípios do SINAES, do Conselho Estadual de Educação (CEE), da Comissão Estadual de Avaliação (CEA) e da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SETI), nos processos de avaliação da instituição, tanto interna quanto externa e nas avaliações dos cursos de graduação, entre outros.

Neste contexto, o processo de avaliação conduzido pela CPA da Unespar terá como metas:

- I- A sua contínua construção visando à consolidação de um significado comum de universidade, considerando os aspectos sociais, políticos, filosóficos e éticos da ação e da gestão educativa;
- II- A vivência de uma cultura de avaliação e reflexão constante e sistematizada sobre a realidade institucional;
- III- a crítica contínua da ação educativa na busca de maior clareza, profundidade e abrangência;
- IV- A sedimentação de um sistema de informação e divulgação de dados da avaliação, ágil e preciso, a respeito dos diferentes segmentos da Universidade, garantindo a democratização das ações;
- V- O estabelecimento de metodologias que sejam as de perspectiva quantitativo-qualitativa, que permitam gerar um acervo de informações significativas, para a construção de indicadores discursivos e estatísticos, relevantes para o diagnóstico e autoconhecimento, com vistas à melhoria da qualidade de ensino, pesquisa e extensão;
- VI- A criação de mecanismos a serem implementados no processo avaliativo, bem como suas formas de sistematização e análise dos resultados obtidos;
- VII- a divulgação de informações sobre o desempenho e a percepção da UNESPAR, intra *campus* e entre *campi*, oferecendo elementos que permitam o redimensionamento de políticas pedagógicas e de gestão acadêmico administrativa (UNESPAR, 2015).

Além da avaliação institucional interna, conduzida pela CPA, há a consonância com as diretrizes propostas pelo SINAES (2004). A partir das informações obtidas com o SINAES é possível orientar a eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, com isso, auxiliar nas decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições. Importa destacar que os resultados da avaliação externa também inferem no processo de avaliação interna e no próprio processo de ensino aprendizagem.

Nesse sentido, constituem-se em objetivos específicos da CPA/Unespar:

- I - Estabelecer metodologias que sejam as de perspectiva quantitativo-qualitativa, que permitam gerar um acervo de informações significativas, para a construção de indicadores discursivos e/ou estatísticos, relevantes para o diagnóstico e autoconhecimento, com vistas à melhoria da qualidade de ensino, pesquisa e extensão.
- II - Elaborar os mecanismos a serem implementados no processo avaliativo, bem como suas formas de sistematização e análise dos resultados obtidos.
- III - Fornecer ao corpo diretivo informações sobre o desempenho e a percepção da Unespar, por meio de seus Campi construindo elementos que permitam o redimensionamento de políticas pedagógicas e de gestão acadêmico-administrativa (UNESPAR, 2015).

No âmbito da Unespar, como já assinalado, o processo de avaliação está consolidado a partir da regulamentação da CPA a qual foi criada pela Resolução nº 005/2015, de 22 de setembro de 2015, com primeira composição oficializada com a Portaria 354/2016, quando os membros designados deram início aos trabalhos da comissão, realizando reuniões para discutir e estabelecer o fluxo de trabalho. A partir das definições de fluxos e processos iniciou-se a consolidação das comissões locais

e, atualmente, o *Campus* de Paranaguá conta com a composição dada pela Portaria nº 023/2019, a qual explicita os membros que a compõe, sendo eles dos diversos colegiados, bem como representantes da sociedade civil organizada.

6 ESTRUTURA CURRICULAR – CURRÍCULO PLENO

A organização deste PPC e, por sua vez do currículo a ser desenvolvido no curso, toma como ponto de partida a necessidade de acompanhar as diferentes demandas produzidas pelas reconfigurações políticas propostas nas últimas décadas e na reorganização do próprio campo da educação especial, que tiveram início na década de 1990 se intensificando no início dos anos 2000 e, direcionando para a formulação de uma proposta de educação especial na perspectiva inclusiva, com destaque ao documento Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

Este PPC responde às demandas de ordem legal em vigência em nível estadual, regional e nacional, que indicam a preocupação com a formação de professores de educação especial, por essa Instituição de Educação Superior (IES). Além das demandas específicas da área da Educação Especial, essa proposta está em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96 e com a Resolução CNE/CP nº 02, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

Nesse sentido, este documento busca a efetivação do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2018/2022) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) (2018/2022) da Universidade Estadual do Paraná na meta que visa o aprimoramento/ampliação dos processos formativos ofertados pela IES. Atentando para atender as demandas de ensino, pesquisa e extensão na promoção de oportunidades de aprendizagem para os acadêmicos. A implementação das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão estão vinculadas às novas demandas da área, haja vista, que buscam a inserção dos acadêmicos na realidade educacional, através da pesquisa e de ações de extensão, também explicitadas nas disciplinas que compõem a matriz curricular.

Os frutos dessas atividades são integrados ao cotidiano das salas de aulas no Curso, considerando que auxiliam na contextualização, na visão interdisciplinar e abrangente que o Curso se propõe. O projeto com essa configuração curricular visa a qualificação da formação de recursos humanos em Educação Especial para a Educação Básica, porém, não deixa de contemplar os demais espaços de abrangência do campo da Educação Especial.

Nesse contexto, a compreensão que se tem de formação teórico prática do licenciado em educação especial implica o redirecionamento da formação articulada ao ensino, pesquisa e extensão situando como *locus* formativo o contexto onde se dão as relações de aprendizagem e desenvolvimento dos sujeitos apoiados pela educação especial e, não mais, na condição da deficiência primária. Trata-se de um olhar para além da formação no espaço acadêmico já que prima por processos formativos que consolide habilidades, ao egresso, para atuar em diferentes espaços educacionais.

Deste modo, o currículo em questão viabiliza por meio dos eixos formativos: **Formação geral:** explicita os fundamentos gerais da educação e educação especial com o fim de possibilitar o aprofundamento teórico do acadêmico em abordagens relacionadas à Educação Especial Inclusiva e ao professor da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O eixo **Formação específica,** vislumbra conhecimentos teóricos práticos acerca de conteúdos e metodologias aplicados ao ensino, referentes à Educação Especial Inclusiva. Quanto ao eixo **Formação pedagógica,** aborda a formação política, crítica e didático-pedagógica com vistas ao domínio da forma e conteúdo da educação especial inclusiva. O eixo **Formação complementar,** tem a finalidade de propiciar ao acadêmico conhecimentos referentes à diversidade cultural e da inclusão, do manejo e habilidades em relação a alguns conhecimentos da tecnologia educacional, noções de gestão educacional, leitura e produção textual, e o direcionamento do acadêmico para a prática das pesquisas em educação. É no eixo **Formação para ênfase e aprofundamento,** que serão abordadas temática referentes à gestão educacional, contemplando a participação no planejamento, execução e avaliação do ensino e de projetos pedagógicos, na esfera da instituição escolar e das políticas educacionais. Ainda, o currículo está configurado pelo eixo dos **Conteúdos de estudos integradores,** cuja finalidade consiste em colocar em pauta temas atuais no campo educacional, possibilitando a integração entre as diferentes disciplinas de cada núcleo.

Quanto às práticas, este currículo está organizado de modo a propiciar a articulação da pesquisa à prática escolar, por isso está denominado como **Pesquisa da Prática em Educação Especial Inclusiva.** A prática, enquanto componente curricular, será desenvolvida de modo articulado ao estágio supervisionado, por isso está definida como: Práticas de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva I, II e III.

É mister salientar de que no âmbito da BNC 2019 a prática se constitui como componente curricular e, ao articularmos com o estágio supervisionado propicia ao formando em licenciatura em Educação Especial, desde o início da sua formação, a articulação da teoria com a prática, enfatizando com os conteúdos previstos no processo formativo dos grupos I e II da BNC e aos conteúdos relacionados à Educação Especial com a vivência nos campos e espaços em que essa modalidade educacional se desenvolve.

Com relação ao **Estágio Curricular Supervisionado**, este envolve tanto a formação para o magistério da educação infantil, como dos anos iniciais do ensino fundamental e da gestão educacional da Educação Especial Inclusiva. Com a mesma importância dos eixos apresentados até o momento o eixo **Atividades Complementares** tem a finalidade de propiciar o enriquecimento didático, curricular, científico e cultural. Portanto, o Currículo está organizado de forma a consolidar a articulação entre os núcleos os quais estão definidos por: **núcleo de estudos básicos; núcleo de aprofundamento de estudos em gestão; núcleo de aprofundamento de estudos teórico-metodológicos; núcleo de estudos da educação e diversidade e núcleo de estudos integradores.**

Outro ponto a ser destacado sobre o currículo refere-se ao fato de ter na organização a disciplina de Tópicos Especiais para a formação docente, na qual será abordado temas transversais dentre eles: Educação, Diversidade e Relações étnico-raciais; Educação do Campo; EJA e educação em Direitos Humanos. Além disso, buscou-se contemplar atividades no modelo semipresencial no percentual de 20%, distribuídas em diversas disciplinas do currículo. Também está previsto o cômputo de 10% da carga horária de curso destinadas às práticas extensionistas, as quais serão desenvolvidas em projetos extensionistas interdisciplinares que buscam articular conteúdos de várias disciplinas do currículo aos contextos da comunidade. Estão estabelecidas na matriz curricular horas destinadas às atividades teóricas, práticas e semipresencial, além de horas destinadas aos projetos extensionistas.

Este currículo responde ao disposto na Resolução 02/2019, nos Artigos 10 e 11 da referida Resolução no que estabelece o mínimo 3200 (três mil e duzentas) horas considerando a necessidade de se desenvolver as competências específicas da formação para a atuação na modalidade da educação especial inclusiva com a seguinte distribuição da carga horária: I - Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais. II - Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos. III - Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas: a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora; e b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora. Há, também, no currículo disciplinas que possuem pré-requisitos e, disciplinas como o TCC, que só pode ser defendido quando da matrícula no quarto ano e sem dependência em anos/séries anteriores. É também, previsto neste PPC o cômputo de 200 horas destinadas às atividades complementares que, assim como estágio e TCC tem regulamentos próprios apresentados como anexos nests PPC. Por fim, o delineamento curricular está, devidamente, apresentado nas tabelas em sequência.

DESDOBRAMENTO DAS ÁREAS EM DISCIPLINAS				
Núcleos	Código	Nome das Disciplinas	C/H (horas relógio)	C/H (horas aula)
1. de Formação GERAL (de acordo com a diretriz nacional)		Educação Especial, marcos fundamentais: da exclusão à inclusão	60	72
		Políticas Educacionais e funcionamento da Educação Especial	60	72
		História da Educação	60	72
		Filosofia da Educação	60	72
		Sociologia e Antropologia da Educação	60	72
		Psicologia da Educação	60	72
		Aprendizagem e Cognição	90	108
		Avaliação institucional e da aprendizagem	60	72
		Didática I e Desenho Universal para a Aprendizagem	90	108
		Didática II: PEI e Ensino Colaborativo	90	108
		Tópicos em Currículo em Educação Especial Inclusiva	60	72
		Processos Investigativos em Educação Especial Inclusiva	60	72
		Apoio educacional especializado – Educação Infantil	60	72
		Apoio educacional especializado: Ensino Fundamental I e II	60	72
		Apoio educacional especializado: Educação Superior	60	72
		Apoio educacional especializado – Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos	60	72
	Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência auditiva	60	72	
	Procedimentos de Ensino em Educação Especial: deficiência intelectual	60	72	
	Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência física	60	72	

		Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência visual.	60	72
		Procedimentos de ensino em Educação Especial: altas habilidades/ superdotação	60	72
		Procedimentos de ensino em Educação Especial: Transtornos Globais do Desenvolvimento e Transtorno do Espectro Autista	60	72
		Procedimentos de ensino em Educação Especial: Transtornos Específicos	60	72
		Procedimentos de ensino em Educação Especial: Surdocegueira	60	72
		Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Especial Inclusiva	90	108
		Libras	60	72
Subtotal			1.680	2.016
2. de formação DIFERENCIADA (Forma o perfil específico de cada <i>campus</i>)		Leitura e Produção de Texto	60	72
		Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação aplicadas à Educação Especial Inclusiva	60	72
		Dificuldades de Aprendizagem	60	72
		Curricularização da Extensão Universitária	30	36
		Educação de Jovens e Adultos	30	36
		Alfabetização e Letramento	30	36
		Educação Ambiental	30	36
		Fundamentos da Educação do Campo	30	36
		Tecnologias Assistivas	30	36
		Ética e Educação Especial Inclusiva	30	36
		Educação em Direitos Humanos	30	36
		Jogos e Brincadeiras na Educação Especial Inclusiva	30	36
		Aspectos bio-psicossociais das deficiências	30	36
	Arte e Educação Especial Inclusiva	30	36	
	Educação, Diversidade e Relações Étnico-Raciais	30	36	
	Educação, Diversidade de	30	36	

		Gênero e Educação Sexual		
Subtotal			570	684
3. Disciplinas Optativas (opção individual, escolhida pelo aluno dentre as disciplinas ofertada pelo curso)		OPTATIVA I		
		OPTATIVA II		
		OPTATIVA III		
		OPTATIVA IV		
		OPTATIVA V		
		OPTATIVA VI		
Subtotal (neste campo, apesar do PPC elencar um rol de disciplinas optativas, o subtotal deve considerar apenas o exigido para cumprimento da carga horária do curso por cada estudante, isto é, o acadêmico deverá cursar duas disciplinas optativas semestrais ao longo do curso.)			60	72
Pesquisa da Prática e Estágio		Pesquisa da Prática Pedagógica e Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva I	200	240
		Pesquisa da Prática Pedagógica e Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva II	200	240
		Pesquisa da Prática Pedagógica e Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva III	200	240
		Pesquisa da Prática Pedagógica e Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva IV	200	240
Subtotal			800	960
TCC			60	72
Subtotal			60	72
Atividades Acadêmicas Complementares			200	240
Subtotal			200	240
TOTAL			3.370	4.044

RELAÇÃO DE OPTATIVAS

Estimulação Essencial

Psicopedagogia

Inclusão: Acesso e permanência no ensino superior

Intervenção pedagógica para alunos com dificuldade de aprendizagem

Literatura infanto juvenil e Inclusão escolar

Imaginário, Cinema e formação

7 DISTRIBUIÇÃO ANUAL/SEMESTRAL DAS DISCIPLINAS

Código	Nome da Disciplina	Pré-requisito (Código)	Carga Horária (horas relógio)				Total	Oferta Sem.(S) ou Anual (A)
			Teórica	Prática	Extensão	Semipres.		
1º Ano								
	História da Educação		60	-	-	-	60	A
	Educação Especial, marcos fundamentais: da exclusão à inclusão		60	-	-	-	60	A
	Políticas Educacionais e funcionamento da Educação Especial		60	-	-	-	60	A
	Filosofia da Educação		60	-	-	-	60	A
	Sociologia e Antropologia da Educação		60	-	-	-	60	A
	Psicologia da Educação		60			-	60	A
	Aprendizagem e Cognição		60			30	90	A
	Processos Investigativos em Educação Especial Inclusiva		60		30	-	90	A
	Pesquisa da Prática Pedagógica e Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva I		60	140			200	A
Subtotal			540	140	30	30	740	
2º Ano								
	Didática I e Desenho Universal para a Aprendizagem		60	-	-	30	90	A
	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação aplicadas à Educação Especial Inclusiva		60	-	-	-	60	A
	Leitura e Produção do Texto		60	-	-	-	60	A

	Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência física		30	-	30	-	60	S
	Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência visual		30	-	30	-	60	S
	Apoio Educacional Especializado em Educação Infantil		30	-	30	-	60	S
	Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência auditiva		30	-	30	-	60	S
	Educação de Jovens e Adultos		30	-	-	-	30	S
	Apoio educacional especializado: Ensino Fundamental I e II		30	-	30	-	60	S
	Optativa I		30				30	S
	Educação, Diversidade de Gênero e Educação Sexual		30				30	S
	Libras		60			-	60	A
	Pesquisa da Prática Pedagógica e Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva II		60	140			200	A
Subtotal			540	140	150	30	860	
3º Ano								
	Didática II: PEI e Ensino colaborativo		60	-	-	30	90	A
	Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Especial Inclusiva		60	-	-	30	90	A
	Apoio educacional especializado: Ensino Superior		60	-	-	30	90	S
	Procedimentos de ensino em Educação Especial: transtornos específicos		30		30	-	60	S
	Dificuldades de Aprendizagem		30	-	-	30	60	A

	Procedimentos de ensino em Educação Especial: altas habilidades/ superdotação		30		30		60	S
	Procedimentos de ensino em Educação Especial: Surdocegueira		30				30	72
	Alfabetização e Letramento		30	-	-	-	30	S
	Procedimentos de ensino em Educação Especial: transtornos globais do desenvolvimento e Transtorno do Espectro Autista		30		30	-	60	S
	Procedimentos de Ensino em Educação Especial: deficiência intelectual		30	-	30	--	60	S
	Educação Ambiental		30	-	-	-	30	S
	Tópicos em Currículo em Educação Especial Inclusiva		30	-	-	30	60	S
	Apoio educacional especializado: Ensino Médio , Educação de Jovens e Adultos		30		30	-	60	S
	Fundamentos da Educação do Campo		30	-	-	-	30	S
	Pesquisa da Prática Pedagógica e Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva III		60	140	-	-	200	A
Subtotal			570	140	150	150	1010	
4º Ano								
	Optativa II		30	-	-	-	30	S
	Tecnologias Assistivas		30	-	-	-	30	S
	Ética e Educação Especial Inclusiva		30	-	-	-	30	S
	Educação em Direitos Humanos		30	-	-	-	30	S
	Jogos e brincadeiras na Educação Especial Inclusiva		30	-	-	-	30	S

	Aspectos bio-psicossocial das deficiências		30	-	-	-	30	S	
	Arte e Educação Especial Inclusiva		30	-	-	-	30	S	
	Avaliação Institucional e da Aprendizagem		30	-	-	30	60	S	
	Educação, Diversidade e Relações étnico-raciais		30	-	-	-	30	S	
	Pesquisa da Prática Pedagógica e Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva IV		60	140	-	-	200	A	
	TCC		60		-	-	60	A	
Subtotal			390	140	330	30	560		
SUBTOTAL HORA RELÓGIO								3170	
ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES								200	
TOTAL DA CARGA HORÁRIA EM HORAS RELÓGIO							3370		

As disciplinas ofertadas no Curso de Educação Especial Inclusiva são fruto de análise da documentação legal que regulamenta a formação de professores, as diretrizes curriculares para o ensino superior, a literatura científica, a prática cotidiana dos docentes, as pesquisas sobre formação de professores em educação especial e AEE e a Resolução 02/2019 BNC formação.

8 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

DISCIPLINA:	Alfabetização e Letramento			Semestral	
C/H TOTAL:	30				
C/H TEÓRICA:	30	C/H PRÁTICA:	0	C/H EXTENSÃO:	0
		C/H a DISTÂNCIA:		30	
EMENTA:					
<p>Abordagem histórica da alfabetização no contexto educacional brasileiro. Processos de alfabetização e alternativas metodológicas. A função social da leitura e escrita em uma sociedade letrada. Aquisição e desenvolvimento da leitura e escrita. O processo de alfabetização e letramento na aprendizagem da pessoa com deficiência. Alfabetização e letramento nas áreas da deficiência visual, da deficiência auditiva/surdez e da deficiência intelectual.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>CARVALHO, Marlene, Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática: Petrópolis: Vozes, 2010.</p> <p>SCOZ, B. Psicopedagogia e realidade escolar. 15.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.</p> <p>UZÊDA, Sheila de Quadros. Educação inclusiva: Salvador: UFBA, Faculdade de Educação; Superintendência de Educação a Distância, 2019.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>CURTO, Lluís Maruny; MORILLO, Maribel Ministral; TEIXIDÓ, Manuel Miralles. Escrever e ler como as crianças aprendem e como o professor pode ensiná-las a escrever e a ler. Porto Alegre: Artmed, 2000.</p> <p>LOPES, J R. ABREU M. C. M.; MATTOS, M. C. E. Caderno do educador: alfabetização e letramento 1, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010.</p> <p>FERREIRO, Emília. Reflexões sobre a alfabetização. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.</p> <p>SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2018.</p> <p>SOARES, Magda. Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016.</p>					

DISCIPLINA:	Apoio Educacional Especializado em Educação Infantil			Semestral	
C/H TOTAL:	60				
C/H TEÓRICA:	30	C/H PRÁTICA:	0	C/H EXTENSÃO:	C/H a DISTÂNCIA:
				30	0
EMENTA:					
<p>Os direitos da criança com deficiência na Educação Infantil. A especificidade da educação infantil e a criança com deficiência. A transversalidade da educação especial em todos os níveis da educação básica. O apoio educacional especializado na educação infantil e o currículo. As salas de recursos multifuncionais e a intervenção precoce.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
<p>KUHLMANN JUNIOR, MOISÉS. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007</p> <p>MENDES, E.G.M. Inclusão marco zero. Começando pelas creches. Araraquara, SP: Junqueira&Marin Editores, 2010.</p> <p>DRAGO, Rogério. Inclusão na Educação Infantil. Rio de Janeiro: Wak, 2011.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
<p>CARVALHO, R.E. Removendo barreira para aprendizagem: educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2000.</p> <p>MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: EdUFSCar, 2014.</p> <p>NERES, C. C.; LANCILLOTTI, S. S. P (Orgs.) Educação especial em foco: questões contemporâneas. Campo Grande: Uniderp, 2006 (Educação em Perspectiva).</p> <p>SERRANO, A. M. Envolvimento parental em intervenção precoce: das práticas centradas na criança às práticas centradas na família. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2002</p> <p>XAVIER, M.L.M. Políticas da inclusão e a educação básica: implicações na organização curricular. Canoas: ULBRA, 2009.</p>					

DISCIPLINA:	Apoio Educacional Especializado: Ensino Fundamental I e II	Semestral
C/H TOTAL:	60	
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 30
C/H a DISTÂNCIA: 0		

EMENTA:

O atendimento educacional especializado como complementação e/ou suplementação na formação do aluno. O AEE e a formação para a autonomia. A articulação do AEE com a escola comum. A produção de materiais como suporte ao plano educacional individualizado do aluno com deficiência. O enriquecimento curricular no AEE para os alunos com AH/SD. A família e o AEE realizado nas escolas comuns.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FAVERO, E. A. G. **Direitos das pessoas com deficiência:** garantia de igualdade na diversidade. São Paulo: WVA, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa; SANTOS, Maria Terezinha Teixeira. **Atendimento Educacional Especializado:** Políticas Públicas e Gestão nos municípios. São Paulo: Editora Moderna, 2011.

MENDES, Geovana M. Lunardi, BUENO, José Geraldo Silveira, SANTOS, Roseli Albino. **Deficiência e escolarização:** novas perspectivas de análise. São Paulo: Junqueira Marin, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BATISTA, Cristina Abranches Mota; MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Educação Inclusiva:** Atendimento Educacional Especializado especializado para a deficiência mental. 2.ed. Brasília: MEEC, SEESP, 2006.

BORGES, Carolina Santos. **Atendimento educacional especializado na escola comum como ação pedagógica favorecedora da educação inclusiva.** Curitiba: Appris, 2020.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de (Org.). **Escola, Diferença e Inclusão.** Fortaleza: Edições UFC, 2010.

MENDES, E.G.; GARCIA, R. M. C. A organização curricular na articulação entre serviço especializado e classe comum: um modelo inclusivo? In: KASSAR, M. de C. M. (Org.). **Diálogos com a diversidade:** desafios da formação de educadores na contemporaneidade. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p. 211-231.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia:** teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 14 ed. São Paulo: Cortez, 1986 (demais edições). (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; v.5).

DISCIPLINA:	Apoio Educacional Especializado: Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos		Semestral
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 30	C/H a DISTÂNCIA: 0

EMENTA:

A transversalidade da educação especial em todos os níveis e modalidades de ensino. O atendimento educacional especializado e o acesso ao conhecimento. Os espaços do AEE. As especificidades do ensino médio, EJA e o AEE. A flexibilidade do currículo e a articulação entre o AEE e o ensino comum. O AEE e o desenvolvimento acadêmico e social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARROYO, M. **Educação de Jovens e Adultos**: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: GIOVANETTI, Maria Amélia, GOMES, Nilma Lino e SOARES, Leôncio (Orgs). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial **Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BATISTA, Cristina Abranches Mota; MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Educação Inclusiva: Atendimento Educacional Especializado especializado para a deficiência mental**. 2.ed. Brasília: MEEC, SEESP, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2009.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; RODRIGUES, Olga Maria Piazentin Rolim (Org.). **Marcos históricos, conceituais, legais e éticos da educação inclusiva**. Bauru: UNESP/FC/MEC, 2010. v. 2.

SOUZA, J. S.; SALES, S. R. (Orgs). **Educação de Jovens e Adultos: políticas e práticas educativas**. Rio de Janeiro: NAU Editora: EDUR, 2011.

DISCIPLINA:	Apoio Educacional Especializado: Ensino Superior			Semestral	
C/H TOTAL:	60				
C/H TEÓRICA:	30	C/H PRÁTICA:	0	C/H EXTENSÃO:	0
C/H a DISTÂNCIA: 30					
EMENTA:					
<p>A transversalidade da educação especial em todos os níveis e modalidades de ensino. O atendimento educacional especializado e o acesso ao conhecimento. Os espaços do AEE. As especificidades do ensino superior. História da inclusão no ensino superior. A legislação do ensino superior e o processo de inclusão. Aspectos pedagógicos do processo de inclusão de inclusão no ensino superior. Inclusão no ensino superior: algumas vivências.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
<p>MAGALHÃES, R.C. Ensino superior no Brasil e inclusão de alunos com deficiência. In: VALDÉS, M. T. M. (Org.). Inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior no Brasil: caminhos e desafios. Fortaleza: EDUECE, 2006.</p> <p>MANZINI, E. J. Acessibilidade: um aporte na legislação para o aprofundamento do tema na área de educação. In: BAPTISTA, C. R. et al. Educação Especial: diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Mediação, 2008.</p> <p>PLETSCH, Márcia Denise (Org.). Acessibilidade e desenho universal aplicado à aprendizagem na educação superior. Nova Iguaçu: ObEE, 2020.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim (Org.). Marcos históricos, conceituais, legais e éticos da educação inclusiva. Bauru: UNESP/FC/MEC, 2010. v. 2.</p> <p>MANTOAN, M. T. E. Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como Fazer? São Paulo: Moderna, 2003.</p> <p>MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. Inclusão no ensino superior: docência e necessidades educacionais especiais. Natal: EDUFRRN, 2013.</p> <p>MITTLER, P. Educação Inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.</p> <p>OLIVEN, A. C. Origem, características e desenvolvimento do sistema de ensino superior no Brasil. In: MOROSONI M.; LEITE, D. Universidade e integração no cone sul. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992, p. 89-94.</p>					

DISCIPLINA:	Aprendizagem e Cognição	Anual
C/H TOTAL:	90	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:
60	0	0
C/H a DISTÂNCIA: 30		
<p>EMENTA:</p> <p>Conceitos de aprendizagem e cognição e suas relações com a neurociências. Aprendizagem e cognição e sua dimensão constitutiva das práticas pedagógicas. Funções cognitivas/funções psicológicas superiores e os processos de aprendizagem. A plasticidade cerebral e aprendizagem. Emoção, afetividade e cognição. Habilidades acadêmicas e os aspectos neuropsicológicos.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>CONSENZA, R.; GUERRA, L. Neurociência e educação: como o cérebro aprende? Porto Alegre: Artmed, 2011.</p> <p>FUENTES, D. Neuropsicologia: teoria e prática. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>ROTTA, N.; RIESGO, R.; OHLWEILER, L. Transtorno de aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2016.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>FERREIRA, Maria Gabriela Ramos. Neuropsicologia e aprendizagem. Curitiba: InterSaberes, 2014.</p> <p>GAZZANINGA, M.; HEATHERTON, T. Ciência psicológica: mente, cérebro e comportamento. Porto Alegre: Artmed, 2005.</p> <p>ROTTA, Newra Tellechea; OHLWEILER, Lygia; RIESGO, Rudimar dos Santos. Transtornos da aprendizagem abordagem neurobiológica e multidisciplinar. 2. ed. Porto Alegre ArtMed 2016.</p> <p>SALLES, J. F.; HAASE, V. G.; MALLOY-DINIZ, L. Neuropsicologia do desenvolvimento: infância e adolescência. Porto Alegre: Artmed, 2016.</p> <p>VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTE'EV, A. N.; CIPOLLA NETO, J.. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 10. ed. São Paulo: Ícone, 2006.</p>		

DISCIPLINA:	Arte e Educação Especial Inclusiva	Semestral
C/H TOTAL:	30	
C/H TEÓRICA:	30	C/H PRÁTICA: 0
		C/H EXTENSÃO: 0
		C/H a DISTÂNCIA: 0

EMENTA:

Ensino da Arte no Brasil: memória, história e políticas. Abordagens contemporâneas em arte para a docência na educação básica. Linguagens artísticas infâncias e diversidade. Criatividade, invenção e criação. Novas tecnologias de produções de artísticas: fotografia, vídeo, dança, teatro, música. Artemídia e a produção de experiências sensoriais. Cinema e a produção de subjetividades. Relações de saber-poder como validação/marginalização de formas de arte

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CANTON, Katia. **Temas da Arte Contemporânea**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

MARTINS, Mirian Celeste; PICOSQUE, Gisa. **Cultura das imagens**: desafios para a arte e para a educação. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2012.

DIAS, Belidson. **O i/mundo da cultura visual**. Brasília: Editora da Pós-Graduação em Arte da Universidade de Brasília, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CUNHA, Susana Rangel Vieira da. **As artes no universo infantil**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Catadores da cultura**: transformando fragmentos em nova narrativa educacional. Porto Alegre: Mediação, 2007.

KASTRUP, Virgínia. **A invenção de si e do mundo**: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

KASTRUP, Virgínia. **Cegueira e invenção**: cognição, arte, pesquisa e acessibilidade. Curitiba: Editora CRV, 2018.

MARTINS, Mirian Celeste (Org.). **Pensar juntos mediação cultural**: [entre]laçando experiências e conceitos. São Paulo: Terracota, 2014.

DISCIPLINA:	Aspectos Bio-psicossociais da Deficiência	Semestral
C/H TOTAL:	30	
C/H TEÓRICA:	30	C/H PRÁTICA: 0
		C/H EXTENSÃO: 0
		C/H a DISTÂNCIA: 0
EMENTA:		
<p>Evolução histórica e os aspectos psicossociais da deficiência. Patologias e prevenção da deficiência. Discussões contemporâneas sobre o tema: preconceito, público alvo da inclusão, multidisciplinariedade, medicalização, mediação escolar e autonomia.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>DINIZ, D. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2012.</p> <p>MANTOAN, M.T.E. Inclusão escolar: o que é? Por que? Como fazer? Rio de Janeiro: Moderna, 2003.</p> <p>GLAT, R. A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão. Rio de Janeiro: Moderna, 2003.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>BATISTA, C.G.; ENUMO, S.R.F. Prevenção em Saúde: prevenção de deficiências. In: I.R.O.P. Nunes (Org.). Prevenção e intervenção em educação especial. Rio de Janeiro: ANPEPP/UERJ, 1996.</p> <p>BECKER, E. Deficiência: alternativas de intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.</p> <p>BEYER, H. Inclusão e avaliação na escola. Porto Alegre: Mediação, 2006.</p> <p>LEANDRO F. MALLOY-DINIZ, Paulo Mattos. Intervenção neuropsicológica infantil: da estimulação precoce-preventiva à reabilitação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2019.</p> <p>MITTLER, P. Educação Inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.</p>		

DISCIPLINA:	Curricularização da Extensão Universitária	Semestral
C/H TOTAL:	30	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:
30	0	0
C/H a DISTÂNCIA: 0		
EMENTA:		
<p>A extensão universitária no contexto do PNE (2014-2024). Aspectos legais que regulamenta a extensão universitária em âmbito nacional e institucional. A extensão universitária campo fundamental para formação humana. Relações e interações universidade e sociedade. O protagonismo acadêmico na extensão universitária. Extensão universitárias como espaço de trocas de saberes plurais. Interdisciplinaridade e extensão universitária. Extensão universitária como ação para a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. A natureza teórico-prático-reflexiva, dos conteúdos extensionistas, como perspectiva epistemológica e didático-pedagógica interdisciplinar e transdisciplinar. A relação dialógica com grupos comunitários e sociedade em geral.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>GONÇALVES, Nádya Gaiofatto; QUIMELLI, Gisele Alves de Sá (Comp.). Princípios da extensão universitária: contribuições para uma discussão necessária. Curitiba: CRV, 2020.</p> <p>MELLO, Cleyson de Moraes; ALMEIDA NETO, José Rogério; PETRILLO, Regina Pentagna. Curricularização da extensão universitária. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2020.</p> <p>TAVARES, Christiane Andradde Regis; FREITAS, Katia Siqueira de. Extensão universitária: o patinho feio da Academia? Jundiaí: Paco Editorial, 2016.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, ed. 243, secção 1, p. 49, 19 dez. 2018.</p> <p>GONÇALVES, Hortência de Abreu. Manual de projetos de extensão universitária. São Paulo: Avercamp, 2008.</p> <p>GURGEL, R. M. Extensão universitária: comunicação ou domesticação? São Paulo: Cortez Autores Associados, 1986.</p> <p>NOGUEIRA, M. D. Políticas de extensão universitária brasileira. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2005.</p> <p>SERVA, Fernanda Mesquita. Extensão universitária e sua curricularização. Porto Alegre: Lumen Juris, 2020.</p>		

DISCIPLINA:	Didática I e Desenho Universal para a Aprendizagem	Anual
C/H TOTAL:	90	
C/H TEÓRICA:	60	C/H PRÁTICA: 0
		C/H EXTENSÃO: 0
		C/H a DISTÂNCIA: 30

EMENTA:

Trabalho e educação na escola contemporânea. A trajetória histórica da didática e as tendências pedagógicas. Reflexão sobre o planejamento e organização do ensino para alunos com necessidades educacionais especiais. Didática e formação de professores para a educação inclusiva. DUA aspectos teóricos metodológicos para o ensino inclusivo. DUA e recursos tecnológicos. Formação de professores com base nos princípios do DUA. Processo de inclusão de alunos com NEE a partir das proposições do DUA. Implementação do DUA na organização da prática pedagógica e no ensino de conteúdos curriculares específicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ANDRÉ, M. (org.). **Pedagogia das Diferenças na sala de aula**. 9 ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.
- ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. (Orgs.). **Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. 7. ed. Joinville: UNIVILLE, 2007.
- PRAIS, Jacqueline Lidiane de Souza. **Das intenções à formação docente para a inclusão: contribuições do desenho universal para a aprendizagem**. Curitiba: Appris, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CUNHA, M. I. da. **O bom professor e sua prática**. 22 ed. Campinas: Papirus, 2010.
- FARIAS, I. M. S. (et al). **Didática e Docência: aprendendo a profissão**. Brasília: Líber Livro, 2009.
- FRANCO, M. A. S.; PIMENTA, S. G. **Didática: embates contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.

DISCIPLINA:	Didática II - PEI e Ensino Colaborativo	Anual
C/H TOTAL:	90	
C/H TEÓRICA:	60	C/H PRÁTICA: 0
		C/H EXTENSÃO: 0
		C/H a DISTÂNCIA: 30
EMENTA:		
<p>Didática e Planejamento (elementos do planejamento). Planejamento e a organização Curricular: atendimento da diversidade. Planejamento e Práticas Inclusivas: PEI. Avaliação: Concepções, As diferentes dimensões avaliativas: psicomotora, cognitiva, linguística, interacional/relacional/afetiva, escolar/pedagógica, familiar, estratégias avaliativas do contexto escolar. Produção de critérios avaliativos a partir dos diferentes campos do conhecimento (biológico, psicológico, sociológico, pedagógico) Critérios, instrumentos e Pareceres avaliativos. Delimitação conceitual: Consultoria colaborativa, Ensino Colaborativo, Bidocência, Trabalho Articulado e Aprendizagem Cooperativa. A articulação do trabalho entre o Professor de Educação Especial e o Professor da Classe Comum. O papel dos professores a partir do trabalho colaborativo</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>BEYER, H. O. Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2005.</p> <p>GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise (Orgs.). Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.</p> <p>MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Ariela Rios; ZERBATO, Ana Paula. Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: EdUFSCAR, 2014.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>FARIAS, I. M. S. de; SALES, J. de O. C. B.; BRAGA, M. M. S. de C.; FRANÇA, M. do S. L. Didática e Docência: aprendendo a profissão. Brasília: Liber Livro, 2011.</p> <p>HOFFMANN, J. M. L. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 26. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.</p> <p>LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar. São Carlos: EdUFSCar, 2014.</p> <p>MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.(Orgs.). Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva. Araraquara: Junqueira & Marins, 2010.</p>		

DISCIPLINA:	Dificuldades de Aprendizagem	Semestral
C/H TOTAL:	60	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:
30	0	0
C/H a DISTÂNCIA: 30		
EMENTA:		
<p>Aprendizagem de desenvolvimento. Transtornos de comportamento. Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH). Transtornos da comunicação. Transtornos da leitura. Transtorno da matemática. Transtornos da expressão escrita (conforme DSM-5). Avaliação e intervenção. Consciência fonológica. Leitura lexical e leitura fonológica. As dificuldades na aprendizagem da leitura. Dislexia. Avaliação e intervenção. Como se aprende a escrever. Aprender sons ou escrever palavras. Ortografia: ensinar e aprender. Disortografia. Disgrafia. Discalculia. Avaliação e intervenção.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>DSM-5. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5.ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2015.</p> <p>NARDI, Antonio Egidio. Transtorno de déficit de atenção – hiperatividade: teoria e clínica. Porto Alegre ArtMed, 2015.</p> <p>STACKHOUSE, J.; SNOWEING, Margaret. Dislexia, fala e linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>KEARNEY, Christopher A. Transtornos de Comportamento na Infância. São Paulo: Cengage Learning, 2012.</p> <p>LOUZÃ NETO, Mário Rodrigues. TDAH ao longo da vida: transtorno de déficit de atenção; hiperatividade. Porto Alegre: ArtMed 2011.</p> <p>MORAIS, Artur Gomes de. Consciência fonológica na educação infantil e no ciclo de alfabetização. São Paulo Autêntica 2019.</p> <p>OLIVIER, Lou de. Transtornos de comportamento e distúrbios de aprendizagem. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2013.</p> <p>SILVA, Ana Beatriz Barbosa. Mentes inquietas: TDAH : desatenção, hiperatividade e impulsividade. [Rio de Janeiro]: Fontanar, 2009.</p>		

DISCIPLINA:	Educação Ambiental	Semestral	
C/H TOTAL:	30		
C/H TEÓRICA:	30	C/H PRÁTICA:	0
		C/H EXTENSÃO:	0
		C/H a DISTÂNCIA:	0
EMENTA:			
<p>As atividades humanas e a preservação ambiental. A legislação ambiental nas esferas municipais, estaduais e federal. histórico da educação ambiental no Brasil e no mundo. Meio ambiente: Relação homem e meio ambiente, desenvolvimento e meio ambiente. Tópicos atualizados sobre a problemática ambiental: efeito estufa e buraco na camada de ozônio, a poluição das águas e a “Guerra das águas”, geração e consumo de energia</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>LUZZI, Daniel. Educação e meio ambiente. São Paulo: Manoli, 2012.</p> <p>ROHDE, G. M. Epistemologia ambiental: uma abordagem filosófico-científica sobre a efetivação humana alopoiética. Porto Alegre: EDIPUCS, 1996.</p> <p>REIGOTA, Marcos. O que é educação ambiental. 2. ed. Brasiliense: São Paulo, 2009. (Coleção: Os primeiros passos).</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>PELIZZOLI, Marcelo. Homo ecologicus: ética, educação ambiental e práticas vitais. Caxias do Sul, RS: EducS, 2011.</p> <p>PELICIONI, M. C. F.; PHILIPPI JÚNIOR, A. Educação ambiental e sustentabilidade. São Paulo: Manole, 2005.</p> <p>PINOTTI, Rafael. Educação ambiental para o século XXI: no Brasil e no mundo. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2016.</p> <p>RODRIGUES, Maria Helena Quaiati; CARVALHO, Milena Rodrigues. Práticas de educação ambiental: metodologia de projetos. Curitiba: Appris, 2016.</p> <p>SATO, Michèle, CARVALHO, Isabel. Educação Ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: ArtMed, 2011.</p>			

DISCIPLINA:	Educação de Jovens e Adultos	Semestral	
C/H TOTAL:	30		
C/H TEÓRICA:	30	C/H PRÁTICA:	0
		C/H EXTENSÃO:	0
		C/H a DISTÂNCIA:	0
EMENTA:			
<p>História da EJA no Brasil, os avanços e os retrocessos. Concepções e práticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (EJA) ao longo da história. A construção do conceito contemporâneo para a EJA. Políticas Públicas de EJA e marcos legais conquistados a partir dos anos 90. Desafios e perspectivas atuais para essa modalidade de Educação. Práticas Pedagógicas em EJA: a sala de aula como espaço da diversidade. Análise de propostas curriculares e projetos pedagógicos.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>BARRETO, Vera. Paulo Freire para educadores. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.</p> <p>COSTA, Renato Pontes; RIBEIRO, Ana de Almeida. O Saber da gente... sobre uma educação para o povo. Rio de Janeiro: Caetés, 2013.</p> <p>RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras; Campinas: Mercado de Letras, 2001.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 56. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.</p> <p>LAFFIN, Maria Herminia Lage Fernandes. Educação de jovens e adultos, diversidade e o mundo do trabalho. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2012.</p> <p>SIQUEIRA, Antonio Rodolfo de. Educação de jovens e adultos. Porto Alegre SER – SAGAH, 2017.</p> <p>SOARES, Leôncio. Educação de Jovens e Adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.</p> <p>SOARES, L., GIOVANETTI, M.A., GOMES, N.L. (Orgs.). Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.</p>			

DISCIPLINA:	Educação, Diversidade e Relações Étnico-Raciais	Semestral
C/H TOTAL:	30	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:
30	0	0
		C/H a DISTÂNCIA: 0

EMENTA:

Conceito de diversidade e sua incidência no mundo atual e no contexto escolar. Racismo, Preconceito, Discriminação e Desigualdade. Análise dos modos de vida de diferentes grupos sociais e suas culturas em diferentes espaços. Conceito de cultura e diversidade. Machismo, Feminismo e o tratamento de gênero na Escola. Diversidade Sexual. Relações étnico-raciais. História e memória das diferentes culturas. Políticas Públicas e as questões étnico-raciais. Formação de professores e diversidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: Editora Unb, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção, crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valer Roberto (orgs.). **Afirmando Diferenças: montando quebra-cabeça da diversidade na escola**. 3. ed.. Campinas: Papyrus, 2011.

ANDRADE, Marcelo. **Tolerar é pouco? Pluralismo mínimos éticos e práticas pedagógicas**. Petrópolis: D&P, 2009.

ARROYO, Miguel G.; ABRAMOWICZ, Anete (org.). **A reconfiguração da escola: entre a negação e a afirmação de direitos**. Campinas, SP: Papyrus, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo; PINON, Ana. **A temática indígena na escola: subsídios para os professores**. São Paulo: Contexto, 2011.

PINSKY, Jaime (Org.). **12 faces do preconceito**. São Paulo: Contexto, 2010.

DISCIPLINA:	Educação, Diversidade de Gênero e Educação Sexual	Semestral
C/H TOTAL:	30	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:
30	0	0
C/H a DISTÂNCIA: 0		

EMENTA:

A sexualidade como construção histórica, social, cultural, política e discursiva. Abordagens contemporâneas para Educação Sexual. Estudos de gênero e educação: história, conceitos e movimentos políticos. Escolarização brasileira e a educação para sexualidade e para equidade de gênero. Interfaces entre gênero, orientação sexual. Preconceito, discriminação, diferença, alteridade, identidades culturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Formação de educadores sexuais**: adiar não é mais possível. Campinas: Mercado de Letras; EDUEL, 2006.

FUNARI, P. P. A.; FEITOSA, L. C.; SILVA, G. J. (Orgs.). **Amor, desejo e poder na antigüidade**: relações de gênero e representações do feminino. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

MAIA, A. C. B. **Sexualidade e deficiências**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARRARA, Sérgio. **Educação, diferença, diversidade e desigualdade**. Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

FURLANI, Jimena (Org.). **Educação sexual na escola**: equidade de gênero, livre orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Florianópolis: UDESC, 2008.

LOURO, G. L. (Org.) **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

RIBEIRO, P. R. M. (Org.). **Sexualidade e educação**: aproximações necessárias. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

SILVA, T.T. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

DISCIPLINA:	Educação em Direitos Humanos	Semestral
C/H TOTAL:	30	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:
30	0	0
C/H a DISTÂNCIA: 0		
<p>EMENTA:</p> <p>Educação, direitos humanos e formação docente. História dos direitos humanos e as implicações no campo educacional. Marcos legais em direitos humanos. Projeto Político Pedagógico e a educação em direitos humanos. Preconceito, discriminação e prática educativa; políticas curriculares e educação em direitos humanos.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (Org.). Educação em direitos humanos: temas, questões e posturas. Rio de Janeiro: DPXAli, 2008.</p> <p>CANDAU, Vera Maria; ANDRADE, Marcelo; SACAVINO, Susana et al. Educação em direitos humanos e formação de professores/as. São Paulo: Corte, 2013.</p> <p>CARVALHO, J. S. Educação, cidadania e direitos humanos. Petrópolis: Voes, 2004.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (Org.). Educar em direitos humanos: construir democracia. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.</p> <p>PAIVA, Angela Randolpho (Org.). Direitos humanos em seus desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.</p> <p>RAYO, José Tuvilla. Educação em direitos humanos rumo a uma perspectiva global. 2. Porto Alegre ArtMed 2013</p> <p>SCHILLING, Flávia (Org.). Direitos humanos e educação: outras palavras, outras práticas. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2007.</p>		

DISCIPLINA:	Educação Especial, marcos fundamentais: da exclusão à inclusão	Anual
C/H TOTAL:	60	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:
60	0	0
C/H a DISTÂNCIA: 0		
<p>EMENTA:</p> <p>Educação especial: fundamentos filosófico, legal e político educacional. Estudo da Educação Especial no contexto do sistema educacional brasileiro. Marcos Regulatórios: Documentos internacionais e nacionais. Concepções, modelos e processos do campo da Educação Especial. A institucionalização dos sujeitos com deficiência ao longo da história InclusãoXIntegração. As diferentes condições dos sujeitos com necessidades educacionais especiais (áreas do PAEE). Diversidade, identidade e potencialidades nas práticas inclusivas com alunos público alvo da educação especial; Práticas pedagógicas no contexto do espaço especializado. Práticas pedagógicas no contexto da escola regular. A avaliação e as adaptações/diferenciações curriculares.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>LOBO, L. F. Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.</p> <p>MARQUEZAN, R. O deficiente no discurso da legislação. Campinas: Papyrus, 2009.</p> <p>MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2017.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>CANGUILHEM, Georges. O normal e o patológico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.</p> <p>PESSOTTI, I. Deficiência mental: da superstição à ciência. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.</p> <p>PICCOLO, Gustavo Martins. Por um pensar sociológico sobre a deficiência. Curitiba: Appris, 2015.</p> <p>SKLIAR, Carlos. Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.</p> <p>VALLE, J. W.; CONNOR, D. J. Ressignificando a deficiência: da abordagem social às práticas inclusivas nas escolas. Porto Alegre: AMGH, 2014.</p>		

DISCIPLINA:	Estimulação Essencial (Optativa II)	Semestral
C/H TOTAL:	30	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:
30	0	0
C/H a DISTÂNCIA: 0		
EMENTA:		
<p>Desenvolvimento intrauterino e intercorrências capazes de se constituírem em risco para problemas do desenvolvimento neuropsicomotor (DNPM). Desenvolvimento intrauterino do embrião e feto. Situações que demandam diagnósticos e encaminhamento neonatal corretos à estimulação essencial. Estimulação essencial e desenvolvimento infantil estimulação essencial. Principais abordagens do desenvolvimento infantil. Características biopsicossociais do desenvolvimento de crianças de 0 a 4 anos. Recém-nascidos de alto risco para problemas no DNPM e a família: os pais como agentes da estimulação essencial. Atividades pedagógicas que promovam o desenvolvimento global da criança de 0 a 4 anos.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>BONAMIGO, Euza Maria de Rezende. Como ajudar a criança no seu desenvolvimento: sugestões de atividades para a faixa de 0 a 5 anos. 8.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.</p> <p>COLL, César, et al. Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. 4.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.</p> <p>HAEUSSLER, Isabel M. Manual de estimulação do pré-escolar: um guia para pais e educadores. São Paulo: Editora Planeta, 2005.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>BUSCAGLIA, L.F. Os deficientes e seus pais: um desafio ao aconselhamento. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1983.</p> <p>LÉVY, Janine. O despertar do bebê: prática de educação psicomotora. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1996.</p> <p>MOREIRA, M. E. L. BRAGA, N. A.; MORSCH, S. Quando a vida começa diferente: o bebê e sua família na UTI Neonatal. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.</p> <p>RODRIGUES, M.F. et al. A estimulação da criança especial em casa: entenda o que acontece no sistema nervoso da criança deficiente e como você pode atuar sobre ele. São Paulo: Atheneu, 2000.</p> <p>SHORE, R. Repensando o cérebro: novas visões sobre o desenvolvimento inicial do cérebro. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.</p>		

DISCIPLINA:	Ética e Educação Especial Inclusiva	Semestral
C/H TOTAL:	30	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:
30	0	0
C/H a DISTÂNCIA: 0		
EMENTA:		
<p>Princípios éticos que regem a Educação Especial na atualidade. Estudo da ética enquanto objeto, campo e definição. Busca da compreensão das origens e transformações histórico-sociais da moral. Análise da ética nas relações sociais, educacionais e profissionais, da bioética e pesquisa em seres humanos. Reflexão sobre a conduta responsável na pesquisa científica.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>DINIZ, Débora. O que é bioética. São Paulo: Brasiliense, 2002.</p> <p>GRINSPUN, Mírian Paura Sabrosa Zippin. Autonomia e ética na escola: o novo mapa da educação. São Paulo: Cortez, 2014.</p> <p>RACHID, Alysson. Dominando ética. São Paulo Saraiva 2019.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>BOFF, Leonardo. A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana. 52. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.</p> <p>BOFF, Leonardo. Do iceberg à arca de Noé: o nascimento de uma ética planetária. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2010.</p> <p>LOPES FILHO, Artur Rodrigo Itaquí. Ética e cidadania. 2.ed. Porto Alegre: SER - SAGAH 2018</p> <p>MEIRA, Ana Claudia Hebling (Org). Ética: ensaios interdisciplinares sobre teoria e práticas profissionais. São João da Boa Vista: UNIFEQB, 2006.</p> <p>MELGAÇO, Rosely Gazire. A ética na atenção ao bebê: psicanálise, saúde, educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006</p>		

DISCIPLINA:	Filosofia da Educação	Anual
C/H TOTAL:	60	
C/H TEÓRICA:	60	C/H PRÁTICA: 0
		C/H EXTENSÃO: 0
		C/H a DISTÂNCIA: 0
EMENTA:		
<p>Conceitos de Filosofia e Filosofia da Educação. A concepção filosófica da educação na Idade Média, Moderna e Contemporânea. As correntes filosóficas da modernidade (Iluminismo, Materialismo e Positivismo). As correntes filosóficas contemporâneas (Fenomenologia, Hermenêutica, Existencialismo, Pragmatismo, Teoria Crítica). Implicações e influências dessas correntes filosóficas na educação.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2007.</p> <p>Os PENSADORES. São Paulo: Abril, 197-. (Coleção Abril Cultural)</p> <p>QUINTANEIRO, Tânia <i>et al.</i> Um toque de clássicos. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>ARANHA, Maria Lúcia. A filosofia da educação. São Paulo: Moderna, 2006.</p> <p>ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1987.</p> <p>LIPMAN, Mathew. O pensar na educação. Petrópolis: Vozes, 1995.</p> <p>JAEGER, Werner. Emílio, ou da educação. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000.</p> <p>VALLE, Lílian do. Escola imaginária. Rio de Janeiro: DP&A, 1996.</p>		

DISCIPLINA:	Fundamentos da Educação do Campo	Semestral
C/H TOTAL:	30	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:
30	0	0
C/H a DISTÂNCIA: 0		
<p>EMENTA:</p> <p>Educação do e no Campo na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: concepções, conceitos, princípios e especificidades. Educação Popular. Movimentos Sociais. Educação do Campo e as Políticas Públicas. Educação do Campo e formação do professor. A educação do campo e o respeito às características do campo. Relações de pesquisa das práticas e extensão da educação do campo no campo.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>ARROYO, M. G.; CALDART, Roseli; MOLINA, Monica Castangna. Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 56.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.</p> <p>SILVA, Ana Paula Soares da; PASUCH, Jaqueline; SILVA, Juliana Bezzon. Educação infantil do campo. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>FREIRE, Paulo. Extensão e comunicação?. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.</p> <p>MUNARIN, Antonia; BELTRAME, Sonia Aparecida Branco; CONDE, Soraya Franzoni et al. (Orgs.). Educação do campo: políticas públicas, territorialidade e práticas pedagógicas. Florianópolis: Insular, 2011.</p> <p>ROCHA, Maria Isabel Antunes. Educação do campo: desafios para formação de professores. São Paulo: Autêntica, 2009.</p> <p>RUMMERT, Sonia Maria. Educação e identidade dos trabalhadores. São Paulo: Xamã, 2000.</p> <p>SOUZA, Maria Antonia de. Educação do campo: proposta e práticas do MST. Petrópolis: Vozes, 2012.</p>		

DISCIPLINA:	Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Especial Inclusiva	Anual
C/H TOTAL:	90	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0
	C/H a DISTÂNCIA: 30	
<p>EMENTA:</p> <p>A escola e sua constituição histórica, sujeitos e Organização. Gestão escolar e sua interface com a política educacional: repercussões para a Organização escolar e o trabalho pedagógico. Elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva inclusiva. Gestão democrática e participação. As instâncias colegiadas e os mecanismos de gestão como instrumentos na construção da escola inclusiva. A gestão inclusiva e a Sala de Recursos Multifuncionais. O clima e a cultura da escola como fatores determinantes da gestão escolar na perspectiva inclusiva.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>FERREIRA, N. S.C. Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>LIBÂNEO, J.C. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>PLETSCH, M. D. Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. Rio de Janeiro: NAU/ EDUR, 2010.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>OLIVEIRA, D. A.; ROSAR, M. de F. Política e gestão da educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.</p> <p>RODRIGUES, David. Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.</p> <p>SANTOS, M.P; PAULINO, M. M. (Orgs.) Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas. São Paulo: Cortez, 2006.</p> <p>SKLIAR, C. (Org.). Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 2006.</p> <p>STAINBACK, Susan Bray; STAINBACK, William C. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999..</p>		

DISCIPLINA:	História da Educação	Anual
C/H TOTAL:	60	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0 C/H a DISTÂNCIA: 0
<p>EMENTA:</p> <p>Concepção e objetivos da História e da História da Educação, suas interpelações e importância para a compreensão da realidade educacional. A educação nos diversos contextos sociais: Primitivo Antiguidade Clássica, Período Medieval, Moderna e Contemporânea, enfatizando abordagens das temáticas relacionadas às ideias educativas e/ou pedagógicas e a organização das instituições de ensino. A História da Educação no Brasil e seus contextos teóricos e práticos: o Brasil colonial; o Brasil imperial; o Brasil republicano: as fases da história da educação brasileira contemporânea e seus contextos globais.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>ARANHA, Maria Lucia de Arruda. História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil. São Paulo: Moderna. 2006.</p> <p>BITTAR, Marisa. História da Educação. Da Antiguidade a época Contemporânea. São Carlos: EduFscar. 2009. (Coleção UAB-EduFSCar. 2009).</p> <p>SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2008.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação. São Paulo: Brasiliense, 2013.</p> <p>CAMBI, Franco. História da Pedagogia. São Paulo: Unesp, 1990.</p> <p>FRANCISCO FILHO, Geraldo. A educação brasileira no contexto histórico. Campinas: Alínea 2001.</p> <p>ROMANELLI, Otaíza O. História da educação no Brasil (1930-1973). Petrópolis: Vozes, 1997.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do século XX. Campinas: Autores Associados, 2014.</p>		

DISCIPLINA:	Jogos e Brincadeiras na Educação Especial Inclusiva	Semestral
C/H TOTAL:	30	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0 C/H a DISTÂNCIA: 0
EMENTA:		
<p>A brincadeira como atividade principal da criança. Jogos e brinquedos para o desenvolvimento de crianças com necessidades especiais. O significado do jogo e das brincadeiras no processo de inclusão de crianças com necessidades especiais na educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Jogo como um recurso mediador da aprendizagem de crianças e do processo de inclusão dos alunos em nossas escolas. Jogos de mesa. Jogos corporais. Jogos matemáticos.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>HUIZINGA, Johan. Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.</p> <p>KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>OLIVEIRA, Vera Barros. (Org.). O brincar e a criança do nascimento aos seis anos. Petrópolis: Vozes, 2000.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>BENJAMIN, Walter. Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação. 2.ed. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2014.</p> <p>BROUGÈRE, Gilles. Jogo e educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.</p> <p>FRIEDMAN, Adriana. Brincar, crescer e aprender: o resgate do jogo infantil. São Paulo: Editora Moderna, 1996.</p> <p>FRIEDMAN, Adriana. O desenvolvimento da criança através do brincar. São Paulo: Moderna, 2012.</p> <p>MACEDO, Lino de; PETTY, Ana Lúcia Sícoli; PASSOS, Norimar Christe. Aprender com jogos e situações-problema. Porto Alegre: Artmed, 2000.</p>		

DISCIPLINA:	Leitura e Produção de Textos Acadêmicos			Anual	
C/H TOTAL:	60				
C/H TEÓRICA:	60	C/H PRÁTICA:	0	C/H EXTENSÃO:	0
C/H a DISTÂNCIA: 0					
<p>EMENTA:</p> <p>Produção de textos dissertativos, argumentativos e críticos. Coesão, Coerência e Unidade Textual. Diretrizes para Leitura, Análise e Interpretação de textos. Análise textual, temática e interpretativa. Problematização. Síntese pessoal, como resumir e elaborar resenhas.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>MACHADO, Rachel; LOUSADA, Eliane; ABRAU-TARDELLI, Lilian Santos. Planejar gêneros acadêmicos. Rio de Janeiro: Parábola, 2007.</p> <p>SILVA, Ezequiel Theodoro. Criticidade e leitura: ensaios. São Paulo: Mercado das Letras, 2003.</p> <p>FEITOSA, Vera Cristina. Redação de textos científicos. Campinas: Papyrus, 1995.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>CASTRO, Marccos. Caminhos para a leitura. São Paulo: Record, 2002.</p> <p>KAUFMAN, Ana Maria. Escola, leitura e produção de textos. Porto Alegre: ArtMed, 1995.</p> <p>MANGUEL, Alberto. Uma história da leitura. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.</p> <p>MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas. São Paulo: Atlas, 2006.</p> <p>MICHELETTI, Guaraciaba. Leitura e construção do real. São Paulo: Cortez, 2003.</p>					

DISCIPLINA:	Libras	Anual	
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA:	60	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0
C/H a DISTÂNCIA: 0			
EMENTA:			
<p>Audição e Surdez (Deficiência ou Cultura). História da Educação dos Surdos. Cultura e Identidade. Aspectos Linguísticos da Libras; Variações Históricas e Sociais. Bilinguismo – Novo enfoque na Educação dos Surdos. Desenvolvimento Linguístico. Português como segunda Língua. Políticas Públicas e Legislação na Educação dos Surdos. Intérprete de Libras. Parâmetros Principais e secundários da Libras. Classificadores em Libras. Libras em contexto.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>BOTELHO, Paula. Linguagem e Letramento na Educação dos Surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica. 2005.</p>			
<p>BRANDÃO, Flávia. Dicionário de libras: língua brasileira de sinais. São Paulo: Global, 2011.</p>			
<p>PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson, 2011.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>FERNANDES, Eulália. Surdez e bilinguismo. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.</p>			
<p>GESSER, Audrei. Libras?: Que língua é essa? : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.</p>			
<p>QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir. Língua de sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p>			
<p>SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima. Bilinguismo dos surdos: questões linguísticas e educacionais. Goiânia: Cãnone, 2007.</p>			
<p>SKLIAR, Carlos (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação 2001.</p>			

DISCIPLINA:	Políticas Educacionais e funcionamento da Educação Especial			Anual	
C/H TOTAL:	60				
C/H TEÓRICA:	60	C/H PRÁTICA:	0	C/H EXTENSÃO:	0
C/H a DISTÂNCIA: 0					
<p>EMENTA:</p> <p>Formação do Sistema Educacional brasileiro. Constituições e leis educacionais no contexto social, político e cultural. A Educação Especial na legislação brasileira: política educacional e dispositivos legais. Estrutura e funcionamento e educação inclusiva desde o Brasil República. Papel dos movimentos sociais na luta pela educação especial no país.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga.. Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2012.</p> <p>GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. (Org.). Políticas e práticas de educação inclusiva. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.</p> <p>MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2017.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, 2008.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Carlos; TOSCHI, Mirza S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10 ed. São Paulo. Cortez. 2012.</p> <p>SILVA, S.; VIZIM, M. (Org.) Políticas públicas: educação, tecnologias e pessoas com deficiência. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.</p> <p>ROMANELLI, Otaíza Oliveira. História da educação no Brasil. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.</p> <p>SANTOS, Clóvis Roberto dos. Política e Educação no Brasil. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 1998.</p>					

DISCIPLINA:	Pesquisa da Prática Pedagógica e Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva I	Anual
C/H TOTAL:	167	
C/H TEÓRICA:	60	C/H PRÁTICA: 107
		C/H EXTENSÃO: 0
		C/H a DISTÂNCIA: 0
EMENTA:		
<p>Fundamentos legais do estágio supervisionado. Investigação da realidade educacional na educação infantil e o desenvolvimento dos alunos público alvo da educação especial. Estabelecimento de relações entre práticas educativas inclusivas e políticas relativas ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) na educação infantil. Relação entre teoria e prática por meio da inserção no contexto educacional e análise de situações pedagógicas vivenciadas.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia e prática docente . São Paulo: Cortez, 2012.		
SMITH, D. Introdução à educação especial - Ensinar nos tempos de inclusão . Porto Alegre: Artmed, 2008 (demais edições).		
PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
CAIADO, K.R.M.; JESUS, D.M.; BAPTISTA, C.R. (Orgs.) Professores e Educação Especial: formação em foco . Porto Alegre: Mediação/CDV/FACITEC, 2011. v. 1.		
CARVALHO, R. E. Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva . 8 ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.		
FAVERO, E. A. G. Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade . 3.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2012.		
MAZZOTTA, M. J. da S. Trabalho docente e formação de professores de educação especial . São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1993.		
OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Educação infantil: fundamentos e métodos . São Paulo: Cortez, 2002		

DISCIPLINA:	Pesquisa da Prática Pedagógica e Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva II	Anual
C/H TOTAL:	167	
C/H TEÓRICA:	60	C/H PRÁTICA: 107
		C/H EXTENSÃO: 0
		C/H a DISTÂNCIA: 0
EMENTA:		
<p>Identificação, análise e discussão de situações da prática educativa vivenciadas nos espaços de escola de ensino comum, dos anos iniciais do ensino fundamental. Construção e execução de proposta de ensino colaborativo em espaços em que tenham estudantes público alvo da Educação especial incluídos.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>BAPTISTA, C. R.; JESUS, D. M. de. Avanços em políticas de inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países. Porto Alegre: Mediação, 2009.</p> <p>FAZENDA, Ivani Catarina Arantes; PICONEZ, Stela C. Bertholo. A prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas: Papyrus, 1991</p> <p>PIMENTA, G. Selma Saberes pedagógicos e atividades docentes. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>CAIADO, K.R.M.; JESUS, D.M.; BAPTISTA, C.R. (org.) Professores e Educação Especial: formação em foco. Porto Alegre: Mediação/CDV/FACITEC, 2011. v.1.</p> <p>CANDAU, V. M. Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.</p> <p>MANZINI, E. J (Org.). Inclusão e acessibilidade. Marília: ABPEE, 2006.</p> <p>PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>PERRENOUD, Philippe. Práticas pedagógicas, profissão docente e formação. Lisboa: Dom Quixote, 1993.</p> <p>VEIGA, I. P. A.; D'ÁVILA, C. M. (Org.). Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2010.</p>		

DISCIPLINA:	Pesquisa da Prática Pedagógica e Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva III	Anual
C/H TOTAL:	167	
C/H TEÓRICA:	60	C/H PRÁTICA: 107
		C/H EXTENSÃO: 0
		C/H a DISTÂNCIA: 0
EMENTA:		
<p>Conhecimento e análise das práticas pedagógicas inclusivas nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio das instituições do ensino comum regular e instituições especializadas. Ensino colaborativo, trabalho de colaboração e consultoria colaborativa ao professor de ensino regular (sala comum e sala de recurso multifuncional) Elaboração e execução de projeto de intervenção pedagógica de apoio no contexto escolar.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>MANZINI, E. J. Inclusão e acessibilidade (Org). Marília-SP: ABPEE, 2006.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. (Org). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez Editora, 1999.</p> <p>VEIGA, I. P. A.; D'ÁVILA, C. M. (OrgS.). Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas. 2 ed. Campinas: Papyrus, 2010.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>BEYER, H.O. Inclusão e a avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2010.</p> <p>COSTAS, F. A. T. (Org.). Educação, Educação Especial e Inclusão: fundamentos, contextos e práticas. Curitiba: Appris, 2002.</p> <p>FREITAS, S. N. F. Tendências contemporâneas de inclusão. Santa Maria: Editora UFSM, 2008.</p> <p>MENDES, E,G,; CIA F. (Orgs.). Inclusão Escolar e o Atendimento Educacional. São Carlos, Marquezini & Manzini, ABPEE, 2014.</p> <p>PALHARES, M. S.; MARINS, S. Escola inclusiva. São Carlos: Edufscar, 2002.</p>		

DISCIPLINA:	Pesquisa da Prática Pedagógica e Estágio Supervisionado em Educação Especial Inclusiva IV	Anual
C/H TOTAL:	167	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:
60	107	0
C/H a DISTÂNCIA: 0		
EMENTA:		
<p>Análise das práticas pedagógicas inclusivas na Educação de Jovens e Adultos e Ensino Superior. Articulação entre os professores do ensino comum e o apoio educacional especializado. Elaboração e execução de projeto de intervenção pedagógica de apoio no contexto educacional comum.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>MARTINS, J. S. A exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido, ANASTASIOU, Léa, das Graças Camargo. Docência superior. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>PLETSCH, Márcia Denise. Repensando a inclusão escolar. Diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. Rio de Janeiro: Nau: Edu, 2010.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>BERNARDIM, Márcio L. Educação do trabalhador: da escolaridade tardia à educação necessária. Guarapuava: Unicentro, 2007</p> <p>CUNHA, Maria Isabel da. (Org.). Formatos avaliativos e concepção de docência. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção Educação Contemporânea).</p> <p>MARTINS, José de S. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.</p> <p>GADOTTI, Moacir. ROMÃO, José E. (Orgs). Educação de Jovens e Adultos: teoria prática e proposta. Editora Cortez: Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2006, (Guia da escola cidadã, v. 5).</p> <p>SOARES, Leôncio (Org.). Aprendendo com a diferença: estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003.</p>		

DISCIPLINA:	Procedimentos de ensino em Educação Especial: Altas Habilidades/Superdotação			Semestral	
C/H TOTAL:	60				
C/H TEÓRICA:	30	C/H PRÁTICA:	0	C/H EXTENSÃO:	30
		C/H a DISTÂNCIA:			0

EMENTA:

Concepções e características. História do Atendimento Educacional às altas habilidades/superdotação no Brasil e no mundo. Políticas públicas contemporâneas para as altas habilidades/superdotação. Concepção de identificação educacional. Procedimentos utilizados no Processo de Identificação Educacional. Práticas Pedagógicas para estudantes com altas habilidades/superdotação, contextos de atendimento e práticas pedagógicas com os estudantes com altas habilidades/ superdotação. Métodos, técnicas e recursos pedagógicos que podem auxiliar no processo de aprendizagem frente à altas habilidades/superdotação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALONSO, Juan Antonio; RENZULLI, Joseph S. **Manual internacional de superdotados**: manual para professores y padres. Madrid: Giuntieos Psychometrics, 2003.

RENZULLI, Joseph S. et al. **Escalas Renzulli**: escalas para la valoración de las características de comportamiento de estudiantes superdotados. 2.ed. Salamanca: Amarú, 2001.

BURNS, D. E. **Altas Habilidades/Superdotação**. Manual para guiar o aluno desde a definição de um problema até o produto final. Curitiba: Juruá, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALENCAR, E.M.L.S.; FLEITH, D.S. **Superdotados**: determinantes, educação e ajustamento. São Paulo: EPU, 2000.

FLEITH, D. S. (Org.). **A construção de práticas educacionais para alunos com Altas habilidades/Superdotação**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2007.

GONZÁLEZ, E. **Necessidades educacionais específicas**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FREITAS, S. N.; PÉREZ, S. G. P. B. **Altas Habilidades/Superdotação**: atendimento especializado. Marília: ABPE, 2012.

VIRGOLIM, A. R.; KONKIEWTZ C. E. (Org.) **Altas Habilidades/Superdotação, inteligência e criatividade**: uma visão multidisciplinar. Campinas, SP: Papyrus, 2014.

DISCIPLINA:	Procedimentos de ensino em Educação Especial: Deficiência Auditiva	Semestral
C/H TOTAL:	60	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:
30	0	30
C/H a DISTÂNCIA:		

EMENTA:

Estudo do histórico da conceituação da deficiência auditiva e surdez. Análise das diferentes abordagens de intervenção educacional junto à surdez, e princípios da educação Aquisição da Língua (GEM). Teorias da aquisição da linguagem. Aquisição da fala e da escrita: uma síntese. Aquisição da Língua de Sinais como primeira e aquisição da segunda língua. Fases da aquisição e desenvolvimento da Língua de Sinais. O fator linguístico na aprendizagem e desenvolvimento cognitivo do surdo. Cultura Surda. Contextos bilíngues como meios favoráveis que contribui para a aquisição e desenvolvimento do surdo. Métodos, técnicas e recursos pedagógicos que podem auxiliar no processo de aprendizagem frente à deficiência auditiva.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GOLDFELD, Marica. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. São Paulo – SP: 1997.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2015

VYGOTSKY L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GOES, M. C. R de. (Org.). **Surdez: processos educativos e subjetividade**. São Paulo: Lovise, 2000.

LACERDA, C.B.F.; LODI, A.C B (Orgs.). **Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LOPES, M. C. **Surdez & educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MOURA, M.C, VERGAMINI, S.A.A, LEITE, S.R. **Educação para surdos: práticas e perspectivas**. São Paulo: Santos, 2009.

SKLIAR, C. (Org). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação,2001.

DISCIPLINA:	Procedimentos de ensino em Educação Especial: Deficiência Física		Semestral
C/H TOTAL:	30		
C/H TEÓRICA:	30	C/H PRÁTICA:	0
		C/H EXTENSÃO:	30
		C/H a DISTÂNCIA:	0

EMENTA:

Deficiência física. Disfunção neuromotora - paralisia cerebral. Mielomeningocele. Doenças neuromusculares. Lesão medular. Lesões encefálicas adquiridas. Acessibilidade física e acessibilidade ao currículo escolar. Tecnologia assistiva na escola – comunicação alternativa. A pessoa com deficiência física e o trabalho. Métodos, técnicas e recursos pedagógicos que podem auxiliar no processo de aprendizagem frente à deficiência física.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação Infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: deficiência física.** Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Manual de acessibilidade espacial para escolas: o direito à escola acessível.** Brasília, 2009

MORAES, Luiz Fernando de. **Deficiência física: da experiência ao saber científico.** Porto Alegre: Imprensa Livre, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOBATH, K. **A deficiência motora em pacientes com paralisia cerebral.** São Paulo: Manole, 1979.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos pedagógicos adaptados.** Brasília, 2002.

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais.** 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FERNANDES, A.C., RAMOS, A.C.R., CASALIS, M.E.P., HEBERT, S.K. **Medicina e reabilitação: princípios e práticas.** Artes Médicas, 2007.

MARTINS. M.C; JAUREGUI, M.V.G; LOPES, M.L.S. **Incapacidade motora: orientações para adaptar a escola.** Porto Alegre: Art Med, 2004.

DISCIPLINA:	Procedimentos de ensino em Educação Especial: Deficiência Intelectual			Semestral	
C/H TOTAL:	60				
C/H TEÓRICA:	30	C/H PRÁTICA:	0	C/H EXTENSÃO:	30
				C/H a DISTÂNCIA:	0

EMENTA:

Deficiência Intelectual: conceitos, definições e possibilidades de avaliação da pessoa com deficiência intelectual. História e atendimento educacional da pessoa com deficiência intelectual. Relações, concepções e práticas sociais e políticas produzidas em relação à pessoa com deficiência intelectual. Avaliação funcional individual. Práticas pedagógicas voltadas às aprendizagens escolares. Recursos tecnológicos e de acesso ao currículo. Deficiência intelectual, formas de identificação, diagnóstico diferencial entre deficiência intelectual e doença mental; causas e síndromes mais comuns que apresentam D.I. e incidência. Métodos, técnicas e recursos pedagógicos que podem auxiliar no processo de aprendizagem frente à deficiência intelectual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: T.A. Queiróz, 1984.

SMITH, D. D. **Introdução à Educação Especial: ensinar em tempos de inclusão**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

JANNUZZI, G. **A educação do deficiente mental no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

MANTOAN, M. T. E. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais**. São Paulo: Scipione, 2005.

PLETSCHE, Márcia Denise; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; HOSTINS, Regina Célia Linhares. **A escolarização de alunos com deficiência intelectual: políticas, práticas e processos cognitivos**. São Carlos: Marquezine e Manzini, 2015.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

DISCIPLINA:	Procedimentos de ensino em Educação Especial: Deficiência Visual	Semestral
C/H TOTAL:	60	
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 30
C/H a DISTÂNCIA: 0		

EMENTA:

Deficiência Visual: Aspectos históricos e definição da deficiência visual. Identificação, causas e prevenção cegueira e baixa visão. Principais patologias visuais, vícios de refração e implicações na aprendizagem escolar. Avaliação do atendimento educacional da pessoa com deficiência visual e baixa visual. Recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência visual (alunos cegos e com baixa visão). Critérios para identificar a condição visual (características). Resgate histórico, social e político sobre a pessoa com deficiência visual. Avaliação, Planejamento e Práticas pedagógicas de atendimento para alunos com cegueira e baixa visão. Métodos, técnicas e recursos para alunos cegos e com baixa visão. Estudo e prática: Estimulação essencial ao desenvolvimento. Sistema Braille, Leitores de Tela, Métodos e Técnicas de Soroban, Audiodescrição. Atividade de vida autônoma, Orientação e mobilidade, recursos de acessibilidade para alunos com baixa visão e produção de material didático adaptado para alunos cegos e com baixa visão. Métodos, técnicas e recursos pedagógicos que podem auxiliar no processo de aprendizagem frente à deficiência visual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Soroban**: manual de técnicas operatórias para pessoas com deficiência visual. Brasília, 2009.

CAIADO, K. R. M. **Aluno deficiente visual na escola**: lembranças e depoimentos. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

MASINI, E. F. S. (Org). **A pessoa com deficiência visual**: um livro para educadores. São Paulo: Vetor, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMIRALIAN, M.L.T.M. **Deficiência Visual**: perspectivas na contemporaneidade. São Paulo: Vetor, 2009.

AMORIM, C. M. A.; ALVES, M. G. **A criança cega vai à escola**: preparando para alfabetização. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2008.

DOMINGUES, C. dos A. et al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**: baixa visão e cegueira. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

FREITAS, M. I. C. de; VENTORINI; S. E. **Cartografia tátil**: orientação e mobilidade às pessoas com deficiência visual. Jundiaí: Paco Editorial, 2011

MARTÍN, M. B.; BUENO, S. T. **Deficiência visual**: aspectos psiconeuroevolutivos e educativos. São Paulo: Santos, 2003.

DISCIPLINA:	Procedimentos de ensino em Educação Especial: Surdocegueira	Semestral
C/H TOTAL:	60	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:
30	0	0
C/H a DISTÂNCIA: 30		
<p>EMENTA: Desenvolvimento e aprendizagem de pessoas com surdocegueira: especificidades, modelos de aprendizagem; princípios pedagógicos das práticas educativas. Avaliação do desenvolvimento e da aprendizagem de pessoas com surdocegueira: definições e conceitos; concepções; critérios de avaliação e avaliação funcional individual. Estudo de caso e atendimento pedagógico. Atendimento educacional de pessoas com surdocegueira: planejamento educacional de programas e projetos de atendimento especializado; práticas pedagógicas de atendimento; métodos, técnicas e recursos de mediação da aprendizagem. Estudos de aprofundamento: libras tátil; equipamentos, adaptação de materiais, orientação e mobilidade. Métodos, técnicas e recursos pedagógicos que podem auxiliar no processo de aprendizagem frente aos transtornos específicos.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>CAMBRUZZI, Rita de Cássia Silveira Cambruzzi; COSTA, Maria da Piedade Resende da. Surdocegueira: níveis e formas de comunicação. São Paulo: EdUFSCAR, 2016.</p> <p>CADER-NASCIMENTO, Fatima A. A. A.; COSTA, Maria da Piedade R. da. Descobrimo a Surdocegueira: educação e comunicação. EdUFSCar. São Carlos. 2007.</p> <p>GARCIA, Alex. Surdocegueira: empírica e científica. São Luiz Gonzaga, RS: Alex Garcia, 2008. v. 1.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BRAZELTON, T.B., GREENSPAN, S.I. As necessidades essenciais das crianças. O que toda criança precisa para crescer, aprender e se desenvolver. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p> <p>CADER-Nascimento, Fatima A. A. A. MAIA, Shirley Rodrigues. Educação Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização : surdocegueira/múltipla deficiência sensorial. 4. ed. Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 79 p</p> <p>MAIA, S. R.; ARAÓZ, S. M. M.; IKONOMIDIS, V. M. Surdocegueira e deficiência múltipla sensorial: sugestões de recursos acessíveis e estratégias de ensino. São Paulo: Grupo Brasil de Apoio ao Surdocego e ao Múltiplo Deficiente Sensorial, 2010.</p> <p>LIMA, E. S. Diversidade e aprendizagem. São Paulo: Editora Sobradinho, 2005.</p> <p>MONTAGU, A. Touching -Tocar - o significado humano da pele. São Paulo: Summus, 1988. (Novas buscas em psicoterapia, v. 34)</p>		

DISCIPLINA:	Procedimentos de ensino em Educação Especial: Transtornos Específicos	Semestral
C/H TOTAL:	60	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:
30	0	30
		C/H a DISTÂNCIA: 0

EMENTA:

Contextualização dos transtornos funcionais específicos e sua repercussão na aprendizagem. Transtornos funcionais específicos: conceitos, características e etiologias. Os transtornos funcionais específicos de aprendizagem: do diagnóstico à intervenção. Aspectos legais. Tipos: dislexia, discalculia e disortografia. Transtornos específicos da aprendizagem no contexto escolar. TDAH, planejamento e encaminhamento metodológico. Materiais didático-pedagógicos que auxiliam alunos TDAH. Estabelecer relação entre teoria e prática por meio de inserção no contexto educacional. Métodos, técnicas e recursos pedagógicos que podem auxiliar no processo de aprendizagem frente aos transtornos específicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FLETCHER, J. M.; LYONS, G. R.; FUCHS, L. S.; BARNES, M. A. **Transtornos de aprendizagem: da identificação à intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MOOJEN, S. M. P. **A escrita ortográfica na escola e na clínica: teoria, avaliação e tratamento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

ROTTA, N. T.; OHLWEILER, L.; RIESGO, R. **Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar**. Porto Alegre: Artmed, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A.; RIBEIRO, M. C. F. (Orgs). **Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos**. Campinas: Mercado de letras, 2013.

FURTADO, Valéria Queiroz. **Dificuldades na Aprendizagem da Escrita**. Petrópolis: Vozes, 2009.

JOSÉ, Elisabete da Assunção; COELHO, Maria Teresa. **Problemas de aprendizagem**. 13.ed. São Paulo: Ática, 2011.

MOUSINHO, R; ALVES; L. M.; CAPELLINI, S. A. **Dislexia: novos temas, novas perspectivas**. Vol.3. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

SANTOS, M.T.M. dos; NAVAS, A.L.G.P. **Distúrbios de leitura e escrita: teoria e prática**. São Paulo: Manoele, 2004.

DISCIPLINA:	Procedimentos de ensino em Educação Especial: Transtornos Globais do Desenvolvimento e Transtorno do Espectro Autista			Semestral	
C/H TOTAL:	60				
C/H TEÓRICA:	30	C/H PRÁTICA:	0	C/H EXTENSÃO:	30
				C/H a DISTÂNCIA:	0

EMENTA:

História da educação dos sujeitos com TEA. O TEA na contemporaneidade. As diferentes concepções teóricas sobre o autismo. Processos de escolarização e práticas pedagógicas. Avaliação educacional do aluno com autismo. Desenvolvimento e aprendizagem de alunos com transtornos globais do desenvolvimento especificidades do desenvolvimento. Princípios pedagógico-metodológicos das práticas educativas. Avaliação do desenvolvimento e da aprendizagem de alunos com transtornos globais do desenvolvimento critérios de avaliação e avaliação funcional individual. Atendimento educacional de pessoas com transtornos globais do desenvolvimento planejamento educacional de programas e projetos de atendimento especializado. práticas pedagógicas de atendimento. Métodos, técnicas e recursos pedagógicos que podem auxiliar no processo de aprendizagem frente aos transtornos globais do desenvolvimento e Transtorno do Espectro Autista.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ORRÚ, S. E. **Aprendizes com autismo**: aprendizagem por eixos de interesse em espaços não excludentes. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2016

JERUSALINSKY, A. (Org.). **Dossiê autismo**. São Paulo: Instituto Langagem, 2015.

KUPFER, M. C. M.; PATTO, M. H. S.; VOLTOLINI, R. **Práticas inclusivas em escolas transformadoras**: acolhendo o aluno sujeito. São Paulo: Escuta, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BIALER, M. **Literatura de autistas**: uma leitura psicanalítica. Curitiba: Editora CRV, 2015.

CAMARGOS Jr, W. **Transtornos invasivos do desenvolvimento: Terceiro milênio**. Brasília: Ministério da Justiça, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, AMES, ABRA, 2005.

BAPTISTA, C.R.; Bosa, C. **Autismo e educação**: reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artes Médicas, 2009.

SANTOS, E. C. dos. **Linguagem escrita e a criança com autismo**. Curitiba: Appris Editora, 2016.

SCHWARTZMAN, José S.; ARAUJO, Ceres A. (Org.) **Transtornos do Espectro do Autismo**. São Paulo, Memnon, 2011.

DISCIPLINA:	Processos Investigativos em Educação Especial Inclusiva			Anual	
C/H TOTAL:	60				
C/H TEÓRICA:	60	C/H PRÁTICA:	0	C/H EXTENSÃO:	0
C/H a DISTÂNCIA: 0					
<p>EMENTA:</p> <p>Conhecimento, ciência e pesquisa: conceituação básica. Dimensões da pesquisa em educação: tipos, abordagens, procedimentos e instrumentos de pesquisa. Projeto de pesquisa. Produção de textos acadêmicos. Ética e pesquisa com seres humanos. Interpretação e utilização das normas da ABNT.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>APPOLINÁRIO, Fabio. Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>GIL, Antonio. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009.</p> <p>LAVILLE, C; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia em pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.</p> <p>LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. 2.ed. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 2014.</p> <p>NUNES SOBRINHO, F. P (org.). Inclusão Educacional: pesquisa e interfaces. Rio de Janeiro: Livre expressão, 2003.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim; FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Orgs.). Conhecimento, pesquisa e educação. Campinas: Papirus, 2001.</p>					

DISCIPLINA:	Psicologia da Educação	Anual
C/H TOTAL:	60	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:
60	0	0
C/H a DISTÂNCIA: 0		
EMENTA:		
<p>A Psicologia e a Psicologia da Educação. A psicologia e suas vertentes. Os principais teóricos da personalidade (Freud, Jung, Adler, Reich, Maslow, Perls, Rogers, Skinner). Aspectos do desenvolvimento biológico, cognitivo, emocional e social nas perspectivas das teorias psicológicas de desenvolvimento e aprendizagem. A teoria de Jean Piaget e o desenvolvimento cognitivo. O desenvolvimento para a Psicanálise. Vigotski e a visão de desenvolvimento na perspectiva histórico cultural.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BEE, Helen. A criança em desenvolvimento . Porto Alegre. Artmed, 2003.		
FADIMAN, James; FRAGER, Robert. Teorias da personalidade . São Paulo: Harbra, 2002.		
QUADROS, Emérico Arnaldo. Psicologia e desenvolvimento humano . Petrópolis: Vozes, 2017.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
DAVIDOFF, Linda L. Introdução à psicologia . 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2006.		
KUSNETZOFF, Juan Carlos. Introdução à psicopatologia psicanalítica . Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2001.		
PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia . 14. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.		
VYGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem . São Paulo. Martins Fontes, 2015.		
_____. A formação social da mente . São Paulo. Martins Fontes, 2010.		

DISCIPLINA:	Sociologia e Antropologia da Educação	Anual
C/H TOTAL:	60	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:
60	0	0
C/H a DISTÂNCIA: 0		
EMENTA:		
<p>A trajetória da Sociologia da Educação: dos seus inícios à contemporaneidade. Escola e sociedade capitalista. Determinações sociais do rendimento escolar. Educação e mudanças sociais. Culturas, Sociedades, Grupos Sociais, Processos de Socialização, Estrutura Social. Controle Social, Educação e Mudança, Educação e Poder, Educação Formal e Não Formal, abarcando as principais discussões enfocadas pelas teorias sociológicas e antropológicas, ao longo da história destas disciplinas. As escolas Sociológicas e Antropológicas e as concepções de educação/sociedade. Etnocentrismo, Relativismo Cultural, Tensões e Perspectivas na Formação de Professores. Multiculturalismo e diferença cultural. Inclusão e Exclusão. Dimensão espacial, instituição, relações de poder e produção do conhecimento na contemporaneidade.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia . 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes: 2011.		
QUINTANEIRO, Tânia <i>et al.</i> Um toque de clássicos . Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.		
RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da Educação . Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
ABRANTES, Pedro (Org.). Tendências e controvérsias em Sociologia da Educação . Lisboa: Mundos Sociais, 2010.		
BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. Os herdeiros: os estudantes e a cultura . Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.		
BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino . 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.		
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação como cultura . Campinas: Mercado das Letras, 2002.		
MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia . São Paulo: Cosac-Naify, 2003.		

DISCIPLINA:	Psicopedagogia (Optativa I)	Semestral
C/H TOTAL:	30	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:
30	0	0
C/H a DISTÂNCIA: 0		
EMENTA:		
<p>Conceitos básicos sobre Psicopedagogia: objeto de estudo, bases epistemológicas e teóricos que a fundamentam. Histórico da Psicopedagogia. Psicopedagogia no Brasil. Formação e atuação profissional do psicopedagogo: atuação clínica e institucional. As relações da psicopedagogia. Psicopedagogia, problemas de aprendizagem e as relações familiares.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>BEAUCLAIR, João. Para entender psicopedagogia: perspectivas atuais, desafios futuros. Rio de Janeiro: WAK, 2006.</p> <p>BOSSA, Nadia A. A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p> <p>WEISS, Maria Lucia W. Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>FONTES, Marisa Aguetoni. Psicopedagogia e sociedade: história, concepções e ontribuições. São Paulo: Vetor, 2006.</p> <p>PORTO, Olívia. Bases da psicopedagogia: diagnóstico e intervenção nos problemas de aprendizagem. Rio de Janeiro: WAK, 2007.</p> <p>SISTO, Fermino F. et al. Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar. Petrópolis: Vozes, 1996.</p> <p>SCOZ, Beatriz J. L. et al.. Psicopedagogia: o caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional. Porto Alegre: Artes Médica, 1990.</p> <p>VISCA, Jorge. O diagnóstico operatório na prática psicopedagógica. São José dos Campos: Pulso, 2008</p>		

DISCIPLINA:	Tecnologias Assistivas			Semestral	
C/H TOTAL:	30				
C/H TEÓRICA:	30	C/H PRÁTICA:	0	C/H EXTENSÃO:	0
				C/H a DISTÂNCIA:	0
EMENTA:					
<p>Tecnologias assistivas. Conceito, objetivos e características. Análise da área de Tecnologias Assistivas (TAs) e seu uso com crianças e jovens com necessidades educacionais especiais em idade escolar. Estudo dos modelos teóricos que fundamentam o uso apropriado dos sistemas de TAs, da eficácia dos recursos, diretrizes para seleção, implementação, uso e monitoração dos recursos de TAs. Recursos e técnicas de AD.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
<p>HUMMEL E. I. Tecnologia Assistiva: a inclusão na prática. Curitiba: Appris, 2015.</p> <p>KLEINA, Claudio. Tecnologia assistiva em educação especial e educação inclusiva. Curitiba: Intersaberes, 2012.</p> <p>MALAGGI, Vitor; TEIXEIRA, Adriano Canabarro. Comunicação, tecnologias interativas e educação: (re) pensar o ensinar-aprender na cultura digital. Curitiba: Appris, 2019.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
<p>MANZINI E.J. Inclusão e Acessibilidade. Marília: ABPEE, 2006.</p> <p>MENDES, E. G.; ALMEIDA, Maria Amélia; HAYASHI, Maria Cristina P I. (Orgs.). Temas em Educação Especial: conhecimentos para fundamentar a prática. Araraquara: Junqueira&Marins, 2008.</p> <p>NUNES, L.R.O.P. et al. (Org.). Comunicar é preciso: em busca das melhores práticas na educação do aluno com deficiência. Marília: ABPEE, 2011.</p> <p>RAIÇA, Darcy (Org.). Tecnologias para a educação inclusiva. São Paulo: Avercamp, 2008.</p> <p>SMITH, D.D. Introdução à educação especial: ensinar em tempos de inclusão. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p>					

DISCIPLINA:	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação aplicadas à Educação Especial Inclusiva	Anual
C/H TOTAL:	60	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:
60	0	0
C/H a DISTÂNCIA: 0		
<p>EMENTA: Tecnologias no contexto da Educação Especial: conceitos. Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA): indicações e tipos. Recursos tecnológicos e a produção cooperativa na educação especial: objetos de aprendizagem/<i>softwares</i> educativos/aplicativos educacionais. Acessibilidade: tipologia, recursos, materiais digitais educacionais; Mídias sociais; Web; Protocolos Padrão WCAG2.0</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>GIROTO, Regina Mosca; POKER, Rosimar Bortolini; OMOTE, Sadão. (Orgs.). As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas. Marília: Oficina Universitária, 2012.</p> <p>RAIÇA, Darcy (Org.). Tecnologias para a educação inclusiva. São Paulo: Avercamp, 2008.</p> <p>SANTAROSA, L. M. C. (Org.). Tecnologias digitais acessíveis. Porto Alegre: JSM Comunicação, 2010.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>COSCARELLI, C. V. Tecnologias para aprender. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.</p> <p>HUMMEL E. I. Tecnologia Assistiva: a inclusão na prática. Curitiba: Appris, 2015.</p> <p>NICÁCIO, Jalves Mendonça. Técnicas de acessibilidade: criando uma web para todos. Maceió: EDUFAL, 2010.</p> <p>POKER, Rosimar Bortolini; TAVELL, Marcelo; PETITTO, Navega Sônia (Orgs.). Acessibilidade na escola inclusiva: tecnologias, recursos e o Atendimento Educacional Especializado. Marília: Oficina Universitária, 2012.</p> <p>UNESCO. Abrindo novos caminhos para o empoderamento: TIC no acesso à informação e ao conhecimento para as pessoas com deficiência. Comitê Gestor da Internet no Brasil. São Paulo: UNESCO, 2014.</p>		

DISCIPLINA:	Tópicos em Currículo em Educação Especial Inclusiva	Semestral
C/H TOTAL:	60	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:
30	0	0
C/H a DISTÂNCIA: 30		
<p>EMENTA: Currículo: fundamentos e concepções. Teorias curriculares: tradicionais, críticas e pós-crítica. O currículo como instrumento pedagógico de construção e reconstrução dos saberes. Concepção de currículo na Educação Especial. Organização curricular na perspectiva da Educação Especial Inclusiva: O currículo e a legislação educacional.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>GIMENO SACRISTÁN, J. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3 ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.</p> <p>MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa (org). Currículo: questões atuais. Campinas, SP: Papirus, 1997.</p> <p>SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 6. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>APPLE, Michel W. Ideologia e currículo. Porto Alegre: ArtMed, 2006.</p> <p>GOODSON, Ivor F. Currículo: teoria e história. Petropólis: Vozes, 2008.</p> <p>LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth (orgs). Currículo: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (Org.). Currículo: políticas e práticas. 12. ed. Campinas: Papirus, 2010.</p> <p>MOREIRA, Antônio Flávio B. Ênfases e omissões no currículo. Campinas: Papirus, 2001.</p>		

9 DESCRIÇÃO DA PESQUISA NO CURSO DE GRADUAÇÃO

Inicialmente, cumpre destacar que conforme metas explícitas no PDI/PPI (2018-2022) a universidade busca aprimorar seu âmbito de ação no tocante ao ensino, a pesquisa e a extensão, visando deste aprimoramento, a propositura de ações nas quais a própria universidade invista em ações acadêmicas formativas junto à comunidade. Assume-se, portanto, que não há possibilidade de distinção entre o conhecimento e a ação, uma vez que existe ‘intenção de uso’ ao se produzir conhecimento (SANTOS, 2008). Essa é a dimensão ética da produção de conhecimento: um compromisso não com a dimensão utilitarista do conhecimento, mas com seu uso social, político, cultural – cotidiano. O conhecimento apartado do cotidiano, da sociedade, perde sua “intenção de uso”, afinal, as atividades humanas devem produzir subjetividades auto enriquecedoras na sua relação com o mundo (GUATTARI; ROLNIK, 2008).

A indissociabilidade entre o conhecimento e ação é o que articula o ensino, a pesquisa e a extensão, uma vez que se provoca uma mudança paradigmática: em vez de produzir conhecimentos sobre o cotidiano, produz-se no cotidiano. Se a pesquisa se desenvolve no cotidiano, o acadêmico torna-se partícipe das ações que se desenrolam em espaços de convivência mais ou menos públicos. corroborando com Spink (2007, p. 34), “fazemos parte do fluxo de ações; somos parte dessa comunidade e compartilhamos de normas e expectativas que nos permitem pressupor uma compreensão compartilhada dessas interações”. Neste sentido, o fundamento base deste curso ratifica a necessidade de se articular ensino, pesquisa e extensão.

No âmbito da articulação ensino e pesquisa, essa será concretizada ao passo que os acadêmicos em formação sejam desafiados a investigarem as práticas desenvolvidas no âmbito de educação regular e especial, tal investigação terá como norte a proposição de seminários e produções acadêmicas em que a compreensão do acadêmico seja explicitada, aprimorada, ou mesmo, refutada para a propositura de novos direcionamentos.

9.1 A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO

A concepção de extensão universitária tem sido fruto de debates e discussões e no decorrer da história da universidade no Brasil, passou por diversas transformações e “[...] durante a década de 1980, com o fortalecimento da sociedade civil, começa a se configurar um novo paradigma de Universidade, de Sociedade e de Cidadania” (FORPROEX, 2006, p. 20). A partir de então, com a reabertura democrática, a partir de 1984 e a promulgação da Constituição Federal de 1988 que estabelece que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e

extensão representa a base da organização das universidades brasileiras e, partindo de um amplo debate, em 2010, foi apresentando o seguinte conceito:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2006).

Ao considerar o conceito de extensão definido pela FORPROEX e a determinação da Lei nº 1.300/2014 e a RESOLUÇÃO Nº 038/2020 – CEPE/UNESPAR adotamos a seguinte classificação:

I – ACEC I: disciplina de caráter introdutório, apresentando aos discentes a fundamentação teórica da extensão universitária, a legislação vigente sobre o tema e possibilidades de desenvolvimento de ações extensionistas, com carga horária anual máxima de 30h (trinta horas), conforme diretrizes estabelecidas no PPC's dos cursos e de acordo com suas especificidades.

II – ACEC II: disciplinas obrigatórias e/ou optativas, com previsão de uma parte ou da totalidade de sua carga-horária destinada à participação dos discentes como integrantes da equipe executora de ações extensionistas cadastradas na UNESPAR, conforme diretrizes estabelecidas nos PPC's dos cursos e de acordo com suas especificidades.

III – ACEC III: participação de discentes como integrantes das equipes executoras de ações extensionistas não-vinculadas às disciplinas constantes nos PPC's dos cursos de Graduação e Pós-graduação da UNESPAR.

IV – ACEC IV: participação de discentes como integrantes da equipe organizadora e/ou ministrante de cursos e eventos vinculados a Programas e Projetos de Extensão da UNESPAR.

V – ACEC V: participação de discentes como integrantes das equipes executoras de atividades de extensão de outras instituições de ensino superior, com a creditação de no máximo 120 (cento e vinte) horas para esta modalidade¹.

¹ Neste PPC assume-se a o contido no inciso I referente a ACEC I, os demais incisos serão incorporados ao curso gradativamente.

TIPO DE ACEC ASSUMIDA NO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

Código	Nome da Disciplina	Pré-requisito (Código)	Carga Horária (horas relógio)	Sem.(S) Ou Anual (A)
	Processos Investigativos em Educação Especial Inclusiva		30	S
	Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência física		30	S
	Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência visual		30	S
	Apoio Educacional Especializado em Educação Infantil		30	S
	Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência auditiva		30	S
	Apoio educacional especializado: Ensino Fundamental I e II		30	S
	Procedimentos de ensino em Educação Especial: transtornos específicos		30	S
	Procedimentos de ensino em Educação Especial: transtornos específicos		30	S
	Procedimentos de ensino em Educação Especial: altas habilidades/ superdotação		30	S
	Procedimentos de Ensino em Educação Especial: deficiência intelectual		30	S
	Apoio educacional especializado: Ensino Médio , Educação de Jovens e Adultos		30	S
	TOTAL		330	

Atendendo a estes critérios a curricularização da extensão no Curso de Educação Especial Inclusiva da Unespar se dará nos seguintes componentes:

Quanto à articulação entre ensino e extensão, esta será impulsionada pelo desenvolvimento de projetos extensionistas junto ao *locus* da investigação, pois, é neste contexto em que o acadêmico será desafiado a colocar-se como protagonista na propositura de ações com vistas às demandas da comunidade da educação básica, ou mesmo, da comunidade em geral, haja vista, que o âmbito de atuação deste profissional não se restringe ao meio escolar formal.

A curricularização da extensão do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva é regido pela Resolução 038/2020 – CEPE/UNESPAR em consonância com a Resolução 007/2018 – MEC/CNE/CES, com um total de 330 horas.

I – aprofundar o contato da Unespar com a sociedade, contribuindo para o fortalecimento de seu compromisso social e o cumprimento dos objetivos do seu Plano de Desenvolvimento Institucional;

II – articular o conhecimento técnico, científico, artístico e cultural produzido na Universidade com o conhecimento construído pelas comunidades e os diversos atores sociais, com vistas a capacitar os participantes para atuarem nos processos de transformação social;

III – fortalecer o princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão;

IV – auxiliar na melhoria da qualidade da formação acadêmica propiciada pelos cursos de Graduação e Pós-graduação da Universidade;

V – contribuir para a melhoria da qualidade do ensino bem como a expansão e qualificação das atividades de extensão universitária;

VI - impulsionar a busca de novos objetos de investigação e de inovação, bem como o desenvolvimento tecnológico a partir do contato com as demandas da sociedade;

VII - gerar e difundir conhecimentos, saberes e práticas no campo das Ciências, da Cultura, da Tecnologia, dos Direitos Humanos e das Artes, a partir da perspectiva da Troca de Saberes entre sociedade e Universidade;

VIII - propiciar formação e habilitação nas diferentes áreas de conhecimento e atuação, visando ao exercício de atividades profissionais e à participação no desenvolvimento da sociedade.

As ACECs do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva contam com regulamentação própria (ANEXO D)

10 CORPO DOCENTE

PROFESSORES EFETIVOS			
Nome do Docente	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Regime de Trabalho
Denise Maria Romano França	Pedagogia (1981) Fonoaudiologia (1984)	Graduação Pedagogia – PUC/Paraná Graduação Fonoaudiologia – PUC/Paraná Mestrado em Educação – PUC Paraná – 1998 Doutorado em distúrbios da comunicação – UTP (2013) Pós-doutorado – UTP (2019)	TIDE
Elizabeth Regina Streisky de Farias	Graduação Pedagogia–UEPG (1995)	Mestrado em Educação – UEPG (2005) Doutorado em Educação – UEPG (2017)	TIDE
Jorge Uilson Clark	História (PUCCAMP, 1991) Pedagogia (Faculdade de Ciências e Letras “Plínio Augusto do Amaral”, 1992)	Mestre em Educação (UNICAMP, 1998). Doutor em Educação (UNICAMP, 2005)	TIDE
Leociléa Aparecida Vieira	Graduação em Biblioteconomia – UFPR (1995). Graduação em Pedagogia – Universidade Castelo Branco (2010).	Mestrado em Educação – PUC/Paraná (2000). Doutorado em Educação: Currículo – PUC/São Paulo (2011).	TIDE
Roseneide Batista Cirino	Graduação em Pedagogia – Faculdade de Pinhais (2009).	Mestrado em Educação – UFPR (2007). Doutorado em Educação – UEPG (2015)	TIDE

RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS

Para este Colegiado de Curso serão necessários 15 (quinze) docentes, bem como, um agente universitário para exercer as funções administrativas relacionadas ao curso. Os docentes terão formação de doutores na área de educação, quando efetivos e, mestres, quando ingressos por contrato temporário (PSS) e o agente universitário deverá ter graduação.

Tal titulação segue o preceito do Plano de Carreira Docente e, a definição de políticas de formação continuada dos docentes e agentes universitários da Unespar, são regidos pelas Leis Estaduais nº 11.717, de 07 de maio de 1997, nº 14.825, de 12 de setembro de 2005 e nº 15.050, de 12 de abril de 2006.

Em síntese, o corpo docente para o curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva do colegiado, será composto por 15 (quinze) professores, sendo 5 (cinco) efetivos e 10 (dez) contratados, inicialmente, por contrato temporário, por meio do Processo Seletivo Simplificado (PSS), até a realização de concurso público, com titulação de pós-graduação *stricto sensu* - doutorado, conforme deliberação do Conselho Universitário da Instituição.

Destaca-se, ainda, que para a contratação de novos docentes será priorizado o regime de trabalho de 40 horas com ou sem Tide.

11 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O quadro, a seguir, apresenta a relação de docentes que compõem o NDE PROVISÓRIO - do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, sendo constituído por professores com titulação *stricto sensu* e pedagogos que atuam na instituição.

QUADRO – RELAÇÃO NDE PROVISÓRIO

Docente	Graduação	Titulação	Regime de Trabalho
Roseneide Batista Cirino	Graduação em Pedagogia – Faculdade de Pinhais (2009).	Mestrado em Educação – UFPR (2007). Doutorado em Educação – UEPG (2015)	TIDE
Elizabeth Regina Streisky de Farias	Graduação Pedagogia– UEPG (1995)	Mestrado em Educação – UEPG (2005) Doutorado em Educação – UEPG (2017)	TIDE
Jorge Uilson Clark	História (PUCCAMP, 1991) Pedagogia (Faculdade de Ciências e Letras “Plínio	Mestre em Educação (UNICAMP, 1998). Doutor em Educação (UNICAMP, 2005)	TIDE

	Augusto do Amaral”, 1992)		
Leociléa Aparecida Vieira	Graduação em Biblioteconomia – UFPR (1995). Graduação em Pedagogia – Universidade Castelo Branco (2010).	Mestrado em Educação – PUC/Paraná (2000). Doutorado em Educação: Currículo – PUC/São Paulo (2011).	TIDE
Denise Maria Vaz Romano França	Pedagoga e Fonoaudióloga	Mestrado em Educação – PUC Paraná – 1998 Doutorado em Distúrbios da comunicação – UTP (2013) Pós-doutorado – UTP (2019) Pós-Doutora em Distúrbios da Comunicação	TIDE

O NDE *pró tempore* será coordenado pela professora Dra Roseneide Maria Batista Cirino, a qual possui formação na área de educação especial inclusiva tendo realizado as pesquisas no Mestrado e Doutorado na área, além de Coordenar o Mestrado Profissional e Educação Inclusiva (Profei), programa em Rede Nacional.

Atuação do NDE

Atendendo aos dispositivos legais, o Núcleo Docente Estruturante (NDE), do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *Campus* de Paranaguá, constitui-se por docentes com formação na área da educação, com titulação em nível de pós-graduação *stricto sensu* e regime de trabalho TIDE, o que obedece à Resolução CONAES no. 01/2010.

Esta configuração tem o objetivo de garantir a dedicação plena ao acompanhamento do curso e consolidação do PPC, bem como, a avaliação periódica dele.

Objetivo geral

Avaliar o PPC, visando à melhoria da qualidade das atividades de ensino, pesquisa/iniciação científica e extensão, realizando um diagnóstico constante do curso, identificando problemas e apontando mudanças necessárias, a partir das inovações exigidas pelo mercado de trabalho.

Objetivos específicos

- Acompanhar e atuar no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do PPC;

- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas às áreas de conhecimento do curso; e
- Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo PPC.

12 INFRAESTRUTURA DE APOIO DISPONÍVEL

12.1 RECURSOS HUMANOS PARA ADMINISTRAÇÃO DO CURSO

O Colegiado conta inicialmente com professores do Colegiado de Pedagogia que poderão contribuir para o início das atividades nesta licenciatura. Sendo, cinco (cinco) doutores efetivos e um técnico administrativo que dividirá as atribuições com as ações de Pedagogia.

12.2 RECURSOS FÍSICOS

No que diz respeito às salas de aula, as disponíveis no *campus* atende as demandas do curso, para tanto, será necessário organizar no espaço uma sala configurada como brinquedoteca para apoio ao processo ensino e aprendizagem a ser desenvolvido no curso.

12.3 RECURSOS MATERIAIS PARA A ADMINISTRAÇÃO DO CURSO

Necessitam-se de computadores para administração do curso, arquivos, impressoras, material de expediente.

12.4 RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS

A bibliografia básica e complementar será adquirida conforme a Política de Aquisição de material bibliográfico em implantação pelo Sistema de Bibliotecas.

12.5 RECURSOS DE LABORATÓRIOS

Constituição de uma sala para a brinquedoteca.

13 CUSTOS DOCENTES/ANUAL

	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	TOTAL
DOCENTES	05 docentes	05 docentes	05 docentes	0	15 docentes
R\$ /mês	41.863,60	41.863,60	41.863,60	0	125.590,80

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 17/2001 do CNE** (Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica) e a Resolução nº 02/01 que se constitui em normativa para a Educação Especial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf>. Acesso em: 08 maio 2020.

_____. **Parecer CNE/CP nº 28/2001**. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e carga horária dos cursos de formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/028.pdf>>. Acesso em 04 de julho de 2017.

_____. **Parecer CNE/CP nº 11/2004**. Consulta tendo em vista o artigo 58 da Lei 9.394/96- LDB e a Resolução CNE/CEB 2/2001, que instituiu Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB11.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 6/2007, aprovado em 1º de fevereiro de 2007**. Solicita parecer sobre definição do atendimento educacional especializado para os alunos com necessidades educacionais especiais, como parte diversificada do currículo. Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb006_07.pdf. Acesso em: 06 ago. 2020.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 13/2009, aprovado em 3 de junho de 2009**. Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb013_09_homolog.pdf. Acesso em: 14 set. 2020.

_____. SECADI. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf>. Acesso em: 05 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Portaria MEC nº 976, de 05 de maio de 2006**. Dispõe sobre os critérios de acessibilidade aos eventos do Ministério da Educação, conforme decreto 5296 de 2004. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port976.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2020.

_____. **Portaria nº 3.284**, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2020.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 fev. 2020.

_____. **Decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 08 maio 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005**: Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 08 jul. 2020.

_____. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20do,visando%20a%20mobiliza%C3%A7%C3%A3o%20social%20pela. Acesso em: 15 set. 2020.

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm. Acesso em 20 abr. 2020.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

_____. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm. Acesso em: 09 ago. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 5 jun. 2020.

_____. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <http://den.prograd.ufsc.br/files/2016/07/2.7DiretrizesLicenciatura_2015_ResolucaoCNECP2_2015.pdf> Acesso em: 08 jul. 2020.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 2/2001**, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 06 set. 2020.

_____. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 18 de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf. Acesso em: 05 set. 2020.

_____. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 4**, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 06 set. 2020.

_____. **Resolução CNE/CP nº 4**, de 13 de julho de 2010. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.

_____. **Resolução CNE/CP nº 2**, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <http://www.prograd.ufu.br/legislacoes/resolucao-cnecp-no-02-de-01-de-julho-de-2015-diretrizes-curriculares-nacionais-para>. Acesso: 10 jun. 2020.

_____. **Resolução CNE/CP Nº 2**, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 15 maio 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.146, de 5 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: 10 set. 2020.

DUTRA, Vandecy Silva. **Projeto Político Pedagógico**: práticas, vivências pedagógicas e relações ambientais na Rede Municipal de Ensino de Paranaguá – PR. 2019. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Ambientais) - Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, Matinhos, 2019.

GRANEMANN, Jucélia Linhares. **Educação inclusiva**: análise de trajetórias e práticas pedagógicas. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2005.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 7. ed. rev. Petrópolis: Vozes, 2005.

INEP. **Sinopses estatísticas da Educação Básica**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 20 out. 2020.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem na escola**: reelaborando conceitos e recriando a prática. Salvador BA: Malabares, 2003.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre a inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 11, p. 387-405, 2006.

PARANÁ. Assembleia Legislativa. **Lei nº 18.419 de 07 de janeiro de 2015**. Estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=279996>. Acesso em: 13 maio 2020.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação n.º 04/06, aprovada em 2 de agosto de 2006** - Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Curitiba, 2006. Disponível em: http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2006/deliberacao_04_06.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

_____. **Deliberação CEE-PR Nº. 02/2009**. Normas para a organização e a realização de Estágio obrigatório e não obrigatório na Educação Superior, na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Especialização Técnica de Nível Médio, no Curso de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, no Ensino Médio, nas Séries Finais do Ensino Fundamental, inclusive nas modalidades Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial. Curitiba, 2009. Disponível em: http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2009/deliberacao_02_09.pdf. Acesso em: 15 maio 2020.

_____. **Deliberação CEE/PR Nº 04/2013**. Normas estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº 9.795/1999, Lei Estadual nº 17.505/2013 e Resolução CNE/CP nº 02/2012. Curitiba, 2013. Disponível em: http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2013/deliberacao_04_13.pdf. Acesso em: 21 jun. 2020.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação CEE/PR Nº 02/2015**. Dispõe sobre as Normas Estaduais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Curitiba, 2015. Disponível em: http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2015/Del_02_15.pdf. Acesso em: 16 maio 2020.

_____. **Parecer CEE CES – PR nº 23/2011**. Inclusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como disciplina nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura, bacharelado, tecnologia e sequenciais de formação específica, em cumprimento ao artigo 3.º, do Decreto Federal nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/docentes/documentos/pp/parecer_cee_ces_23_11.pdf. Acesso em: 20 maio 2020.

_____. **Resolução nº 3.600/11 SEED/GS de 19 de setembro de 2011**. Altera a denominação das Escolas de Educação Especial para Escolas de Educação Básica na modalidade de Educação Especial, a partir do início do ano letivo de 2011. Curitiba, 2011. Disponível em: http://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-12/coletanea2011.pdf. Acesso em: 25 abr. 2020.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. Superintendência de Educação (SUED). **Instrução normativa 01/2006**. Cria critérios para solicitação de professor de apoio educacional especializados aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Curitiba, 2006. Disponível em: https://educacao.mppr.mp.br/arquivos/File/informativos/2016/instr_norma_n_001_2016_sued_seed_p_r.pdf. Acesso em: 15 abr. 2020.

RIOUX, M. H.; VALENTINE, F. Does theory matter?: exploring the nexus between disability, human rights, and public policy. In: POTHIER, D., DEVLIN, R. **Critical Disability Theory: essays in Philosophy, Politics, Policy, and Law**. Vancouver: UCB Press, 2006. p.47-69 (The University of British Columbia).

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, B. S. (Org.) **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

SAUL, Ana Maria A. **Avaliação emancipatória**: desafio à teoria e a prática de avaliação e reformulação de currículo. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988.

SILVA, L. G. dos S. (Orgs.). **Educação e inclusão social de pessoas com necessidades especiais**: desafios e perspectivas. Editora UFPB, João Pessoa, 2007. p. 229-242.

SPINK, M. J. P. Pesquisando no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n.1, p.7-14, jan/abr 2007.

TORRES, M. A. Diversidade sexual e educação. **Presença Pedagógica - Revista Nures**, v. 16, 2010.

UNESPAR. **Resolução nº 005/2015** – Reitoria/Unespar. Aprova, “ad referendum” do COU, o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação - CPA, da Universidade Estadual do Paraná - Unespar, e das Comissões Próprias de Avaliação Setoriais dos seus campi. Paranavaí, 2015. Disponível em: <http://unespar.edu.br/noticias/reitoria-regulamenta-comissao-propria-de-avaliacao/resolucao-no-005-2015-reitoria-regulamento-cpa.pdf/view>. Acesso em: 15 maio 2020.

UNESPAR. **Resolução nº 002/2018** – COU/UNESPAR Estabelece a Política de Educação em Direitos Humanos da Universidade Estadual do Paraná – Unespar. Disponível em: http://www.unespar.edu.br/a_reitoria/atos-oficiais/cou-1/resolucoes/2018/resolucao-002-2018-cou.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

UNESPAR. **Resolução nº 003/2018** – COU/UNESPAR Estabelece a Política Ambiental da Universidade Estadual do Paraná - Unespar. Disponível em: http://www.unespar.edu.br/a_reitoria/atos-oficiais/cou-1/resolucoes/2018/resolucao-003-2018-cou. Acesso em: 10 set. 2020.

VASCONCELLOS, C. S. **Avaliação e concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar**. 15. ed. São Paulo: Libertad, 2005.



ANEXOS

- Regulamento do Estágio Supervisionado
- Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso
- Regulamento de Atividades Complementares
- Regulamento da Curricularização da Extensão

ANEXO A – REGULAMENTO DA PESQUISA DA PRÁTICA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

A Pesquisa da Prática em Educação Especial Inclusiva e Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da Unespar – *campus* de Paranaguá, é um componente curricular obrigatório, sendo disciplina articuladora (teórico-prática), pois estabelece ligação entre o vivenciado no futuro campo profissional do acadêmico e as disciplinas teóricas do curso.

Desta forma, a Pesquisa da Prática em Educação Especial Inclusiva e Estágio Supervisionado se configura em um espaço para a reflexão e interpretação do que foi observado e não para a reprodução de práticas descoladas de uma teoria que a fundamenta. Neste contexto, o futuro licenciado em Educação Especial Inclusiva, tem a possibilidade de problematizar a prática, refletir sobre ela com vistas à superação dos desafios. Na Universidade Estadual do Paraná – Campus Paranaguá, a disciplina Estágio Supervisionado acontece de forma articulada com a disciplina Pesquisa da Prática em Educação Especial Inclusiva estabelecendo um perfil formador em que a teoria não se consolida sem a prática e a prática não se sustenta sem a teoria.

Nesta perspectiva, a disciplina Pesquisa da Prática em Educação Especial Inclusiva e Estágio Supervisionado, ocorre desde o primeiro ano do curso, com atividades de observação, investigação e intervenção, ocorrendo nos espaços do ensino comum regular da Educação Básica e Ensino Superior, bem como no Atendimento Educacional Especializado (AEE), realizado nas salas de recursos multifuncionais e/ou nas instituições especializadas.

Frente ao exposto, a disciplina de Pesquisa da Prática em Educação Especial Inclusiva e Estágio supervisionado, no referido curso se desenvolve mediante levantamento de oportunidades, a qual requer desenvolvimento de um projeto para que as expectativas do acadêmico e da instituição não sejam frustrantes.

A realização da Pesquisa da Prática em Educação Especial Inclusiva e Estágio obrigatório do curso de Licenciatura em Educação Especial tem como base o Regulamento a seguir.

REGULAMENTO DE PESQUISA DA PRÁTICA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. A Pesquisa da Prática em Educação Especial Inclusiva e Estágio Supervisionado se constitui como componente curricular obrigatório para os acadêmicos do curso de licenciatura em Educação Especial Inclusiva da Unespar – *campus* de Paranaguá e está em consonância com a legislação pertinente.

§ 1º. Resolução CNE/CP nº 2 de 1º de julho de 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Art. 2º. A Pesquisa da Prática em Educação Inclusiva e o Estágio é o espaço/tempo no currículo de formação destinado às atividades que devem ser realizadas pelos discentes nos futuros campos de atuação profissional.

Parágrafo único. A Pesquisa da Prática em Educação Inclusiva e o Estágio Supervisionado é uma atividade teórico-prática exercida em situações reais de trabalho, inclui atividades destinadas ao planejamento, orientação e avaliação

Art. 3º. O Pesquisa da Prática em Educação Inclusiva e o Estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza para tanto devem ser observados os seguintes requisitos:

- I. matrícula e frequência regular do acadêmico no curso;
- II. apresentação a instituição de ensino da de apresentação devidamente assinada pelo docente responsável pelo estágio (Anexo A1)
- III. celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino (Anexo A2);
- IV. preenchimento da ficha de identificação (Anexo A3);
- V. preenchimento da ficha de frequência dos dias estagiados (Controle de Frequência de Estágio – Anexo A4);
- VI. preenchimento do termo de agendamento de docência (Anexo A5);
- VII. compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da Unespar – *Campus* de Paranaguá.

Parágrafo único - Não será permitido a ida do acadêmico para a escola em que realizará o estágio sem que todos os documentos estejam devidamente assinados (docente da disciplina de estágio, pedagogo e/ou diretor da instituição de campo do estágio e aluno).

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 4º. Com a finalidade de atender o perfil do egresso do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva o estágio curricular da Unespar – *campus* de Paranaguá, tem por objetivos:

- I. Conhecer e analisar as práticas pedagógicas inclusivas em diferentes etapas e modalidades da Educação Básica e Ensino Superior.
- II. Desenvolver propostas de intervenção pedagógica de apoio no contexto educacional.
- III. Serão aceitos estágios na área: das deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em instituições de ensino comum regular, salas de recursos multifuncionais.
- IV. Pretende-se assegurar aos licenciados experiência de exercício profissional, em ambientes escolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos na Educação Básica (Educação Infantil e Ensino Fundamental e Ensino Médio - Educação de Jovens e Adultos) e Ensino Superior.

Parágrafo único. Sendo assim, o campo de atuação do(a) estagiário(a), poderá ser na docência dos serviços de apoio educacional especializado: etapas de ensino da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental inicial e final, Ensino Médio e Ensino Superior que tenham alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados, conforme quadro:

NÍVEIS DA EDUCAÇÃO (Ensino Regular)	ETAPAS	ANOS
Educação Básica	Educação Infantil Ensino Fundamental (Anos iniciais)	1o. e 2o.
	Ensino Fundamental (Anos finais) e Ensino Médio	3o.
MODALIDADE DE ENSINO	ETAPAS	ANOS
Educação de Jovens e Adultos	Ensino Fundamental (inicial e final) Ensino Médio	4o. ano
Ensino Superior		4o. ano
Ensino Especial	Transversal	
Atendimento Educacional Especializado	Salas de Recursos Multifuncionais e Instituições Especializadas.	

- a) A Pesquisa da Pesquisa em Educação Especial Inclusiva e Estágio Supervisionado Obrigatório contemplará a prática profissional na docência dos serviços de apoio especializado, possibilitando: a construção de diagnóstico da instituição escolar e de seu contexto; gradativa inserção e participação em projetos e ações desenvolvidas pela escola e/ou instituição especializada, tanto no âmbito dos processos de ensino quanto nas dimensões relativas à gestão educacional; aprofundamento teórico na compreensão e análise da(s) realidade(s) vivenciada(s).

CAPÍTULO III

DAS ATIVIDADES DE PESQUISA DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Art.5º. O momento da Pesquisa da Pesquisa em Educação Especial Inclusiva e Estágio Supervisionado se constitui em espaço de aprofundamento de estudos sobre a prática de ensino em Educação Especial, por meio da leitura crítica da realidade da instituição (*locus*), de seu entorno e de suas práticas educativas mediante a realização de atividades orientadas:

- I. Observação participante: constitui um dos procedimentos para que o aluno adquira determinados conhecimentos interagindo com as situações vivenciadas, nas diferentes modalidades de ensino na sala de aula comum regular, atendimento educacional especializado (AEE) realizado nas salas de recursos multifuncionais, e nas instituições especializadas.
- II. Ensino colaborativo, trabalho de colaboração e consultoria colaborativa: trabalho em colaboração com o professor do ensino regular (sala comum e sala de recurso multifuncional) e/ou instituição especial, na elaboração de planejamento, implementação e avaliação do ensino.
- III. Relatório de observações, participações e demais atividades desenvolvidas: trata-se de um instrumento eficaz na construção de conhecimentos, que compreende o registro sistemático de observações, participações e experiências vivenciadas no campo de estágio, constituindo-se como documento comprobatório das atividades realizadas no campo de estágio.

CAPÍTULO IV

DA COORDENAÇÃO DA PESQUISA DA PRÁTICA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Art. 6º. Constituem responsabilidades da coordenação de Pesquisa da Prática em Educação Especial Inclusiva e Estágio Supervisionado obrigatório na Unespar – *Campus* de Paranaguá.

- I. Viabilizar as parcerias com as instituições para o desenvolvimento das atividades de campo.
- II. Receber e conferir os documentos exigidos pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar), pela escola e/ou instituição concedente nas datas estabelecidas.

CAPÍTULO V

DA DOCENTE SUPERVISOR DA PESQUISA DA PRÁTICA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CURSO

Art. 7º. Constituem responsabilidades do docente supervisor da Pesquisa da Prática em Educação Especial Inclusiva e Estágio no Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da Universidade Estadual do Paraná – *Campus* de Paranaguá.

- I. Participar das reuniões de orientação do estágio na escola e/ou instituição concedente.
- II. Elaborar e revisar periodicamente o Regimento de Pesquisa da Prática em Educação Especial Inclusiva e Estágio do curso, a partir de discussões e deliberações do Colegiado do Curso.
- III. Orientar os alunos quanto à documentação e normas referentes ao estágio.
- IV. Orientar e acompanhar, sistematicamente, os licenciandos em Educação Especial Inclusiva.
- V. Desenvolver estudos de aprofundamento, a partir da realidade e das experiências vivenciadas.
- VI. Definir as atividades a serem desenvolvidas nos campos de estágio, no que se refere aos procedimentos de observação participante, registro planejamento e desenvolvimento de atividades e/ou projetos de trabalho por meio do ensino colaborativo a serem realizados na instituição de ensino.
- VII. Orientar formas de análise das informações coletadas, estabelecendo um diálogo entre as fontes teóricas do conhecimento e a realidade observada, favorecendo a articulação e a reflexão entre as dimensões teóricas e práticas.
- VIII. Promover momentos de discussão coletiva e análise de práticas vivenciadas na realização do Estágio.

- IX. Orientar a elaboração do relatório final de Pesquisa da Prática em Educação Especial Inclusiva e Estágio.
- X. Controlar a frequência dos alunos nas atividades de campo.
- XI. Realizar visitas periódicas à instituição onde o estágio for realizado.

Parágrafo único. O professor orientador da disciplina Pesquisa da Prática em Educação Especial Inclusiva e Estágio Supervisionado deverá ter Mestrado e/ou Doutorado em Educação Especial ou Educação.

CAPÍTULO VI

DAS OBRIGAÇÕES DO ESTAGIÁRIO

Art. 8º. Cabe ao acadêmico estagiário:

- I. Apresentar os documentos exigidos pelo colegiado de curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da Universidade Estadual do Paraná – *campus* de Paranaguá.
- II. Seguir as determinações do Termo de Compromisso de Estágio.
- III. Cumprir integralmente o horário estabelecido pela Instituição, observando assiduidade e pontualidade.
- IV. Manter sigilo sobre o conteúdo de documentos e de informações confidenciais referentes ao local/Instituição do Estágio.
- V. Acatar orientações e decisões do docente supervisor de estágio.
- VI. Realizar observação participante e registro das atividades devolvidas pelo professor.
- VII. Efetuar registro diário da frequência no estágio.
- VIII. Elaborar e entregar relatório e outros documentos nas datas estabelecidas.
- IX. Assumir o estágio com responsabilidade, zelando pelo bom nome da Instituição do Estágio e do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva.

CAPÍTULO VII

DO RELATÓRIO DE PESQUISA DA PRÁTICA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 9º. A Pesquisa da Prática em Educação Especial Inclusiva e o Estágio Supervisionado tem como atividade individual final a elaboração de um Relatório. O aluno deve entregar um relatório anual das atividades desenvolvidas para análise e avaliação dos professores supervisores. Constituem itens de exigências mínimas para entrega do relatório:

- I. Contextualização da escola: bairro, história da escola, relação com a comunidade.
- II. Caracterização da escola enquanto comunidade educativa, com dados sobre: Projeto Político Pedagógico, equipe de gestão, professores, alunos, recursos materiais e pedagógicos, regimento escolar.
- III. Descrição e análise das práticas pedagógicas observadas no contexto escolar.
- IV. Descrição e análise das intervenções propostas.
- V. Reflexão sobre as práticas pedagógicas observadas e intervenção à luz da fundamentação teórica.
- VI. Avaliação da própria atuação como estagiário, das experiências vivenciadas e da contribuição do estágio para sua formação profissional.
- VII. O relatório final de Pesquisa da Prática em Educação Especial Inclusiva e Estágio deverá ser elaborado em formato acadêmico, contemplando, minimamente, a relação entre as atividades desenvolvidas e o conhecimento na área de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

CAPÍTULO VIII

DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Art. 10º. A avaliação será realizada no decorrer do período, com análises periódicas sistemáticas do docente orientador, por meio de fichas próprias.

Art. 11º. A avaliação final levará em conta a avaliação realizada pelo professor supervisor de Pesquisa da Prática em Educação Especial Inclusiva e Estágio, pelo responsável da instituição, na qual o acadêmico estagiou e avaliação dos relatórios periódicos apresentados ao docente orientador de estágio.

Parágrafo único: Ao final de cada segmento (Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Gestão) o acadêmico deverá participar do seminário e entregar um relatório (pasta em meio digital e impressa) que se constitui como uma produção de reflexão proposta para a ampliação e aprofundamento da aprendizagem, contendo inclusive sua auto avaliação.

Art. 12º. Para ser aprovado na Pesquisa da Prática em Educação Especial Inclusiva e Estágio supervisionado, o aluno deverá:

- I. obter média igual ou superior a 7,0 (sete) em cada um dos estágios previstos.
- II. entregar a “Ficha de Registro de Atividades” de cada um dos estágios, com a comprovação de ter cumprido a carga horária exigida, devidamente assinada e com o carimbo da instituição.
- III. apresentar pasta de estágio conforme normas estabelecidas pela Unespar – *campus* de Paranaguá.
 - a) caso o aluno não atinja a média exigida em alguma das etapas ou não tenha cumprido o número de horas exigidas nas aulas teóricas e nas), ele deverá refazê-lo no próximo ano letivo até alcançar a média definida;
 - b) O acadêmico que não for aprovado no Estágio de Educação Infantil não poderá realizar Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
 - c) O acadêmico que não for aprovado nos Estágios de Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental não poderá realizar o Estágio em Gestão Escolar.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13º. O acadêmico que não entregar os documentos comprobatórios de Pesquisa da Prática em Educação Especial Inclusiva e Estágio ou que não se apresentar para a realização total das atividades previstas nas datas agendadas será automaticamente reprovado, podendo requerer nova matrícula, somente no ano letivo seguinte, de acordo com o calendário acadêmico.

Parágrafo único. Não há exames finais para as disciplinas de Pesquisa da Prática em Educação Especial Inclusiva e Estágio.

Art. 14º. Este regulamento entra em vigor na data da aprovação do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva.

Paranaguá, ____ de _____ de 202__.

ANEXO A1 - CARTA DE APRESENTAÇÃO

Paranaguá, ____ de _____ de _____.

Exmo. Sr(a)

Prof.(a)

Nome da Instituição

Prezado(a) Senhor(a)

Apresentamos a V.S^a. o(a) aluno(a)....., portador do RG nº....., regularmente matriculado(a) no Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da Unespar - *campus* de Paranaguá, para o qual solicitamos o acolhimento, caso esteja de acordo com a efetivação de atividades inerentes a Pesquisa da Prática em Educação Especial Inclusiva e Estágio Supervisionado e com o disposto no Termo de Acordo.

Se faz necessário, a fim de se atingir os objetivos formacionais, que seja denominado um profissional, membro da equipe gestora do próprio estabelecimento para responder como Responsável Local, devendo, além de acompanhar o desempenho do(a) estagiário, assinar sua Ficha de Frequência, confirmando o cumprimento do horário e a atividade desenvolvida no dia.

Desde já agradecemos a presteza no atendimento aos(às) nossos(as) alunos(as), colocando-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Docente Orientadora do Estágio

ANEXO A3 - FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO(A) ESTAGIÁRIO(A)

1 - DADOS CADASTRAIS

Nome			
Filiação			
Data de Nascimento	Naturalidade	Nacionalidade	
CPF	RG	Órgão Expedidor	
Endereço Completo			
Cidade	Estado	CEP	Telefone/Celular

2 – LOCAL DE TRABALHO

Empresa			
Função		Tempo de Serviço	
Endereço Completo			
Cidade	Estado	CEP	Telefone
Ramo de Atividade			

3 – LOCAL DE ESTÁGIO

Instituição			
Endereço Completo			
Profissional responsável na Instituição – nome e função			
Cidade	Estado	CEP	Telefone
Nome Supervisor de Estágio			

Paranaguá, ___ de _____ de _____.

Nome/Assinatura Estagiário(a): _____



ANEXO A5 - TERMO DE AGENDAMENTO DA DOCÊNCIA

A INSTITUIÇÃO ABAIXO IDENTIFICADA:

Nome da instituição: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____

CEP: _____

Telefone: () _____

Nome do Diretor(a): _____

Nome da Pedagoga: _____

Permite que a(o) acadêmica(o)

realize a atividade de docência (4 horas), na data, turma e horário abaixo especificados:

Disciplina e conteúdo a ser ministrado:

Paranaguá, ____ de ____ de ____.

Professora da Turma:

Nome e assinatura

Representante da Instituição _____

Assinatura e carimbo da instituição

ANEXO A6 - ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO MAPEAMENTO ESCOLAR

1 IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

O primeiro passo de um mapeamento é identificar a instituição que se constitui no objeto de investigação. Desta forma,

- Qual é o nome da Escola?
- Onde fica localizada? Aqui se deve Indicar o endereço completo: Rua ou Avenida, número, bairro, CEP, Cidade e Estado.
- Quem compõe a equipe pedagógica-administrativa?
- Qual o horário de atendimento?
- Qual(is) a(s) modalidades de ensino ofertada pela instituição?

2 A ESCOLA: CONTEXTUALIZAÇÃO

Neste item deve ser relatado quando e quais as razões que inspiraram a fundação da escola. Assim, é necessário contextualizar o ambiente observado, por exemplo:

- Qual a filosofia da escola?
- Que ação social é desenvolvida pela escola?
- Os alunos recebem material escolar?

É necessário conhecer a estrutura organizacional da escola investigada, considerando os setores técnico-administrativo e o pedagógico.

- Como está organizada a administração da escola?
- O diretor tem auxiliares ou assistentes?
- Foi adotada na escola a gestão Colegiada? Como funciona?

O setor técnico-administrativo responde pelas atividades-meio e asseguram o atendimento dos objetivos e funções da escola. São eles: a secretaria escolar, serviços auxiliares (zeladoria, vigilância e atendimento ao público) e multimeios (biblioteca, laboratórios, videoteca, entre outros).

- Como é composta a secretaria da escola?
- Os serviços de limpeza da escola são realizados por funcionários contratados pela própria instituição ou por firmas especializadas?
- A escola conta com um serviço de vigilância?
- Na escola tem biblioteca? Laboratórios? Quem é o responsável por estes setores?

O setor pedagógico compreende as atividades do Pedagogo.

- Como se estabelece a divisão de responsabilidade entre o diretor da escola e o pedagogo no controle e avaliação do trabalho dos professores?

Observe, também, como é organizado o Regimento da Escola:

- Em relação à elaboração do regimento da escola, quais as responsabilidades:
 - do diretor;
 - do Conselho de Escola;
 - dos professores;
 - dos demais elementos da escola.
- De que maneira é divulgado o regimento, para conhecimento dos interessados?
- Qual o conteúdo do regimento, quanto a:
 - organização do trabalho escolar;
 - currículos e programas;
 - avaliação do rendimento escolar;
 - deveres de professores e alunos;
 - direitos de professores e alunos;
 - sanções disciplinares.

Outro item a ser observado é a infraestrutura que corresponde às instalações físicas, ou seja, o tamanho do terreno, a metragem da área construída, a quantidade de salas de aula, secretaria, salas para pessoal técnico-administrativo e pedagógico, banheiros, áreas de lazer e outros espaços que constem na instituição. Por exemplo:

. Quadras poliesportivas:

- Existem quadras esportivas na escola?
- Quem é responsável pela manutenção?
- Como, quando e por quem pode ser utilizada?

A respeito das instalações, cabe observar, ainda:

- Quem assume a responsabilidade pela construção, reforma e manutenção das instalações escolares?
- Qual é a responsabilidade dos diferentes elementos da comunidade escolar quando na escola se realizam outras atividades diferentes das escolares (eleições, festas, atividades organizadas pelos adultos)? Qual a participação desses elementos na limpeza e no cuidado das instalações?
- Qual a organização prevista nos casos em que a escola tem, além do edifício principal, instalações anexas?

- Quem está autorizado a emprestar as instalações escolares? Como se procede em caso de esse empréstimo ser realizado?

Observe, também, quais materiais didáticos e equipamentos são utilizados pela escola e como eles são administrados.

- Existe uma lista, indicando para cada classe (em função, por exemplo, do número de alunos), o material didático disponível, além do material básico escolar: dicionários, enciclopédias; mapas e quadros murais, mapas-múndi; material para o ensino de Ciências, para trabalhos manuais, para Educação Física ou Educação Artística; quadro negro, flanelógrafo; armários, estantes; recursos audiovisuais (projetores, gravadores, televisores, computadores).
- Como se tem informação sobre esse material? Quais são os procedimentos para sua aquisição?
- Como se assegura a conservação e a manutenção do material? Há obrigação de existir um livro de inventário? Como se organiza o empréstimo de material coletivo para uso desta ou daquela classe?
- Tem um setor responsável para preparar o professor para uso do material e equipamento para o ensino (novas técnicas, microinformática, entre outros)?
- Quais tipos de disposições estão previstas para a compra de material escolar? Quem paga as despesas? Como é recolhido o dinheiro na escola, se for este o caso?
- Quem determina o número e a natureza do material escolar que cada aluno deve utilizar? Quem faz a escolha dos livros didáticos?
- Existe uma biblioteca escolar? Como é mantida e ampliada?
- Como são adquiridos os livros para a biblioteca da escola?

3 MECANISMOS DE AÇÃO COLETIVA NO INTERIOR DA ESCOLA

Dentre os mecanismos de ação coletiva no interior da escola, constam a Associação de Pais e Mestres; o Conselho de Escola e o Conselho de Classe.

A respeito da Associação de Pais e Mestre sugere-se o seguinte roteiro de perguntas:

- A escola tem Associação de Pais e Mestres?
- Como são os estatutos da Associação? Como é eleita a diretoria da Associação? (Presidente, Secretário, ...)?
- Qual o papel da Associação de Pais e Mestres?
- Existe relação entre APM e o Conselho de Escola?
- Existem convênios com outras entidades?

Na escola observada:

- Existe na Escola o Conselho Escolar?
- Como está organizado?
- Quais suas atribuições? Existe alguma influência dos funcionários não docentes?
- Como funciona o Conselho?

O Conselho de Classe é o órgão coordenador e avaliador da ação educacional da Escola.

Como é composto o Conselho de Classe?

4 OS ALUNOS

Em um mapeamento deve-se observar o número de alunos por ano e turno, verificar o índice de evasão, bem como se processa a retenção e promoção dos alunos (avaliação). Assim:

- Quantos alunos estão matriculados na escola?
- Como estão distribuídos os alunos pelas turmas? Quem os organiza?
- Como se organiza a recepção dos alunos (período de matrículas, semana de planejamento, primeiro dia de aula)?
- Como se controla a atividade dos alunos fora das horas de aula?
- Existe um serviço de transporte escolar?
- Como se acolhe na escola pública um aluno que vem da escola particular?
- A escola recebe alunos com deficiência? Que tipo de deficiência (visual, mental, auditiva, motora, múltiplas deficiências; TDAH....)?
- Estão previstos processos especiais para orientação e inscrição de alunos com deficiência em turmas normais? Que regulamentação municipal existe sobre a inclusão destes alunos?

Sobre o planejamento do ano letivo e organização do ano escolar é importante observar:

- Como se estabelece a previsão do número de vagas para o novo ano letivo?
- É realizado anualmente algum levantamento estatístico para abertura de vagas para o ano escolar seguinte?
- Existe um número mínimo de alunos para a criação de uma nova turma?

É preciso conhecer sobre a avaliação escolar. Neste sentido:

- Qual o tipo de avaliação adotado pela escola?
- Quais são os critérios de avaliação do rendimento escolar? Qual é a nota para aprovação? Quem participa da avaliação do aluno?
- Caso o aluno não consiga atingir as metas propostas existe recuperação?

- Como é feita a recuperação de estudos na escola?
- Como está regulamentada a recuperação de estudos?
- Existe recuperação paralela? Quais são os critérios e procedimentos usados?
- Existe recuperação final? Quais são os critérios e procedimentos usados?

5 ROTINA DA ESCOLA

Na verificação de que forma se dá a aproximação entre pais e escola, sugere-se o seguinte roteiro:

- Há reuniões periódicas com os pais? Com que frequência as mesmas acontecem?
- Que meios de comunicação são utilizados na comunicação entre os pais e a escola?:
 - caderneta escolar;
 - cadernos escolares visados pelos pais;
 - convocação individual para vinda à escola;
- O que é feito quando se constata que as comunicações não estão chegando aos pais?
- Os pais são convocados para a organização de festividades?

Além dos pais, é necessário conhecer a relação que a escola mantém com a comunidade. Assim:

- Como se estabelece a ligação da escola com a comunidade?
- A escola oferta palestra a outros membros da comunidade que não tenham seus filhos matriculados na escola?
- Como a comunidade participa da vida da escola:
 - manutenção das instalações;
 - mobiliário escolar;
 - material escolar, material didático;
 - biblioteca;
 - Os pais e outros adultos podem realizar atividades de apoio fora da escola (participar de uma excursão de caráter educativo, por exemplo)?

A escola, tal como os demais segmentos da sociedade, está sendo invadida pela onda de violência. Neste sentido, é importante verificar que medidas de segurança a escola para dar proteção aos seus alunos:

- A escola conta com o apoio da Patrulha Escolar?
- Quais as medidas adotadas em caso de violência escolar?

Na questão da segurança:

- Quais as instruções dadas em caso de alarme? Onde devem ser afixadas?
- Realizam-se exercícios para casos de incêndio?

As instalações da escola, em muitas das vezes, é o único espaço que a comunidade conta para realização de atividades extracurriculares. Assim,

- Que autorização é necessária e quais são as modalidades de ocupação das instalações escolares que estão previstas para as atividades extraclases, tais como: estudos, clubes, cursos particulares, ensaios?
- Como se encontra organizada a vigilância e quais as responsabilidades das diferentes pessoas?
- Que autorização é necessária e quais as modalidades de ocupação das instalações escolares durante as férias escolares?
- Como são firmados os termos de compromisso?

6 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA (PPP)

Sobre o Projeto Político-Pedagógico da Escola se devem observar os seguintes aspectos:

Qual a concepção pedagógica adotada na instituição?
Quem participou da elaboração do PPP?

Outros assuntos merecem ser avaliados, tais como: currículo escolar, , organização (calendário) escolar, dentre outros.

Com relação ao Currículo Escolar:

- Quais as normas para organização curricular da escola? Quem decide sobre currículo? Como se procede para modificar o currículo, quando isto é necessário?
- Que documentação existe para orientação dos professores sobre currículos e programas?

A organização do ano escolar estão contempladas no PPP?, ou seja, há normas específicas para:

- data de abertura e encerramento das aulas, períodos de férias escolares;
- números de vagas, de turmas, de graus de ensino;
- estrutura pedagógica da escola;
- distribuição das turmas e dos horários;
- apresentação antecipada dos professores, antes dos alunos;

- atividades extraclasse;
- datas comemorativas;

7 PESSOAL: CORPO DOCENTE E DEMAIS FUNCIONÁRIOS

Com relação ao corpo docente:

- Na escola há incentivo para formação continuada?
- Na escola são ofertados cursos?
- Quem designa o professor que deve receber formação em serviço? O candidato é voluntário ou é designado pela equipe gestora? Em função de que critérios?
- Quando um professor sai para formação em serviço é substituído?
- Quando volta, transmite aos seus colegas o que aprendeu?

Verifique:

- Com que frequência são realizadas as reuniões?
- Quais são os assuntos tratados?
- Como são feitos os registros dos resultados das reuniões?
- Quais são as atribuições da reunião de professores?
- Qual a participação do diretor e da equipe pedagógica nas reuniões?
- A reunião de professores tem valor consultivo ou poder de decisões?

Uma instituição não é composta só por professores e alunos, pois, “todas as pessoas que trabalham na escola participam de tarefas educativas” (LIBÂNEO, 2001, p. 20). Assim, é importante averiguar como se dá a relação com os demais componentes da comunidade. Desta forma, deve-se pesquisar se:

- Todos funcionários técnico-administrativo e pessoal de apoio conhecem os seus direitos e os deveres funcionais?
- Todos os funcionários são da própria instituição ou há algum setor em que os serviços são terceirizados?
- É fornecido cursos de aperfeiçoamento para o desempenho das funções?

8 PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA ESCOLA

Segundo Libâneo (2001, p. 39), “a escola não pode mais ser considerada isoladamente de outros contextos, outras culturas, outras mediações”. É importante que a escola desenvolva projeto extramuros, tais como: combate ao analfabetismo; educação para a saúde; atividades culturais, entre outros.

A escola oferta atividade extraclasse?

- Competição esportiva;
- Atividades culturais e de lazer;
- Visitas e excursões educativas;
- Estudo dirigido;
- Aulas de recuperação.

Todos os questionamentos aqui mencionados são exemplos de como se realizar um mapeamento. Não significa que a ordem das perguntas devam ser seguidas rigorosamente e todas devam ser efetivamente realizadas. É importante ressaltar, que em qualquer diagnóstico é necessário considerar a realidade em que a instituição está inserida.

ANEXO A7 - ORIENTAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO DE PESQUISA DA PRÁTICA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E ESTÁGIO

O Relatório é um documento elaborado com a finalidade de apresentar e descrever informações relativas a fatos vivenciados, ouvidos ou observados ou historiar a execução de serviços e experiências.

O Relatório de Estágio visa fornecer informações relativas às experiências que o estagiário adquiriu durante um período determinado. A preocupação do relator deve ser o de deixar registrado todo caminho percorrido durante o estágio especificando detalhadamente os elementos importantes no desenvolvimento do mesmo.

O relatório deve responder as seguintes perguntas: Por quê? Para quê? Para quem? Onde? Como? Com quê? Quanto? Quando? Quem? Com quanto?

Na construção de um relatório devem ser observados os seguintes aspectos:

a) Uso adequado da linguagem e da gramática:

Os termos vocabulares devem refletir precisão e objetividade, lembrando-se que a informação, argumentação e conclusões científicas reportam-se à realidade objetiva e nunca à criatividade subjetiva do expositor.

Na prática de um relato científico, as expressões utilizadas são extensionais e denotativas, devendo-se evitar indicativos subjetivos tais como: “acho”, “penso que”, “julgo que” e adjetivações que obscureçam a objetividade dos dados referentes aos fatos ou à realidade estudada.

b) Assimilação e uso correto do vocabulário técnico-científico e estilo:

Embora tenha lugar comum a utilização dos termos técnicos específicos de uma área de conhecimento, o relator deve manter um equilíbrio em seu escrito, de tal maneira que o excesso técnico não dificulte em demasia a sua decodificação por parte dos leitores. A construção adequada das frases contribuirá para a manutenção de um estilo adequado de redação. Para tanto a frase deve expressar uma só ideia e os períodos não devem ser por demais longos.

ESTRUTURA DO RELATÓRIO

A estrutura do relatório compreende três partes: pré-textuais (folha de rosto e o sumário); textuais (introdução, desenvolvimento e conclusão) e pós-textuais (referências, apêndices e anexos).

Elementos Pré-Textuais

São chamados pré-textuais os elementos que contêm informações e ajudam na identificação e na utilização do trabalho.

Sumário

Elemento obrigatório. É a indicação do conteúdo do documento, refletindo as principais divisões e seções na mesma ordem e grafia em que se apresentam no texto (NBR 6027:1990).

Exemplo:

- 1 SEÇÃO PRIMÁRIA**
- 1.1 SEÇÃO SECUNDÁRIA
- 1.1.1 Seção terciária
- 1.1.1.1 *Seção quaternária*
- 1.1.1.1.1 Seção quinária

ELEMENTOS TEXTUAIS

Introdução

A Introdução é a primeira parte do texto e define brevemente os objetivos do trabalho, as razões de sua elaboração e o modo geral de tratar o assunto. O estagiário deverá estar atento ao fato de que uma introdução bem redigida canaliza atenção, coordena o assunto e evita digressões, podendo ser considerada um elo entre o conteúdo e o leitor, desafiando-o e estimulando-o a ler. Deve ser breve, mas suficientemente descritiva, apresentando os requisitos mínimos para a compreensão do texto (VIEIRA, 2005).

Desenvolvimento (corpo do relatório)

Obs.: Não se deve utilizar a palavra desenvolvimento, para cada item ou capítulo devem ser atribuídos títulos de acordo com o assunto estudado.

No Desenvolvimento devem ser apresentados os seguintes itens:

- a) descrição geral do local de estágio (mapeamento da instituição);
- b) descrição das atividades desenvolvidas (informar total de horas de cada atividade, detalhar cada etapa do estágio);
- c) descrição dos processos técnicos ou de outras particularidades técnicas observadas;
- d) Fundamentação Teórica: ao apresentar ideias já discutidas por teóricos, quer na íntegra ou parafraseadas, é necessário citar a fonte apresentando: autor, data e número da página de onde foi retirada a ideia do autor. Dessa forma, para que se possa elaborar esse item é necessário recorrer à literatura pertinente o embasamento necessário para a embasar o relatório. É aqui que se utilizam as

citações para servem para confirmar ou contradizer aquilo que se expõe. É isso que dá cientificidade a um texto acadêmico.

Lembrete:

A respeito das citações, observe:

- transcrição literal até três linhas (citação curta) deve ser inserida no próprio texto, entre aspas.
- as citações longas com transcrição mais de três linhas devem vir recuadas da margem a 4 cm, digitadas em espaço simples, letra menor, sem abertura de parágrafos e sem aspas. Sempre que o autor for mencionado no corpo do texto deve ser digitado em caixa baixa (letra minúscula), claro que obedecendo as regras da língua portuguesa de que nome próprio se inicia com letra maiúscula e ao final da mesma deve vir entre parênteses e digitado em caixa alta (letra maiúscula, seguido do ano e página). Após o ano deve-se colocar vírgula (,) e depois p. e o número da página. Por exemplo, Santos (1992, p. 30). Se o autor aparecer ao final da citação deve vir entre parênteses, digitado em caixa alta, exemplo (SANTOS, 1992, p. 30).
- A abreviatura de página é p.
- Quando a transcrição literal (citação) ultrapassa mais de uma página, os números das mesmas devem ser separados por hífen.

DICAS IMPORTANTES!!!!

- não se deve iniciar e nem terminar um texto com citação, exceto quando se tratar de epígrafe;
- entre uma citação e outra se deve de fazer um comentário.
- a literatura deve apenas para dar cientificidade (embasamento) ao texto.
- mencionar os autores consultados, pois citar algo e não referenciar a fonte é plágio e plágio é crime.

Todos os autores citados na fundamentação teórica ou em qualquer uma das partes do relatório devem constar da listagem final das Referências e vice-versa.

Conclusão ou Considerações Finais

A última parte do relatório contempla a conclusão do Estágio. Neste item o estagiário deve explicar suas opiniões sobre os diversos aspectos verificados na comparação da teoria com a prática e, obrigatoriamente, apresentar uma reflexão crítica quanto ao valor do estágio para a sua formação profissional. É importante que se faça propostas e recomendações

ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS

Referências

Nas Referências (não se coloca a palavra bibliográficas) e devem ser listadas somente os autores citados no texto e, vice-versa, todos os autores mencionados no texto devem constar nas referências. Não se deve esquecer que as mesmas devem aparecer em ordem alfabética, ser digitadas em espaço simples (entre um autor e outro – espaço duplo) e, conforme as normas da ABNT.

Apêndices

Aqui se deve transcrever o roteiro da entrevista, quando for o caso, o plano de aula e o roteiro de observação das aulas.

Anexos

Este espaço é reservado para anexar as fichas de registro de atividades, avaliação do estagiário, auto avaliação.

FORMATAÇÃO DO RELATÓRIO

PAPEL E DIGITAÇÃO

O papel utilizado em um trabalho científico deve ser formato

- A4 (21 x 29,7 cm).
- A letra (fonte) recomendada é a Arial deve ser tamanho 12.
- O texto deve ser alinhado à direita. Evite a hifenização (separação das palavras ao final das linhas).

MARGENS

- Margem esquerda: 3cm
- Margem direita: 2 cm
- Margem superior: 3cm
- Margem inferior: 2 cm

ESPACEJAMENTO

- O espaçamento entre as linhas deve ser 1,5.
- O parágrafo deve iniciar a 1,25 cm da margem esquerda e não se deve deixar espaço entrelinhas diferenciado entre eles.

PAGINAÇÃO



- Todas as folhas do trabalho, a partir da folha de rosto devem ser contadas sequencialmente, mas não numeradas.
- A numeração é colocada a partir da primeira folha da parte textual (introdução), em algarismos arábicos, no canto superior direito da folha, a 2cm da borda superior.

ANEXO B - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Este Regulamento institui as diretrizes e procedimentos concernentes ao Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) da Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, da Unespar – *campus* de Paranaguá.

Art. 2º – O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade curricular obrigatória para todos os estudantes do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva e está prevista na matriz curricular do curso na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (4º ano), com carga horária de 60 (sessenta) horas.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 3º – O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem por objetivo consolidar os conteúdos adquiridos pelos estudantes no decorrer do Curso de Graduação, por meio da realização de pesquisa orientada e da produção de conhecimento qualificada na área da Educação Especial Inclusiva.

- I. Sistematizar os conhecimentos obtidos no decorrer do Curso;
- II. Desenvolver o espírito crítico, a autonomia intelectual, a capacidade criadora e curiosidade científica dos futuros professores de Educação Especial Inclusiva;
- III. Colaborar para o desenvolvimento da produção científica da área;
- IV. Contribuir para a qualificação dos serviços prestados à comunidade local e regional que estejam sob a responsabilidade do professor de Educação Especial Inclusiva;
- V. Desenvolver o estudo permanente e sistemático da práxis profissional;
- VI. Proceder à integração do ensino, da pesquisa e da extensão, visando a atenção permanente e contínua aos diferentes grupos sociais investigados.

§1º – Para o desenvolvimento do TCC, as habilidades desenvolvidas em disciplinas articuladas desde o início do curso são de extrema relevância, dentre as quais destacamos: Processos Investigativos em Educação Especial Inclusiva e Pesquisa da Prática em Educação Especial Inclusiva e Estágio.

CAPÍTULO III

DAS REGRAS GERAIS

Art. 4º – O TCC deve ser desenvolvido individualmente.

Art. 5º – O tema do TCC é de escolha do estudante em conjunto com o orientador.

Parágrafo Único: alterações de orientação deverão ser aprovadas pelo coordenador de TCC.

Art. 6º – Todos os temas de TCC deverão se enquadrar na área de Educação Especial Inclusiva.

Art. 7º – O Trabalho de Conclusão de Curso poderá ter como formato: um trabalho monográfico ou um artigo acadêmico.

§1º – O trabalho monográfico deverá ter entre 30 e 40 páginas (formato ABNT), excetuando-se elementos pré e pós-textuais (capa, agradecimento, resumo, listas, sumário, referência e apêndices e/ou anexos).

§2º – O artigo acadêmico deverá seguir o formato previsto para a submissão em uma revista acadêmica (classificada na base Qualis/Capes, no mínimo B2).

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 8º – O TCC contará com a seguinte estrutura organizacional para sua operacionalização:

- I. Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva;
- II. Coordenador do TCC Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva;
- III. Professores orientadores;
- IV. Acadêmicos orientandos.

Art. 9º - A orientação do Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser realizada obrigatoriamente por um docente do Colegiado de Licenciatura em Educação Especial, considerando-se sua afinidade com a linha de pesquisa do tema proposto.

§1º – Cada professor orientador terá no máximo 05 (cinco) alunos sob sua orientação.

CAPÍTULO V DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 10º - São atribuições do Coordenador de Curso de Licenciatura Educação Especial Inclusiva:

- I. Apoiar a Coordenação de TCC do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva no acompanhamento dos trabalhos;
- II. Promover alterações juntamente com o NDE e Colegiado no presente Regulamento, sempre que se fizer necessário;
- III. Homologar a lista dos professores orientadores de TCC, conforme indicação do Coordenador de TCC.

Art. 11º - São atribuições da Coordenação de TCC Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva:

- I. Articular-se com o Colegiado de Curso para compatibilizar diretrizes, organização e desenvolvimento dos trabalhos;
- II. Estabelecer, juntamente com o Colegiado do Curso, o cronograma para entrega e socialização dos TCC;
- III. Elaborar a listagem de alunos por orientador;
- IV. Deliberar sobre os pedidos de mudança de orientador;
- V. Acompanhar a vigência de horários de orientação estabelecidos entre professores orientadores e alunos;
- VI. Convocar, sempre que necessário, os orientadores para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação dos TCC;
- VII. Divulgar, por meio de edital, o cronograma de entrega e apresentação dos TCC;
- VIII. Arquivar os documentos referentes o aceite do professor orientador e frequência e os TCC em formato digital.

Art. 12 - São atribuições dos professores orientadores:

- I. Orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento do TCC, em todas as suas fases;
- II. Estabelecer o plano e cronograma de trabalho em conjunto com o orientando;
- III. Definir horários de orientação, junto com seus orientandos;
- IV. Informar o orientando sobre as normas e procedimentos previstos neste Regulamento, bem como sobre o registro de acompanhamento e critérios de avaliação dos trabalhos;
- V. Indicar bibliografia básica aos acadêmicos sob sua orientação;
- VI. Avaliar os TCC;

VII. Participar de reuniões com a Coordenação de TCC do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva sempre que convocado.

Art. 13 - São atribuições do orientando:

- I. Seguir as normas e procedimentos definidos por este Regulamento;
- II. Definir a temática e forma de execução do TCC, em concordância com o professor orientador;
- III. Estabelecer e cumprir o plano de trabalho, a ser elaborado em conjunto com o professor orientador;
- IV. Estabelecer e cumprir os horários de orientação definidos em conjunto com o professor orientador;
- V. Respeitar os critérios da metodologia da pesquisa científica e das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) na elaboração do seu trabalho, submetendo-o à apreciação do seu orientador;
- VI. Entregar, dentro do cronograma estabelecido, a Coordenação de TCC, três cópias impressas simples do trabalho a ser submetido à banca examinadora;
- VII. Apresentar oralmente seu trabalho, em banca específica composta por três professores do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva: o professor orientador e dois docentes indicados pela Coordenação de TCC, quando será avaliado pela clareza na exposição dos objetivos, da propriedade da metodologia de trabalho preconizada e da relevância do trabalho, mediante o uso de linguagem adequada.
- VIII. Entregar uma cópia em PDF, da versão final do TCC, para o professor orientador que a encaminhará a Coordenação do TCC, para arquivo.

CAPÍTULO VI

DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Art. 14 – São requisitos para a aprovação do estudante na disciplina TCC

- I. entrega da ficha do aceite do professor orientador (ANEXO A),;
- II. ficha de frequência de orientações (ANEXO B);
- III. texto impresso em três vias para Coordenação do TCC, para que seja encaminhado a banca examinadora;
- IV. texto final do TCC em meio eletrônico, aprovado pelo orientador, após submissão a banca examinadora.

CAPÍTULO VII

DA ATRIBUIÇÃO DE NOTA E APRESENTAÇÃO PÚBLICA DO TCC

Art. 15 – A banca examinadora do TCC é responsável pela avaliação e atribuição da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso a partir dos critérios constantes no Anexo C.

§1º – As apresentações públicas do TCC terão a presença do discente, mesa de avaliadores docentes composta pelo orientador e docentes convidados, com o seguinte funcionamento:

- a) Apresentação do TCC pelo discente (20 min).
- b) Exposição do parecer e nota final pela banca (10 min).
- c) Encerramento da banca pelo orientador e leitura da nota final atribuída ao TCC (5 min).

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 – Este Regulamento será aplicado a todos os estudantes do curso de Licenciatura Educação Especial Inclusiva e entrará em vigor a partir da aprovação do respectivo curso.

Paranaguá, ____ de _____ de 200_.

ANEXO B
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO – DEFESA DE TCC

1 Quanto à elaboração do TCC:

1.1 Itens a considerar	Valor máximo	Nota
1.1.1 Contribuição teórica ou teórico-prática para a área de conhecimento	1,0	
1.1.2 Estrutura do trabalho (valor: 1,0 cada item)	1.2.1 Relação do problema de pesquisa com os objetivos propostos	
	1.2.2 Metodologia	
	1.2.3 Utilização do referencial teórico atualizado e adequado ao problema de pesquisa	
	1.2.4 Tratamento e análise dos dados e/ou conclusões	
1.1.3 Uso da língua padrão e respeito às normas da ABNT	1,0	

2 Quanto à apresentação do TCC:

2.1 Item a ser observado	Valor máximo atribuído	Nota
2.1.1 Domínio do Assunto	1,0	
2.1.2 Clareza e objetividade	1,0	
2.1.3 Qualidade e organização do material apresentado	1,0	
2.1.4 Arguição	1,0	

Nota final: _____ Data: ____/____/____

Professor: _____ Assinatura: _____

ANEXO C - REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 1º Entende-se como Atividade Complementar (AC) as atividades ligadas à formação acadêmica do aluno e que sejam complementares aos conteúdos ministrados nas disciplinas constantes do currículo do curso de Graduação em que se encontram matriculados.

Art. 2º As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos, competências do aluno, inclusive fora da universidade.

§ 1º As Atividades Complementares são aquelas com conhecimento da Instituição, porém individualmente organizadas para o enriquecimento da formação acadêmica do aluno.

Art. 3º Consideram-se como Atividades Complementares os seguintes tipos de atividades:

- I. de ensino que se diferenciam da concepção tradicional de disciplina pela liberdade de escolha, de temáticas na definição de programas ou projetos de experimentação e procedimentos metodológicos;
- II. de extensão que constituam uma oportunidade da comunidade interagir com a Universidade, construindo parcerias que possibilitam a troca de saberes popular e acadêmico com aplicação de metodologias participativas;
- III. de pesquisa que promovam a formação da cidadania profissional dos acadêmicos, o intercâmbio, a reelaboração e a produção de conhecimento compartilhado sobre a realidade e alternativas de transformação;
- IV. de administração universitária, uma vez que o ambiente universitário é um espaço para a aprendizagem do aluno;
- V. Atividades mistas de Ensino, Pesquisa, Extensão e/ou Administração universitária que promovam a indissociabilidade e articulação teoria e prática.

Atividades Complementares de Ensino

- **Indicador de limite de carga horária**

ATIVIDADES DE ENSINO	LIMITE DE CARGA HORÁRIA
ENS 01 Disciplinas não previstas no currículo pleno que tenham relação com o curso, na modalidade presencial ou à distância	ENS 01 Até 128 horas
ENS 02 Atividades desenvolvidas no PET (Programa de Educação Tutorial).	ENS 02 Até 100 horas
ENS 03 Estágio não obrigatório(extracurriculares)	ENS 03 Até 100 horas
ENS 04 Participação como bolsista ou voluntário em programa de monitoria com relatório de avaliação e/ou declaração da Direção de Ensino.	ENS 04 Até 70 horas
ENS 05 Participação como voluntário em Projeto de Ensino com declaração expedida pela Direção de Ensino e/ou Coordenador do Projeto.	ENS 05 Até 70 horas
ENS 06 Participação em Projeto de Ensino envolvendo Pesquisa de Campo.	ENS 06 Até 100 horas
ENS 07 Excesso de créditos em disciplinas Optativas, computar como Eletiva.	ENS 07 Até 128 horas
ENS 08 Curso de Línguas estrangeiras	ENS 08 Até 80 horas
ENS 09 Disciplinas não prevista no currículo pleno que tenham relação com o curso, realizadas no exterior.	ENS 09 Até 100 horas
ENS 10 Participação em eventos de monitoria e outros que tenham relação com o ensino de graduação, e que não sejam oriundas de atividades de disciplinas curriculares. Com comprovante de participação expedido pela organização do evento.	ENS 10 Até 100 horas
ENS 11 Atividades Pedagógicas	ENS 11 Até 120 horas
ENS 12 Outras atividades de ensino relevantes devidamente comprovadas e aprovadas pelo Colegiado do Curso.	ENS 12 Até 100 horas

Atividades Complementares de Extensão

• Indicador de limite – Curso

ATIVIDADES DE EXTENSÃO	LIMITE DE CARGA HORÁRIA
EXT 01 Participação em Curso de extensão presencial ou a distância, que tenham relação com o curso, na modalidade presencial ou à distância.	EXT 01 Até 100 horas
EXT 02 Participação em eventos culturais, técnicos, científicos, artísticos, esportivos e recreativos, que não sejam oriundas de atividades de disciplinas curriculares. Com comprovante de participação expedido pela organização do evento.	EXT 02 Até 100 horas
EXT 03 Participação em cursos, minicursos ou palestras, com certificado de frequência expedido pela organização do evento.	EXT 03 Até 100 horas
EXT 04 Apresentação de trabalhos em congressos, jornadas, simpósios, fóruns, seminários, cursos, palestra, encontros, festivais e similares, com relatório de participação e certificado de aproveitamento e/ou frequência.	EXT 04 Até 100 horas
EXT 05 Publicação de artigo em jornal, revista especializada e/ou científica da área com corpo editorial	EXT 05 Até 100 horas
EXT 06 Produção de eventos culturais, científicos, artísticos, esportivos, recreativos entre outros de carácter compatível com o curso de graduação, que não oriundas de atividades de disciplinas curriculares.	EXT 06 Até 100 horas
EXT 07 Apresentação (pôster, oral ou oficina) em evento de extensão	EXT 07 Até 40 horas
EXT 08 Participação como bolsista ou voluntário em Projeto de extensão como declaração de participação expedida pela Direção do Extensão e/ou Coordenador do Projeto.	EXT 08 Até 20 horas
EXT 09 Participação em vista técnica, organizada por professor e/ou pelo colegiado de origem e quando vinculada a atividade de disciplina curriculares, com declaração de participação expedida pela chefia/coordenação de cursos	EXT 09 Até 20 horas
EXT 10 Participação como palestrante em atividades institucionais, com certificado expedido pela coordenação do evento	EXT 10 Até 40 horas
EXT 11 Participação como ministrante em minicurso com até 08 horas de duração em atividades institucionais, com certificado expedido pela coordenação do evento.	EXT 11 Até 40 horas
EXT 12 Participação como ministrante em minicurso com duração superior a 8 horas em atividades institucionais, com certificado expedido pela coordenação do evento.	EXT 12 Até 70 horas
EXT 13 Projeto de Extensão	EXT 13 Até 100 horas
EXT 14 Outras atividades de extensão relevantes devidamente comprovadas e aprovadas pelo colegiado de curso.	EXT 14 Até 100 horas

Atividades Complementares de Pesquisa

• **Indicador de limite de carga horária**

ATIVIDADES DE PESQUISA	LIMITE DE CARGA HORÁRIA
PES 01 Artigo publicado em Periódico indexado.	PES 01 Até 100 horas
PES 2 Livro.	PES 02 Até 120 horas
PES 03 Capítulo de Livro.	PES 03 Até 100 horas
PES 04 Trabalho Publicado em Anais de Evento Técnico Científico: resumido ou completo (expandido).	PES 04 Até 100 horas
PES 05 Texto em Jornal ou Revista (magazines).	PES 05 Até 50 horas
PES 06 Participação como bolsista 20 horas do Programa de Iniciação Científica PIBIC e outras bolsas que tenham relação com a pesquisa.	PES 06 Até 100 horas
PES 07 Participação em eventos culturais, científicos, artísticos, desportivos, recreativos, entre outros, de caráter compatível com o curso de graduação, que não sejam oriundas de atividades de disciplinas curriculares.	PES 07 Até 100 horas
PES 08 Participação como palestrante, conferencista, integrante de mesa-redonda, ministrante de minicurso em evento científico, com certificado expedido pela coordenação do evento.	PES 08 Até 70 horas
PES 09 Apresentação oral ou pôster em evento de pesquisa.	PES 09 Até 40 horas
PES 10 Prêmios concedidos por instituições acadêmicas, científicas, desportivas ou artísticas.	PES 10 Até 40 horas
PES 11 Participação na criação de Software Computacional, publicado.	PES 11 Até 70 horas
PES 12 Participação na criação de Software Multimídia publicado.	PES 12 Até 70 horas
PES 13 Participação na criação de Produto Tecnológico (aparelho, equipamento, fármacos e similares, instrumentos e outros) em forma de projeto.	PES 13 Até 70 horas
PES 14 Participação na criação de Produto Tecnológico (aparelho, equipamento, fármacos e similares, instrumentos e outros) na forma de Protótipo.	PES 14 Até 100 horas
PES 15 Participação na criação de Produto Tecnológico (aparelho, equipamento, fármacos e similares, instrumentos e outros) na forma de Estudo Piloto.	PES 15 Até 120 horas
PES 16 Participação em Relatórios, processos e pareceres ligados à área de pesquisa em: Analítica; Instrumental; Pedagógica, Processual; Terapêutica; Técnicos.	PES 16 Até 100 horas
PES 17 Participação em restauração de obras (de arquitetura, desenho, fotografia, escultura, gravura, pintura, acervos bibliográficos, trajes ou figurinos e arquivísticos históricos) e similares.	PES 17 Até 120 horas



PES 18 Participação na elaboração de Mapa, Carta ou similar.	PES 18 Até 120 horas
PES 19 Projeto de Pesquisa	PES 19 Até 100 horas
PES 20 Outras atividades de pesquisa relevantes devidamente comprovadas e aprovadas pelo colegiado de curso.	PES 20 Até 100 horas

Atividades Complementares de Administração Universitária

- **Indicador de limite de carga horária**

ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA	LIMITE DE CARGA HORÁRIA
ADM 01 Participação estudantil nos Colegiados de Curso.	ADM 01 Até 20 horas
ADM 02 Participação estudantil no Conselho de Centro.	ADM 02 Até 30 horas
ADM 03 Participação estudantil nos Conselhos Superiores da UNESPAR.	ADM 03 Até 60 horas
ADM 04 Participação estudantil, como titular, em Comissões Permanentes da UNESPAR.	ADM 04 Até 50 horas
ADM 05 Participação em cargo diretivo: - no Diretório Acadêmico, apresentando cópia do Estatuto e da ata de posse/eleição e validada pela atual gestão; - no Centro Acadêmico, apresentando cópia do Estatuto e da ata de posse/eleição e validada pela atual gestão; - no Centro Atlético, apresentando cópia do Estatuto e da ata de posse/eleição e validada pela atual gestão.	ADM 05 Até 30 horas
ADM 06 Participação em Empresa Júnior ou Escritório Modelo da UNESPAR, com declaração do professor tutor da empresa: a) Em cargo diretivo. b) Em cargo de assessor. c) Participante.	ADM 06 a) em cargo diretivo , cada semestre equivale 30 horas, (totalizando no máximo 90horas). b) em cargo de assessor cada semestre equivale a 20 horas, (totalizando no máximo 60 horas). c) como participante , cada semestre equivale a 10 horas, (totalizando no máximo 30 horas).

Atividades Complementares mistas de Ensino, Pesquisa, Extensão e/ou Administração Universitária.

• **Indicador de limite de carga horária**

<p>ACM 01 Atividades realizadas em laboratórios, estúdios, linhas de montagem, mesas de edição, editoras, Clínicas, Hospitais, Associações, ONGs, Centros esportivos. Devidamente comprovado e EXCLUINDO da totalidade da somatória da carga horária, nos casos previstos de disciplinas obrigatórias, e demais casos constantes no Projeto Pedagógico do curso.</p>	<p>ACM 01 Até 120 horas</p>
<p>ACM 02 Participação como bolsista em Programa de Apoio Discente com declaração da Direção de Centro, quando no <i>Campus</i> e quando a atividade for desenvolvida na Reitoria, a declaração será fornecida pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. As atividades para serem validadas devem estar com consonância com os objetivos do curso e perfil profissional a ser formado.</p>	<p>ACM 02 Até 100 horas</p>
<p>ACM 03 Participação em atividades comunitárias, com apresentação de declaração do responsável da entidade beneficiada.</p>	<p>ACM 03 Até 100 horas</p>
<p>ACM 04 Participação em órgão de representação de classe (Estadual e Federal), com apresentação do respectivo órgão.</p>	<p>ACM 04 Até 90 horas</p>
<p>ACM 05 Participação em audiência pública dos Conselhos Municipal, Estadual e Federal, com apresentação de declaração do respectivo Conselho.</p>	<p>ACM 05 até 60 horas</p>
<p>ACM 06 Projetos ou relatórios desenvolvidos no âmbito profissional reconhecido pela chefia imediata.</p>	<p>ACM 07 Até 90 horas</p>
<p>ACM 07 Participação do aluno em projetos desenvolvidos pelo Diretório Acadêmico, Centro Acadêmico, Centro Estudantil e Empresa Júnior.</p>	<p>ACM 08 Até 60 horas</p>
<p>ACM 08 Atividades desenvolvidas como bolsista no PIBID(Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência).</p>	<p>ACM 09 Até 100 horas</p>
<p>ACM 09 Participação como mesário em processo eleitoral organizado pelo Tribunal Regional Eleitoral ou pela UNESPAR.</p>	<p>ACM 10 Cada participação em processo eleitoral (incluindo 2º turno, se houver), equivale a 15 horas. (no máximo totalizar 60 horas)</p>
<p>ACM 10 Atividades profissionais, devidamente comprovadas.</p>	<p>ACM 10 Até 100 horas</p>
<p>ACM 11 Produção artística</p>	<p>ACM 11 Até 100 horas</p>
<p>ACM 12 Monitoria Acadêmica</p>	<p>ACM 12 Até 100 horas</p>
<p>ACM 13 Produção Artística</p>	<p>ACM 13 Até 100 horas</p>
<p>ACM 14 Curso de informática</p>	<p>ACM 14 Até 80 horas</p>
<p>ACM 15 Atividades artísticas</p>	<p>ACM 15 Até 80 horas</p>
<p>ACM 16 Outras atividades relevantes devidamente comprovadas e aprovadas pelo colegiado de curso.</p>	<p>ACM 16 Até 100 horas</p>

ANEXO D - REGULAMENTO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR *CAMPUS* DE PARANAGUÁ

Art. 1º A Curricularização da Extensão no curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, em cumprimento à Resolução nº 038/2020 – CEPE/UNESPAR, se dará por meio da implementação, da carga horária determinada pela matriz curricular do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da UNESPAR *campus* de Paranaguá, de componentes curriculares denominados “Ações Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC’s)”.

§ único. A Resolução citada no *caput* do Artigo prevê a obrigatoriedade de que 10% da carga horária dos Cursos de Graduação, no caso em tela 330 horas do total da carga horária dos componentes curriculares estabelecidos no Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, seja cumprida na forma de atividades extensionistas.

Art. 2º As Ações Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC’s) são componentes curriculares, nas modalidades “disciplina” ou “ação extensionista”, do curso de Psicologia, em que discentes e docentes, em uma relação dialógica com grupos da sociedade, buscando o conhecimento da realidade local atuam de forma ativa como integrantes de equipes executoras de ações de extensão, construindo soluções de problemas sociais, no âmbito da criação, tecnologia e inovação, promovendo o intercâmbio, a reelaboração e a produção de conhecimento sobre a realidade com a perspectiva de transformação social.

Art. 3º As ACEC’s configuram-se como atividades de extensão que possuem as seguintes finalidades:

I - aprofundar o contato do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva com a sociedade, contribuindo para o fortalecimento de seu compromisso social e o cumprimento dos objetivos do seu Plano de Desenvolvimento Institucional;

II - articular o conhecimento técnico, científico, artístico e cultural produzido no curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva com o conhecimento construído pelas comunidades e os diversos atores sociais, com vistas a capacitar os participantes para atuarem nos processos de transformação social;

III – fortalecer o princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão;

IV – auxiliar na melhoria da qualidade da formação acadêmica propiciada pelo curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva;

V – contribuir para a melhoria da qualidade do ensino bem como a expansão e qualificação das atividades de extensão universitária;

VI - impulsionar a busca de novos objetos de investigação e de inovação, bem como o desenvolvimento tecnológico a partir do contato com as demandas da sociedade;

VII - gerar e difundir conhecimentos, saberes e práticas no campo das Ciências, da Cultura, da Tecnologia, dos Direitos Humanos e das Artes, a partir da perspectiva da Troca de Saberes entre sociedade e Universidade;

VIII - propiciar formação e habilitação nas diferentes áreas de conhecimento e atuação, visando ao exercício de atividades profissionais e à participação no desenvolvimento da sociedade.

IV – fomentar a produção e difusão da arte e cultura produzidas na Universidade e na sociedade, bem como a preservação do patrimônio histórico do litoral paranaense.

§ 1º A multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são princípios norteadores das ACEC's, asseguradas pela relação dialética e dialógica entre diferentes campos dos saberes e fazeres necessários para atuação em comunidade e sociedade.

§ 2º Quando envolver diversos campos dos saberes, por meio de diferentes disciplinas da Matriz Curricular constante do PPC do curso, necessárias à condução e alcance do(s) objetivo(s) das ACEC's abrangidas, inclusive quando oferecidas por docente(s) de outro(s) Colegiado(s), este(s) docente(s) devem atuar ativamente para que sejam alcançados os objetivos do(s) referido(s) Projeto(s).

Art. 4º Com vistas à integração no processo de ensino e aprendizagem, a inserção das atividades de extensão deve ocorrer em articulação com os conteúdos curriculares, sem implicar o aumento de carga horária total dos cursos.

Art. 5º Para ser validada como uma Ação Curricular de Extensão e Cultura - ACEC's, a atividade deverá ser realizada para um público-alvo constituído em sua maioria por integrantes da comunidade externa.

Art. 6º As ACEC's deverão ser desenvolvidas em uma perspectiva dialética e dialógica, participativa e compartilhada por intermédio de intervenções em comunidades e sociedades, na busca de alternativas para o enfrentamento de problemáticas da realidade

contemporânea, visando ao desenvolvimento econômico, cultural e social das regiões de abrangência das ações extensionistas.

Art. 7º Para atender aos objetivos previstos na Resolução nº 038/2020 CEPE/UNESPAR, a curricularização no curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva deverá ser realizada nas seguintes disciplinas:

I – ACEC I – 30 horas

II – Procedimento de Ensino em Educação Especial: Deficiência Física – 30 horas

III – Procedimento de Ensino em Educação Especial: Deficiência Visual – 30 horas

IV – Apoio Educacional Especializado em Educação Infantil – 30 horas

V – Procedimento de Ensino em Educação Especial: Deficiência Auditiva – 30 horas

VI – Apoio Educacional Especializado: Ensino Fundamental I e II – 30 horas

VII – Procedimento de Ensino em Educação Especial: Transtornos Específicos - 30 horas

VIII – Procedimento de Ensino em Educação Especial: Altas Habilidades / Superdotação – 30 horas

IX – Procedimento de Ensino em Educação Especial: Transtornos Globais do Desenvolvimento e Transtorno do Espectro Autista – 30 horas

X – Procedimento de Ensino em Educação Especial: Deficiência Intelectual – 30 horas

XI – Apoio Educacional Especializado: Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos – 30 horas

§ 1º A carga horária prevista deverá ser cumprida no mínimo 50% na própria disciplina, denominada ACEC II.

§ 2º A carga horária prevista poderá ser complementada, no máximo em 50%, nas seguintes modalidades:

I - ACEC III: participação de discentes, como integrantes das equipes executoras de ações extensionistas não-vinculadas às disciplinas em Programas ou Projetos de Extensão da UNESPAR, devidamente cadastrados na Divisão de Extensão do *campus* de Paranaguá;

II – ACEC IV: participação como integrantes da equipe organizadora e/ou ministrante de cursos e eventos vinculados a Programas e Projetos de Extensão da UNESPAR *campus* de Paranaguá.

§ 3º A soma da carga-horária integralizada pelo discente nas modalidades supracitadas deverá perfazer o total de 330 horas da carga-horária total estipulada no PPC do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva.

§ 4º A participação de discentes como ouvintes em ações extensionistas poderá ser computada como “Atividades Acadêmicas Complementares”, não podendo ser contabilizada para fins da curricularização da extensão.

Art. 8º É responsabilidade do Colegiado de Educação Especial Inclusiva a oferta das ACEC’s conforme as modalidades definidas nesse Regulamento, em número suficiente para permitir a integralização dos créditos para todos os estudantes ao longo da periodização estipulada pela matriz curricular do curso.

Art. 9º A avaliação e controle das atividades de extensão apresentadas no Art 7º será feita pelo Coordenador de ACEC’s, indicado anualmente pelo Colegiado do curso de Educação Especial Inclusiva com homologação do Conselho do Centro de Área de Ciências Humanas, Biológicas e da Educação.

Art. 10º Caberá ao Coordenador de ACEC’s:

I – organizar, acompanhar e orientar as atividades da curricularização da extensão efetivadas pelos estudantes dentro deste regulamento;

II – verificar a execução das atividades de extensão realizadas pelos estudantes em concordância com o PPC;

III – elaborar um registro dos programas, projetos e eventos de extensão diretamente relacionados às modalidades apresentadas no Art. 7º e divulgar entre os estudantes;

IV – articular as atividades entre os coordenadores de projetos de extensão e docentes que ministrem disciplinas com carga-horária de extensão;

V – registrar as atividades de extensão dos estudantes e emitir relatório final confirmando a conclusão da carga horária e posterior encaminhamento para arquivamento nas pastas de cada discente junto ao Controle Acadêmico da Divisão de Graduação.

Art.10 º Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do curso de Educação Especial Inclusiva e aprovados pelo Conselho do Centro de Área de Ciências Humanas, Biológicas e da Educação da UNESPAR *campus* de Paranaguá.



ANEXO E – PLANILHA COTAÇÃO DAS BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS E COMPLEMENTARES

PLANILHA/COTAÇÃO DAS BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS E COMPLEMENTARES

TÍTULO	Nº DE EXEMPLARES	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia . São Paulo: Martins Fontes, 2007.	5	111,53	557,65
ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valer Roberto (orgs.). Afirmando Diferenças: montando quebra-cabeça da diversidade na escola . 3. ed.. Campinas: Papirus, 2011.	1	47,90	47,90
ALENCAR, E.M.L.S.; FLEITH, D.S. Superdotados: determinantes, educação e ajustamento . São Paulo: EPU, 2000.	1	63,15	63,15
ALONSO, Juan Antonio; RENZULLI, Joseph S. Manual internacional de superdotados: manual para professores y padres . Madrid: Giuntieos Psychometrics, 2003.	5	139,00	695,00
AMIRALIAN, M.L.T.M. Deficiência Visual: perspectivas na contemporaneidade . São Paulo: Vetor, 2009.	1	77,78	77,78
ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. (Orgs.). Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula . 7. ed. Joinville: UNIVILLE, 2007.	5	65,00	325,00
ANDRADE, Marcelo. Tolerar é pouco? Pluralismo mínimos éticos e práticas pedagógicas . Petrópolis: D&P, 2009.	1	20,30	20,30
ANDRÉ, M. (org.). Pedagogia das Diferenças na sala de aula . 9 ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.	5	33,90	169,50
APPLE, Michel W. Ideologia e currículo . Porto Alegre: ArtMed, 2006.	1	72,37	72,37
APPOLINÁRIO, Fabio. Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico . 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011	5	117,45	587,25
ARANHA, Maria Lúcia. A filosofia da educação . São Paulo: Moderna, 2006	1	80,30	80,30
ARENDT, Hannah. A condição humana . Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1987.	1	86,90	86,90
ARROYO, M. G.; CALDART, Roseli; MOLINA, Monica Castangna. Por uma educação do campo . Petrópolis: Vozes, 2004.	5	37,99	189,95
ARROYO, Miguel G.; ABRAMOWICZ, Anete (org.). A reconfiguração da escola: entre a negação e a afirmação de direitos . Campinas, SP: Papirus, 2009.	1	52,90	52,90
AZEVEDO, Fernando de. A cultura brasileira . 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: Editora Unb, 1996.	5	90,04	450,20
BAPTISTA, C. R.; JESUS, D. M. de. Avanços em políticas de inclusão: o contexto da	5	89,90	449,50

educação especial no Brasil e em outros países. Porto Alegre: Mediação, 2009.			
BAPTISTA, C.R.; Bosa, C. Autismo e educação : reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artes Médicas, 2009.	1	230,00	230,00
BARRETO, Vera. Paulo Freire para educadores . São Paulo: Arte & Ciência, 1998.	5	27,06	135,30
BATISTA, C.G.; ENUMO, S.R.F. Prevenção em Saúde: prevenção de deficiências. In: I.R.O.P. Nunes (Org.). Prevenção e intervenção em educação especial . Rio de Janeiro: ANPEPP/UERJ, 1996.	1	36,00	36,00
BEAUCLAIR, João. Para entender psicopedagogia : perspectivas atuais, desafios futuros. Rio de Janeiro: WAK, 2006.	5	27,88	139,40
BEE, Helen. A criança em desenvolvimento . Porto Alegre. Artmed, 2003.	1	149,89	149,89
BENJAMIN, Walter. Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação . 2.ed. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2014	1	35,90	35,90
BEYER, H. O. Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais . Porto Alegre: Mediação, 2005.	5	46,60	233,00
BIALER, M. Literatura de autistas : uma leitura psicanalítica. Curitiba: Editora CRV, 2015	1	54,90	54,90
BOBATH, K. A deficiência motora em pacientes com paralisia cerebral . São Paulo: Manole, 1979.	1	87,53	87,53
BOFF, Leonardo. Do iceberg à arca de Noé : o nascimento de uma ética planetária. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2010.	1	26,60	26,60
BOFF, Leonardo. A águia e a galinha : uma metáfora da condição humana. 52. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.	1	14,90	14,90
BONAMIGO, Euza Maria de Rezende. Como ajudar a criança no seu desenvolvimento : sugestões de atividades para a faixa de 0 a 5 anos. 8.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.	5	39,90	199,50
BOSSA, Nadia A. A Psicopedagogia no Brasil : contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artmed, 2007.	5	55,80	279,00
BOTELHO, Paula. Linguagem e Letramento na Educação dos Surdos : ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica. 2005.	5	51,92	259,60
BOURDIEU, Pierre. A distinção, crítica social do julgamento . São Paulo: EDUSP, 2008.	5	72,72	363,60
BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução : elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.	1	44,67	44,67
BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. Os herdeiros : os estudantes e a cultura.	1	59,00	59,00

Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.			
BRANDÃO, Flávia. Dicionário de libras : língua brasileira de sinais. São Paulo: Global, 2011.	1	170,00	170,00
BRAZELTON, T.B., GREENSPAN, S.I. As necessidades essenciais das crianças. O que toda criança precisa para crescer, aprender e se desenvolver . Porto Alegre: Artmed, 2002	1	97,97	97,97
BROUGÈRE, Gilles. Jogo e educação . Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.	1	289,90	289,90
BURNS, D. E. Altas Habilidades/Superdotação . Manual para guiar o aluno desde a definição de um problema até o produto final. Curitiba: Juruá, 2014.	5	49,90	249,50
BUSCAGLIA, L.F. Os deficientes e seus pais : um desafio ao aconselhamento. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1983.	1	59,90	59,00
CAIADO, K. R. M. Aluno deficiente visual na escola : lembranças e depoimentos. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006	5	47,97	239,85
CAIADO, K.R.M.; JESUS, D.M.; BAPTISTA, C.R. (org.) Professores e Educação Especial : formação em foco. Porto Alegre: Mediação/CDV/FACITEC, 2011. v.1.	1	50,00	50,00
CAMARGOS Jr, W. Transtornos invasivos do desenvolvimento : Terceiro milênio. Brasília: Ministério da Justiça, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, AMES, ABRA, 2005.	1	120,88	120,88
CAMBRUZZI, Rita de Cássia Silveira; COSTA, Maria da Piedade Resende da. Surdocegueira: níveis e formas de comunicação . São Paulo: EdUFSCAR, 2016	5	20,30	101,50
CANAU, V. M. Ensinar e aprender : sujeitos, saberes e pesquisa. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.	1	40,00	40,00
CANAU, Vera Maria; ANDRADE, Marcelo; SACAIVINO, Susana et al. Educação em direitos humanos e formação de professores/as . São Paulo: Corte, 2013.	5	84,11	420,55
CANAU, Vera Maria; SACAIVINO, Susana (Org.). Educação em direitos humanos : temas, questões e propostas. Rio de Janeiro: DPXAli, 2008.	5	25,00	125,00
CANAU, Vera Maria; SACAIVINO, Susana (Org.). Educar em direitos humanos : construir democracia. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.	1	35,00	35,00
CANGUILHEM, Georges. O normal e o patológico . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.	1	95,99	95,99
CANTON, Katia. Temas da Arte Contemporânea . São Paulo: Martins Fontes, 2010.	5	78,00	390,00
CARVALHO, J. S. Educação, cidadania e direitos humanos . Petrópolis: Voes, 2004.	5	42,00	210,00
CARVALHO, R. E. Removendo barreiras para a aprendizagem : educação inclusiva. 8 ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.	1	43,20	43,20

CASTRO, Marcos. Caminhos para a leitura . São Paulo: Record, 2002.	1	25,00	25,00
COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS, J. Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais . 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.	5	117,53	587,65
COLL, César, et al. Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar . 4.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.	5	89,99	449,95
COLLARES, C. A. L; MOYSÉS, M. A. A; RIBEIRO, M. C. F. (Orgs). Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos . Campinas: Mercado de letras, 2013.	1	85,00	85,00
CONSENZA, R.; GUERRA, L. Neurociência e educação: como o cérebro aprende? Porto Alegre: Artmed, 2011.	5	50,00	250,00
COSTA, Renato Pontes; RIBEIRO, Ana de Almeida. O Saber da gente... sobre uma educação para o povo . Rio de Janeiro: Caetés, 2013	5	38,00	190,00
COSTAS, F. A. T. (Org.). Educação, Educação Especial e Inclusão: fundamentos, contextos e práticas . Curitiba: Appris, 2002.	5	51,41	257,05
CUNHA, M. I. da. O bom professor e sua prática . 22 ed. Campinas: Papyrus, 2010	1	33,53	33,53
CUNHA, Maria Isabel da. (Org.). Formatos avaliativos e concepção de docência . Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção Educação Contemporânea).	1	39,90	39,90
CUNHA, Susana Rangel Vieira da. As artes no universo infantil . Porto Alegre: Mediação, 2012.	1	61,20	61,20
DAVIDOFF, Linda L. Introdução à psicologia. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2006	1	166,40	166,40
DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo . 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009	1	29,26	29,26
DIAS, Belidson. O i/mundo da cultura visual . Brasília: Editora da Pós-Graduação em Arte da Universidade de Brasília, 2011.	5	62,00	310,00
DINIZ, D. O que é deficiência . São Paulo: Brasiliense, 2012	5	35,50	117,50
DINIZ, Débora. O que é bioética . São Paulo: Brasiliense, 2002.	5	31,20	156,00
DSM-5. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais . 5.ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2015.	5	162,99	814,99
DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia . 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes: 2011.	5	23,07	115,35
FADIMAN, James; FRAGER, Robert. Teorias da personalidade . São Paulo: Harbra, 2002.	5	153,00	765,00
FARIAS, I. M. S. de; SALES, J. de O. C. B.; BRAGA, M. M. S. de C.; FRANÇA, M. do S. L. M. Didática e Docência: aprendendo a profissão . Brasília: Liber Livro, 2011.	1	59,00	59,00
FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga.. Direitos das pessoas com deficiência: garantia de	5	69,90	349,50

igualdade na diversidade. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2012.			
FAZENDA, Ivani Catarina Arantes; PICONEZ, Stela C. Bertholo. A prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas: Papyrus, 1991	5	34,34	171,70
FEITOSA, Vera Cristina. Redação de textos científicos. Campinas: Papyrus, 1995.	5	26,60	133,00
FERNANDES, A.C., RAMOS, A.C.R., CASALIS, M.E.P., HEBERT, S.K. Medicina e reabilitação: princípios e práticas. Artes Médicas, 2007.	1	159,00	159,00
FERNANDES, Eulália. Surdez e bilinguismo. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.	1	48,00	48,00
FERREIRA, Maria Gabriela Ramos. Neuropsicologia e aprendizagem. Curitiba: InterSaberes, 2014.	1	85,40	85,40
FERREIRA, N. S.C. Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2000.	5	98,90	495,50
FIGUEIRÓ, M. N. D. Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível. Campinas: Mercado de Letras; EDUEL, 2006. R\$100,00	5	100,00	500,00
FLETCHER, J. M.; LYONS, G. R; FUCHS, L. S.; BARNES, M. A. Transtornos de aprendizagem: da identificação à intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2009.	5	258,00	1.290,00
FONTES, R. Ensino Colaborativo: uma proposta de educação inclusiva. Araraquara, SP: Junqueira e Marin, 2009.	5	34,90	174,50
FRANCO, M. A. S.; PIMENTA, S. G. Didática: embates contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2010.	1	32,30	32,30
FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia e prática docente. São Paulo: Cortez, 2012.	5	37,90	189,50
FREIRE, Paulo. Extensão e comunicação?. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.	1	39,92	39,92
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 56. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.	5	23,19	115,95
FREITAS, S. N. F. Tendências contemporâneas de inclusão. Santa Maria: Editora UFSM, 2008.	1	31,41	31,41
FREITAS, S. N.; PÉREZ, S. G. P. B. Altas Habilidades/Superdotação: atendimento especializado. Marília: ABPE, 2012.	1	57,00	57,00
FRIEDMAN, Adriana. Brincar, crescer e aprender: o resgate do jogo infantil. São Paulo: Editora Moderna, 1996.	1	270,00	270,00
FRIEDMAN, Adriana. O desenvolvimento da criança através do brincar. São Paulo: Moderna, 2012.	1	63,65	63,65
FUENTES, D. Neuropsicologia: teoria e prática. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.	5	112,00	560,00
FUNARI, P. P. A.; FEITOSA, L. C.; SILVA, G. J. (Orgs.). Amor, desejo e poder na antiguidade: relações de gênero e representações do feminino. Campinas: Editora	5	54,65	273,25

UNICAMP, 2003.			
FUNARI, Pedro Paulo; PINON, Ana. A temática indígena na escola : subsídios para os professores. São Paulo: Contexto, 2011.	1	25,40	25,40
FURLANI, Jimena (Org.). Educação sexual na escola : equidade de gênero, livre orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Florianópolis: UDESC, 2008.	1	69,80	69,80
FURTADO, Valéria Queiroz. Dificuldades na Aprendizagem da Escrita . Petrópolis: Vozes, 2009	1	37,90	37,90
GADOTTI, Moacir. ROMÃO, José E. (Orgs). Educação de Jovens e Adultos : teoria prática e proposta. Editora Cortez: Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2006, (Guia da escola cidadã, v. 5).	1	31,90	31,90
GASPARIN, J. L. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica . Campinas, SP: Autores Associados, 2002.	1	49,00	49,00
GAZZANINGA, M.; HEATHERTON, T. Ciência psicológica : mente, cérebro e comportamento. Porto Alegre: Artmed, 2005.	1	188,00	188,00
GESSER, Audrei. Libras?: Que língua é essa? : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.	1	45,10	45,10
GIL, Antonio. Métodos e técnicas de pesquisa social . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.	5	78,99	394,95
GIMENO SACRISTÁN, J. O currículo : uma reflexão sobre a prática. 3 ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.	5	81,75	408,75
GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise (Orgs.). Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais . Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.	5	32,00	160,00
GLAT, R. A integração social dos portadores de deficiência : uma reflexão. Rio de Janeiro: Moderna, 2003.	5	30,00	150,00
GOES, M. C. R de. (Org.). Surdez : processos educativos e subjetividade. São Paulo: Lovise, 2000.	5	57,70	288,50
GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. (Org.). Políticas e práticas de educação inclusiva . 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.	5	34,83	174,15
GOLDFELD, Marica. A criança surda : linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. São Paulo – SP: 1997.	5	42,00	210,00
GONÇALVES, Hortência de Abreu. Manual de projetos de extensão universitária . São Paulo: Avercamp, 2008.	1	45,00	45,00
GONÇALVES, Nádia Gaiofatto; QUIMELLI, Gisele Alves de Sá (Comp.). Princípios da extensão universitária : contribuições para uma discussão necessária. Curitiba: CRV, 2020.	5	30,95	154,75

GONZÁLEZ, E. Necessidades educacionais específicas . Porto Alegre: Artmed, 2007.	1	110,00	110,00
GOODSON, Ivor F. Currículo: teoria e história . Petrópolis: Vozes, 2008.	1	35,83	35,83
GRINSPUN, Mírian Paura Sabrosa Zippin. Autonomia e ética na escola: o novo mapa da educação . São Paulo: Cortez, 2014. R\$28,90	5	28,90	144,50
GURGEL, R. M. Extensão universitária: comunicação ou domesticação? São Paulo: Cortez Autores Associados, 1986.	1	35,00	35,00
HAEUSSLER, Isabel M. Manual de estimulação do pré-escolar: um guia para pais e educadores . São Paulo: Editora Planeta, 2005.	5	28,77	143,85
HERNÁNDEZ, Fernando. Catadores da cultura: transformando fragmentos em nova narrativa educacional . Porto Alegre: Mediação, 2007.	1	60,00	60,00
HOFFMANN, J. M. L. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade . 26. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.	1	28,60	28,60
HUIZINGA, Johan. Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura . 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.	5	46,69	233,45
JANNUZZI, G. A educação do deficiente mental no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI . Campinas, SP: Autores Associados, 2004	1	46,74	46,74
JERUSALINSKY, A. (Org.). Dossiê autismo . São Paulo: Instituto Langagem, 2015.	5	95,00	475,00
JOSÉ, Elisabete da Assunção; COELHO, Maria Teresa. Problemas de aprendizagem . 13.ed. São Paulo: Ática, 2011.	1	35,90	35,90
KASTRUP, Virgínia. Cegueira e invenção: cognição, arte, pesquisa e acessibilidade . Curitiba: Editora CRV, 2018.	1	52,00	52,00
KASTRUP, Virgínia. A invenção de si e do mundo: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição . Belo Horizonte: Autêntica, 2007.	1	57,00	57,00
KAUFMAN, Ana Maria. Escola, leitura e produção de textos . Porto Alegre: ArtMed, 1995.	1	39,99	39,99
KEARNEY, Christopher A. Transtornos de Comportamento na Infância . São Paulo: Cengage Learning, 2012.	1	48,99	48,99
KISHIMOTO, Tizuko M. (Org.) Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação . 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.	5	42,84	214,20
KUPFER, M. C. M.; PATTO, M. H. S.; VOLTOLINI, R. Práticas inclusivas em escolas transformadoras: acolhendo o aluno sujeito . São Paulo: Escuta, 2017.	5	96,15	480,75
KUSNETZOFF, Juan Carlos. Introdução à psicopatologia psicanalítica . Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2001.	5	159,00	795,00
LACERDA, C.B.F.; LODI, A.C B (Orgs.). Uma escola duas línguas: letramento em	1	47,70	47,70

língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2009.			
LAFFIN, Maria Herminia Lage Fernandes. Educação de jovens e adultos, diversidade e o mundo do trabalho. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2012	1	52,90	52,90
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Altas, 2017	5	70,89	354,45
LAVILLE, C; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia em pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.	1	77,99	77,99
LEANDRO F.; MALLOY-DINIZ, Paulo Mattos. Intervenção neuropsicológica infantil: da estimulação precoce-preventiva à reabilitação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2019.	1	107,00	107,00
LÉVY, Janine. O despertar do bebê: prática de educação psicomotora. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1996.	1	64,90	64,90
LIBÂNEO, J.C. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2005.	5	60,90	304,50
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Carlos; TOSCHI, Mirza S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10 ed. São Paulo. Cortez. 2012.	5	96,61	483,05
LIMA, E. S. Diversidade e aprendizagem. São Paulo: Editora Sobradinho, 2005.	1	57,97	57,97
LIPMAN, Mathew. O pensar na educação. Petrópolis: Vozes, 1995.	1	160,00	160,00
LOBO, L. F. Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.	5	55,68	278,40
LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth (orgs). Currículo: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2002.	1	43,17	43,17
LOPES, M. C. Surdez & educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007	1	44,90	44,90
LOURO, G. L. (Org.) O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.	1	33,11	33,11
LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Petrópolis: Vozes, 1997.	5	36,90	184,50
LOUZÃ NETO, Mário Rodrigues. TDH ao longo da vida: transtorno de déficit de atenção; hiperatividade. Porto Alegre: ArtMed 2011.	1	98,70	98,70
LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.	1	60,06	60,06
LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. 2.ed. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 2014.	1	65,99	65,99
LUZZI, Daniel. Educação e meio ambiente. São Paulo: Manoli, 2012.	5	48,20	241,00
MACEDO, Lino de; PETTY, Ana Lúcia Sícoli; PASSOS, Norimar Christe. Aprender	1	128,00	128,00

com jogos e situações-problema. Porto Alegre: Artmed, 2000.			
MACHADO, Rachel; LOUSADA, Eliane; ABRAU-TARDELLI, Lilian Santos. Planejar gêneros acadêmicos. Rio de Janeiro: Parábola, 2007.	1	23,20	23,20
MAIA, A. C. B. Sexualidade e deficiências. São Paulo: Editora Unesp, 2006.	5	47,52	237,60
MANGUEL, Alberto. Uma história da leitura. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.	1	299,90	299,90
MANTOAN, M. T. E. Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais. São Paulo: Scipione, 2005.	1	37,90	37,90
MANTOAN, M.T.E. Inclusão escolar: o que é? Por que? Como fazer? Rio de Janeiro: Moderna, 2003.	5	31,00	155,00
MANZINI, E. J (Org.). Inclusão e acessibilidade. Marília: ABPEE, 2006.	1	159,14	159,14
MARQUEZAN, R. O deficiente no discurso da legislação. Campinas: Papirus, 2009.	5	35,92	179,60
MARTINS, J. S. A exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.	5	84,90	424,50
MARTINS, Mirian Celeste (Org.). Pensar juntos mediação cultural: [entre]laçando experiências e conceitos. São Paulo: Terracota, 2014.	1	50,00	50,00
MARTINS, Mirian Celeste; PICOSQUE, Gisa. Cultura das imagens: desafios para a arte e para a educação. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2012.	5	63,00	315,00
MARTINS. M.C; JAUREGUI, M.V.G; LOPES, M.L.S. Incapacidade motora: orientações para adaptar a escola. Porto Alegre: Art Med, 2004.	1	23,99	23,99
MASINI, E. F. S. (Org). A pessoa com deficiência visual: um livro para educadores. São Paulo: Vetor, 2007	5	57,97	289,85
MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac-Naify, 2003.	1	59,12	59,12
MAZZOTTA, M. J. da S. Trabalho docente e formação de professores de educação especial. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1993.	5	50,84	254,25
MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2017.	5	48,60	243,00
MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas. São Paulo: Atlas, 2006.	1	82,16	82,16
MEIRA. Ana Claudia Hebling (Org). Ética: ensaios interdisciplinares sobre teoria e práticas profissionais. São João da Boa Vista: UNIFEOB, 2006.	1	189,90	189,90
MELGAÇO, Rosely Gazire. A ética na atenção ao bebê: psicanálise, saúde, educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006	1	42,12	42,12
MELLO, Cleyson de Moraes; ALMEIDA NETO, José Rogério; PETRILLO, Regina Pentagna. Curricularização da extensão universitária. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2020.	5	45,00	225,00

MENDES, E.G.; CIA F. (Orgs.). Inclusão Escolar e o Atendimento Educacional . São Carlos, Marquenzi & Manzini, ABPEE, 2014.	1	26,64	26,64
MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.(Orgs.). Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva . Araraquara: Junqueira & Marins, 2010.	1	89,00	89,00
MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar . São Carlos: EdUFSCar, 2014.	1	23,35	23,35
MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Ariela Rios; ZERBATO, Ana Paula. Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial . São Carlos: EdUFSCAR, 2014.	5	23,35	116,75
MICHELETTI, Guaraciaba. Leitura e construção do real . São Paulo: Cortez, 2003.	1	45,60	45,60
MITTLER, P. Educação Inclusiva: contextos sociais . Porto Alegre: Artmed, 2003.	1	80,00	80,00
MONTAGU, A. Touching -Tocar - o significado humano da pele . São Paulo: Summus, 1988. (Novas buscas em psicoterapia, v. 34)	1	77,97	77,97
MOOJEN, S. M. P. A escrita ortográfica na escola e na clínica: teoria, avaliação e tratamento . São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011	5	89,00	445,00
MORAES, Luiz Fernando de. Deficiência física: da experiência ao saber científico . Imprensa Livre: Porto Alegre, 2014.	5	18,90	94,50
MORAIS, Artur Gomes de. Consciência fonológica na educação infantil e no ciclo de alfabetização . São Paulo Autêntica 2019	1	45,99	45,99
MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa (org). Currículo: questões atuais . Campinas, SP: Papyrus, 1997.	1	35,00	35,00
MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (Org.). Currículo: políticas e práticas . 12. ed. Campinas: Papyrus, 2010.	1	36,33	36,33
MOREIRA, M. E. L. BRAGA, N. A.; MORSCH, S. Quando a vida começa diferente: o bebê e sua família na UTI Neonatal . Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.	1	169,00	169,00
MOURA, M.C, VERGAMINI, S.A.A, LEITE, S.R. Educação para surdos: práticas e perspectivas . São Paulo: Santos, 2009.	1	29,90	29,29
MOUSINHO, R; ALVES; L. M.; CAPELLINI, S. A. Dislexia: novos temas, novas perspectivas . Vol.3. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.	1	74,00	74,00
MUNARIN, Antonia; BELTRAME, Sonia Aparecida Branco; CONDE, Soraya Franzoni et al. (Orgs.). Educação do campo: políticas públicas, territorialidade e práticas pedagógicas . Florianópolis: Insular, 2011	1	69,92	69,92
NARDI, Antonio Egídio. Transtorno de déficit de atenção – hiperatividade: teoria e	5	87,00	435,00

clínica. Porto Alegre ArtMed, 2015.			
NOGUEIRA, M. D. Políticas de extensão universitária brasileira . Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2005.	1	23,00	23,00
NUNES SOBRINHO, F. P (org.). Inclusão Educacional : pesquisa e interfaces. Rio de Janeiro: Livre expressão, 2003.	1	35,99	35,99
OLIVEIRA, D. A.; ROSAR, M. de F. Política e gestão da educação . Belo Horizonte: Autêntica, 2007.	1	115,00	115,00
OLIVEIRA, Vera Barros. (Org.). O brincar e a criança do nascimento aos seis anos . Petrópolis: Vozes, 2000.	5	45,00	225,00
OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Educação infantil : fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002	1	47,00	47,00
OLIVIER, Lou de. Transtornos de comportamento e distúrbios de aprendizagem . 2. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2013.	1	46,00	46,00
ORRÚ, S. E. Aprendizes com autismo : aprendizagem por eixos de interesse em espaços não excludentes. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2016	5	37,90	189,50
PAIVA, Angela Randolpho (Org.). Direitos humanos em seus desafios contemporâneos . Rio de Janeiro: Pallas, 2012.	1	34,85	34,85
PALHARES, M. S.; MARINS, S. Escola inclusiva . São Carlos: Edufscar, 2002.	1	76,64	76,64
PELICIONI, M. C. F.; PHILIPPI JÚNIOR, A. Educação ambiental e sustentabilidade . São Paulo: Manole, 2005.	1	153,90	153,90
PELIZZOLI, Marcelo. Homo ecologicus : ética, educação ambiental e práticas vitais. Caxias do Sul, RS: Educs, 2011.	1	139,00	139,00
PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. Libras: conhecimento além dos sinais . São Paulo: Pearson, 2011.	5	72,00	360,00
PERRENOUD, Philippe. Práticas pedagógicas, profissão docente e formação . Lisboa: Dom Quixote, 1993.	1	110,00	110,00
PESSOTTI, I. Deficiência mental : da superstição à ciência. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.	1	139,00	139,00
PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia . 14. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.	1	56,79	56,79
PICCOLO, Gustavo Martins. Por um pensar sociológico sobre a deficiência . Curitiba: Appris, 2015.	1	37,60	37,60
PIMENTA, G. Selma Saberes pedagógicos e atividades docentes . 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.	5	68,50	342,50

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. Estágio e Docência . São Paulo: Cortez, 2010.	5	52,36	261,80
PIMENTA, Selma Garrido, ANASTASIOU, Léa, das Graças Camargo. Docência superior . São Paulo: Cortez, 2011.	5	43,90	219,50
PIMENTA, Selma Garrido. (Org). Saberes pedagógicos e atividade docente . São Paulo: Cortez Editora, 1999.	5	81,30	406,50
PINOTTI, Rafael. Educação ambiental para o século XXI: no Brasil e no mundo . 2. ed. São Paulo: Blucher, 2016.	5	64,80	324,00
PINSKY, Jaime (Org.). 12 faces do preconceito . São Paulo: Contexto, 2010.	1	22,90	22,90
PLETSCH, M. D. Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual . Rio de Janeiro: NAU/ EDUR, 2010.	5	31,50	157,50
PLETSCH, Márcia Denise; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; HOSTINS, Regina Célia Linhares. A escolarização de alunos com deficiência intelectual: políticas, práticas e processos cognitivos . São Carlos: Marquezine e Manzini, 2015	1	57,90	57,90
PRAIS, Jacqueline Lidiane de Souza. Das intenções à formação docente para a inclusão: contribuições do desenho universal para a aprendizagem . Curitiba: Appris, 2017.	5	45,60	228,00
QUADROS, Emérico Arnaldo. Psicologia e desenvolvimento humano . Petrópolis: Vozes, 2017.	1	30,00	30,00
QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir. Língua de sinais Brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004.	1	67,15	67,15
QUINTANEIRO, Tânia <i>et al.</i> Um toque de clássicos . Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.	5	41,31	206,55
RACHID, Alysson. Dominando ética . São Paulo Saraiva 2019.	5	39,99	199,95
RAIÇA, Darcy (Org.). Tecnologias para a educação inclusiva . São Paulo: Avercamp, 2008.	1	44,37	44,37
RAYO, José Tuvilla. Educação em direitos humanos rumo a uma perspectiva global . 2. Porto Alegre ArtMed 2013	1	58,20	58,20
REIGOTA, Marcos. O que é educação ambiental . 2. ed. Brasiliense: São Paulo, 2009. (Coleção: Os primeiros passos).	5	39,00	195,00
RENZULLI, Joseph S. et al. Escalas Renzulli: escalas para la valoración de las características de comportamiento de estudiantes superdotados . 2.ed. Salamanca: Amarú, 2001.	5	289,00	1.445,00
RIBEIRO, P. R. M. (Org.). Sexualidade e educação: aproximações necessárias . São Paulo: Arte & Ciência, 2004.	1	45,00	45,00

RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). Educação de Jovens e Adultos : novos leitores, novas leituras; Campinas: Mercado de Letras, 2001.	5	53,92	269,50
ROCHA, Maria Isabel Antunes. Educação do campo : desafios para formação de professores. São Paulo: Autêntica, 2009.	1	54,90	54,90
RODRIGUES, David. Inclusão e Educação : doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.	5	67,40	337,00
RODRIGUES, M.F. et al. A estimulação da criança especial em casa : entenda o que acontece no sistema nervoso da criança deficiente e como você pode atuar sobre ele. São Paulo: Atheneu, 2000.	1	159,00	159,00
RODRIGUES, Maria Helena Quaiati; CARVALHO, Milena Rodrigues. Práticas de educação ambiental : metodologia de projetos. Curitiba: Appris, 2016.	1	32,20	32,20
ROHDE, G. M. Epistemologia ambiental : uma abordagem filosófico-científica sobre a efetivação humana alopoiética. Porto Alegre: EDIPUCS, 1996.	5	18,19	54,57
ROMANELLI, Otaíza Oliveira. História da educação no Brasil . 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.	1	40,83	40,83
ROTTA, N.; RIESGO, R.; OHLWEILER, L. 2. ed. Transtorno de aprendizagem : abordagem neurobiológica e multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2016.	5	120,00	600,00
RUMMERT, Sonia Maria. Educação e identidade dos trabalhadores . São Paulo: Xamã, 2000.	1	26,00	26,00
SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima. Bilinguismo dos surdos : questões linguísticas e educacionais. Goiânia: Cânone, 2007.	1	39,00	39,00
SALLES, J. F.; HAASE, V. G.; MALLOY-DINIZ, L. Neuropsicologia do desenvolvimento : infância e adolescência. Porto Alegre: Artmed, 2016.	1	112,00	112,00
SANTOS, Clóvis Roberto dos. Política e Educação no Brasil . 2.ed. Campinas: Autores Associados, 1998.	1	30,83	30,83
SANTOS, M.P; PAULINO, M. M. (Orgs.) Inclusão em Educação : culturas, políticas e práticas. São Paulo: Cortez, 2006.	1	41,23	41,23
SANTOS, M.T.M. dos; NAVAS, A.L.G.P. Distúrbios de leitura e escrita : teoria e prática. São Paulo: Manoele, 2004	1	81,40	81,40
SATO, Michèle, CARVALHO, Isabel. Educação Ambiental : pesquisa e desafios. Porto Alegre: ArtMed, 2011.	1	61,99	61,99
SCHILLING, Flávia (Org.). Direitos humanos e educação : outras palavras, outras práticas. São Paulo: Cortez, 2005.	1	45,52	45,52
SCHWARTZMAN, José S.; ARAUJO, Ceres A. (Org.) Transtornos do Espectro do	1	235,45	235,45

Autismo. São Paulo, Memnon, 2011.			
SCOZ, Beatriz J. L. et al.. Psicopedagogia: o caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional. Porto Alegre: Artes Médica, 1990.	1	40,00	40,00
SERVA, Fernanda Mesquita. Extensão universitária e sua curricularização. Porto Alegre: Lumen Juris, 2020.	1	56,00	56,00
SEVERINO, Antônio Joaquim; FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Orgs.). Conhecimento, pesquisa e educação. Campinas: Papyrus, 2001.	1	39,99	39,99
SHORE, R. Repensando o cérebro: novas visões sobre o desenvolvimento inicial do cérebro. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.	1	59,00	59,00
SILVA, Ana Beatriz Barbosa. Mentes inquietas: TDAH: desatenção, hiperatividade e impulsividade. [Rio de Janeiro]: Fontanar, 2009.	1	39,99	39,99
SILVA, Ana Paula Soares da; PASUCH, Jaqueline; SILVA, Juliana Bezzon. Educação infantil do campo. São Paulo: Cortez, 2010.	5	40,90	204,50
SILVA, Ezequiel Theodoro. Criticidade e leitura: ensaios. São Paulo: Mercado das Letras, 2003.	1	27,90	27,90
SILVA, S.; VIZIM, M. (Org.) Políticas públicas: educação, tecnologias e pessoas com deficiência. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.	1	36,08	36,08
SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 6. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. – PRECO: 38,43	5	38,43	192,15
SILVA, T.T. (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.	1	24,90	24,90
SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2007.	1	48,00	48,00
SISTO, Fermino F. et al. Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar. Petrópolis: Vozes, 1996.	1	70,10	70,10
SKLIAR, C. (Org.) A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2001.	1	39,90	39,90
SKLIAR, C. (Org.). Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 2006.	1	37,90	37,90
SKLIAR, Carlos. Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.	1	43,20	43,20
SMITH, D. Introdução à educação especial: ensinar nos tempos de inclusão. Porto Alegre: Artmed, 2008.	5	283,20	1.415,00
SOARES, L., GIOVANETTI, M.A., GOMES, N.L. (Org.). Diálogos na educação de	1	54,90	54,90

jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.			
SOARES, Leôncio (Org.). Aprendendo com a diferença: estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003.	1	42,90	42,90
SOARES, Leôncio. Educação de Jovens e Adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.	1	25,19	25,19
SOUZA, Maria Antonia de. Educação do campo: proposta e práticas do MST. Petrópolis: Vozes, 2012.	1	127,00	127,00
STAINBACK, Susan Bray; STAINBACK, William C. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.	1	111,90	111,90
TAVARES, Christiane Andradde Regis; FREITAS, Katia Siqueira de. Extensão universitária: o patinho feio da Academia? Jundiaí: Paco Editorial, 2016.	5	24,90	124,50
VALLE, J. W.; CONNOR, D. J. Ressignificando a deficiência: da abordagem social às práticas inclusivas nas escolas. Porto Alegre: AMGH, 2014.	1	269,90	269,90
VALLE, Lílian do. Escola imaginária. Rio de Janeiro: DP&A, 1996.	5	20,50	102,50
VEIGA, I. P. A.; D'ÁVILA, C. M. (Org.). Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2010.	5	116,00	580,00
VISCA, Jorge. O diagnóstico operatório na prática psicopedagógica. São José dos Campos: Pulso, 2008.	1	45,00	45,00
VYGOTSKY L. S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2015.	5	179,00	895,00
VYGOTSKY, L. S. A Formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2010	5	240,00	1.200,00
VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTEV, A. N., CIPOLLA NETO, J.. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 14. ed. São Paulo: Ícone, 2016.	1	64,00	64,00
WEISS, Maria Lucia W. Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.	5	32,40	162,00
TOTAL	683	18.136,70	45.848,88



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

Campus de Paranaguá

Credenciada pelo Decreto nº 9538, de 05/12/2013 - D.O.E. 05/12/2013
Recredenciada pelo Decreto nº 2374, de 14/08/2019- D.O.E. 14/08/2019
Rua Comendador Correa Junior, nº 117 - Centro- CEP: 83203-560 - Fone: (41) 3423-3644
PARANAGUÁ - PARANÁ
<http://paranagua.unespar.edu.br>



MEMORANDO Nº 013/2021 – CACSA/PARANAGUÁ

De Direção do CCSA - *Campus* de Paranaguá
Direção do CCHBE – *Campus* de Paranaguá
Direção Geral – *Campus* de Paranaguá
Divisão de Graduação – *Campus* de Paranaguá

Para Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - UNESPAR

Data 31/05/2021

Assunto: Atendimento à demanda para criação do curso de Psicologia

Encaminhamentos a proposta com o novo Projeto Pedagógico do Curso de Educação Especial Inclusiva para o *campus* de Paranaguá. As orientações sugeridas pela equipe da PROGRAD foram atendidas pela Comissão Especial designada para elaboração da proposta.

Atenciosamente

Sebastião Cavalcanti Neto
Diretor CACSA da UNESPAR - *Campus* de Paranaguá

Fernando Yudi Sakaguti
Diretor CACHBE da UNESPAR - *Campus* de Paranaguá

Moacir Dalla Palma
Diretor Geral da UNESPAR - *Campus* de Paranaguá

Roseneide Maria Batista Cirino
Chefe da Divisão de Graduação da UNESPAR - *Campus* de Paranaguá



ePROCOLO



Documento: **MemorandoCCSA0132021.pdf**.

Assinado por: **Sebastiao Cavalcanti Neto** em 31/05/2021 11:27, **Fernando Yudi Sakaguti** em 31/05/2021 12:22, **Roseneide Maria Batista Cirino** em 31/05/2021 12:29, **Moacir Dalla Palma** em 31/05/2021 16:52.

Inserido ao protocolo **17.076.663-6** por: **Sebastiao Cavalcanti Neto** em: 31/05/2021 11:27.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
88c85b8c728a355d8270359ab8f841b8.

UNESPAR - CAMPUS PARANAGUA
CENTRO CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Protocolo: 17.076.663-6
Assunto: Proposta de implantação do curso de Educação Especial Inclusiva
Interessado: ELIZABETH STREISKY DE FARIA
Data: 31/05/2021 11:28

DESPACHO

Em atendimento à demanda apresentada pela PROGRAD, segue PPC com as devidas alterações. Solicitamos inclusão na pauta do próximo CEPE.

**UNESPAR - CAMPUS PARANAGUA
CENTRO CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

Protocolo: 17.076.663-6
Assunto: Proposta de implantação do curso de Educação Especial Inclusiva
Interessado: ELIZABETH STREISKY DE FARIA
Data: 31/05/2021 11:34

DESPACHO

Em atendimento à demanda apresentada pela PROGRAD, segue PPC com as devidas alterações. Solicitamos inclusão na pauta do próximo CEPE.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA
DIRETORIA DE ENSINO

Protocolo: 17.076.663-6
Assunto: Proposta de implantação do curso de Educação Especial Inclusiva
Interessado: ELIZABETH STREISKY DE FARIA
Data: 15/06/2021 16:19

DESPACHO

À
Prof. Dra. Marlete dos Anjos Silva Schaffrath
Prograd - UNESPAR

Encaminhamos a solicitação de análise do Projeto Pedagógico de Curso para criação da LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA no Campus de Paranaguá.

O processo encontra-se instruído para análise.

Sugerimos, no caso de aprovação com alterações, que o Colegiado de Curso envie uma versão atualizada do PPC para publicação junto da resolução e posterior publicação na página eletrônica da UNESPAR.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

Prof. Dr. Marcos Dorigão
Direção de Ensino
PROGRAD - UNESPAR

CANCELADO



ePROTOCOLO



Página(s) 339 a 339 cancelada(s) por Marlete dos Anjos Silva Schaffrath em: 17/06/2021 13:06 motivo: arquivo equivocado..



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
73b4afd241a988bbe15fe99b199aeb6.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA
PRÓ-REITOR DE ENSINO E GRADUAÇÃO**

Protocolo: 17.076.663-6
Assunto: Proposta de implantação do curso de Educação Especial Inclusiva
Interessado: ELIZABETH STREISKY DE FARIA
Data: 17/06/2021 13:12

DESPACHO

Prezada Profa. Ivone Cecatto
Secretária dos Conselhos Superiores
Encaminha-se para apreciação da Câmara de Ensino do CEPE a proposta do Projeto Pedagógico do curso para criação da LICENCIATURA EM EDUCACAO ESPECIAL INCLUSIVA no Campus de Paranagua.
Considere-se a possibilidade de apreciação deste processo para inclusão de pauta na próxima reunião do Conselho.
Atenciosamente
Profa. Marlete Schaffrath
PRÓ Reitora- PROGRAD



ePROTOCOLO



Documento: **DESPACHO_12.pdf**.

Assinado por: **Marlete dos Anjos Silva Schaffrath** em 17/06/2021 13:12.

Inserido ao protocolo **17.076.663-6** por: **Marlete dos Anjos Silva Schaffrath** em: 17/06/2021 13:12.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
f0154b4014e27bb55d795fd7f17e20db.

MINUTA - RESOLUÇÃO Nº XXX/2021 – CEPE/UNESPAR

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva a ser ofertado no *Campus* de Paranaguá da UNESPAR.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO e REITORA DA UNESPAR, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais;

considerando os incisos I e IV do Art. 7º do Regimento Geral da Unespar, referentes às atribuições deste Conselho;

considerando a solicitação autuada no protocolado nº 17.076.663-6;

considerando a deliberação contida na Ata da X Sessão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNESPAR, realizada no dia, pela Plataforma Digital *Microsoft Teams*.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva a ser ofertado no *Campus* de Paranaguá, com carga-horária de 3.370h (três mil trezentas e setenta horas), oferta de 40 (quarenta) vagas anuais, regime de matrícula seriado anual com disciplinas anuais e semestrais (misto), turno de funcionamento vespertino, tempo mínimo de integralização de 4 (quatro) e máximo de 6 (seis) anos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições contrárias.

Art. 3º Publique-se no *site* da UNESPAR.

Paranavaí, xx de de 2021.

Saete Paulina Machado Sirino
Reitora da Unespar
Decreto Nº 6563/2020

(Assinado eletronicamente nos termos do Decreto Estadual nº 7304/2021)